



UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO – UNICAP  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA LINGUAGEM – PPGCL  
MESTRADO EM CIÊNCIAS DA LINGUAGEM

ANAMARIA MELO DO NASCIMENTO

**MOBILIZAÇÃO POPULAR NA MÍDIA: UMA ANÁLISE CRÍTICA DO  
DISCURSO DA IMPRENSA RECIFENSE SOBRE O MOVIMENTO  
OCUPE ESTELITA**

RECIFE, 2018

ANAMARIA MELO DO NASCIMENTO

**MOBILIZAÇÃO POPULAR NA MÍDIA: UMA ANÁLISE CRÍTICA DO  
DISCURSO DA IMPRENSA RECIFENSE SOBRE O MOVIMENTO  
OCUPE ESTELITA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências da Linguagem (PPGCL) da Universidade Católica de Pernambuco (Unicap), como requisito para obtenção do título de mestre em Ciências da Linguagem, sob a orientação do professor Doutor Karl-Heinz Efken.

RECIFE, 2018

ANAMARIA MELO DO NASCIMENTO

**MOBILIZAÇÃO POPULAR NA MÍDIA: UMA ANÁLISE CRÍTICA DO  
DISCURSO DA IMPRENSA RECIFENSE SOBRE O MOVIMENTO  
OCUPE ESTELITA**

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Karl-Heinz Efken (Orientador)

---

Prof. Dr. Moab Duarte Acioli (Examinador interno)

---

Prof. Dr. Heitor Costa Lima da Rocha (Examinador externo - UFPE)

À minha avó Maria da Piedade Regis (*in memoriam*) por ter sempre me incentivado.

Ao meu amor, Wilson Miguel da Silva, que tornou este sonho possível.

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço aos meus pais, Otavio Nascimento e Maria Melo, que sempre acreditaram na minha capacidade. Obrigada por terem incetivado em mim o gosto pela leitura e pelos estudos. Vocês são os melhores exemplos que eu poderia ter. Agradeço à minha irmã, Mariana, pela compreensão e palavras de carinho quando eu mais precisei. Agradeço ainda ao meu marido, Wilson Miguel da Silva, pelo apoio, pela generosidade, pela ajuda na coleta de dados e por ter me incentivado nos momentos mais difíceis.

Ao professor orientador Karl-Heinz Efken, muito obrigada. Agradeço pelo empenho e paciência ao orientar este trabalho. Obrigada ainda por suas importantes intervenções e contribuições para o desenvolvimento da pesquisa. Foi graças ao seu trabalho que senti confiança para seguir em frente. Nossos encontros foram inspiradores e, com certeza, serão inesquecíveis. Vou lembrar todas as lições para sempre.

Agradeço ainda a compreensão dos companheiros do Diário de Pernambuco, especialmente Vera Ogando, Maria Paula Losada e Gabriel Trigueiro, que entenderam a importância dos estudos e desta pesquisa para a minha formação. Alice Souza, obrigada pelo incentivo.

Muito obrigada aos professores do curso de jornalismo Nadilson Silva, meu orientador do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic), pelo incentivo à pesquisa, e Ana Veloso, por ter despertado em mim o interesse pelos direitos humanos; à minha madrinha Isabel Ferreira e à tia Ana Paula Melo agradeço pela preocupação constante.

Também agradeço aos professores doutores Heitor Costa Lima da Rocha, que me ensinou sobre as Teorias da Comunicação na graduação, Moab Duarte Acioli, com quem tive os primeiros contatos com a Análise Crítica do Discurso, por aceitarem participar da banca e pelas contribuições para o aprimoramento da pesquisa.

Obrigada aos amigos, em especial Luma Santos, Záira Cavalcanti e Hugo César, por terem torcido. Laís Ferreira, obrigada pela lembrança de que “dissertação boa é dissertação escrita”. Aos colegas do mestrado, em especial Camila Barros e Alexandre Amorim, obrigada.

A todos, meus sinceros agradecimentos.

## **Ao Deus Kom Unik Assão**

“O meio é a mensagem

O meio é a massagem

O meio é a mixagem

O meio é a micagem

A mensagem é o meio

de chegar ao Meio.

O Meio é o ser

Em lugar dos seres, isento de lugar,

Dispensando meios

de fluorescer.

Salve, Meio. Salve, Melo.

A massa vos saúda

em forma de passa.

(...)

Se komuniko

que amorico

me centimultiplico

*scotch* no bico

paparico

rio rico

salpico

de prazer meu penico

em vosso honor, ó Deus komunikão.”

**Carlos Drummond de Andrade**

## RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo analisar criticamente os discursos da mídia impressa pernambucana sobre o Ocupe Estelita, movimento da sociedade civil organizada contrário à construção do empreendimento imobiliário batizado de projeto Novo Recife, do Consórcio Novo Recife, para a área do Cais José Estelita, área central do Recife. Buscou-se ainda situar o Movimento Ocupe Estelita no contexto histórico e social de Pernambuco, uma vez que a conjuntura histórica do fenômeno analisado é fundamental para a Análise Crítica do Discurso (ACD), uma abordagem interdisciplinar ao estudo do discurso que vê a linguagem como uma prática social. As matérias analisadas foram publicadas entre 29 de fevereiro de 2012 e 17 de novembro de 2017 nos periódicos *Jornal do Commercio* e *Folha de Pernambuco*. Este estudo é orientado pelo modelo de análise proposto por Norman Fairclough na obra *Discurso e Mudança Social* (2001). A partir do modelo tridimensional elaborado pelo linguista, é possível analisar o discurso midiático em relação ao texto, à prática discursiva e à prática social. Na dimensão textual da análise foi considerado o vocabulário. No âmbito da prática discursiva, a análise textual foi relacionada aos aspectos que definem a produção, distribuição, consumo, contexto e intertextualidade. Também foram analisadas questões relacionadas à ideologia e à hegemonia, que se referem à prática social. Essas dimensões não foram analisadas de forma isolada, mas em conjunto, em uma abordagem dialética. A base teórica-conceitual da pesquisa articula ainda conceitos da Análise Crítica do Discurso em outros autores, como van Dijk (1988; 1996; 2002; 2015), Pedro (1997) e Resende e Ramalho (2004; 2014). Foram úteis ainda contribuições de autores da análise do discurso de linha francesa, como Charaudeau (2013) e Maingueneau (2005). O contexto histórico do Movimento Ocupe Estelita foi compreendido a partir de autores como Lefebvre (2001), Harvey (2012), Santos (1993) e Zizek (2012). Para a compreensão das características e formação do discurso midiático foram usadas as contribuições de autores como Silverstone (2002), Thompson (2009) e Lage (2001; 2005). Percebeu-se, na maioria das matérias analisadas, que o discurso do *Jornal do Commercio* e da *Folha de Pernambuco* foi favorável à construção do projeto Novo Recife e, portanto, contrário ao Movimento Ocupe Estelita.

**Palavras-chave:** Discurso midiático; Análise Crítica do Discurso; Imprensa pernambucana; Movimento Ocupe Estelita.

## ABSTRACT

This research aims to critically analyze the discourses of printed media in Pernambuco on the Ocupe Estelita Movement, an organized civil society manifestation opposed to the construction of the real estate project named Novo Recife, of the Novo Recife Consortium, for Cais José Estelita Cais, central Recife. This study also situates the Occupy Estelita Movement in the historical and social context of Pernambuco, since the historical conjuncture of the analyzed phenomenon is fundamental for the Critical Discourse Analysis (CDA), an interdisciplinary approach to the study of discourse that views language as a form of social practice. The analyzed articles were published between February 29th, 2012 and November 17th, 2017 in the *Jornal do Commercio* and *Folha de Pernambuco*. This study was guided by the analysis model proposed by Norman Fairclough in *Discourse and Social Change* (2001). From the three-dimensional model elaborated by the linguist, it was possible to analyze the media discourse in relation to the text, discursive practice and social practice. In the textual dimension of the analysis, the vocabulary was considered. Within the scope of discursive practice, the textual analysis was related to the aspects that define production, distribution, consumption, context and intertextuality. The issues related to ideology and hegemony, which refers to social practice, was also analyzed. These dimensions were not analyzed in isolation, but together, in a dialectical approach. The theoretical-conceptual basis of the research also articulates concepts of Critical Discourse Analysis in other authors, such as van Dijk (1988, 1996, 2002, 2015), Pedro (1997) and Resende and Ramalho (2004, 2014). Also useful were contributions by authors of French line discourse analysis, such as Charaudeau (2013) and Maingueneau (2005). The historical context of the Occupy Estelita Movement was understood from authors such as Lefebvre (2001), Harvey (2012), Santos (1993) and Zizek (2012). The contributions of authors as Silverstone (2002), Thompson (2009) and Lage (2001; 2005) were used to understand the characteristics and formation of the media discourse. It was noticed, in most of the analyzed articles, that the discourse of *Jornal do Commercio* and *Folha de Pernambuco* was favorable to the construction of the Novo Recife project and, therefore, contrary to the Ocupe Estelita Movement.

**Keywords:** Mediatic discourse; Critical Discourse Analysis; Press; Occupy Estelita.



## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Foto do Cais José Estelita.....	33
Figura 2 – Foto do #OcupeEstelita1 .....	34
Figura 3 – Foto dos cartazes usados no protesto .....	35
Figura 4 – Foto da demolição dos armazéns .....	36
Figura 5 – Foto da reunião na PCR para suspensão da licença .....	37
Figura 6 – Foto do Batalhão de Choque da PM em reintegração de posse.....	38
Figura 7 – Foto da saída do protesto no prédio de Geraldo Julio .....	40
Figura 8 – Concepção tridimensional do discurso.....	46
Figura 9 – Primeira edição do <i>Jornal do Commercio</i> .....	85
Figura 10 – Edição do <i>Jornal do Commercio</i> do dia 21 de maio de 2017.....	85
Figura 11 – Primeira edição da <i>Folha de Pernambuco</i> .....	87
Figura 12 – Edição da <i>Folha de Pernambuco</i> do dia 21 de maio de 2017 .....	87
Figura 13 – Texto 1.....	96
Figura 14 – Texto 2.....	98
Figura 15 – Texto 3.....	100
Figura 16 – Texto 4.....	102
Figura 17 – Texto 5.....	104
Figura 18 – Texto 6.....	105
Figura 19 – Texto 7.....	106
Figura 20 – Texto 8.....	107
Figura 21 – Anúncio da Moura Dubeux no <i>Jornal do Commercio</i> .....	109
Figura 22 – Anúncio da Moura Dubeux no <i>Jornal do Commercio</i> .....	109
Figura 23 – Anúncio da Moura Dubeux no <i>Jornal do Commercio</i> .....	109
Figura 24 – Tabela de preço de anúncios no <i>Jornal do Commercio</i> .....	110

Figura 25 – Texto 9.....	111
Figura 26 – Texto 10.....	112
Figura 27 – Texto 11.....	113
Figura 28 – Texto 12.....	114
Figura 29 – Texto 13.....	116
Figura 30 – Anúncio no <i>Jornal do Commercio e Folha de Pernambuco</i> .....	118
Figura 31 – Texto 14.....	119
Figura 32 – Texto 15.....	120
Figura 33 – Texto 16.....	121
Figura 34 – Texto 17.....	124
Figura 35 – Texto 18.....	125
Figura 36 – Texto 19.....	126
Figura 37 – Texto 20.....	127
Figura 38 – Texto 21.....	129
Figura 39 – Texto 22.....	130
Figura 40 – Texto 23.....	132
Figura 41 – Texto 24.....	135
Figura 42 – Texto 25.....	137
Figura 43 – Texto 26.....	139
Figura 44 – Texto 27.....	140
Figura 45 – Texto 28.....	142
Figura 46 – Foto do ato do Ocupe Estelita no RioMar .....	143
Figura 47 – Texto 29.....	145
Figura 48 – Texto 30.....	147
Figura 49 – Texto 31.....	150
Figura 50 – Texto 32.....	152

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Matérias analisadas por jornal.....	153
Gráfico 2 – Por editoria ( <i>Jornal do Commercio</i> ).....	154
Gráfico 3 – Por editorial ( <i>Folha de Pernambuco</i> ).....	155
Gráfico 4 – Autoria identificada ( <i>Jornal do Commercio</i> ).....	155
Gráfico 5 – Autoria identificada ( <i>Folha de Pernambuco</i> ) .....	156
Gráfico 6 – Matéria vinculada ( <i>Jornal do Commercio</i> ).....	156
Gráfico 7 – Matéria vinculada ( <i>Folha de Pernambuco</i> ) .....	157
Gráfico 8 – Infográfico ( <i>Jornal do Commercio</i> ) .....	157
Gráfico 9 – Infográfico ( <i>Folha de Pernambuco</i> ).....	157
Gráfico 10 – Identifica causa, pauta ou atividades do Ocupe Estelita ( <i>JC</i> ) .....	158
Gráfico 11 – Identifica causa, pauta ou atividades do Ocupe Estelita ( <i>Folha</i> ) .....	159
Gráfico 12 – Cita benefícios do Projeto Novo Recife ( <i>Jornal do Commercio</i> ) .....	159
Gráfico 13 – Cita benefícios do Projeto Novo Recife ( <i>Folha de Pernambuco</i> ) .....	160
Gráfico 14 – Fontes ( <i>Jornal do Commercio</i> ) .....	161
Gráfico 15 – Fontes ( <i>Folha de Pernambuco</i> ).....	161

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Textos que compõem o corpus da pesquisa .....	91
Tabela 2 – Concepção analítica do modelo tridimensional do discurso .....	92
Tabela 3 – Categorias de análise .....	94
Tabela 4 – Vozes representadas no <i>Jornal do Commercio</i> .....	161
Tabela 5 – Vozes representadas na <i>Folha de Pernambuco</i> .....	163

## LISTA DE SIGLAS

ACD – Análise Crítica do Discurso  
AIEs – Aparelhos Ideológicos do Estado  
CAU-PE – Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Pernambuco  
CDU – Conselho de Desenvolvimento Urbano  
Cotel – Centro de Observação Criminológica e Triagem Professor Everardo Luna  
CREA-PE – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Pernambuco  
Dnit – Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes  
DU – Direitos Urbanos Recife  
EBC – Empresa Brasileira de Comunicação  
Folha – Folha de Pernambuco  
Fundarpe – Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco  
IAB – Instituto de Arquitetos do Brasil  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
Iphan – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional  
IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano  
IVC – Instituto Verificador de Circulação  
JC – Jornal do Commercio  
JCPM – João Carlos Paes Mendonça  
MD – Moura Dubeux  
MFL – Marxismo e Filosofia da Linguagem  
MOE – Movimento Ocupe Estelita  
MPF – Ministério Público Federal  
MPPE – Ministério Público de Pernambuco  
MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra  
OAB-PE – Ordem dos Advogados do Brasil Seccional Pernambuco  
PCdoB – Partido Comunista do Brasil  
PCR – Prefeitura da Cidade do Recife  
PDN – Partido Democrático Trabalhista  
PE – Pernambuco  
PF – Polícia Federal  
PMPE – Polícia Militar de Pernambuco

PRP-PE – Partido Republicano Progressista de Pernambuco

PSB-PE – Partido Socialista Brasileiro de Pernambuco

PTN – Partido Trabalhista Nacional

PT-PE – Partido dos Trabalhadores de Pernambuco

RFSA – Rede Ferroviária Federal

RMR – Região Metropolitana do Recife

SJCC – Sistema Jornal do Comercio de Comunicação

SNJ – Secretaria Nacional de Juventude

STF – Supremo Tribunal Federal

TAC – Termo de Ajuste de Conduta

TICs – Tecnologias de Informação e Comunicação

TJPE – Tribunal de Justiça de Pernambuco

TRF-5 – Tribunal Regional Federal da 5ª Região

TV – Televisão

UFPE – Universidade Federal de Pernambuco

UNE – União Nacional dos Estudantes

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	15
<b>1 MOVIMENTOS DE OCUPAÇÃO E O OCUPE ESTELITA</b> .....	20
1.1 Ocupações pelo Mundo e Direito à Cidade .....	20
1.2 Cinco Anos de Movimento Ocupe Estelita .....	32
<b>2 ESTUDOS DO DISCURSO E A ACD</b> .....	42
2.1 O Conceito de Discurso.....	42
2.2 O Modelo Tridimensional de Fairclough .....	45
2.3 Discurso e Poder: a Formação da ACD.....	49
2.4 Ideologia e Hegemonia na ACD .....	55
<b>3 DISCURSO MIDIÁTICO E A IMPRENSA PERNAMBUCANA</b> .....	62
3.1 Discurso das Mídias .....	62
3.2 História da imprensa e os jornais pernambucanos .....	75
<b>4 METODOLOGIA</b> .....	88
4.1 Tipo de pesquisa .....	88
4.2 Corpus da pesquisa.....	88
4.3 Etapas da pesquisa .....	91
4.4 Categorias analíticas.....	92
4.5 Aspectos éticos.....	94
<b>5 ANÁLISE: O OCUPE ESTELITA NA IMPRENSA PERNAMBUCANA</b> .....	95
5.1 Análise individual das matérias .....	95
5.2 Análise da cobertura do <i>JC</i> e da <i>Folha</i> sobre o Movimento Ocupe Estelita.....	152
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	164
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	167

## INTRODUÇÃO

Há cinco anos, retroescavadeiras não só deram início à derrubada de galpões no Cais José Estelita, área central do Recife, mas fizeram ganhar força um movimento social na capital pernambucana. Quando o consórcio imobiliário Novo Recife entrou, na madrugada de 21 de maio de 2014, para tentar demolir os antigos armazéns de açúcar na região central da cidade, um grupo de recifenses resistiu à imposição da construção de 12 torres com 40 andares cada e acampou por 28 dias – de 21 de maio e 16 de junho de 2014 – no terreno leiloadado pela União às empresas da construção civil.

O Movimento Ocupe Estelita, criado em 2012, freou as máquinas de demolição, e ainda hoje, cinco anos depois do primeiro ato no cais, resiste ao poder da especulação imobiliária no Recife. O sociólogo Gilberto Freyre, nos anos 1930, escreveu sobre a desigualdade dos tipos de moradia dos recifenses em *Sobrados e Mocambos*. Na década de 1940, o geógrafo e sociólogo pernambucano Josué de Castro denunciou a fome e a desigualdade em que viviam muitos dos recifenses. Um novo século chegou, mas o cenário descrito pelos sociólogos pouco mudou, e a desigualdade habitacional do Recife voltou a ser denunciada pelo Ocupe Estelita. A luta do movimento, porém, não se limitou à questão habitacional da cidade, tendo englobado pautas mais amplas, como o direito a uma cidade para todos; o acesso a espaços de lazer; a mobilidade urbana, entre outros temas.

Os atos do Movimento Ocupe Estelita – mobilização social na cidade do Recife contra o Projeto Novo Recife, das construtoras Moura Dubeux, Queiroz Galvão, G.L. Empreendimentos e Ara Empreendimentos – pautaram matérias nos principais jornais de Pernambuco desde 2012. Os fatos também foram noticiados nas mídias nacional e internacional. A mobilização popular acendeu debates sobre urbanismo, preservação, gestão governamental, política social, mercado imobiliário e participação.

Integrantes do Ocupe Estelita criticaram a cobertura midiática relativa ao movimento, apontando os veículos de imprensa como coniventes com a atuação política na venda de um terreno no Cais José Estelita para a construção de 12 torres por um consórcio formado por quatro empreiteiras. Segundo o movimento social, a indignação se referia ao silêncio dos jornais locais sobre o assunto quando a ocupação do terreno vendido começou e à posterior cobertura midiática.

As problematizações propostas à pesquisa foram: como se dá o discurso desses jornais sobre a mobilização relacionada ao Movimento Ocupe Estelita? Quais são as condições de produção, distribuição e consumo em que os textos são produzidos? Quais são as orientações



econômicas, políticas, culturais e ideológicas relacionadas ao discurso? A pesquisa adotou como hipótese que cada jornal representaria o Movimento Ocupe Estelita discursivamente à sua maneira, partindo de interesses específicos e posturas ideológicas e editoriais dos veículos. Os discursos dos dois veículos, porém, apresentariam semelhanças, uma vez que possuem paridades, isto é, são jornais comerciais com públicos análogos (voltados principalmente para as classes A, B e C do estado) e dependentes de verbas publicitárias municipal, estatal e da iniciativa privada. Os discursos, portanto, refletiriam o alinhamento dos jornais ao poder econômico e político além de serem favoráveis ao Novo Recife.

A investigação conta como base teórica e metodológica a Análise Crítica do Discurso (ACD). É função da ACD tornar aparente o “não-óbvio”, revelando questões de poder e ideologias em análises textuais – multimodais – em contextos reais de uso da linguagem, conforme afirma Martin (2000). Tornar aparente o que não está evidente no texto significa que a abordagem crítica estuda a linguagem a partir da articulação de três níveis: o linguístico, o discursivo e o ideológico-cultural. Na ACD, o interesse não recai somente no interior dos sistemas linguísticos, mas, principalmente, fora deles, isto é, no contexto, nas relações sociais.

A representação do discurso na Análise Crítica do Discurso não é apenas uma questão gramatical, mas um processo ideológico cuja importância deve ser levada em consideração. O discurso é percebido em uma concepção de poder como hegemonia e em uma concepção da evolução das relações de poder como luta hegemônica. Assim, o principal papel da Análise Crítica do Discurso é tentar relacionar a linguagem a outros elementos da vida social, tendo em vista transformações sociais contínuas, mesmo que essas mudanças afetem apenas contextos micros e locais, como é o caso do Movimento Ocupe Estelita.

Além de Fairclough (1989; 2001; 2003), a base teórica-conceitual da pesquisa articula também conceitos da Análise Crítica do Discurso em outros autores, como van Dijk (1988; 1996; 2002; 2015), Pedro (1997) e Resende e Ramalho (2004; 2014). Foram úteis ainda contribuições de autores da análise do discurso de linha francesa, como Charaudeau (2013) e Maingueneau (2005). O contexto histórico do Movimento Ocupe Estelita foi compreendido a partir de autores como Lefebvre (2001), Harvey (2012), Santos (1993) e Zizek (2012). Para a compreensão das características e formação do discurso midiático foram usadas as contribuições de autores como Silverstone (2002), Thompson (2009) e Lage (2001; 2005).

Trinta e duas matérias publicadas nos cadernos de cidades, economia, cultura, opinião e política dos dois jornais de Pernambuco, entre 29 de dezembro de 2012 e 17 de novembro de 2017 formam o corpus da pesquisa. Os textos representam materializações discursivas que são analisadas considerando não somente práticas isoladas de produção, mas a constituição de

“redes de práticas interligadas”. Eles serão acompanhados de reflexões sociodiscursivas, isto é, não são análises linguísticas preocupadas com a forma textual, mas com reflexões de cunho social, justificada pela percepção da linguagem como uma prática social.

É relevante destacar que, na ACD, as análises partem de um problema social. O MOE trouxe à tona, no Recife, questões como o fechamento de espaços públicos, a privatização desses espaços e a resistência popular contra a “venda” da cidade às empreiteiras. Apesar de ter como mote principal o direito à cidade, o movimento foi o ponto de convergência de bandeiras muito diferentes: de gays, lésbicas, transexuais, ciclistas, defensores dos animais, trabalhadores do comércio informal e da moradia popular. Estudantes, artistas, professores universitários, cineastas, jornalistas e urbanistas eram as principais ocupações dos integrantes que organizaram os atos do movimento<sup>1</sup>.

Nesse sentido, merece ênfase a lembrança de que existe um compromisso do repórter que escreve os textos com as empresas jornalísticas. Na visão bakhtiniana, a voz do autor é regulada pela voz da editora. Dessa forma, mesmo que o repórter tenha interesse em manifestar certas vozes, sua produção é regulada pelos interesses do jornal. O jornal, por sua vez, é regulado por interesses econômicos e ideológicos e comprometido com as vendas. Nenhum jornal se interessa por publicar algo que não seja comercializado. O fator comercial é, assim, um dos mais importantes para as empresas de comunicação. Mostrar os jornais impressos de Pernambuco inseridos nessas práticas é fundamental para desvelar os interesses por trás dos textos publicados sobre o Movimento Ocupe Estelita e, assim, buscar a transformação social, objetivo final da ACD. É importante ressaltar que a mudança social se dá a partir da mudança discursiva, no ponto em que uma implica a outra mútua e dialeticamente.

Esta pesquisa se apresenta nesse contexto e tem como objetivo analisar criticamente o discurso produzido pela mídia pernambucana e suas relações de poder. Pretende-se investigar, mais especificamente, como o Movimento Ocupe Estelita – movimento social que atua na luta pelo direito à cidade no Recife – foi representado em dois jornais de Pernambuco: *Jornal do Commercio* e *Folha de Pernambuco*. A partir dos atos do Ocupe Estelita, debates sobre questões urbanas e o futuro da cidade foram pautados na mídia. O uso da violência institucionalizada na defesa de interesses privados em detrimento do interesse público foi denunciado por participantes do movimento.

---

<sup>1</sup> Apesar de algumas pessoas terem organizado os principais atos do movimento, o Ocupe Estelita não tem líderes definidos. De acordo com o grupo, o movimento se define por ter liderança horizontal, popular e suprapartidário.

Nesse sentido, esta dissertação tem como objetivo geral analisar criticamente os discursos da mídia impressa recifense sobre o Movimento Ocupe Estelita. Especificamente, pretende situar o Movimento Ocupe Estelita no contexto histórico e social de Pernambuco; investigar se os atos do Movimento Ocupe Estelita foram noticiados no *Jornal do Commercio* e na *Folha de Pernambuco*; comparar as coberturas realizadas pelos jornais, enfatizando a ideologia enquanto significações da realidade que são construídas em várias dimensões das formas das práticas discursivas que contribui para a produção, reprodução ou transformação das relações de dominação além de analisar os discursos dos jornais a partir das categorias vocabulário; produção; distribuição; consumo; intertextualidade; ideologia; hegemonia e poder. A definição das categorias foi orientada pelo modelo de análise proposto por Norman Fairclough na obra *Discurso e Mudança Social* (2001). A partir do modelo tridimensional elaborado pelo linguista, é possível analisar o discurso midiático em relação ao texto, à prática discursiva e à prática social.

No primeiro capítulo, “Movimentos de Ocupação e o Ocupe Estelita”, apresentaremos o contexto sócio-histórico do Movimento Ocupe Estelita. A situação histórica e social em que um discurso se inscreve é fundamental para a Análise Crítica do Discurso. Outros movimentos de ocupação no Brasil e no mundo e que influenciaram o Ocupe Estelita são mencionados, uma vez que um ano antes de os primeiros protestos no Cais José Estelita acontecerem, uma onda de ocupações semelhantes ocorreu em vários pontos do globo, como Tunísia, Egito, Líbia, Iêmen, Espanha, Grécia e Estados Unidos. Em comum, nesses lugares, onde a insatisfação culminou em protestos, houve uma forma semelhante de ação, com ocupações de praças, articulações políticas que recusavam o espaço institucional e faziam uso das redes de comunicação alternativas. Ainda nesta seção, é feito um resgate histórico dos cinco anos do Movimento Ocupe Estelita.

O Capítulo 2 (“Estudos do Discurso e a ACD”) traz o conceito de discurso adotado nesta pesquisa, além de apresentar a proposta da Análise Crítica do Discurso de compreensão da linguagem por meio da articulação dos níveis linguístico, discursivo e ideológico-cultural. O modelo tridimensional de Fairclough, que faz essa articulação entre texto, prática discursiva e prática social, é apresentado neste capítulo.

Em seguida, o Capítulo 3 (“Discurso Midiático e a imprensa pernambucana”) se dedica especificamente a um tipo de discurso, àquele que interessa à pesquisa: o discurso midiático. Aqui, é ressaltado que os veículos de mídia impressa contam com o “peso das palavras” para se fortalecer, uma vez que se caracterizam pela relação distanciada entre quem escreve e quem lê. Outro distintivo do discurso midiático na imprensa é a possibilidade do

que escreve de retificar ou apagar e daquele que lê de rememorar ou recompor a leitura. A história da imprensa, mostrando a forma como os jornais se tornaram empreendimentos de grande porte que demandavam grandes quantidades de capital para se manter diante da concorrência, e dos jornais analisados também estão presentes nesta seção.

Após a seção metodológica do trabalho, que apresenta os procedimentos adotados pela pesquisa, o Capítulo 4 (“Análise: o Ocupe Estelita na imprensa pernambucana”) traz a análise dos 32 textos. Na primeira parte, é feita uma análise individual dos textos. Em seguida, há uma seção com uma análise geral dos dois jornais, com gráficos e tabelas. A análise é seguida das considerações finais, que apresentam um resumo dos principais resultados da pesquisa.

# 1 MOVIMENTOS DE OCUPAÇÃO E O OCUPE ESTELITA

*[O surgimento dos movimentos pelo direito à cidade no Brasil] é uma reação a essa cidade excludente, feita para poucos, voltada apenas para o mercado.*

*Esses movimentos são o fruto de um novo patamar.*

**Raquel Rolnik**

## 1.1 Ocupações pelo mundo e direito à cidade

Em 2008, o Consórcio Novo Recife – formado pelas empresas Moura Dubeux, Queiroz Galvão, GL Empreendimentos e Ara Empreendimentos – comprou um terreno da antiga Rede Ferroviária Federal (RFFSA) por R\$ 10 milhões para investir R\$ 1,1 bilhão na construção de prédios residenciais e outros equipamentos urbanos na Avenida Engenheiro José Estelita<sup>2</sup>. A área compreende um terreno de 10,1 hectares entre os dois conjuntos de galpões ao longo do Cais José Estelita, região central do Recife. Em 2012, quando o projeto elaborado pelas construtoras para o local, o Novo Recife, chegou a conhecimento público, pessoas e organizações sociais passaram a se mobilizar para discutir formas de intervenções populares no debate dos rumos e nos processos de ocupação da cidade. Como apontaram notícias veiculadas na época, o grupo Direitos Urbanos<sup>3</sup> foi criado para discutir as formas de ocupação da cidade:

Desde 2012, o grupo Direitos Urbanos - Recife, de caráter não partidário, tem aglutinado e mobilizado manifestações, ocupações, audiências públicas, denúncias ao Ministério Público, dentre outras

<sup>2</sup> Informações extraídas da reportagem “A batalha do Estelita”, da Revista Superinteressante. Disponível em: < <http://super.abril.com.br/comportamento/a-batalha-do-estelita/>>. Acesso em 13 jul 2017.

<sup>3</sup> Direitos Urbanos|Recife (DU) é um grupo de discussão hospedado em página da rede social Facebook ([www.facebook.com/groups/direitosurbanos](http://www.facebook.com/groups/direitosurbanos)). Criado em março de 2012, o grupo reunia, em agosto de 2017, 30.848 membros, formando uma comunidade online de interessados em debater questões urbanas do Recife. A página propõe como objetivo principal “discutir não só os problemas da cidade do Recife, mas também ideias, propostas, novos rumos”. Grupos semelhantes foram criados em outras cidades brasileiras, inspirados na página recifense. São eles: Direitos Urbanos | Rio de Janeiro; Direitos Urbanos | Salvador; Direitos Urbanos | Maceió e Direitos Urbanos | Fortaleza. Além disso, o DU recifense deu origem à troça carnavalesca *Empatando tua vista*, fundada no carnaval de 2014, com foliões fantasiados de edifícios e cantando marchinhas contra o processo de verticalização da cidade. Além do Movimento Ocupe Estelita, o grupo Direito Urbanos foi idealizador de outros protestos realizados no Recife, tais como #OcupeSãoLuiz (ato cultural realizado em 2012 no Cinema São Luiz com debates sobre progresso das grandes cidades e as consequências de seus projetos); #OcupeAgamenon (realizado em 2012 contra a construção de quatro viadutos na Avenida Governador Agamenon Magalhães) e #OcupeCaiçara (em 2013 na Avenida Boa Viagem, contra a derrubada do Edifício Caiçara e a favor do tombamento do imóvel, com pedalada saindo do Marco Zero).

atividades para defender a área do Cais José Estelita. A área toda, além de sua beleza estética e de representar parte da identidade visual da cidade, tem grande valor histórico por permitir, ainda hoje, uma percepção de qual foi o padrão de ocupação da cidade que se consolidou ao longo do tempo.<sup>4</sup>

Para compreender o Ocupe Estelita, porém, é preciso analisar o contexto sócio-histórico em que o movimento surgiu. Um ano antes de os primeiros protestos no Cais José Estelita acontecerem, uma onda de ocupações semelhantes ocorreu no mundo. A irrupção de manifestações pela reconquista do espaço público marcou o ano de 2011. Praças e ruas da Tunísia, do Egito, da Líbia e do Iêmen foram tomadas na Primavera Árabe; ocupações e greves foram registradas na Europa, especialmente na Espanha e Grécia. Os Estados Unidos viram seu centro financeiro, Wall Street, e espaços públicos de cidades norte-americanas serem ocupados por manifestantes que criticavam a desigualdade econômica.

Conforme Henrique Soares Carneiro (2012, p.8), em todos os países onde a insatisfação culminou em protestos houve uma mesma forma de ação, com ocupações de praças, articulações políticas que recusavam o espaço institucional e faziam uso das redes de comunicação alternativas. De acordo com o historiador,

no ano de 2011 ocorreu um fenômeno que há muito não se via: uma eclosão simultânea e contagiosa de movimentos sociais de protesto com reivindicações peculiares de cada região, mas com formas de luta muito assemelhadas e consciência de solidariedade mútua. Uma onda de mobilizações e protestos sociais tomou a dimensão de um movimento global (CARNEIRO, 2012, p.7).

Naquele ano, o que houve, segundo ele, foi uma série de rebeliões praticamente espontâneas contra estruturas políticas vigentes e questionando a ordem do capitalismo financeirizado. Ele afirma que “houve algo de dionisíaco nos acontecimentos de 2011” e esclarece que algumas características fizeram esses protestos terem características semelhantes. Carneiro esclarece que essas manifestações foram “uma onda de catarse política protagonizada especialmente pela nova geração, que sentiu esse processo como um despertar coletivo propagado não só pela mídia tradicional da TV ou do rádio, mas por uma difusão nova, nas redes sociais” (CARNEIRO, 2012, p.10).

Uma pauta que uniu os protestos, segundo Joao Alexandre Peschanski (2012), foi a questão da desigualdade econômica, que, nas palavras do autor, mina sistematicamente o funcionamento democrático. O sociólogo afirma que as revoltas de 2011 colocaram na pauta

---

<sup>4</sup> Disponível em < <http://www.cartacapital.com.br/blogs/intervozes/cronica-de-uma-morte-anunciada-a-cobertura-do-ocupestelita-em-pe-3964.html>>. Acesso em 18 out 2015.

política a discussão de alternativas a regimes econômicos desiguais. “O movimento global dos ‘ocupas’ – acampamentos de estudantes e trabalhadores em áreas públicas de centenas de cidades em todo o mundo – iniciado no segundo semestre de 2011, tem entre suas principais bandeiras a desigualdade econômica” (PESCHANSKI, 2012, p.28). Ainda sobre os “ocupas”, e focando nos movimentos que aconteceram no exterior, Giovanni Alves (2012) afirma que

os novos movimentos sociais, a princípio, não incorporam utopias grandiosas de emancipação social que exijam clareza político-ideológica. Pelo contrário, eles expressam, em sua diversidade e amplitude de expectativas políticas, uma variedade de consciência social crítica capaz de dizer ‘não’ e mover-se contra o *status quo* (ALVES, 2012, p.36).

No caso do Ocupe Wall Street, ocorrido em 2011<sup>5</sup> nos Estados Unidos, Slavoj Zizek (2012) escreve que os manifestantes faziam questão de informar que não tinham uma pauta definida. Os objetivos dos protestos – implícitos ou explícitos – eram democratizar o capitalismo, estender o controle democrático à economia através da pressão da mídia pública, dos inquéritos parlamentares, de leis mais rigorosas, de investigações políticas honestas. Segundo o esloveno,

a dificuldade de formular um programa concreto tem razões profundas. Os manifestantes chamam a atenção para dois pontos principais. Primeiro, as consequências sociais destrutivas do sistema capitalista global: centenas de bilhões foram perdidas em especulações financeiras sem controle etc. Segundo, a globalização econômica está pouco a pouco, porém inexoravelmente, solapando a legitimidade das democracias ocidentais. Por causa de seu caráter internacional, processos econômicos amplos não podem ser controlados pelos mecanismos democráticos que, por definição, limitam-se aos Estados-nação (ZIZEK, 2012, p. 92).

Mesmo sem um programa concreto, Zizek ressalta, o movimento Occupy Wall Street sugere duas ideias principais. A primeira é o descontentamento com o capitalismo enquanto sistema. A segunda é a percepção de que a forma institucionalizada da democracia representativa multipartidária não é suficiente para combater excessos capitalistas.

Não há como ignorar, como mostra Bauman (1999), a influência do “global” no “local”. Em um mundo globalizado, não é possível analisar o Ocupe Estelita, um movimento localizado, sem considerar as influências externas, globais, vindas de todos os cantos do mundo. Com a rapidez nas comunicações, uma das características da globalização, as noções

---

<sup>5</sup> Segundo Zizek (2012), o ano de 2011 foi aquele em que “sonhamos perigosamente, o ano do ressurgimento da política emancipatória radical em todo o mundo”.

de espaço mudaram. As distâncias “encurtaram”, e a ideia de fronteira geográfica é cada vez mais difícil de sustentar. O progresso constante dos meios de transporte, que marcou a vida moderna, e o “transporte da comunicação” – que permite a informação viajar independente dos portadores físicos – foram determinantes para a mudança na noção de espaço. Como mostra Bauman, ao escrever sobre a familiaridade que a globalização – no caso das manifestações e ocupações pode ser representada pelas redes sociais – traz consigo. Ele afirma que

a oposição ‘dentro’ e ‘fora’, ‘aqui’ e ‘lá’, ‘perto’ e ‘longe’ registrou o grau de domesticação e familiaridade de vários fragmentos (tanto humanos como não humanos) do mundo circundante. Próximo, acessível é primariamente, o que é usual, familiar e conhecido até a obviedade, algo ou alguém que se vê, que se encontra, com que se lida ou interage diariamente, entrelaçado à rotina e atividades cotidianas. ‘Próximo’ é um espaço dentro do qual a pessoa pode se sentir *chez soi*, à vontade, um espaço no qual raramente, se é que alguma vez, a gente se sente perdido, sem saber o que dizer ou fazer (BAUMAN, 1999, p.20).

Sobre globalização, Silverstone (2005) ressalta que ela não é apenas uma realidade abstrata, mas também material. Indústria, finança, economia, Estado, cultura – separadamente ou juntos – operam no espaço e no tempo global e são construídos dentro deles, violando fronteiras, identidades, comunidades e universalizando imagens. “A mídia tanto permite como representa esse processo. Damos por certo que nossas chamadas telefônicas e e-mails alcançam o outro lado do mundo em segundos, e que imagens de catástrofes ao vivo e de partidas de futebol e novelas vespertinas podem ser vistas nas telas de qualquer cidade do planeta” (SILVERSTONE, 2005, p.199).

Na onda de protestos de 2011, as mensagens dos manifestantes “viajavam” o globo rapidamente, podendo chegar do Oriente Médio ao Recife em fração de segundos. A internet e as redes sociais desempenharam papel fundamental para a Primavera Árabe, que é considerada a primeira das várias manifestações que ocorreram no mundo nessa época. O termo Primavera Árabe faz referência a uma série de manifestações ocorridas em países árabes do norte da África e que tiveram início na Tunísia, após o suicídio de um ambulante. Depois de não conseguir licença para trabalhar nas ruas, o vendedor passou anos sendo assediado por autoridades tunisianas. Sem dinheiro para pagar aos fiscais, teve a mercadoria que vendia nas ruas da cidade de Sidi Bouzid confiscada. Desesperado, ele se matou ao atear fogo no próprio corpo, desencadeando os protestos no país.



Pela internet, os manifestantes se comunicavam e divulgavam ocupações não apenas para a Tunísia, mas para o mundo. O governo autoritário de Ben Ali, que já era intolerante com a liberdade na internet, encerrou as atividades de vários sites e prendeu vários bloggers. Como aponta Slavoj Žižek (2012, p.9), a mídia tradicional estava “matando o potencial emancipatório radical desses eventos”.

De acordo com Pereira *apud* Costa e Souza (2012), os acontecimentos na Tunísia se espalharam pelos países vizinhos, provocando uma onda revolucionária em grande parte do Oriente Médio. O diferencial era que, nas revoltas populares da Primavera Árabe, as manifestações organizadas provinham primeiramente da internet para depois chegar às ruas.

Se antes o controle da informação estava nos meios oficiais de comunicação, como TVs, rádios e jornais, o domínio sobre ela começou a ruir, despertando o interesse de vários estudiosos sobre a importância das redes sociais, como Facebook e Twitter, para a Primavera Árabe e, conseqüentemente, para o mundo. Nesse sentido, Cabral e Cangussu (2011) observam que a Primavera Árabe é um movimento democrático possivelmente associado à globalização da informação e aos novos meios de comunicação, especialmente, à internet.

Durante e depois da Primavera Árabe, pesquisadores de todo o mundo se debruçaram sobre a importância das novas tecnologias de informação e comunicação (TICs) para a rebeldia urbana contemporânea. Um deles, o brasileiro Venício Lima aponta que, apesar de a comunicação dos protestos acontecer principalmente pelas mídias sociais, de maneira geral, a informação ainda é dominada pelos grandes veículos de comunicação. Ele escreve que “se é verdade que as TICs constituem os dispositivos tecnológicos por meio dos quais as manifestações – ao mesmo tempo anárquicas e organizadas – se articulam, não se deve ignorar o “ambiente” dentro do qual elas ocorrem” (LIMA, 2013, p. 86). De acordo com o autor, esse ambiente é ainda o de, apesar da velocidade nas mudanças tecnológicas, domínio, especialmente no campo das comunicações, da “velha mídia”, ou seja, meios como televisão, jornais, revistas e rádios.

Dados de 2013 da Secretaria Nacional da Juventude apontaram que o Brasil tinha na época dos principais movimentos de ocupação do país 40 milhões de jovens entre 18 e 29 anos. De acordo com a Pesquisa Nacional Sobre Perfil e Opinião dos Jovens Brasileiros 2013, da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), violência e despreparo das polícias foram dois dos cinco problemas apontados como os que mais incomodam aos jovens — um em cada quatro entrevistados citou esse item. O principal problema, segundo o levantamento, foi a corrupção, apontada por dois em cada três jovens. A pesquisa entrevistou jovens de 15 a 29 anos que

disseram o que desejavam para o país: melhores serviços públicos, mais transparência na prestação de contas e participação na tomada de decisões.

A maioria desses jovens é conectada a uma rede social, principalmente Facebook e YouTube. Na região Nordeste, 35% das pessoas se conectam a internet nos sete dias da semana. Na visão de Tognozzi (2014, p.76), “o ativismo digital substituiu a antiga militância das ruas e criou um novo modelo de relacionamento, quebrando a lógica vertical do *broadcasting*, na qual poucos falam para muitos”. O autor cita exemplos de movimentos ao redor do mundo que aconteceram após organização por mídias digitais: (1) Filipinas, em 2002, quando após cinco dias de protestos que reuniram cerca de 900 mil jovens conectados em rede usando celulares para troca de mensagens de texto, o então presidente, Joseph Estrada, renunciou; (2) Espanha, em 2004, quando protestos foram organizados por meio de trocas de mensagens de textos, os torpedos, após atentado terrorista a uma estação em Madri; (3) Ucrânia, também em 2004, quando se deu a chamada Revolução Laranja, um grande protesto realizado após intensa mobilização online por meio de troca de e-mails e mensagens SMS; (4) Primavera Árabe, em 2011, quando o Oriente Médio conheceu a revolução da democracia digital; (5) Os indignados de 2012, na Europa, quando as redes sociais foram o principal meio de mobilização para manifestações contra o arrocho financeiro em países como Espanha, França, Alemanha, Rússia, Grécia e Estados Unidos (onde recebeu o nome de Ocupe Wall Street); (6) Protestos no Brasil, em 2013, quando milhões de pessoas foram às ruas pedindo a redução do preço das passagens do transporte público e reclamando por mais investimentos em educação e saúde.

Os protestos de junho de 2013, porém, não foram os primeiros a serem organizados pelas redes sociais no Brasil. “Isso já acontecera no movimento da aprovação da Lei Ficha Limpa, entre 2009 e 2010, nas Marchas Contra a Corrupção, em 2011 e 2012, e em outras manifestações regionais como o ‘Desocupa Salvador’ (...) e ‘Niterói não tem prefeito’” (TOGNOZZI, 2014, p.81).

Um aspecto que chama a atenção nesse sentido é que a maioria dos aglutinadores e participantes das manifestações é formada por jovens, que foram chamados às ruas inicialmente pelas redes sociais, isto é, uma forma de comunicação interpessoal independente do controle dos meios tradicionais de mídia. Usar as redes sociais como principal forma de comunicação também foi uma estratégia do Movimento Ocupe Estelita, em 2012. Como enfatiza Gomes (2015), “a comunicação feita pelo Ocupe Estelita - sufocada por uma imprensa local silenciosa e submissa aos interesses de grandes grupos de empreendedores - age como instrumento de empoderamento do cidadão recifense sobre sua cidade, estimula o

(re) nascimento de um sentimento de pertencimento à cidade” (GOMES, 2015, p.3). Por outro lado, conforme Lima,

apesar de ‘conectados’ por essas redes e, portanto, de não se informarem, não se divertirem e não se expressarem (prioritariamente) por meio da velha mídia, os jovens que detonaram as manifestações ainda dependem dela para alcançar visibilidade pública, isto é para serem incluídos no espaço formador de opinião pública. Esse aparente paradoxo decorre do fato de que a velha mídia, sobretudo a televisão, (ainda) controla e detém o monopólio de ‘tornar as coisas públicas’. Além de dar visibilidade, ela é indispensável para ‘realimentar’ o processo e permitir a sua própria continuidade (LIMA, 2013, p.87).

Voltando a 2011, não demorou muito para ações com características semelhantes às registradas no Oriente Médio – ou seja, aglutinadas por jovens, divulgadas nas redes sociais e de enfrentamento ao poder da grande mídia – chegassem ao Brasil. Ocupações começaram a surgir influenciadas pelos protestos que ocorriam mundo afora. No estado de São Paulo, por exemplo, o primeiro mês de 2012 foi marcado por uma série de manifestações contra a “desocupação do Pinheirinho”, uma operação de reintegração de posse em favor do especulador imobiliário Naji Nahas de um terreno onde viviam aproximadamente 1,6 mil famílias na comunidade Pinheirinho, em São José dos Campos. Os moradores foram expulsos com o uso de cassetetes, balas de borracha e gás de pimenta pela Polícia Militar. O filósofo Edson Teles (2012) reflete que ações como essa, de caráter higienista<sup>6</sup>, ocorreram nesse período no Brasil sob o disfarce de um discurso de garantia da segurança pública. “O poder público, aliado ao interesse privado da especulação, posiciona-se de maneira favorável à ideia da expansão imobiliária como sinal de desenvolvimento” (TELES, 2012, p.79).

Apesar de os movimentos classificados como “ocupas” terem eclodido no Brasil nessa época, protestos com características semelhantes e liderados por jovens não eram novidade no país. De acordo com Poerner (1995), protestos protagonizados por jovens no Brasil, principalmente estudantes, são organizados, tal como entendemos hoje, desde a criação da União Nacional dos Estudantes (UNE), em 1937. Isso não significa, porém, que as “rebeliões

---

<sup>6</sup> O termo higienismo surgiu entre os séculos XIX e XX, em um contexto de doenças de febre amarela, tifo e tuberculose, em que médicos defendiam padrões sociais e de comportamento em nome da saúde. Com o crescimento industrial das cidades, adotou-se condutas higienistas em espaços públicos e privados. O artigo 138 da Constituição de 1934 versava sobre hábitos de higiene para impedir a propagação de doenças transmissíveis, orientando sobre condições de moradia, criando serviços sociais, artigos que visavam proteger a juventude de exploração e adotando medidas de um novo comportamento. Posteriormente, essa visão foi alvo de críticas, pois passou a ser entendida como uma discriminação, uma vez que o conceito de “higienizar” escondia um sentido oculto de “descartar” o que na percepção de quem aplicava a política não servia para a cidade.

da juventude”, como classifica o autor, tenham ocorrido apenas a partir desse ano. Segundo o autor,

essa participação precede a aquisição mesma da independência política formal do país, pontilhada, não raro, pelo cunho de pioneirismo que particularizava, por exemplo, a fundação, em 1852, da sociedade abolicionista *Dois de Julho*, pelos acadêmicos baianos de medicina. (...) A primeira manifestação estudantil registrada pela história brasileira ocorre ainda no período colonial, em 1710, quando da invasão que mais de mil soldados franceses, sob o comando de Jean François Duclerc, empreendem no Rio de Janeiro. (...) Os jovens que, capitaneados por Bento do Amaral Coutinho, se portaram tão valentemente – conforme o testemunho unânime dos historiadores, que não divergem quanto à valentia demonstrada –, estudavam em conventos e colégios religiosos, pois, à época, ainda não havia ensino universitário no Brasil (POERNER, 1995, p.51-53).

Aqui, enfatizamos a história da participação jovem, principalmente dos estudantes nos protestos ocorridos em território nacional, pois, as manifestações dos “ocupas” aconteceram, como já foi dito, tanto no Brasil quanto nos protestos do exterior que inspiraram as ocupações brasileiras, foram protagonizadas por jovens, como mostra Giovanni Alves:

[Na Primavera Árabe], a multidão árabe, composta em sua maioria por jovens com trabalhos precários ou desempregados, mobilizou-se por meio das redes sociais. (...) No caso europeu, muitos dos manifestantes são jovens empregados, trabalhadores desempregados e estudantes de graduação subjugados pelo endividamento e inseguros quanto ao seu futuro (ALVES, 2012, p. 31-32).

Assim como a participação da juventude em protestos não era uma inovação, adotar ocupações como estratégia em manifestações também não pode ser considerado novidade no Brasil e no mundo. Como lembra Alves, “há tempos, o MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra), no Brasil, e o Zapatismo, no México, valem-se de estratégias de ocupação como tática de luta e visibilidade social” (ALVES, 2012, p.33).

No caso do Ocupe Estelita, a influência estratégias do MST foi clara. Um dos eventos realizados no Cais José Estelita levou integrantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra para discutir questões relacionadas a disputas por espaços no campo e na cidade. O convite do Movimento Ocupe Estelita para o evento *Ocupe Campo – Cidade*, realizado no dia 12 de abril de 2012, ressaltava que

a disputa, seja no campo, seja na cidade, é por espaço – obviamente respeitando as especificidades de cada lugar. Se no campo a demanda da reforma agrária escancara a dominação autoritária dos latifundiários e as ameaças geradas pelo agronegócio, na cidade, a especulação imobiliária

varre para zonas periféricas homens e mulheres de raças e classes ‘indesejadas’, ‘revitalizando’ centros para a classe dominante. A terra e a moradia são território de disputa e conflito em um contexto social no qual o lucro de poucos se sobrepõe às vidas e direitos básicos de muitos<sup>7</sup>.

Apesar de também trazer à tona discussões em torno das questões no campo, a luta do Ocupe Estelita se centrava no urbano e tinha uma pauta específica: o direito à cidade<sup>8</sup>. O conceito de direito à cidade surgiu com o filósofo francês Henri Lefebvre (1968), no livro *Le droit à la ville (Direito à cidade)*, onde o autor escreve sobre segregação socioeconômica e define, em linhas gerais, o direito à cidade como o direito à não exclusão da qualidade e benefícios da vida urbana. Na obra, o autor reivindica uma cidadania integral a todos os habitantes de uma cidade, seja ela qual for, com reconhecimento formal ou não.

O modelo de cidade criticado pelo francês foi aquele criado a partir da industrialização e da difusão do capitalismo. Nesse contexto, a cidade, enquanto local por onde circula o capital, reproduz a segregação, uma vez que a apropriação de espaços se dá de forma desigual. Para ele, a teoria que poderia legitimamente se chamar de “urbanismo” se reuniria “às significações da velha prática chamada habitar (isto é, o humano)” (LEFEBVRE, 2001, p.111). Segundo Lefebvre, esse urbanismo só existe “virtualmente”.

Essa cidade fruto do capitalismo criou, antes de tudo, polos de pobreza, como mostra Milton Santos (1993). Para ele, a grande cidade se configura como o lugar de todos os capitais e de todos os trabalhadores. Assim, conforme o autor brasileiro, a cidade torna-se criadora de pobreza, tanto pelo modelo socioeconômico de que é o suporte quanto por sua estrutura física, que faz os habitantes das periferias ainda mais pobres. Na história brasileira, o processo de urbanização encontra associação com a pobreza, cujo lócus passa a ser, cada vez mais, a cidade, principalmente, a grande cidade, já que o campo brasileiro afasta os pobres, e os trabalhadores da agricultura capitalizada vivem cada vez mais nos espaços urbanos.

Segundo Carlos (2016), o direito à cidade sugere a constituição de uma nova sociedade, colocando em questão a sociedade urbana e a segregação como forma

---

<sup>7</sup> MOVIMENTO OCUPE ESTELITA. Campo e cidade se juntam no Cais José Estelita. Disponível em <<http://www.mst.org.br/2015/04/10/campo-e-cidade-se-juntam-no-cais-jose-estelita.html>>. Acesso em 16 jul 2017.

<sup>8</sup> “A proposta do #ocupeestelita é chamar a atenção para a área e principalmente reforçar que existem muitas possibilidades de ativá-la; que a proposta da Moura Dubeux e Queiroz Galvão não é a única maneira de integrá-la à cidade, ao contrário, é uma das piores, justamente porque a conecta com uma face da cidade que não reflete sua diversidade, que não enfrenta seus problemas e que não respeita sua identidade e sua história.” Trecho da carta de convocação da primeira ocupação no Cais José Estelita. Disponível em: <<https://direitosurbanos.wordpress.com/ocupeestelita-0/ocupeestelita/>>. Acesso em 16 jul 2017.

predominante da produção do espaço urbano capitalista. A autora acrescenta que “as lutas pela apropriação do espaço urbano que surgem no cotidiano questionam o sentido da metrópole produzida sob a égide do processo de valorização que aprofunda e encobre os mecanismos de segregação” (CARLOS, 2016, p. 108).

De acordo com o *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, a palavra “segregação”, mencionada por Carlos (2016), foi registrada no idioma falado no Brasil em meados do século 19. Seu primeiro sentido é de “ato ou efeito de segregar (-se), afastamento, separação, segregamento”. Etimologicamente, vem do latim *segregatio*, que significa “separação”. Essa conceituação se faz importante ao discutir questões e lutas urbanas, pois, segundo Carlos, a segregação é característica fundamental da produção do espaço urbano contemporâneo. Ao mesmo tempo, é o negativo da cidade e da vida urbana. A autora frisa que

a segregação vivida na dimensão do cotidiano (onde se manifesta concretamente a concentração da riqueza, do poder e da propriedade) apresenta-se, inicialmente, como diferença, tanto nas formas de acesso à moradia (como a expressão mais evidente da mercantilização do espaço urbano), quanto em relação ao transporte urbano como limitação de acesso às atividades urbanas (como expressão da separação do cidadão da centralidade), bem como através da deterioração/cercamento/diminuição dos espaços públicos (como expressão de estreitamento da esfera pública). (...) Deste modo, a segregação surge em contradição à reunião (sentido mais profundo da prática urbana) CARLOS (2016, p.96).

Assim, o encolhimento da esfera pública e a expansão da esfera privada é uma realidade que vem se impondo nas metrópoles. Com isso, “reduzem-se as possibilidades da vida humana definida no âmbito da sociabilidade, das trocas como consequências da reunião diante dos espaços públicos deteriorados ou de parques/áreas verdes como espaço da contemplação passiva, mais do que da ação cívica” (CARLOS, 2016, p.106). No texto, Carlos (2016) não define o conceito de esfera pública que adota. Nesta pesquisa, porém, entende-se esfera pública a partir da definição de Jürgen Habermas (1984).

Como resume Fernando Perlatto (2012), o conceito de esfera pública é encarado por Habermas como a terceira instituição da modernidade capitalista, que não se confundiria nem com o Estado e nem com o mercado. Também não se pode delimitar seus limites e fronteiras, isto é, a esfera pública se constitui como uma estrutura aberta. Assim, ela se configura enquanto arena discursiva do agir orientado para a compreensão, na qual os valores democráticos se formam e se reproduzem a partir de redes de comunicação de conteúdos e tomadas de posição, como é o caso do uso das redes sociais pelos movimentos de ocupação.

Segundo Habermas, a esfera pública burguesa teve origem a partir de cidadãos que se reuniam publicamente e debatiam questões ligadas a produções culturais e, depois, que assumiram discussões e críticas em relação às ações políticas do Estado. Habermas define essa mudança de relação da burguesia com o Estado como “emancipação política da sociedade burguesa” (HABERMAS, 1984, p. 74). Ele afirma que

a esfera pública burguesa pode ser entendida inicialmente como a esfera das pessoas privadas reunidas em um público; elas reivindicam esta esfera pública regulamentada pela autoridade, mas diretamente contra a própria autoridade, a fim de discutir com ela as leis gerais da troca [...] as leis do intercâmbio de mercadorias e do trabalho social. O meio dessa discussão política não tem, de modo peculiar e histórico, um modelo anterior: a racionalização pública. (HABERMAS, 1984, p. 42).

No caso do Ocupe Estelita, fica evidente a disputa entre o movimento e o Consórcio Novo Recife pela “esfera pública”, nos termos de Habermas (1997). De acordo com ele, “a esfera ou espaço público é um fenômeno social elementar, do mesmo modo que a ação, o ator, o grupo ou a coletividade” (HABERMAS, 1997, p. 92). A esfera pública pode ser explicada ainda como uma “rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomadas de posições e opiniões”. Nela, os “fluxos comunicacionais” são filtrados e podem se tornar opiniões públicas sobre assuntos específicos. Há, na esfera pública, uma luta por influência. Habermas mostra ainda que a sociedade civil pode, em determinadas circunstâncias, ter opinião própria capaz de influenciar os “complexos parlamentares”, obrigando o sistema político a mudar o rumo do poder oficial. Segundo ele,

Movimentos sociais, iniciativas de sujeitos privados e de foros civis, uniões políticas e outras associações, numa palavra, os agrupamentos da sociedade civil, são sensíveis aos problemas, porém, os sinais que emitem e os impulsos que fornecem são, em geral, muito fracos para despertar a curto prazo processos de aprendizagem no sistema político ou para reorientar processos de decisão (HABERMAS, 1997, p. 106-107).

Isso porque há uma distorção sistemática de poder. As deliberações são feitas em função dos interesses das minorias. No entanto, não há determinismo. É possível superar essa situação, ou seja, o poder do público existe. O Ocupe Estelita, em defesa de uma área pública leiloadada para empresas privadas, é um exemplo dessa luta. O histórico e ações do movimento serão detalhados no próximo tópico deste capítulo.

Voltando a Carlos (2016), a autora observa também que a segregação enquanto fenômeno urbano existe desde a criação das cidades. No entanto, sob o capitalismo, ela ganha outra forma: a produção do espaço enquanto mercadoria como momento de realização do processo de acumulação. Segundo ela, a cidade “encontra-se sob as determinações do capitalismo (...) e tornou a própria cidade uma mercadoria (...). O espaço urbano tornado mercadoria faz com que seu acesso seja determinado pelo mercado imobiliário” (CARLOS, 2016, p. 99).

Ainda sobre a segregação como característica das cidades contemporâneas, Souza (2016) vê projetos de “revitalização” e congêneres como promotores de segregação. Revitalizar, requalificar ou regenerar, mostra o autor, pressupõe espaços que estavam “mortos”, “desqualificados” ou “destruídos”. “‘Revitalização’, ‘requalificação’, etc. são os eufemísticos e ideológicos nomes das estratégias que visam a promover esse objetivo, bancado por regimes urbanos saturados de mentalidade ‘empresarialista’” (SOUZA, 2016, p.140). Por “esse objetivo”, o autor fala sobre a tentativa de implementação de ações, amparadas por significativa hegemonia ideológica entre a classe média, que têm como premissa tática a ideia de que a presença dos pobres em áreas centrais é um obstáculo a ser removido, em prol da “modernização”. Para ele, “na exata medida em que o projeto da ‘cidade empresarialista’ der certo, com seu cortejo de vícios e perversidades, aí incluída uma ‘revitalização’ que reforça e agrava a segregação e parece interditar aos pobres o direito de morar nas áreas centrais, as cidades brasileiras darão errado” (SOUZA, 2016, p.143).

Como observou Nina Rabha (1984, p.71), “menosprezar, depreciar, esquecer, são resultado do uso de uma escala abrangente de análise, que não leva em conta os valores internos do lugar”. Nesse sentido, Souza (2016) acrescenta que tais valores não são levados em consideração porque levá-los em conta é algo incompatível com as necessidades “revitalizadoras” do capital. “Em todo o planeta, ‘revitalizar’ espaços ‘deteriorados’ tem sido um dos principais expedientes na criação de novas ‘frentes pioneiras urbanas’ para o capital. Estamos imersos na era, por excelência, da cidade como uma ‘máquina de crescimento’” (SOUZA, 2016, p. 133).

Já Rodrigues (2016) interpreta os condomínios fechados como outra faceta da segregação nas cidades. Segundo ela, esse tipo de espacialização reforça a noção de espaços seguros *versus* espaços inseguros. A autora assinala que os empreendedores imobiliários produzem espaços que aumentam a desigualdade socioespacial onde o Estado parece estar ausente. Essa separação, segundo ela, é



Calçada na propriedade privada da terra e nas edificações nela contidas, projetadas para permitir maiores rendas, lucros e juros. Nas zonas selvagens encontram-se os pobres, os violentos, sujos, drogados, o trânsito, a sujeira, a falta de áreas verdes e de equipamentos de uso coletivo. Nas civilizadas, moram os que estão constantemente ameaçados e para se defenderem criam (incorporação imobiliária) e usufruem (compradores/moradores) de enclaves, que contam com áreas verdes, equipamentos coletivos, limpeza, deslocamento seguro, além de serem tidos como ‘sustentáveis’ (RODRIGUES, 2016, p. 161).

Assim, os conflitos sociais resultantes do processo de intervenções urbanas se manifestam por meio da resistência, que, conforme Serafim (2012), às vezes ocorre de forma direta, como nas lutas contra as desapropriações, quanto na exigência de uma parcela crescente da população por direito à cidade, uma urgência de utilização do espaço público como um território para vivência da vida cotidiana. Assim, as grandes intervenções na cidade cooperam para a efetivação significativa nas formas de produção e apropriação social do espaço urbano. Dessa forma, conforme a autora,

O processo de produção não é apenas histórico e social, sendo responsável por conflitos, pois nem todos se apropriam desse espaço de maneira democrática, nem vão ter as mesmas oportunidades, o que gera segregação espacial e privação da cidadania (SERAFIM, 2012, p. 186).

## **1.2 Cinco anos de Movimento Ocupe Estelita**

As mobilizações do Movimento Ocupe Estelita começaram em 2012, quatro anos depois de o consórcio Novo Recife, formado pelas construtoras Moura Dubeux, Queiroz Galvão, GL Empreendimentos e Ara Empreendimentos, comprar em leilão a área da antiga Rede Ferroviária Federal (RFFSA). O projeto imobiliário pretendia construir 12 torres residenciais e comerciais de alto padrão, com até 40 andares. O metro quadrado das unidades custaria de R\$ 5,5 mil a R\$ 7,5 mil, o que tornaria a área uma das mais caras da cidade<sup>9</sup>. Além disso, o plano previa estacionamentos para cerca de 5 mil veículos.

---

<sup>9</sup> De acordo com pesquisa divulgada em janeiro de 2017 pela plataforma digital de imobiliárias e corretores Viva Real, Recife é a quarta capital com valor de venda de imóveis mais alto do Brasil. Os bairros com o metro quadrado mais caros da cidade são o Pina (R\$ 7.595), Jaqueira (R\$ 7.168), Poço da Panela (R\$ 6.713) e Boa Viagem (R\$ 6.598). Disponível em: < [www.vivareal.com.br/dmi/recife-dados-mercado-imobiliario](http://www.vivareal.com.br/dmi/recife-dados-mercado-imobiliario)>. Acesso em 19 jul 2017.



**Figura 1:** Foto do Cais José Estelita

**Fonte:** Flickr/Direitos Urbanos ([www.flickr.com/photos/direitosurbanos](http://www.flickr.com/photos/direitosurbanos))

No dia 29 de fevereiro de 2012, o consórcio Novo Recife anunciou o início das obras no Cais José Estelita. Em reportagem publicada no *Jornal do Commercio*, o diretor da construtora Moura Dubeux, única fonte de informação ouvida pela reportagem, informa que uma área de 15 mil metros quadrados seria demolida para a construção dos prédios. “Nossa proposta é oferecer uma qualidade de vida para quem vai morar no local, mas que essa convivência esteja conectada com toda a cidade”, afirmou Eduardo Moura<sup>10</sup>.

Contrários à construção dos prédios por entender que o projeto seria danoso à cidade por não apresentar relatórios de impacto ambiental e de vizinhança e por ser desproporcional à massa edificada do bairro de São José, estudantes, arquitetos, professores e movimentos sociais começaram a se organizar para protestar contra o Novo Recife. Era a primeira vez que um movimento social articulado e com uso das redes sociais como ferramenta de comunicação protestava contra o modelo de crescimento urbano na capital pernambucana.

Às 9h do dia 15 de abril de 2012, um domingo, aconteceu o primeiro ato de ocupação da área no Cais José Estelita. “A luta do movimento Ocupe Estelita é para que a cidadania ocupe o cais por meio da observância da legislação vigente; da inclusão popular no desenho das oportunidades para a área do centro-sul da capital pernambucana; do respeito ao meio ambiente e do investimento imobiliário responsável”, explicou o grupo na página *Direitos Urbanos* na internet<sup>11</sup>.

---

<sup>10</sup> Disponível em: <<https://pedesenvolvimento.com/2012/02/29/comecam-obras-do-projeto-novo-recife-no-cais-jose-estelita/>> Acesso em 19 jul 2017.

<sup>11</sup> Disponível em <<https://direitosurbanos.wordpress.com/ocupeestelita-0/ocupeestelita/>>. Acesso em 19 jul 2017.



**Figura 2:** Foto do #OcupeEstelita1, em 15 de abril de 2012

**Fonte:** Flickr/Direitos Urbanos ([www.flickr.com/photos/direitosurbanos](http://www.flickr.com/photos/direitosurbanos))

O projeto imobiliário foi aprovado pelo Conselho de Desenvolvimento Urbano (CDU) da Prefeitura de Recife em 28 de dezembro de 2012, a três dias do fim da gestão do ex-prefeito do Recife João da Costa (PT-PE). A sessão foi realizada a portas fechadas. O ano que seguiu a aprovação, 2013, foi marcado pela intensificação da batalha judicial sobre o andamento do projeto. Os eventos promovidos pelo movimento Ocupe Estelita na área também se tornaram mais frequentes.

Nos primeiros meses de 2013, a então promotora de Defesa do Meio Ambiente do Ministério Público de Pernambuco (MPPE), Belize Câmara, participou de debates sobre o projeto Novo Recife em audiências públicas e entrou com uma ação civil pública em que solicitou a suspensão do plano imobiliário. Entre outros pontos, a promotora argumentava que o projeto não obedeceu a critérios básicos para a construção, como o parcelamento do terreno (divisão em lotes) antes de sua aprovação.

No dia 1º de março de 2013, uma semana após a Justiça suspender o processo de aprovação do projeto na Prefeitura do Recife, em resposta à ação civil pública movida pela promotora, ela foi afastada da Promotoria de Defesa do Meio Ambiente do Recife<sup>12</sup>. Aos

<sup>12</sup> “O Ministério Público de Pernambuco decidiu por dispensar a ilustre e competente colega Belize Câmara, titular da 3ª Promotoria de Justiça Cível de Jaboatão do Guararapes, da acumulação temporária da Promotoria de Meio Ambiente da Capital, porquanto naquele município de Jaboatão faltam promotores da Infância e Juventude, e, designá-la para o exercício cumulativo na mencionada Promotoria.” Trecho de nota oficial do Ministério Público de Pernambuco sobre o afastamento da promotora. Disponível em: <<http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/cidades/noticia/2013/03/01/belize-camara-e-afastada-da-promotoria-de-defesa-do-meio-ambiente-do-recife-75060.php>>. Acesso em 19 jul 2017.

gritos de “Volta, Belize!”, cerca de 100 pessoas realizaram uma manifestação, no dia 6 de março de 2013, em frente à sede do MPPE, bairro de Santo Antônio. O protesto, porém, não surtiu efeito. Até 2017, a promotora continuava afastada do cargo.



**Figura 3:** Foto dos cartazes usados no protesto

**Fonte:** Flickr/Direitos Urbanos ([www.flickr.com/photos/direitosurbanos](http://www.flickr.com/photos/direitosurbanos))

Em abril de 2013, os integrantes do movimento Ocupe Estelita ocuparam o cais para o evento Ocupe Estelita +1, definida pelos manifestantes como “um momento de encontro, um espaço para discussão dos rumos e impactos do processo de desenvolvimento urbano em curso no município do Recife”. O encontro aconteceu na tarde do dia 28 e promoveu exposição fotográfica, shows, apresentações teatrais e de dança, plantio de árvores e palestra.

Depois da aprovação do projeto Novo Recife pelo Conselho de Desenvolvimento Urbano (CDU) da Prefeitura de Recife ter sido anulado pela Justiça após a ação movida pela promotora Belize Câmara, em agosto de 2013, a Câmara dos Vereadores do Recife, aprovou o projeto de lei 23/2013, de autoria do prefeito Geraldo Julio (PSB-PE), transferindo o CDU da Secretaria de Planejamento para a Secretaria de Mobilidade e Controle Urbano. A decisão foi alvo de protesto de entidades, como o Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Pernambuco (CAU-PE) e a Ordem dos Advogados do Brasil Seccional Pernambuco (OAB-PE), e do grupo Direitos Urbanos, contrários à mudança<sup>13</sup>.

Após as mudanças, no dia 21 de maio de 2014, o grupo imobiliário responsável pelo Novo Recife conseguiu autorização da Prefeitura de Recife para demolir os antigos armazéns

<sup>13</sup> "A nossa oposição ao referido Projeto de Lei decorre da constatação de que ele aprofunda uma separação entre o planejamento do desenvolvimento da cidade e sua execução, afrontando o que prevê o Plano Diretor da Cidade do Recife", argumenta carta, assinada pelo Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB-PE), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-PE), Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU-PE), Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA-PE), Direitos Urbanos Recife, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco (MDU-UFPE).

de açúcar, mesmo após a Justiça ter proibido qualquer etapa da obra em função da ausência de estudos de impacto obrigatórios. Apesar da mobilização social, que durava mais de dois anos, o Consórcio Novo Recife deu início à demolição do cais. A operação começou por volta da meia noite e chamou a atenção de um dos ativistas do movimento Ocupe Estelita, que passou pelo local no momento e enviou imagens da destruição por celular para outros ativistas. A notícia se espalhou pelas redes sociais. Um grupo foi até o cais e decidiu passar a noite no local vigiando para que as máquinas não voltassem a derrubar os armazéns. A ocupação, inicialmente programada para acontecer de um dia para o outro, acabou durando 58 dias.

No dia seguinte ao início da ocupação, 22 de maio de 2014, a demolição dos antigos armazéns foi embargada por uma liminar do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), que alegou que o consórcio descumpriu um Termo de Ajuste de Conduta (TAC), firmado entre as empreiteiras e o órgão de proteção ao patrimônio. O documento visava garantir a proteção dos registros relacionados à produção de conhecimento sobre a área. Um ofício informando sobre a interdição foi encaminhado à gestão do Consórcio e à Secretaria-executiva de Licenciamento da Prefeitura do Recife. O documento ressaltava o “poder geral de cautela do Iphan quanto à preservação do patrimônio arqueológico” e detalhava que a medida se baseou em duas questões: “1. Descumprimento da celebração do Termo de Ajuste de Conduta entre o empreendedor e o Iphan, considerada uma condicionante para as atividades do primeiro, visto que necessário ao acautelamento de bem arqueológico na área; 2. Necessidade de apresentação de documentação suficiente para garantir a proteção dos registros referentes à produção de conhecimento sobre a área em questão”. Um dia depois, aconteceu a primeira audiência pública sobre o projeto. A população teve acesso ao plano imobiliário e apontou os problemas que as construções poderiam causar ao cais e à cidade.



**Figura 4:** Foto da demolição dos armazéns

**Fonte:** Flickr/Direitos Urbanos ([www.flickr.com/photos/direitosurbanos](http://www.flickr.com/photos/direitosurbanos))

Em 3 de junho, a Prefeitura do Recife suspendeu a licença que autorizava a demolição dos galpões do cais. Dois dias depois, a construtora Moura Dubeux declarou que o consórcio Novo Recife seria favorável à criação de um novo projeto. A informação foi publicada em jornais do estado. Pouco depois, no dia 16 de junho, houve reunião entre o consórcio, a prefeitura, o Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Pernambuco (CAU-PE), o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Pernambuco (CREA-PE), o Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) e a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), onde foi estabelecido um prazo de 30 dias para mudar as diretrizes urbanísticas do projeto.



**Figura 5:** Foto da reunião na PCR para a suspensão da licença

**Fonte:** Flickr/Prefeitura do Recife Oficial ([www.flickr.com/photos/prefeituradorecife](http://www.flickr.com/photos/prefeituradorecife))

O acordo também previa que se fosse ocorrer uma ação de reintegração de posse da área, ela precisaria ser comunicada com 48 horas de antecedência e deveria contar com a presença do Ministério Público. Um dia depois de a concordata ser firmada, porém, em 17 de junho de 2014, sob as ordens do então governador do estado João Lyra (PSB-PE) – que ocupava o cargo após o afastamento do governador Eduardo Campos para campanha presidencial – o Batalhão de Choque da Polícia Militar de Pernambuco (PMPE) foi enviado ao Cais José Estelita para expulsar à força os manifestantes que ocupavam o local.

Quatro pessoas foram detidas durante a operação, entre elas dois estrangeiros – um peruano e um argentino. De acordo com o capitão da Polícia Militar de Pernambuco Júlio Aragão, então chefe da Comunicação Social da corporação, as prisões aconteceram por

“desobediência, ameaça e incitação de violência”<sup>14</sup>. Pela conta do governo de Pernambuco, três pessoas ficaram feridas: uma mulher que desmaiou, um rapaz de 18 anos que foi atingido por estilhaços de bomba de efeito moral e uma manifestante inalou muito gás lacrimogêneo. Os manifestantes informaram que o número de feridos, na verdade, foi de 35 pessoas.

No mesmo dia da ação de reintegração de posse, a Anistia Internacional, organização não governamental que defende os direitos humanos, divulgou nota pública condenando o uso excessivo da força pela PM na desocupação do Cais José Estelita:

Os manifestantes estavam em negociação com autoridades locais, com acompanhamento do Ministério Público, e havia o compromisso de que qualquer reintegração de posse teria um aviso prévio de 48 horas. Há denúncias de manifestantes feridos, equipamentos confiscados, destruição do acampamento e pessoas detidas sob a acusação de formação de quadrilha. A Anistia Internacional pede a investigação imediata dos abusos cometidos pela Polícia Militar e que seja retomada a negociação com os participantes da ocupação<sup>15</sup>.



**Figura 6:** Foto do Batalhão de Choque da Polícia Militar em reintegração de posse

**Fonte:** Flickr/Direitos Urbanos ([www.flickr.com/photos/direitosurbanos](http://www.flickr.com/photos/direitosurbanos))

Em março de 2015, o Iphan incluiu a área operacional do Pátio Ferroviário das Cinco Pontas – no terreno do Cais José Estelita, vizinho ao local previsto para o projeto Novo Recife

<sup>14</sup> Disponível em: <<http://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2014/06/quatro-sao-detidos-e-varios-feridos-na-desocupacao-do-estelita.html>>. Acesso em 20 jul 2017.

<sup>15</sup> Disponível em: <<https://anistia.org.br/noticias/nota-publica-anistia-internacional-condena-uso-excessivo-da-forca-pela-pm-na-desocupacao-cais-jose-estelita-em-recife-pe/>>. Acesso em 19 jul. 2017.

– na Lista do Patrimônio Cultural Ferroviário Brasileiro. Menos de um ano depois da desocupação do cais, em 4 de maio de 2015, a Câmara de Vereadores do Recife aprovou por unanimidade, em primeira e segunda votações, o projeto de lei número 08/2015, o Plano Específico do Cais José Estelita, Santa Rita e Cabanga. A região contemplada pelo projeto fica no centro histórico da cidade, incluindo a área de interesse do Novo Recife.

A sessão na casa do legislativo municipal aconteceu no mesmo dia em que o Ministério Público de Pernambuco (MPPE) encaminhou à presidência da Câmara um ofício informando sobre ação civil pública que pede a devolução do projeto de lei para o Conselho da Cidade da Prefeitura do Recife. A votação do projeto não estava na pauta do dia da Câmara do Recife. A matéria foi incluída para sessão extraordinária. De acordo com o portal de notícias *G1*<sup>16</sup>, houve confusão, com discussão entre vereadores e o então presidente da Casa, Vicente André Gomes (PSB-PE); proibição de entrada do público nas galerias e gritaria entre os ativistas contrários à medida e que conseguiram ficar no plenário. Por causa do tumulto, a bancada de oposição se retirou na hora da votação.

No dia seguinte à votação, manifestantes contrários à aprovação do Plano Específico do Cais José Estelita, Santa Rita e Cabanga fizeram um protesto de aproximadamente cinco horas pelas ruas do Recife. Eles saíram da frente da Câmara de Vereadores. A passeata seguiu pela Rua do Hospício, Avenida Conde da Boa Vista, Ponte Duarte Coelho, Avenida Guararapes, Avenida Dantas Barreto, Nossa Senhora do Carmo, Cais de Santa Rita, Cais José Estelita e Pina. O protesto foi encerrado dentro do RioMar Shopping, na Zona Sul da cidade.

Os integrantes do movimento Ocupe Estelita voltaram a protestar contra o plano no dia 7 de maio de 2015. Os manifestantes se reuniram na Praça do Derby, na área central do Recife, e fizeram uma passeata pela Avenida Agamenon Magalhães, principal corredor viário do Recife. A troça carnavalesca Empatando Tua Vista, criada pelo movimento e que critica a verticalização excessiva da cidade, tomou a frente do protesto. Antes da caminhada, os ativistas leram um texto explicando os motivos da manifestação. “Ocupamos a cidade e manteremos ocupada pelo tempo que for necessário para sua real transformação. Democratizar nossa cidade é nosso dever e desejo”, informava a mensagem lida<sup>17</sup>. A caminhada chegou à rua onde morava o prefeito Geraldo Julio (PSB-PE). Um acampamento foi montado pelos manifestantes em frente ao prédio onde vivia o chefe do executivo

---

<sup>16</sup> Disponível em: <<http://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2015/05/camara-do-recife-aprova-plano-para-area-do-cais-jose-estelita.html>>. Acesso 22 jul. 2017.

<sup>17</sup> Disponível em: <<https://pt-br.facebook.com/MovimentoOcupeEstelita/posts/486863214793997>>. Acesso em 22 jul 2017.



municipal. A Rua Neto Campelo, no bairro da Torre, Zona Oeste da cidade, ficou fechada por faixas pedindo que fosse reaberto o diálogo com a Prefeitura do Recife. O evento “Praia do GeJu (referência ao nome do prefeito Geraldo Julio)”, foi divulgado pelo Ocupe Estelita pelas redes sociais. Atividades, como projeções de vídeos e aulas, aconteceram na rua.

Dois dias depois de o acampamento ter início, o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), em decisão assinada pelo juiz Djalma Nogueira Júnior, determinou a desocupação da Rua Neto Campelo. Houve alguns momentos de tensão, quando moradores do prédio, que haviam instalado uma faixa com a frase “Respeitem nossas famílias” na fachada do imóvel, atiraram sachês de tempero nos manifestantes, que encerraram o acampamento.



**Figura 7:** Foto da saída do protesto no prédio onde mora o prefeito Geraldo Julio

**Fonte:** Facebook/MOE ([www.facebook.com/MovimentoOcupeEstelita](http://www.facebook.com/MovimentoOcupeEstelita))

Em 30 de setembro de 2015, a Polícia Federal em Pernambuco (PF-PE) informa, em entrevista coletiva à imprensa, que houve fraude no leilão do terreno do Cais José Estelita, que ocorreu em 2008. No mesmo dia, a Câmara Municipal do Recife, em parecer assinado pelo vereador Aerto de Brito Luna (PRP-PE), havia se posicionado favoravelmente ao projeto. “Considerando a viabilidade técnica do Empreendimento e que os projetos atendem às recomendações e aos índices urbanísticos determinados na legislação vigente, opino favoravelmente à aprovação dos projetos”<sup>18</sup>, informava o documento elaborado em resposta ao ofício número 22/2015 da Câmara.

<sup>18</sup> Disponível em: <[selurb.recife.pe.gov.br/sites/default/files/Paracer%20relator%20Novo%20Recife.pdf](http://selurb.recife.pe.gov.br/sites/default/files/Paracer%20relator%20Novo%20Recife.pdf)> Acesso em 22 jul 2017.

No dia 28 de novembro de 2015, a Justiça Federal anulou o leilão de venda da área onde seriam construídas as torres. A decisão judicial levou em conta a investigação da Polícia Federal, que apontou que a compra do terreno foi fraudulenta. A decisão do processo número 0001291-34.2013.4.05.8300 determinou que o Consórcio Novo Recife restabelecesse o estado anterior em que o local estava. A sentença atendeu a um pedido do Ministério Público Federal (MPF) e condenou o Consórcio Novo Recife a devolver o patrimônio público em até trinta dias e determinou que a Prefeitura do Recife, a União Federal e o Instituto Nacional do Patrimônio Histórico e Artístico (Iphan) “se abstenham a autorizar todo e qualquer projeto que controverta ao ambiente histórico, paisagístico, arquitetônico e cultural das áreas do entorno do Forte das Cinco Pontas, incluindo o Cais José Estelita, sob as penas da lei”<sup>19</sup>. Em junho de 2016, a Justiça Federal emitiu uma reafirmação de sentença e manteve a anulação do leilão do Pátio Ferroviário no Cais José Estelita. Em comemoração aos cinco anos do movimento, os ativistas do Ocupe Estelita ocuparam a área do cais no dia 21 de maio de 2017 para promover atividades, como debates e rodas de poesia, música, arte e cinema.

Seis meses depois de o Movimento Ocupe Estelita completar cinco anos, o Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF-5) emitiu decisão informando não encontrar motivos legais para impedir a construção de prédios no terreno dos armazéns do Cais José Estelita. A deliberação judicial, emitida no dia 14 de novembro de 2017, respondeu a apelações do Consórcio Novo Recife, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e da União, para reformar a sentença da 12ª Vara Federal da Seção Judiciária de Pernambuco, que declarou a nulidade do leilão do Pátio Ferroviário das Cinco Pontas. Com a nova decisão, o leilão do terreno foi considerado legal.

---

<sup>19</sup> Disponível em: <<http://tebas.jfpe.jus.br/consultaProcessos/resimprsentintegra.asp?CodDoc=4612361>>. Acesso em 22 jul 2017.

## 2 ESTUDOS DO DISCURSO E A ACD

*O trabalho humanizante não poderá ser outro senão o trabalho da desmitificação.  
Por isso mesmo a conscientização é o olhar mais crítico possível da realidade,  
que a desvela para conhecê-la e para conhecer os mitos que enganam  
e que ajudam a manter a realidade da estrutura dominante.*

**Paulo Freire**

### 2.1 O Conceito de Discurso

Definir discurso<sup>20</sup> não é tarefa fácil. A acepção do conceito divide pesquisadores, teorias e metodologias de análise. Apesar da dificuldade da conceituação de discurso, conforme Pedro (1997), a consciência sobre a relevância do discurso nas vidas individual e coletiva fez com que sua caracterização e análise crescessem cada vez mais. Nessa busca por um conceito de discurso, dois principais caminhos foram trilhados. Um deles foi a perspectiva social, como em Michel Foucault, por exemplo, em que o conceito de discurso aparece atrelado aos diferentes modos de estruturação das áreas do conhecimento e à prática social, em uma relação entre o saber e as capilaridades do poder.

Já na linguística, o discurso é entendido mais frequentemente como demonstrações da linguagem falada ou escrita. Nesse aspecto, o texto é considerado uma das dimensões do discurso. Abordar o texto como uma e não a única dimensão do discurso é uma posição que se afasta do formalismo<sup>21</sup>, em que a língua é abstraída das condições de produção. Os formalistas saussureanos distinguem linguagem (capacidade que permite ao ser humano a comunicação verbal), língua (sistema autônomo) e fala (execução individual da língua).

---

<sup>20</sup> O termo discurso deriva do latim *discursus*, substantivo do verbo *discurrere*, que significa “correr para várias partes”. De acordo com Santos e Maia (2016), em português, no verbo discorrer e em seus derivados, a acepção de “correr para diversas direções” não é comum. Por metáfora, o verbo discorrer ganhou a significação de “discursar, fazer uma exposição oral, falar”. Essa acepção, segundo os autores, começou a ser desenvolvida no latim tardio, em que *discursus*, que significava simplesmente “correr por várias partes”, passou a significar “conversação”.

<sup>21</sup> Uma das vertentes do formalismo é a escola estruturalista, que se construiu a partir do pensamento do linguista suíço Ferdinand de Saussure. Ele é considerado o “pai” da linguística. Os estudos linguísticos pós-Saussure passaram a assumir uma postura científica, diferentemente do que era feito antes dele. Saussure foi professor da Universidade de Paris e morreu aos 56 anos. Suas aulas de linguística geral – ministradas em três cursos – foram reunidas por dois alunos, Albert Sechehaye e Charles Bally, sob o título *Curso de Linguística Geral*. O livro foi publicado em 1916.

Em outros estudos do discurso – como o de Sinclair e Coulthard (1975), o da Análise da Conversação (AC) – apesar de chamarem a atenção para as propriedades organizacionais do diálogo, são limitadas por não desenvolverem uma orientação social do discurso e não atrelarem o texto às dimensões sociais. Já a abordagem do discurso de Michel Pêcheux (1979), isto é, da Análise do Discurso de linha francesa, há uma relação do discurso com a teoria social. No entanto, o tratamento dado aos textos é insatisfatório. Os textos são, em Pêcheux, tratados como evidências para hipóteses previamente formuladas.

Na Análise Crítica do Discurso, a proposta para a compreensão da linguagem, porém, se dá por meio da articulação da linguística e das ciências sociais. Assim, a abordagem crítica estuda a linguagem a partir da articulação de três níveis: o linguístico, o discursivo e o ideológico-cultural. Como ressalta Barros (2008), a linguagem não apenas representa o mundo, mas age sobre o mundo e sobre o outro. Emília Ribeiro Pedro (1997) enfatiza que os linguistas críticos veem o discurso como inseparável de questões econômicas e sociais. A autora diz que o projeto da análise crítica do discurso relaciona linguagem, discurso, ideologia e sociedade. É a linguagem inserida nos contextos sociais. Assim, a investigação do discurso a partir de uma perspectiva crítica se dá a partir da ideia de que o discurso se relaciona com ideologia e poder; conceitos que serão detalhados nos próximos tópicos deste capítulo.

Em *Discurso e Mudança Social*, Fairclough (2001) também reconhece a dificuldade de conceituar discurso. Segundo ele, esse problema decorre do fato de que várias definições, “conflitantes e sobrepostas”, foram formuladas de várias perspectivas teóricas e disciplinares. O linguista britânico faz um resgate dessas diferentes concepções do conceito e observa que, na linguística, o termo discurso é usado às vezes com referência a amostras ampliadas de diálogo falado, em oposição a “textos” escritos. Nesse sentido, para ele,

‘análise textual’ e ‘análise do discurso’ não partilham a limitação tradicional da análise linguística a frases ou a unidades gramaticais menores; ao contrário, focalizam as propriedades organizacionais de nível superior do diálogo – por exemplo, tomada de turno, ou a estrutura de aberturas e fechamentos conversacionais – ou de textos escritos – por exemplo, a estrutura de uma reportagem de crime em um jornal (FAIRCLOUGH, 2001, p. 21).

O autor enfatiza, porém, que o termo discurso é mais frequentemente usado na linguística com “referência a amostras ampliadas de linguagem falada ou escrita”. Isto é, uma percepção de discurso que leva em consideração a interação entre quem fala e quem escuta (ou quem escreve e quem lê), percebendo também o contexto em que a linguagem é usada.

Nesse sentido, texto é considerado uma dimensão do discurso. Uma terceira forma de ver o discurso, mostra Fairclough (2001), é como algo que se refere aos diferentes tipos de linguagem em diversas situações sociais, como “discurso jornalístico”; “discurso publicitário”; “discurso político”; “discurso religioso”, entre outros. O termo “discurso” também é usado, como em Foucault, atrelado à prática social. Sobre essa percepção, Fairclough afirma que

Os discursos não apenas refletem ou representam entidades e relações sociais, eles as constroem ou as ‘constituem’; diferentes discursos constituem entidades-chave (sejam elas a ‘doença mental’, a ‘cidadania’, o ‘letramento’) de diferentes modos e posicionam as pessoas de diversas maneiras como sujeitos sociais (por exemplo, como médicos ou pacientes), e são esses efeitos sociais do discurso que são focalizados na análise do discurso (FAIRCLOUGH, 2001, p. 22).

Para elaborar a sua análise crítica do discurso, Fairclough informa que busca reunir a análise linguística e a teoria social e que esse conceito de discurso e sua análise é tridimensional, que será detalhada no próximo tópico deste capítulo. “Qualquer ‘evento’ discursivo (isto é, qualquer exemplo de discurso) é considerado como simultaneamente um texto, um exemplo de prática discursiva e um exemplo de prática social” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 22).

As abordagens formalista, já mencionada, e funcionalista da linguagem veem o conceito de discurso de maneira distinta. Enquanto a visão formalista percebe a linguagem como um objeto autônomo, a funcionalista a vê como um objeto que não basta em si. Dessas diferentes percepções sobre a linguagem decorrem diferentes definições de discurso. Resende e Ramalho (2014, p.13) diferenciam essas visões. Elas explicam que “no paradigma formalista, o discurso é definido como a unidade acima da sentença; no funcionalismo, como a linguagem em uso”.

O problema da visão formalista sobre o discurso é que ele não apresenta características semelhantes às da sentença. “Além disso, se sentenças não têm existência fora do discurso e se são criadas *no* discurso, parece contraditório definir o discurso como constituído daquilo que ele mesmo cria” (RESENDE; RAMALHO, 2014, p.13). Em análise do discurso, apenas a visão funcionalista pode ser aplicada, pois o interesse não recai somente no interior dos sistemas linguísticos, mas, principalmente, fora deles, isto é, no contexto, nas relações sociais.

Rodrigues e Braga (2014) agrupam as diferentes definições de discurso em três conjuntos. O primeiro grupo incorpora as definições feitas por linguistas de tradição

estruturalista, em que o discurso é “qualquer conjunto de expressões da linguagem natural que compreenda duas ou mais frações ou orações”. Essa primeira definição pressupõe que a linguagem é um sistema organizado de unidades expressivas que têm significação independente da utilização.

O segundo grupo incorpora propostas de autores com visão mais pragmática sobre a linguagem, em que “discurso é o uso que os seres humanos fazem da linguagem natural”. Nesse sentido, o discurso é uma atividade. Já o terceiro conjunto se refere às definições propostas por cientistas sociais e, particularmente, por pesquisadores/as da área da comunicação. Nessa perspectiva, o discurso seria a “manifestação ou expressão de uma prática social com sentido”.

Essa perspectiva, segundo os autores, amplia a noção de discurso, “uma vez que não limita o seu objeto de estudo às expressões ou aos comportamentos verbais e prosódicos nem aos comportamentos mimo-posturais que os acompanham, mas compreendem nele qualquer manifestação de comportamentos ou de práticas sociais com sentido” (RODRIGUES; BRAGA, 2014, p. 4). A percepção da análise crítica sobre o discurso se enquadra nessa terceira concepção.

## **2.2 O Modelo Tridimensional de Fairclough**

A concepção do discurso em três dimensões – texto, prática discursiva e prática social – foi uma proposta feita por Fairclough em 1989 e aprimorada em 1992. O modelo tridimensional da ACD considera que essas três etapas devem ser percebidas segundo propósitos analíticos. O texto e a prática social são tomados como dimensões do evento discursivo. Já a prática discursiva é descrita como mediadora das outras duas dimensões. Aqui, são focalizados os processos de produção, distribuição e consumo textual, isto é, questões relacionadas a ambientes políticos, econômicos, culturais e institucionais específicos. Portanto, o caráter da prática discursiva é variável de acordo com o tipo de discurso. Nesse sentido, a preocupação principal é estabelecer conexões explanatórias sobre como os textos são produzidos, distribuídos e consumidos em um sentido mais amplo.

Esse modelo proposto por Fairclough, representado pela figura 1, propicia uma compreensão dos elementos linguísticos, discursivos e ideológicos-culturais que compõem os discursos como fator de mudança ou de manutenção de valores, crenças e hábitos sociais. “A concepção tridimensional do discurso é (...) uma tentativa de reunir três tradições analíticas, cada uma das quais é indispensável na análise do discurso” (FAIRCLOUGH, 2001, p.100).



**Figura 8:** Concepção tridimensional do discurso

**Fonte:** Figura original de Norman Fairclough (*Discurso e Mudança Social*)

Com relação à dimensão mais central do esquema tridimensional, ou seja, o texto, Fairclough (2001) afirma que qualquer tipo de aspecto textual é potencialmente significativo na análise do discurso. Nesse aspecto, apesar de competências em linguística serem relevantes para fazer uma análise textual, o autor não limita a esses pesquisadores a possibilidade de fazer análise crítica do discurso, que, segundo ele, é uma “atividade multidisciplinar e não se pode exigir uma grande competência linguística prévia de seus praticantes, do mesmo modo que não se pode exigir experiência prévia em sociologia, psicologia ou política” (FAIRCLOUGH, 2001, p.102).

Nesse modelo de análise, o aspecto textual pode ser observado a partir das seguintes categorias: “vocabulário”, “gramática”, “coesão” e “estrutura textual”. Esses itens, conforme Fairclough (2001), podem ser percebidos em escala crescente, isto é, o vocabulário remete às palavras individualmente; a gramática como a combinação de palavras em frases; a coesão como a ligação entre frases e a estrutura textual enquanto o aspecto mais amplo do texto. Em relação à abordagem do texto, Fairclough assume forte influência da teoria sistêmica da linguagem de Halliday (1978), que vê a linguagem como multifuncional e percebe que os textos representam a realidade, ordenam as relações sociais e estabelecem identidades.

A percepção crítica de Halliday sobre a linguagem é particularmente interessante à análise crítica do discurso por considerar que a linguagem “é como é por causa de sua função na estrutura social” (HALLIDAY, 1973, p.65). Essa posição teórica considera a língua como um sistema de “opções”, onde os falantes fazem “escolhas” de acordo com as circunstâncias

sociais. Apesar de corroborar com o pensamento de Halliday, Fairclough afirma que, na linguística crítica, há um foco muito grande nos textos e pouco nos processos de produção e interpretação deles.

Na dimensão da prática discursiva, Fairclough considera os processos de produção, distribuição e consumo do texto. Segundo ele, esses processos variam entre diferentes tipos de discurso. “Por exemplo, os textos são produzidos de formas particulares em contextos sociais específicos: um artigo de jornal é produzido mediante rotinas complexas de natureza coletiva por um grupo cujos membros estão envolvidos variavelmente em seus diferentes estágios de produção”. Da mesma forma, os textos são consumidos diferentemente em contextos sociais diversos. Segundo o autor, “o consumo, como a produção, pode ser individual ou coletivo: compare cartas de amor com registros administrativos” (FAIRCLOUGH, 2001, p.107).

Uma das categorias da prática discursiva, Fairclough dedica um capítulo inteiro de *Discurso e Mudança Social* à intertextualidade. Ele começa a explicar o conceito com a afirmação de Foucault de que “não pode haver enunciado que de uma maneira ou de outra não reatualize outros”. Fairclough lembra ainda que o termo intertextualidade foi cunhado por Kristeva nos anos 1960, quando ela apresentava ao Ocidente o pensamento de Bakhtin. Fairclough pondera que, apesar de o termo não ser de Bakhtin, o desenvolvimento de uma abordagem intertextual foi tema maior do trabalho do russo.

Para Bakhtin, todos os enunciados – nas formas oral e escrita – são balizados por uma mudança de falante e orientados retrospectivamente para enunciados de falantes anteriores e prospectivamente para enunciados antecipados de falantes seguintes. Assim, “cada enunciado é um elo na cadeia da comunicação”. Em linhas gerais, a intertextualidade é a junção da voz de quem elabora um enunciado com outras vozes articuladas. Uma questão que deve ser levada em consideração no momento da análise, segundo Resende e Ramalho (2014), é verificar quais vozes são incluídas e quais são excluídas em um texto, por exemplo. Elas afirmam que

quando uma voz ‘externa’ é articulada em um texto, têm-se (pelo menos) duas vozes que podem representar duas diferentes perspectivas, com seus respectivos interesses, objetivos, etc. A relação dessas vozes pode ser harmônica, de cooperação ou pode haver tensão entre o texto que relata e o texto relatado. (...) A existência de diversas vozes articuladas não sinaliza uma abertura para a diferença. Isso acontece quando uma determinada voz é hegemônica no texto e outras perspectivas são referidas apenas para serem negadas (RESENDE; RAMALHO, 2014, 65;68).



De acordo com Fairclough, Kristeva observa que a intertextualidade implica a “inserção da história (sociedade) em um texto e deste texto na história” (KRISTEVA *apud* FAIRCLOUGH, 2011, p.134). Isto é, os textos respondem, retrabalham textos do passado e, também, contribuem para moldar textos subsequentes. Essa intertextualidade, considera Fairclough, pode aparecer de forma manifesta – como em citações ou demarcações de diálogo – ou na constituição do texto – quando há a “incorporação” de outros textos sem que ele esteja explicitamente demarcado.

Fairclough adota o conceito de intertextualidade nos casos em que ela aparece de forma manifesta. Quando é constitutiva, Fairclough a denomina de “interdiscursividade”. Isto é, a intertextualidade manifesta (ou intertextualidade) é quando se recorre explicitamente a outros textos, ou seja, quando fragmentos de textos estão delimitados explicitamente; enquanto intertextualidade constitutiva (ou interdiscursividade) é uma questão de como um discurso se constitui de outros de forma não demarcada, mas em seu interior, ou seja, quando outros textos estão miscigenados com um texto que pode assimilar ou contestar esses fragmentos não explícitos.

O uso da intertextualidade em um discurso não é uma decisão livre de posições ideológicas. Segundo Koch e Elias (2011), a construção da intertextualidade em um texto não é gratuita, mas estratégica e, por isso, revestida de objetivos e significações. Eles ressaltam que “dependendo do contexto em que ocorra, a intertextualidade pode gerar sentidos não intencionados pelo autor ou, de outro modo, apenas sentidos intencionados pelos leitores” (KOCH; ELIAS, 2011, p.130).

Já enquanto prática social, outra dimensão do seu modelo tridimensional, Fairclough ressalta que a prática social tem várias dimensões: econômica, política, cultural, ideológica, entre outras. O discurso como prática política e ideológica é o que mais interessa ao autor. Segundo ele,

o discurso como prática política estabelece, mantém, transforma as relações de poder e as entidades coletivas (classes, blocos, comunidades, grupos) entre as quais existem relações de poder. O discurso como prática ideológica constitui, naturaliza, mantém e transforma os significados do mundo de posições diversas nas relações de poder. (...) A prática política e a ideológica não são independentes uma da outra, pois a ideologia são os significados gerados em relações de poder como dimensão do exercício do poder e da luta pelo poder (FAIRCLOUGH, 2001, p. 94).

É fundamental destacar que, ao fazer a análise dessas três dimensões, o pesquisador em Análise Crítica do Discurso pode entender melhor os eventos discursivos e, assim,

contribuir para uma mudança discursiva. Esse comprometimento proposto por Fairclough enfatiza o caráter emancipatório da ACD. Segundo Resende e Ramalho (2014), as análises em ACD partem da percepção de um problema que, geralmente, está baseado em relações de poder, na distribuição assimétrica de recursos materiais e simbólicos e na naturalização de discursos particulares como sendo universais. O segundo passo na ACD é a identificação dos obstáculos para que o problema seja *superado*. “A etapa seguinte são os *possíveis modos de ultrapassar os obstáculos*, cujo objetivo é explorar as possibilidades de mudança e superação dos problemas identificados, por meio das contradições das conjunturas” (RESENDE; RAMALHO, 2014, p.36-37, *grifo* das autoras). Toda pesquisa em ACD deve ainda conter uma reflexão sobre a análise, ou seja, a pesquisa crítica deve ser reflexiva.

### **2.3 Discurso e Poder: a formação da ACD**

A linguagem é parte irredutível da vida social dialeticamente interconectada a outros elementos sociais. A partir dessa percepção, o inglês Norman Fairclough propôs um novo olhar sobre o discurso, inaugurando uma nova perspectiva de estudos no campo da linguística. Estabelecida na interface entre linguística e ciência social crítica, a Análise Crítica do Discurso (ACD) trouxe uma ampliação ao campo de estudos sobre a linguagem ao apresentar um modelo analítico que conecta as relações de poder à utilização de recursos linguísticos.

Entender o uso da linguagem como prática social implica, como mostram Resende e Ramalho (2004), compreendê-la como um modo de ação historicamente situado, isto é, constituído não apenas socialmente, mas constitutivo de identidades sociais; relações sociais e sistemas de crença e conhecimento. Assim, as análises empíricas em ACD devem situar-se entre o linguístico e o social, pois o discurso é compreendido como uma forma de prática social, como um modo de agir sobre o mundo.

Nessa visão, o discurso é socialmente constitutivo, pois estruturas sociais são constituídas por meio dele, e constituído socialmente, uma vez que os discursos mudam de acordo com os domínios sociais onde são originados, segundo as ordens de discurso a que se perfilham. A noção de ordem de discurso na ACD, como afirma Fairclough (2001), vem de Michel Foucault (1970), que cunhou o termo durante a aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Na aula, transformada no livro *A ordem do discurso* posteriormente, Foucault apresenta a noção da linguagem como espaço de luta hegemônica, fundamental para o escopo teórico da Análise Crítica do Discurso.

Ao levantar questões, como a dos “perigos” que se encontram por trás do discurso, Foucault provê discussões importantes à ACD, tais quais a face constitutiva do discurso; a natureza discursiva do poder; a primazia da interdiscursividade e da intertextualidade; o aspecto político do discurso e o caráter discursivo da mudança social. Ele diz supor que,

em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade. (...) Sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar qualquer coisa (FOUCAULT, 1996, p. 8-9).

A visão de Foucault é importante para a compreensão da prática discursiva, pois já menciona o contexto e as condições de produção como importantes para entender o discurso. Apesar de reconhecer a importância dos trabalhos de Foucault para a formulação da ACD e adotar a posição foucaultiana de localizar a questão dos efeitos da prática discursiva sobre a identidade social, por exemplo, Fairclough (2001) aponta limitações nos trabalhos de Foucault. A primeira lacuna é a visão determinista do aspecto constitutivo do discurso, uma vez que a ação humana é constrangida pela estrutura da sociedade disciplinar de maneira unilateral. Na ACD, por outro lado, a posição sobre o discurso e a subjetividade é dialética, ou seja, “considera os sujeitos sociais moldados pelas práticas discursivas, mas também capazes de remodelar e reestruturar essas práticas” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 70). A segunda limitação está relacionada à falta de análise empírica dos textos, fundamental para a ACD.

As relações entre a estrutura do discurso e as estruturas do poder também são estudadas por van Dijk (2015). Ao correlacionar discurso e poder, ele objetiva mostrar como o poder é exercido, manifestado, descrito, disfarçado ou legitimado por textos e declarações orais em um contexto social. Na opinião de van Dijk, “a noção complexa de poder não pode ser simplesmente esgotada em uma definição simples” (VAN DIJK, 2015, p. 41).

Ao afirmar isso, o autor mostra quais características são importantes para a discussão de poder. A primeira está relacionada ao poder social como uma característica da relação entre grupos, classes ou outras formações sociais. Nesse sentido, van Dijk enfatiza que formas pessoais de poder são menos relevantes. A segunda característica diz respeito às relações sociais de poder social, que se manifestam, tipicamente, na interação. O autor esclarece esse ponto exemplificando que se o grupo A (ou seus membros) exerce poder sobre o grupo B (ou seus membros), o exercício de poder por A resulta em uma limitação da liberdade social de ação de B.

Outro aspecto mencionado por van Dijk é que o poder social é geralmente indireto e age por meio da “mente” das pessoas, por exemplo, controlando as necessárias informações ou opiniões de que precisam para planejar ou executar suas ações. Sobre essa questão, van Dijk ressalta que essa “mediação mental” do poder também deixa espaço para “graus variáveis de liberdade e resistência daqueles que estão subjugados pelo exercício do poder. O autor afirma ainda que o poder é uma forma de controle social se sua base for constituída de recursos socialmente relevantes, ou seja, o poder de A precisa de uma base (recursos socialmente disponíveis para o exercício do poder). São recursos que se consistem geralmente em atributos ou bens socialmente valorizados, mas desigualmente distribuídos, como riqueza, posição, *status* e autoridade, por exemplo. Assim, o exercício de poder de um grupo atende geralmente aos interesses desse grupo

Um fator crucial no exercício ou na preservação do poder, segundo van Dijk, é que, para A exercer controle mental sobre B; B precisa conhecer os desejos, as vontades, as preferências ou as intenções de A. O autor explica que esse conhecimento pode ser entendido por crenças, normas e valores sociais compartilhados. Outras características fundamentais para a discussão de poder é que o controle social total nas sociedades ocidentais contemporâneas limita-se mais ainda devido ao campo e à extensão do poder dos agentes de poder, ou seja, os agentes de poder podem ser poderosos apenas em um campo social específico e, assim, a extensão de suas ações se limitar a um pequeno número de pessoas. Van Dijk ressalta ainda que o exercício e a manutenção do poder social pressupõem uma estrutura ideológica e que o poder precisa ser analisado em face às várias formas de contrapoder ou resistência criadas pelos grupos dominados.

Van Dijk (2015) menciona o discurso da mídia como uma das formas de exercício do poder. Ele ressalta que os jornais impressos desempenham função primordial na comunicação pública, uma vez que as notícias impressas “são percebidas como qualitativamente superiores, o que pode ampliar sua influência persuasiva e, portanto, de poder” (VAN DIJK, 2015, p.73). Nesse sentido, ele ressalta que os detentores de poder contam com cobertura rotineira da mídia jornalística e, com isso, o poder desses grupos pode ser confirmado e legitimado de maneira mais ampla, ao afirmar que

mesmo quando o poder dos meios de comunicação constitui uma forma de poder mediador, ele possui seu próprio papel autônomo na produção e na reprodução das estruturas de poder social. Por meio do uso seletivo de fontes de informação, rotinas jornalísticas consagradas e seleção de assuntos para as histórias, a mídia jornalística decide quais atores serão representados na arena pública, o que será dito a respeito deles e, em especial, como será dito.

Grande parte das pesquisas recentes sobre a produção de notícias mostrou que esses processos não são arbitrários e nem determinados simplesmente por noções intuitivas, jornalísticas, sobre o que é ou não interessante (VAN DIJK 2015, p. 74).

O pesquisador holandês enfatiza que mais do que um simples porta-voz das elites, a mídia também mostra que é parte intrínseca da estrutura de poder social, cuja dimensão simbólica administra. Van Dijk ressalta ainda o grande poder de penetração dos meios de comunicação. “A aquisição de conhecimento e a formação de opiniões sobre a maior parte dos eventos do mundo parecem basear-se largamente no discurso jornalístico presente na imprensa e na televisão, compartilhado diariamente por milhões de pessoas” (VAN DIJK, 2015, p.77). Assim, ele vê que possivelmente nenhum outro tipo de discurso seja tão penetrante e compartilhado por tantas pessoas de maneira mais ou menos simultânea.

Outro autor que já havia vinculado discurso e meio social e, com isso, exerceu influência sobre a ACD foi Bakhtin, que foi o fundador da primeira teoria semiótica de ideologia e da noção de “dialogismo” na linguagem. Em seus ensaios sobre a linguagem, ele sustentou que a “verdadeira substância da língua” não repousa na interioridade dos sistemas linguísticos, mas no processo social da interação verbal.

Na linguística, os termos diálogo e dialogismo estão muito atrelados ao nome de Mikhail Bakhtin, que adotou como questão central de seu pensamento o caráter fundamentalmente dialógico da linguagem. No entanto, o diálogo também foi tema de trabalhos de outros russos menos reverenciados no Ocidente, como Lev Jakubinskij e Valentin Voloshinov, em trabalhos contemporâneos aos de Bakhtin.

É válido ressaltar, nesse contexto, a polêmica questão da autoria dos escritos de Bakhtin. Alega-se que parte da produção bakhtiniana foi assinada por colaboradores do “Círculo de Bakhtin”<sup>22</sup> ou que ele assinava com pseudônimos. Aqui, no entanto, adotamos a posição de Patrick Sériot de que Bakhtin não é o autor de todas as obras publicadas com a assinatura de outros membros do chamado “círculo” e de que Voloshinov é o autor de *Marxismo e Filosofia da Linguagem (MFL)*; mesmo que o nome de Bakhtin apareça na

---

<sup>22</sup> O termo “Círculo de Bakhtin” é, de acordo com Patrick Sériot (*apud* COSTA 2014, p.18), uma “invenção tardia e apócrifa”. A expressão não era usada na época em que os russos se encontravam informalmente. Segundo Sériot, “ela engendra, do simples fato de ser proferida como uma evidência, a ilusão retrospectiva de que M. Bakhtin teria sido uma espécie de líder, o chefe carismático de um grupo com estabilidade institucional reconhecida. (...) Isso é ignorar o papel de outros membros dessa nebulosa informal de pessoas que se encontravam frequentemente, mas em que cada um participava também de outros agrupamentos”. Tradução de Luiz Rosalvo Costa.

edição brasileira do livro como autor e que as reflexões de Voloshinov estivessem baseadas em reflexões a partir das intensas trocas no denominado “Círculo de Bakhtin”.

Bakhtin (Voloshinov) apresenta, em *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, o meio social como o centro organizador da atividade linguística, contestando a identidade do signo como apenas um sinal sem contexto histórico. O signo é visto por ele como uma parte material da realidade, a qual refrata e representa, constituindo-a de formas particulares, de modo a instaurar, manter ou superar formas de dominação.

Na obra, aparece a ideia de que todo signo reflete e refrata a realidade e de que “tudo que é ideológico possui valor semiótico”. Na edição de 1995 do livro, o termo “ideologia” aparece 108 vezes. Já o termo “ideológico” surge 145 vezes no livro. De acordo com Claudiana Narzetti (2013), o conceito em Voloshinov pode ser dividido em três pontos: 1. a ideologia enquanto elemento estrutural da sociedade (“a ideologia é um elemento da estrutura da formação social, uma das partes em que se subdivide a sua superestrutura, que é determinada, ainda que indiretamente, pela base econômica”); 2. a ideologia enquanto campo dos signos (“quando ele diz que tudo que é ideológico possui valor semiótico”); 3. a ideologia enquanto representações do real (“pode designar tanto representações falsas, ilusões, quanto representações verdadeiras, objetivas”).

Para Voloshinov, não se pode analisar ideologia sem uma concepção de linguagem. De acordo com ele<sup>23</sup>, tudo que é ideológico é signo. Sem signo, não há ideologia. E ideologia é o que está no plano das ideias. Ele afirma que

tudo que é ideológico possui um *significado* e remete a algo situado fora de si mesmo. Em outros termos, tudo que é ideológico é um *signo*. Sem signos não existe ideologia. Um corpo físico vale por si próprio: não significa nada e coincide inteiramente com sua própria natureza. Neste caso, não se trata de ideologia (BAKHTIN; VOLOSHINOV, 1995, p. 63, *grifos* do autor).

A desconstrução ideológica de textos que integram práticas sociais e o desvelamento de relações de dominação são objetivos da ACD, o que demonstra um ponto de encontro com a teoria dos linguistas russos que teorizaram sobre o caráter ideológico da linguagem. Fairclough (2001) explica que a abordagem “crítica” do discurso pressupõe mostrar conexões

---

<sup>23</sup> Voloshinov, porém, só define claramente como concebe ideologia em *O que é linguagem*; artigo de 1930. O texto foi publicado, de acordo com Beth Brait, no número 2 da revista *Literaturúrnaia uchola*, em Leningrado. “A data é importante porque demonstra que esses artigos estão muito próximos da publicação de *Marxismo e filosofia da linguagem*. Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem (MFL), 1929. Isso se percebe não apenas pela data de publicação, mas pelo fato de muitos dos conceitos aí presentes estarem tratados mais detidamente em *MFL*” (BRAIT, 2010, p. 728).

e causas que estão ocultas e intervir socialmente para produzir transformações que favorecem aqueles que possam se encontrar em situação de desvantagem.

Ao se debruçar sobre a conceituação da Análise Crítica do Discurso, van Dijk vê a ACD não como uma área, mas como “domínio de práticas acadêmicas distribuído por todas as ciências humanas e sociais”. O caráter interdisciplinar dos estudos críticos do discurso é também destacado por Fairclough (2001), quando ele afirma que “a análise do discurso é agora uma área de estudo muito diversificada, com uma variedade de abordagens em um grupo de disciplinas” (FAIRCLOUGH, 2001, p.31).

Dentre as abordagens do discurso existem, de acordo com Fairclough (2001), duas posturas investigativas: as não-críticas e as críticas. Segundo ele, as críticas se diferem das não-críticas não só na descrição das práticas discursivas, mas ainda “ao mostrarem como o discurso é moldado por relações de poder e ideologias e os efeitos construtivos que o discurso exerce sobre as identidades sociais, as relações sociais e os sistemas de conhecimento e crença” (FAIRCLOUGH, 2001, p.31).

Assim, a Análise Crítica do Discurso contempla não apenas a análise linguística, mas também a crítica social e o contexto sócio histórico em que o discurso está inserido. Conforme Acioli e Azevedo (2014), a ACD, portanto, encontra-se “socialmente localizada e historicamente motivada, através de uma articulação socioantropológica e sociopolítica, apresentando dois modos de observar a relação entre o discurso e a prática social”. O discurso pode ser considerado uma prática social enquanto forma de ação ou uma forma de representar as práticas sociais, como um modo de conhecimento.

Ao mostrar “como a língua participa de processos sociais”, a ACD tem como objetivo revelar que a língua está envolvida em relações sociais de poder. Por estar situada socialmente, a Análise Crítica do Discurso parte de questões expressas pela linguagem no discurso que não preocupam apenas linguistas, mas sociólogos, cientistas políticos, educadores e estudiosos de outras áreas do conhecimento.

Por isso, a ACD deve ser entendida como um campo de estudos interdisciplinar. Mais do que isso, Fairclough (2001) defende que a ACD assuma um caráter transdisciplinar, ou seja, que ela não só utilize conhecimentos de outras áreas, mas produza conhecimento a partir da interdisciplinaridade. Nesse sentido, a preocupação da ACD vai além de questões acadêmicas. Há uma inquietação social ao analisar não apenas as características linguísticas dos textos como também as relações sociais e as relações econômicas que determinam a produção, distribuição e consumo desses textos.

## 2.4 Ideologia e hegemonia na ACD

Para compreender melhor os pressupostos teóricos da ACD, Tilio (2010) resumiu as principais bases da Análise Crítica do Discurso. São elas: 1) o Marxismo Ocidental<sup>24</sup>, “que enfatiza aspectos culturais da vida social ao entender que as relações de dominação e exploração são determinadas e perpetuadas ideologicamente” (TILIO, 2010, p 89); 2) Michel Foucault, que definiu discurso como um sistema de conhecimento que tem como objetivo controlar a sociedade através da regulação do saber e do exercício do poder. Segundo Fairclough (2001), “o trabalho de Foucault representa uma importante contribuição para a teoria social do discurso em áreas como a relação entre discurso e poder”; e 3) Mikhail Bakhtin, para quem a linguagem é sempre ideológica.

Apesar dessa influência, o conceito de ideologia adotado por Fairclough não é o mesmo utilizado pelo Marxismo Clássico<sup>25</sup>, segundo Tilio (2010). Ao discutir os conceitos de ideologia e hegemonia – fundamentais na Análise Crítica do Discurso – Fairclough recorre a Althusser e a Gramsci. Com relação à ideologia, Fairclough faz três destaques envolvendo práticas institucionais, constituição de sujeitos e aparelhos ideológicos do Estado: primeiro de que a ideologia tem existência material nas práticas das instituições; segundo que a ideologia “interpela sujeitos”, que leva à ideia de que um dos mais importantes “efeitos ideológicos” é a constituição dos sujeitos e terceiro a afirmação de que os aparelhos ideológicos do Estado (como a mídia) “são locais e marcos delimitadores na luta de classe, que apontam para a luta no discurso e subjacente a ele como foco para uma análise de discurso orientada ideologicamente” (FAIRCLOUGH, 2001, p.117).

Ao escrever sobre o discurso como prática social, Fairclough (2001) recorre às contribuições clássicas do marxismo do século XX, de Althusser e Gramsci, que “oferecem uma teoria rica para a investigação do discurso como forma de prática social, embora com importantes reservas, especialmente no caso de Althusser” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 116). Presente também na abordagem de Pêcheux<sup>26</sup> sobre o discurso, Althusser percebe que a

---

<sup>24</sup> O Marxismo Ocidental refere-se às análises e críticas ao Marxismo Clássico feitas por teóricos marxistas da Europa Ocidental. A análise marxista clássica tinha como eixo o conceito de modo de produção. Os marxistas do Ocidente consideravam outros elementos, tais como a cultura e a filosofia política, para identificar transformações que as sociedades sofrem com o passar do tempo, e comprovar que não somente se davam por meio da substituição de um modo de produção obsoleto.

<sup>25</sup> Um dos três conceitos de ideologia do Marxismo Clássico é o que aparece em Marx e Engels: uma forma de opressão da classe dominante sobre a classe dominada.

<sup>26</sup> Em *Discurso e Mudança Social* (2001), a Análise do Discurso (AD) de Michel Pêcheux é classificada como parte da linguística crítica. Para Fairclough, a razão para isso é o fato de a abordagem de Pêcheux casar a teoria



ideologia ocorre em formas materiais e pela interpelação das pessoas em sujeitos sociais. Esses sujeitos são fixados em “posições” de sujeito ao mesmo tempo em que lhes é dada a ilusão de serem agentes livres. Isso se dá no interior de várias instituições, como igreja, família ou escola, que, para Althusser, atuam como dimensões ideológicas do Estado ou “aparelhos ideológicos do Estado (AIEs)”. Na escola, por exemplo, além de aprender a ler e escrever, os alunos são ensinados sobre regras de bom comportamento e, assim a ser submisso à ordem vigente. Assim como a igreja, que, por meio da doutrinação da moral e dos bons costumes, exerciam domínio não pelo uso da força, mas pela ideologia.

É fundamental ressaltar, nesse sentido, que, em Althusser, não é no campo das ideias que as ideologias existem. Elas têm existência material, ou seja, um conjunto de práticas materiais necessárias à reprodução das relações de produção. Ele lembra que, na teoria marxista, o aparelho do Estado seria repressivo, indicando um funcionamento “na base da violência”. O aparelho repressivo do estado, segundo Althusser, é único, enquanto que há uma pluralidade de AIEs. Outra diferença é que enquanto o aparelho repressivo do estado pertence inteiramente ao domínio público, a maior parte dos AIEs remete ao domínio privado. Assim, Althusser designa pelo nome aparelhos ideológicos do Estado

um certo número de realidades que apresentam-se ao observador imediato sob a forma de instituições distintas e especializadas. [...] Com todas as reservas, podemos considerar como aparelhos ideológicos do Estado as seguintes instituições [...]: AIE religiosos (o sistema das diferentes Igrejas); AIE escolar (o sistema das diferentes ‘escolas’ públicas e privadas); AIE familiar; AIE jurídico; AIE político (o sistema político, os diferentes partidos); AIE sindical; AIE de informação (a imprensa, o rádio, a televisão, etc.); AIE cultural (Letras, Belas Artes, esportes, etc.) (ALTHUSSER, 1985, p.68).

Apesar de reconhecer a importância de Althusser para o debate sobre discurso e ideologia, Fairclough (2001) apresenta como ressalva o argumento de que o trabalho de Althusser apresenta uma contradição entre uma visão de dominação que é imposição unilateral e reprodução de uma ideologia dominante, em que a ideologia figura como um “cimento social universal”, ou seja, em que não há a possibilidade de mudança. Fairclough, por outro lado, entende que as ideologias são significações/construções da realidade e prevê a possibilidade de transformação das relações de dominação; posição semelhante à de

---

marxista do discurso com métodos linguísticos de análise textual. No entanto, Fairclough afirma que o tratamento dado ao texto na AD é insatisfatório. “(...) os processos discursivos de produção e interpretação textual recebem pouca atenção” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 55). Além disso, Fairclough critica o fato de a capacidade de os sujeitos agirem como agentes, “e mesmo de transformarem eles próprios as bases da sujeição” ser negligenciada na AD.

Thompson (1984, 1990), para quem os usos da linguagem e de outras “formas simbólicas” são ideológicos, ou seja, servem, em circunstâncias específicas, para criar ou manter relações de dominação. De acordo com Fairclough,

a teoria althusseriana exagera a constituição ideológica dos sujeitos e, conseqüentemente, subestima a capacidade de os sujeitos agirem individual ou coletivamente como agentes, até mesmo no compromisso com a crítica e na oposição às práticas ideológicas. [...] Aqui é importante adotar a posição dialética que defendi anteriormente: os sujeitos são posicionados ideologicamente, mas também são capazes de agir criticamente no sentido de realizar suas próprias conexões entre as diversas práticas e ideologias a que são expostos e de reestruturar as práticas e estruturas posicionadoras. O equilíbrio entre o sujeito ‘efeito’ ideológico e o sujeito agente ativo é uma variável que depende das condições sociais, tal como a estabilidade relativa das relações de dominação (FAIRCLOUGH, 2001, p. 121).

Thompson (2009) também contribui para o entendimento sobre ideologia. Em *Ideologia e Cultura Moderna*, ele critica que, ao longo da história, autores tenderam a adotar uma visão sobre a ideologia como algo que conseguiria estabilizar as sociedades, unindo conjuntamente seus membros. Segundo o autor, a ideologia foi entendida como uma espécie de “cimento social”, e os meios de comunicação de massa foram vistos como ferramenta eficaz para espalhar esse uniformizador. Diferentemente essa abordagem, ele considera que “há pouca evidência que garanta que certos valores ou crenças sejam compartilhados por todos (ou, mesmo, pela maioria) os membros das sociedades industriais modernas” (THOMPSON, 2009, p.17).

O autor ressalta que o termo ideologia tem uma história longa e complicada. A multiplicidade de significados que o conceito tem hoje é produto desse vasto itinerário histórico. Ele afirma que na literatura, duas principais respostas foram dadas à ambigüidade da ideologia. Uma resposta foi tentar “domar o conceito”, em uma tentativa de tirar do termo seu sentido negativo e incorporá-lo a um conjunto de conceitos descritivos empregados pelas ciências sociais. “Isso criou o que hoje se pode chamar de *concepção neutra* da ideologia. De acordo com essa concepção, as ideologias devem ser vistas como ‘sistemas de pensamento’, ‘sistemas de crenças’ ou ‘sistemas simbólicos, que se referem à ação social ou à prática política” (THOMPSON, 2009, p.14, *grifo do autor*). Uma segunda resposta foi a de abandonar o conceito, pois ele seria muito ambíguo, controvertido e contestado a tal ponto de não servir mais, atualmente, para fins de análise social e política.

A posição que Thompson assume, no entanto, difere dessas duas respostas. Ao contrário da segunda, o autor enfatiza que o conceito de ideologia continua útil e importante

no “vocabulário intelectual da análise social e política”. Além disso, diferentemente da primeira resposta, sustenta que o conceito não pode ser despojado de seu sentido negativo ou crítico. Thompson não tenta eliminar o sentido negativo, mas o toma como “um índice de problemas aos quais o conceito se refere”. Essa reformulação do termo é chamada pelo próprio autor de *concepção crítica da ideologia*. Nessa visão, ele mostra a inter-relação entre sentido e poder. Argumenta que o conceito de ideologia pode ser usado para se referir às maneiras como o sentido serve para estabelecer relações de poder que são sistematicamente assimétricas. Ideologia, para ele, é *sentido a serviço do poder*. O estudo proposto por Thompson prevê a análise de contextos sociais dentro dos quais essas formas simbólicas são empregadas e articuladas. A visão crítica de Thompson se aproxima da posição da ACD em relação ao termo ideologia.

Ao repensar a ideologia na era da comunicação de massa, Thompson elabora quatro teses: 1) “a análise da ideologia nas sociedades modernas deve conceder um papel central à natureza e ao impacto da comunicação de massa, embora tal comunicação não seja o único local da ideologia”, isto é, apesar de a comunicação de massa ser fundamental para a análise da ideologia, ela não é o único local onde a ideologia opera; 2) “o desenvolvimento da comunicação de massa aumenta, significativamente, o raio de operação da ideologia nas sociedades modernas, pois possibilita que as formas simbólicas sejam transmitidas para audiências extensas e potencialmente amplas que estão dispersas no tempo e no espaço”, ou seja, os meios eletrônicos de comunicação permitiram às formas simbólicas circularem em uma escala sem precedentes, impetrando amplas audiências; 3) “não podemos analisar o caráter ideológico da comunicação de massa analisando apenas as características organizacionais das instituições de mídia, mas em relação aos contextos e processos específicos em que elas são apropriadas pelos indivíduos que a recebem”, portanto, a interpretação do caráter ideológico da comunicação de massa levando em consideração apenas as características e funções das instituições de mídia e as feições das mensagens nos veículos midiáticos é limitada – essas questões precisam ser inseridas em contextos sociais mais amplos em que esse conteúdo é incorporado e elaborado; 4) “os vários meios de comunicação de massa e a natureza das quase-interações que esses meios possibilitam e mantêm definem parâmetros amplos dentro dos quais as mensagens assim transmitidas adquirem um caráter ideológico, mas tais meios não constituem essas mensagens como ideológicas”, isto é, se faz necessário relacionar essas mensagens a contextos específicos nos quais elas são recebidas. “É apenas dentro desses contextos que as mensagens mediadas

podem, ou não, constituir-se como ideológicas; é apenas aqui que a mensagem construída a fim de sustentar o poder terá sucesso, ou não, em sustenta-lo” (THOMPSON, 2009, p.348).

Na visão da ACD, assim como percebe Thompson, os indivíduos não estão presos à ideologia dominante. Lutas hegemônicas estão constantemente presentes na vida social. Fairclough (2001) destaca que o conceito de hegemonia de Gramsci harmoniza-se com a concepção de discurso que ele defende. Segundo o autor,

hegemonia é liderança tanto quanto dominação nos domínios econômico, político, cultural e ideológico de uma sociedade. Hegemonia é o poder sobre a sociedade como um todo de uma das classes economicamente definidas como fundamentais em aliança com outras forças sociais, mas nunca atingido senão parcial e temporariamente, como um ‘equilíbrio instável’. Hegemonia é a construção de alianças e a integração muito mais do que simplesmente a dominação de classes subalternas, mediante concessões ou meios ideológicos para ganhar seu consentimento. Hegemonia é um foco de constante luta sobre pontos de maior instabilidade entre classes e blocos para construir, manter ou romper alianças e relações de dominação/subordinação, que assume formas econômicas, políticas e ideológicas. A luta hegemônica localiza-se em uma frente ampla, que inclui as instituições da sociedade civil (educação, sindicatos, famílias), com possível desigualdade entre diferentes níveis e domínios (FAIRCLOUGH, 2001, p. 122).

Apesar de mostrar que os textos podem ser usados para reforçar hegemonias, Fairclough (1997) vê a possibilidade de resistência. Para ele, os textos são produto linguístico de processos discursivos, que são encarados como elementos resultantes da mediação que a linguagem exerce entre as estruturas sociais e as relações de poder. Como escreve Barros, “essa mediação se realiza justamente pelo fato de a linguagem se colocar a serviço da manutenção dos estados de coisas já existentes no mundo da vida ou, contrariamente, da subversão do *status quo*” (BARROS, 2008, p.202).

O conceito de hegemonia surgiu dentro da tradição marxista e, apesar de a noção ter sido criada em Lênin, foi Gramsci que apresentou uma concepção mais completa do termo. Segundo Anderson (1989), Gramsci se situa historicamente no período entre a primeira geração do marxismo e o marxismo ocidental. Coube a ele mostrar as diferenças estruturais nas formações sociais do Oriente e do Ocidente além de ter apontado a necessidade de adotar estratégias políticas diferentes das que foram tomadas na Rússia, uma vez que o capitalismo possibilitou o fortalecimento das superestruturas nos países ocidentais.

De acordo com Alves (2010), Gramsci argumenta que é muito comum um determinado grupo social, em situação de subordinação a outro grupo, acatar a concepção do mundo deste, mesmo que ela esteja em contradição com a sua atividade prática. Sobre o pensamento de Gramsci, Alves pontua que ele ressalta que esta concepção do mundo imposta mecanicamente pelo ambiente exterior é desprovida de consciência crítica e coerência, além de ser desagregada e ocasional. Segundo Alves (2010, p.74), “dessa adoção acrítica de uma concepção do mundo de outro grupo social, resulta um contraste entre o pensar e o agir e a coexistência de duas concepções do mundo, que se manifestam nas palavras e na ação efetiva”.

Gramsci considera que toda relação de hegemonia é fundamentalmente uma relação pedagógica, “que se verifica não apenas no interior de uma nação, entre as diversas forças que a compõem, mas em todo o campo internacional e mundial, entre conjuntos de civilizações nacionais e continentais” (GRAMSCI, 1999, p.399). Outro ponto relevante na conceituação de Gramsci sobre hegemonia é o fato de ele conceber as lutas hegemônicas, ou seja, elas não são imutáveis. São articuláveis, desarticuláveis e rearticuláveis. Para Fairclough (2001), o conceito de hegemonia auxilia na tarefa da ACD ao fornecer para o discurso:

Tanto uma matriz – uma forma de analisar a prática social à qual pertence o discurso em termos de relação de poder, isto é, se essas relações de poder reproduzem, reestruturam ou desafiam as hegemonias existentes – como um modelo – uma forma de analisar a própria prática discursiva como uma luta hegemônica, que reproduz, reestrutura ou desafia as ordens do discurso existentes. (...) A hegemonia também tem a virtude notável (...) de facilitar o estabelecimento de um foco sobre a mudança (FAIRCLOUGH, 2001, p. 126).

Em relação ao discurso, a luta hegemônica pode ser vista como disputa pela manutenção de um *status* universal para determinadas representações particulares dos mundos material, mental e social. Assim, o conceito de hegemonia reforça a importância da ideologia no estabelecimento e sustentação da dominação, uma vez que, se hegemonias são relações de dominação fundadas mais no consenso do que na coerção, a naturalização de práticas e relações sociais é basilar para a manutenção de articulações baseadas no poder.

Neste tópico, ao fazer um resgate das principais influências teóricas sobre a Análise Crítica do Discurso, foi possível perceber que o modelo teórico-metodológico da ACD abre espaço para uma análise do discurso numa perspectiva sócio-histórica e tem como enfoque principal as desigualdades sociais criadas ou reforçadas por meio do discurso. Ao fazer isso, a análise pode, conforme van Dijk (1996), descrever e explicar como o abuso de poder é

incorporado, reproduzido e validado pelo texto e discurso de grupos e instituições dominantes. Nota-se, portanto, que o objetivo da ACD não é apenas analisar textos, mas encontrar formas de diminuir desigualdades. Como aponta Tilio, uma característica da ACD é identificar as possibilidades de superação dos obstáculos. “Não basta ter consciência de sua existência, é preciso lutar para vencê-los e atuar na transformação social, identificando potenciais de mudança na realidade que se apresenta e buscando suas lacunas e contradições” (TILIO, 2010, p. 99).

### 3 DISCURSO MIDIÁTICO E A IMPRENSA PERNAMBUCANA

*A comunicação se tornou para nós  
questão de mediações mais do que meios,  
questão de cultura e, portanto, não só  
de conhecimentos, mas de re-conhecimento.*

**Jesús Martín-Barbero**

#### 3.1 Discurso das mídias

A mídia faz parte da dinâmica social e ajuda a elaborar conceitos e opiniões através do seu discurso. É por meio dos veículos de comunicação que parte da população constrói representações sobre os assuntos noticiados em jornais, revistas, portais de notícia e emissoras de televisão e rádio. Como enfatiza Silverstone (2005), não podemos escapar à mídia, pois ela está presente em todos os aspectos da vida cotidiana. Estudá-la, em sua onipresença e complexidade, portanto, é uma forma de tentar contribuir para a capacidade de compreender o mundo, de produzir e partilhar seus significados.

De acordo com Charaudeau (2013), informação, comunicação e mídias são as palavras de ordem do discurso da modernidade. Segundo ele, por seu caráter simbólico – uma vez que as mídias manifestam a maneira como os indivíduos, seres coletivos, regulam o sentido social ao construir sistemas de valores –, o discurso midiático merece estudos. Para o linguista francês, pesquisas sobre o discurso midiático se justificam ainda pelo papel do pesquisador nas ciências humanas e sociais de descrever os mecanismos que presidem a esse simbólico e as diferentes configurações que o tornam visíveis.

Sobre a presença da mídia na vida contemporânea, Silverstone (2005) ressalta que dependemos dela – nas versões impressa e eletrônica – para fins de entretenimento e informação, de conforto e segurança. Assim, o autor ressalta que se faz necessário entender a mídia como um processo (e reconhecer que o processo é fundamentalmente social) e insistir na mídia como historicamente específica. Segundo ele, “entender a mídia como processo também implica um reconhecimento de que ele é fundamentalmente político ou talvez, mais estritamente, político econômico” (SILVERSTONE, 2005, p.17). Portanto, um estudo do discurso midiático deve se centrar não só nos aspectos cultural e social da mídia, mas também nas dimensões política e econômica.

Silverstone enfatiza também que um traço fundamental da mídia contemporânea é que ela filtra e molda realidades cotidianas por meio de suas representações singulares e múltiplas, oferecendo critérios e referências para a condução da vida diária, para a produção e a manutenção do senso comum. Para ele, é necessário considerar que a mídia envolve os produtores e consumidores de mídia em uma atividade mais ou menos contínua de engajamento e desengajamento com significados que têm sua fonte ou foco nos textos mediados. Entre outras estratégias, a credibilidade dos meios de comunicação também se dá pelo uso do senso comum. De acordo com o professor e pesquisador inglês,

a mídia nos deu palavras para dizer, as ideias para exprimir, não como uma força desencarnada operando contra nós enquanto nos ocupamos com nossos afazeres diários, mas como parte de uma realidade de que participamos, que dividimos e que sustentamos diariamente por meio de nossa fala diária, de nossas interações diárias. O senso comum, obviamente nem singular nem incontestado, é por onde devemos começar. O senso comum, tanto expressão como pré-condição de experiência. O senso comum, compartilhado ou ao menos compartilhável e medida, muitas vezes invisível, de quase todas as coisas. A mídia depende do senso comum. Ela o reproduz, recorre a ele, mas também explora e distorce. [...] É pelo senso comum que nos tornamos aptos, se é que de fato nos tornamos, a partilhar nossas vidas uns com os outros e distingui-las umas das outras (SILVERSTONE, 2005, p.21).

A noção de senso comum, mencionada por Silverstone, está ligada ao conceito de hegemonia, uma vez que a compreensão de concepções de mundo hegemônicas prescinde a análise do senso comum. No primeiro volume de *Cadernos do Cárcere*, Antonio Gramsci (1999) ressalta que o senso comum não é uma concepção única; idêntica no tempo e no espaço. Segundo ele, trata-se de um “nome coletivo”, isto é, não existe um único senso comum, pois se trata de um produto e um devir histórico. “É o ‘folclore’ da filosofia e, como o folclore, apresenta-se em inúmeras formas” (GRAMSCI, 1999, p.114). O filósofo ressalta que a principal característica do senso comum é o fato de ele ser um conceito desagregado e variável conforme posições sociais e culturais.

Ao se debruçar sobre a concepção de senso comum, Gramsci reconhece que há uma ausência da história desse conceito por falta de material documental. Apesar disso, enfatiza que suas afirmações sobre o conceito não significam a ausência de verdades no senso comum. “Significam que o senso comum é um conceito equívoco, contraditório, multiforme, e que referir-se ao senso comum como prova de verdade é um contra-senso” (GRAMSCI, 1999, p. 118). O filósofo escreve ainda que a certeza do senso comum tem origem na religião. Pelo



menos no Cristianismo, no Ocidente. “Mas a religião é uma ideologia; a ideologia mais enraizada e difundida; não uma prova ou uma demonstração” (GRAMSCI, 1999, p. 173).

Voltando ao discurso midiático, o pesquisador brasileiro Nilson Lage (2005) afirma que a credibilidade dele na sociedade baseia-se em um compromisso tácito entre o veículo e o público de que os fatos noticiados são reais. No entanto, o autor explica que a veiculação de um fato “real” no discurso jornalístico cria outro fato real. Isto é, os fatos originários têm consequências em si e outras implicações quando é noticiado. Lage usa como exemplo um caso de desvio de recursos públicos em uma obra. Uma “consequência em si” seria a paralisação da obra. Já os efeitos após uma publicação na mídia seriam a criação de um “escândalo” ou a eventual punição dos envolvidos, por exemplo.

O conceito de realidade, portanto, sugere a construção de versões a partir dos fatos, fazendo com que a reconstrução da realidade seja uma função do leitor de uma mensagem jornalística. As versões sobre os fatos, segundo Lage (2005), se articulam da seguinte maneira: (1) selecionam os fatos e (2) estabelecem relações entre os fatos com informações da memória ou percepção do ambiente. Essas relações podem ser (a) de semelhança; (b) do tipo/aparência; (c) de paradoxo ou (d) de causalidade.

Sobre as características do texto jornalístico, Lage (2005) afirma que a linguagem jornalística segue as seguintes especificidades quanto à escolha dos itens léxicos: (1) utilizam, sempre que possível, palavras do registro formal admissíveis na forma coloquial da linguagem; (2) eliminam do texto expressões que possam ser entendidas como manifestação de preconceito que sejamos capazes de identificar; (3) criam neologismos e atualizações necessárias, bem como incorporam expressões populares e gírias que se generalizaram; (4) eliminam, sempre que possível, palavras estrangeiras, gírias locais e jargão profissional; (5) suprimem (exceto nas citações) adjetivos e categorias testemunhais; (6) eliminam (também exceto nas citações) advérbios que expressam juízos de valor; (7) criam sentenças, quase sempre, na terceira pessoa, com exceção das citações em discurso direto. De acordo com o autor,

o jornalismo incumbe-se de atualizar o nível de informação da população com velocidade impossível de alcançar por outro meio. Sua necessidade social ampliou-se na medida em que as transformações políticas, sociais, científicas e tecnológicas se aceleraram, tornando inviável a atualização por outros processos como contatos pessoais, demonstrações a auditórios, sermões, etc. Pode-se, assim, culpar a imprensa tanto pela amplitude quanto pela superficialidade do conhecimento que as pessoas têm fora de suas áreas específicas de formação (LAGE, 2005, p. 82).

Lage (2005) resume que o que caracteriza o texto jornalístico é o volume de informação factual e que o texto básico do jornalismo é a notícia, que é, por sua vez, é o aspecto mais relevante da informação. Do ponto de vista estrutural, a notícia é definida como um relato de uma série de fatos a partir de um fato mais importante ou interessante. Não há um consenso, porém, entre os estudiosos do campo da comunicação, em especial entre os que pesquisam o jornalismo, sobre o conceito de notícia.

Enquanto que para Lustosa (1996) a notícia deve apresentar uma informação, se não “é o relato do nada”, Erbolato (1991) enfatiza que é impossível se definir o que é notícia e que as tentativas de fazê-lo são insatisfatórias. Erbolato, no entanto, faz uma tentativa de definição e afirma que a notícia é o relato de algo novo. Deve ser “inédita, verdadeira, objetiva e de interesse público”. Varia no tempo, no espaço e de acordo com as orientações da empresa jornalística. Já Traquina (1993), afirma que a notícia é, no mundo moderno, o negativo da racionalidade, pois o racional é da ordem do previsível. Segundo ele, todos os indivíduos são produtores de notícias. Traquina destaca ainda que embora os profissionais do jornalismo tenham necessidades suplementares de notícias, estas são o resultado da “necessidade invariante de relatos do que não pode ser observado”. Nesse sentido, a mídia atua, de acordo com o autor, como uma agência na produção dos acontecimentos nas salas de redação, como organização formal.

Conforme Travancas (1993), estão envolvidos diretamente no processo de produção das notícias os repórteres – que são os profissionais que vão às ruas apurar as informações e, de volta à redação, redigem a matéria –; os diagramadores – que planejam visualmente as páginas do jornal sob a orientação do editor –; o subeditor – também chamado de editor assistente, que trabalha junto com o editor e o diagramador na montagem da página –; o editor – responsável pelas matérias publicadas e o espaço destinado a elas –; e o editor-chefe (ou diretor de redação) – encarregado de toda a redação e que fica em contato com todos os editores na redação, discutindo e decidindo a forma final do jornal. A redação é o “centro vivo do jornal”, que funciona geralmente 24 horas por dia e onde a notícia é produzida.

Em Sodré (1987), o conceito de notícia aparece atrelado à ideia de que ela deve apresentar todo fato social que possui destaque em função de sua atualidade, interesse e comunicabilidade. Segundo ele, as notícias seguem a uma ordem: 1) enumeração dos fatos principais com sua conclusão; 2) fatos que produziram a conclusão; 3) detalhamento dos fatos principais; 4) fatos posteriores/consequências. O autor pontua que “(...) a notícia prende-se à situação: seu objetivo não é descrever o ambiente ou personagem, é contextualizar elementos que interfiram na ação. É o desenvolvimento da ação que interessa” (SODRÉ, 1987, p. 97).

Stuart Hall (1999, p.225) aponta que, entre outros temas, os “desastres, dramas, os gestos do dia-a-dia – cômicos e trágicos – de pessoas vulgares, a vida dos ricos e poderosos (...)” encontram lugar frequentemente nas páginas dos jornais. Hall aponta ainda duas consequências para essa relação do que vai ser publicado. Primeiramente, o jornalismo tende a realçar os elementos extraordinários, dramáticos e trágicos para reforçar sua notabilidade e, depois, esses assuntos mais destacados ganham maior potencial noticioso do que os outros, ou seja, adquirem prioridade em relação a outros temas. De acordo com Hall, uma parte considerável do que se chama notícia é dedicada a reportagens sobre desvios comportamentais e suas consequências.

As notícias podem ser classificadas de acordo com diferentes critérios. Na classificação feita por Erbolato (1991), quanto à ocorrência em si, as notícias podem ser: previsíveis (referentes aos fatos que os jornalistas sabem que vão ocorrer); imprevisíveis (fatos que acontecem sem que se possa prevê-los) ou mistas (quando o repórter vai cobrir algo previsível, mas algo de maior relevância surge de modo imprevisto). Quanto à oportunidade de publicação, as notícias podem ser: quentes (que deve ser divulgada imediatamente) ou frias (quando pode ser arquivada por um tempo antes de ser publicada). Já em relação ao local de ocorrência, a notícia pode ser: internacional; regional (estadual ou da região) e local (da própria cidade).

Quanto à redação da notícia, o lide (do termo *lead*, em inglês) é o primeiro parágrafo dela no jornalismo impresso. Essa primeira parte do texto ordena os elementos da proposição: quem/o que; fez o que; quando; onde; como; por que/para que. Tem como objetivo introduzir o leitor no texto e despertar seu interesse por ele nas linhas iniciais e funciona como uma síntese da notícia ou reportagem. Conforme o *Manual de Redação da Folha de São Paulo* (2008), “(o lide) pressupõe que qualquer texto publicado no jornal disponha de um núcleo de interesse, seja este o próprio fato, uma revelação, a ideia mais significativa de um debate, o aspecto mais curioso ou polêmico de um evento ou a declaração de maior impacto ou originalidade de um personagem” (FOLHA DE S. PAULO, 2008, p. 28).

Apesar de o lide estar presente em textos jornalísticos, não a um modelo para a redação do texto dele. Ainda de acordo com o *Manual de Redação da Folha de São Paulo*, “se os fatos são urgentes e fortes, eles tendem a impor ao lide um estilo mais direto e descritivo, respondendo às questões principais em torno do acontecimento (o quê, quem, quando, como, onde, por quê, não necessariamente nessa ordem)” (FOLHA DE S. PAULO, 2008, p.29). Deste modo, o texto do lide depende principalmente do trabalho de apuração do

jornalista para descobrir aquilo que é o “ponto mais forte”, atual e de mais amplo interesse em relação ao fato.

Nas palavras de van Dijk (2002), o lide “oferece a macroestrutura completa do tema principal”. No Brasil, após o lide, é comum redigir um segundo parágrafo com informações adicionais, formando um lide secundário ou sublide. Por exemplo, no caso de uma enchente, entrariam no sublide os esforços para reconstruir a cidade atingida. Nas notícias mais longas, de mais de três parágrafos, costuma-se usar intertítulos, que são enxertados à medida que se muda de assunto ou em intervalos de três a cinco parágrafos gráficos.

Van Dijk destaca que, assim como as manchetes, o lide pode ser usado como sinal para fazer previsões sobre a informação mais importante do texto. Assim, manchetes e lides são usados no discurso da notícia para exprimir ou inferir o tema ou tópico. “O tópico mais alto ou mais importante é apresentado na manchete, o topo da macroestrutura completa do texto é formulado no lide e as sentenças ou parágrafos expressam (...) detalhes importantes a respeito de tempo, local, participantes causas/razões ou consequências” (VAN DIJK, 2002, p. 135). Isto é, manchete e lide funcionam como um sumário do discurso da notícia.

O linguista sustenta ainda que a razão para os tópicos serem assinalados na manchete não é necessariamente ideológica ou política, mas pode ser determinada por uma regra jornalística: “os últimos eventos são os mais importantes”. Esta regra é baseada no preceito de atualidade da imprensa. Van Dijk (2002) enumera ainda os princípios de leitura e interpretação das manchetes e dos lides:

- (1) São primeiramente reconhecidas como manchetes e *leads* jornalísticos e, assim, estabelecem ou confirmam o modelo de contexto comunicativo ‘Estou lendo o jornal’, que envolve interesses, objetivos e crenças específicas.
- (2) Ativam conhecimentos e crenças de importância, e essa importância pode ser ‘admitida’ (ou não),
- (3) Suas proposições subjacentes ativam e instanciam *scripts* relevantes e modelos de memória. Após a ativação, e dados os parâmetros do contexto comunicativo (tempo, ocasião, interesses objetivos), tais *scripts*, atitudes e modelos fornecem a base para a decisão ‘Eu (não) estou interessado em obter informações sobre esse tópico em questão’.
- (4) Indicam ou expressam macrotópicos relevantes, que podem ser estrategicamente usados para construir os níveis mais altos da base textual (...). Este (s) tópico (s) provisórios de nível superior podem ser usados como mecanismos de monitoração *top down* para a compreensão e organização do resto do texto.
- (5) Os primeiros parágrafos são usados para construir macroproposições completas, para confirmar (ou rejeitar) as macro-hipóteses iniciais do leitor, e para, posteriormente, ampliar a macroestrutura e o modelo do texto. O mesmo ocorre com relação aos parágrafos posteriores, que fornecem detalhes de nível inferior do sentido global.
- (6) A *distribuição* descontínua de tópicos no texto noticioso pode ser estrategicamente posta sob controle pela função de monitoração dos tópicos

centrais, a estrutura hierárquica dos temas e as categoriais semânticas, por exemplo, ‘causa’ ou ‘consequência’ de subtópicos. Isto é, uma estrutura tópica ‘embaralhada’ pode ser novamente ‘desembaralhada’ através da estrutura temática (VAN DIJK, 2002, 142-143, *grifos do autor*).

Ao analisar a cobertura do assassinato de Bashir Gemayel, presidente cristão do Líbano, em 1982, van Dijk conclui que o discurso jornalístico pode mostrar uma estrutura de realização temática, que é basicamente global e de relevância controlada e cíclica. Sustenta ainda que a notícia tem o que ele chama de “estrutura de relevância”, que indica ao leitor qual informação é mais proeminente no texto. Além de questões estruturais e internas do texto, o linguista não deixa de considerar que há condições sociais, culturais e cognitivas sobre a organização das mensagens na mídia. Isto é, ele assume que há uma relação entre o texto noticioso e o contexto.

As formas estruturais e os sentidos globais de um texto de notícia não são arbitrários, mas o resultado de hábitos sociais e profissionais de jornalistas em ambientes institucionais, de um lado, e uma condição importante para o processamento cognitivo eficaz de um texto noticioso, tanto por jornalistas como por leitores, de outro (VAN DIJK, 2002, p.123).

Sobre o discurso midiático nos veículos de mídia impressa, Charaudeau (2013) define que a imprensa é essencialmente uma área escritural que conta com o “peso das palavras” para fortalecer seu discurso. Os impressos se caracterizam, segundo o linguista, pela relação distanciada entre quem escreve e quem lê. Isto é, a ausência física entre aquele que escreve e aquele que lê. Outro distintivo da imprensa é a possibilidade do que escreve de retificar ou apagar e daquele que lê de rememorar ou recompor a leitura.

A relação de distância e de ausência física entre as instâncias da troca faz com que a imprensa seja uma mídia que, por definição, não pode fazer coincidir tempo e acontecimento, tempo da escritura, tempo de produção da informação e tempo de leitura. Sabe-se que é necessário um certo tempo de fabricação do produto, depois, um tempo de transporte de um lugar ao outro (circuito de distribuição) e enfim um tempo de leitura, uma sucessão de momentos operatórios que produzem uma grande defasagem entre o surgimento do acontecimento e o momento em que o leitor toma conhecimento dele (CHARAUDEAU, 2013, p. 113).

Em relação à relevância do “peso da palavra” para a mídia impressa, o linguista enfatiza que esse dispositivo apresenta “vantagem” nesse aspecto frente às mídias televisiva e

radiofônica<sup>27</sup>, por exemplo, porque a escrita desempenha o papel de “prova para a instauração da verdade”, o que não acontece com a oralidade, que não é recuperável e é, mesmo que aparentemente, mais efêmera. “Essas características próprias ao dispositivo da imprensa permitem compreender porque esta mídia, universo por excelência do legível, é particularmente eficaz” (CHARAUDEAU, 2013, p.114).

Como aponta Charaudeau (2013), a informação é essencialmente linguagem, e a linguagem não é transparente. Ela apresenta sua opacidade por meio da qual se constrói uma visão, um sentido particular do mundo. De acordo com o autor, a mídia opera em uma dupla lógica: a lógica econômica, que faz com que os veículos de comunicação ajam como empresas; e a lógica simbólica, que faz com que os organismos de informação participem da construção da opinião pública. Essas questões também são abordadas por Fairclough (2001), que aponta o jornalismo como uma das formas de prática econômica que são de natureza basicamente discursiva.

Fairclough, cuja teoria será detalhada no próximo capítulo, afirma que a inserção na lógica econômica do discurso midiático se dá porque a mídia de notícias está no negócio competitivo de “recrutar” leitores, telespectadores e ouvintes em um mercado onde números e vendas são fundamentais para a sua sobrevivência. Assim, as notícias são vistas também enquanto mercadorias. Nesse sentido, elas são adaptadas às expectativas e aos estilos de vida do público, isto é, do consumidor. Assim, “os eventos dignos de se tornar notícia se originam de limitado grupo de pessoas que têm acesso privilegiado à mídia, que são tratadas pelos jornalistas como fontes confiáveis e cujas vozes são aquelas que são mais largamente representadas no discurso da mídia” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 143).

Foi nos anos 1900 na Europa e nos anos 1920 no Brasil que os jornais começaram a se tornar, gradativamente, empresas. Como dado econômico, e não mais apenas para difundir ideias políticas de ativistas ou de caráter pedagógico – marcas mais fortes dos periódicos até então –, os jornais passaram a defender interesses econômicos específicos do grupo – ou de grupos – aos quais estavam ligados o seu proprietário e a promover a divulgação de

---

<sup>27</sup> Em Charaudeau, a principal marca da mídia radiofônica é a “magia da voz”. É um meio que se inscreve na tradição oral e que produz uma magia particular através da ausência de encarnação, que deixa aflorar o “mistério da sedução”. Outra característica desse meio é em relação ao tempo, já que a produção de notícias radiofônicas é a mais próxima possível da instância de recepção. Quando à mídia televisionada, o linguista afirma que ela é marcada pelo “choque das imagens”. Charaudeau afirma que a imagem na televisão tem uma origem enunciativa múltipla (a do próprio acontecimento, a de sua filmagem, a de sua montagem e a de sua difusão, com seu comentário e o trabalho da equipe de estúdio) com finalidades de um discurso ao mesmo tempo referencial e ficcional. Quanto à construção referencial da imagem televisual, trata-se de uma idealidade que é dada por contrato (“autenticar a realidade mostrando-a”). A tendência, porém, é de ficcionalização dessa realidade, com o propósito de simbolização para o cinema, de dramatização para a televisão.

informações necessárias à manutenção do sistema social, econômico e político dominantes. A partir dessa mudança, houve uma multiplicação de jornais e a conseqüente queda no preço do exemplar. Com isso, passou-se a investir em tecnologia e publicidade. Nessa época, no Brasil, os principais obstáculos a essa mudança eram a pouca profissionalização e o analfabetismo.

Com a expansão da imprensa, as empresas jornalísticas ficaram maiores e mais complexas. Os departamentos comercial e editorial ficaram mais claramente definidos. Nelson Traquina (2005) ressalta que surgiu, nesse período, uma “nova” dependência da publicidade. Isto é, “construiu-se uma base financeira mais sólida ao mudar a venda de publicidade para um custo à linha e ao organizar um sistema eficiente de distribuição baseado em transportadoras e vendas de rua” (TRAQUINA, 2005, p.57).

Sobre essas questões, Herman e Chomsky (1989) argumentam que o conteúdo das notícias não é determinado no nível inferior, ou seja, pelos valores dos jornalistas, nem no nível interno, isto é, pela organização jornalística, mas pelo nível externo, portanto, macroeconômico. Nesse sentido, uma relação direta seria posta entre o resultado da produção da notícia e a estrutura econômica da empresa midiática. Os autores sustentam a posição de que os meios de comunicação reforçam o ponto de vista do *establishment* (poder instituído) devido ao poder dos donos dos veículos e de seus anunciantes.

Herman e Chomsky (1993) enumeram as seguintes questões quanto à relação dos veículos midiáticos com o capital: 1) a ligação estreita entre o capitalismo, as elites dirigentes e os produtores midiáticos; 2) o acordo entre a classe dominante e produtores midiáticos; 3) a concordância entre o produto jornalístico e os interesses do proprietário dos veículos e das elites. Os autores afirmam que as empresas de mídia são dependentes da publicidade e servem aos interesses do poder estabelecido. Eles explicam os fatores que explicam a submissão do jornalismo aos interesses capitalistas. Entre outros aspectos seriam a procura do lucro e importância da publicidade; a dependência dos jornalistas das fontes dos governos e mundo empresarial; as ações punitivas de quem detém poder.

Apesar de ajudar a compreender a relação entre os veículos de comunicação e a lógica econômica, a visão de Herman e Chomsky é determinista e unidimensional sobre o funcionamento do jornalismo. Na leitura deles, os jornalistas são totalmente submissos aos intentos dos proprietários. Assim, ignoram, como mostra Nelson Traquina (2005) que nem sempre os donos das empresas se encontram com os diretores de redação; que a maioria dos jornalistas não conhece o conselho administrativo do veículo; que os jornalistas têm um certo, mesmo que mínimo, grau de autonomia e que, às vezes, o jornalismo incomoda as elites e desafia o poder econômico.

Outra visão, não determinista, sobre a forma como as notícias são produzidas é a teoria interacionista – ou teoria da construção social da realidade (originalmente *newsmaking*). Epistemologicamente, essa teoria vem das ideias de Piaget (1973), para quem o conhecimento é construído em ambientes de interação social, estruturados culturalmente. Na visão piagetiana da educação, cada aluno constrói o próprio aprendizado em um processo de dentro para fora.

Essa abordagem dialoga ainda com o conceito de razão de Habermas. A concepção dele sobre a razão é fundamental para entender o construtivismo enquanto teoria da comunicação. Ao elaborar o seu conceito de razão, Habermas abandona uma racionalidade monológica. Conforme Lopes (2008, p.84), “a racionalidade habermasiana articula condições contrafactuais de comunicação mediante as quais são idealizados pressupostos para a reivindicação de pretensões de validade”. Para o filósofo alemão, romper com o conceito de razão instrumental indica ruptura com a normatização. Segundo Habermas, “(...) a racionalidade tem menos a ver com o conhecimento ou com a aquisição de conhecimento do que com a forma como os sujeitos capazes de linguagem e de ação fazem uso do conhecimento” (HABERMAS, 2012, p.24).

Ao substituir a razão instrumental pela comunicativa, Habermas abre caminho para a superação da filosofia da consciência e ainda estabelece um novo paradigma filosófico. Conforme Lima (2000, p.22), “a razão comunicativa é uma razão encarnada no mundo da vida e associada aos processos de entendimento”. Ainda de acordo com Lima (2000, p.25), o conceito de razão de Habermas surge a partir da abertura do diálogo com a sociologia. “A teoria da ação comunicativa assume o problema presente na sociologia, que é o do processo de modernização das sociedades contemporâneas”. Para Habermas, apenas

a partir de uma análise reconstrutiva da racionalidade é que se pode perguntar sobre a atualidade da razão; da sua capacidade de contribuir para compreensão dos desafios da crise da sociedade moderna ou da sua despedida em direção ao que foi denominado de ‘pós-modernidade’: uma sociedade que dispensou a preocupação pela pergunta sobre os *fins*” (LIMA, 2000, p. 75, *grifo do autor*).

Em Habermas, a razão desponta por meio de interações linguísticas, permitindo que falantes e ouvintes atuem de forma orientada ao entendimento. Como aponta Efken (2004),

a racionalidade comunicativa, substituta da racionalidade prática tradicional monológica, possibilita a falantes e ouvintes assegurarem o



contexto comum de suas vidas, o mundo da vida que intersubjetivamente partilham. Essa prática de comunicação intersubjetiva é impulsionada nos processos argumentativos, que devem ser conduzidos de forma racional, livre de toda e qualquer coerção, de forma que prevaleça apenas a força do melhor argumento (EFKEN, 2004, p.5).

Já segundo Costa Filho (1997), a racionalidade é o uso público da razão. Sua manifestação se dá por meio de expressões simbólicas. Assim, assumir publicamente uma racionalidade exige do indivíduo uma relativização de suas próprias perspectivas, uma vez que para compreender e se fazer entender, é necessário de colocar no lugar do outro; perceber pela perspectiva do outro, ou seja, descentralizar seu mundo. Ele afirma que

a racionalidade funciona como base para o entendimento, para a experiência, para o julgamento e para a própria ação linguística, de forma que não pode ser concebida em termos metafísicos ou transcendentais. (...) O caráter intersubjetivo da racionalidade faz com que esta não se restrinja à pura subjetividade, mas seu aspecto social lhe assegura forma e expressão objetivas. Para Habermas, essa racionalidade pode ser captada através da sua reconstrução interdisciplinar e deve combinar simultaneamente elementos distintos das diversas ciências (COSTA FILHO, 1997, p.110).

Voltando às teorias da comunicação, o construtivismo defende que o jornalismo é uma construção da realidade e, portanto, que o acesso ao meio jornalístico é estruturado socialmente. Essa teoria tem entre as influências a teoria da construção social da realidade, de Berger e Luckmann (1966), que se enquadram no campo da fenomenologia social, mas que ajudam na compreensão do pensamento crítico dialético por enfatizarem a função fundamental da linguagem na construção social da realidade. Segundo eles, a vida cotidiana é uma “realidade interpretada pelos homens e subjetivamente dotada de sentido para eles na medida em que forma um mundo coerente” (BERGER; LUCKMANN, 2004, p. 35). Essa realidade predominante – ou vida cotidiana – é simbolicamente ordenada pela linguagem.

Em *A construção social da realidade*, Berger e Luckmann (1966) defendem que “o homem ocupa uma posição peculiar no reino animal”. Segundo os sociólogos, ao contrário de outros animais, o homem não possui um ambiente específico da espécie, “um ambiente firmemente estruturado por sua própria organização instintiva”. A relação dos homens com o ambiente, em contraste à forma como outros mamíferos se relacionam com o espaço, é de abertura para o mundo. “As maneiras de tornar-se e ser humano são tão numerosas quanto as

culturas humanas. A humanização é variável em sentido sócio-cultural. Em outras palavras, não existe natureza humana no sentido de um substrato biologicamente fixo, que determine a variabilidade das formações sócio-culturais” (BERGER; LUCKMANN, 2004, p. 72). Nesse sentido, cabe à linguagem marcar as coordenadas da vida humana em sociedade e dotar os objetos presentes nela de significação. Segundo eles,

a linguagem usada na vida cotidiana fornece-me continuamente as necessárias objetivações e determina a ordem em que estas adquirem sentido e na qual a vida cotidiana ganha significação para mim. Vivo num lugar que é geograficamente determinado; uso instrumentos, desde os abridores de latas até os automóveis de esporte, que têm sua designação no vocabulário técnico da minha sociedade; vivo dentro de uma teia de relações humanas, de meu clube de xadrez até os Estados Unidos da América, que são também ordenadas por meio do vocabulário. Desta maneira a linguagem marca as coordenadas de minha vida na sociedade e enche esta vida de objetos dotados de significação (BERGER; LUCKMANN, 2004, p. 38).

Nesse ponto, fica clara a função basilar da linguagem na construção social da realidade. É através da linguagem que as coletividades são difundidas e costumes, crenças, tradições e valores são transmitidos. Na visão de Berger e Luckmann, os padrões da linguagem e as suas categorias impõem-se à consciência, já que ela tipifica comportamentos e experiências, conferindo-lhes um conteúdo comum a todos os indivíduos. Isto é, a linguagem é um sistema de sinais objetivos cujo significado está intimamente ligado ao senso comum. No entanto, apesar de estar relacionada ao contexto social, a linguagem transcende a dimensão espacial, temporal e social da realidade.

Influenciada pela teoria de Berger e Luckmann, a teoria jornalística da construção social da realidade percebe a comunicação como uma forma de construção social da realidade. Como ressalta Pedrinho Guareschi (2004), quem possui a palavra constrói identidades pessoais ou sociais. Essa perspectiva de estudos da comunicação vê ainda a rotina do trabalho jornalístico como uma forma de levar à dependência de fontes oficiais. As fontes não são iguais ou igualmente relevantes nem o acesso delas ao campo midiático é uniforme, havendo, portanto, uma maior predominância das fontes oficiais nas notícias. A intensa presença de fontes oficiais em matérias publicadas nos jornais impressos de Pernambuco foi mencionada em pesquisa de mestrado de 2012 conduzida na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). A dissertação *Jornalismo e deliberação: luta por reconhecimento e o não-outro generalizado na mídia impressa pernambucana*, de Rafael Marroquim (2012), mostrou que os jornais do estado apelam para a ilegalidade de manifestações públicas ao

noticiarem fatos relativos às ações dos movimentos sociais. O estudo apontou ainda que falta aprofundamento nas matérias e que os jornais carecem de maior diversidade de fontes e de conteúdos. Na análise dos jornais pernambucanos, o pesquisador notou a “recorrência às fontes oficiais, a redução do debate público com apenas uma versão ouvida e a associação parcial das reivindicações aos direitos humanos revelaram dispositivos retóricos de preservação da ‘ordem’ acentuado pelo discurso jornalístico” (MARROQUIM, 2012, p.92).

Além de notar da predominância de fontes oficiais nas matérias jornalísticas, a teoria interacionista percebe que outros agentes sociais não têm o mesmo acesso aos meios de comunicação. Assim, os movimentos sociais, principalmente os que têm poucos recursos financeiros, não veem suas pautas, reivindicações e ações transformadas em notícias. Conforme Traquina (2005, p.198), “se pretendem jogar no tabuleiro do xadrez jornalístico, (os movimentos sociais) precisam ajustar o seu modo de interação organizacional aos modos das organizações estabelecidas”.

No escopo da teoria interacionista há a ideia de que a “noticiabilidade”, por ser um produto de diversas negociações, legitima o *status quo* e está alinhada às instituições legitimadas. Dessa forma, os grupos sociais que atuam “fora do consenso” são vistos como marginais, como aponta Traquina (2005, p.199): “As fontes provêm sobretudo da estrutura do poder estabelecido e, por isso as notícias tendem a apoiar o *status quo*”. A teoria interacionista conclui que a conexão entre fontes e jornalistas faz das notícias uma relevante ferramenta para os governos e autoridades estabelecidas. Assim, as notícias tendem a apoiar as versões oficiais sobre “acontecimentos controversos”.

Segundo a lógica interacionista, as notícias resultam de um processo de interação social não apenas dos jornalistas com as fontes, mas também entre os colegas de profissão. Conforme Gaye Tuchman (1978), principal nome da teoria interacionista, a noticiabilidade é construída por meio de acordos mútuos feitos pelos chefes. Assim, a avaliação da noticiabilidade seria um fenômeno negociado, constituído pelas atividades de uma complexa burocracia e “desenhada para supervisionar a rede informativa”. Isto é, por mais que o jornalista tente participar ativamente da construção da realidade, é ausente de autonomia e estará sempre submisso a um planejamento produtivo. Sobre a questão Nelson Traquina afirma que:

A interação, isto é, a troca de experiências, saberes, truques, anedotas, que é mais do que a simples tagarelice e que não deve ser minimizada porque faz parte de um processo decisivo de formação de consenso, numa camaradagem que influencia o trabalho jornalístico porque a validação e o exame dos

colegas torna-se o substituto dum exame independente e crítico que afinal ninguém faz. Nesta interação, é criada toda uma linguagem secreta entre os membros da tribo, que se exprimem na ‘gíria’ dos membros da tribo. Nesta interação temos a leitura dos outros jornais, a consulta que o jornalista faz aos outros jornalistas; nesta interação temos as trocas e os favores, a ajuda entre os membros da tribo, bem como a concorrência desenfreada (TRAQUINA, 2005, p.201).

A teoria interacionista enfatiza ainda que os jornalistas não são meros observadores e retratadores da realidade, mas participantes ativos da construção dela. Nesse sentido, as notícias devem ser vistas como produto de um processo de interação social. Dessa forma, a corrente interacionista dos estudos da comunicação é a que mais se aproxima de uma pesquisa que tem como aporte teórico-metodológico a Análise Crítica do Discurso, uma vez que percebe o papel do jornalismo como uma força conservadora, mas também reconhece que pode oferecer recurso para que os agentes sociais contestem o *status quo* e os valores dominantes, ou seja, como na ACD, prevê a possibilidade de mudança social.

### **3.2 História da imprensa e os jornais pernambucanos**

Até a invenção da escrita, que se deu por volta de 3 mil anos antes de Cristo, as transmissões culturais se davam em contextos de co-presença. Na História, é relatado que o primeiro sistema completo de escrita foi desenvolvido pelos sumerianos no sul da Mesopotâmia. Posteriormente, outro sistema diferente foi criado pelos egípcios no Delta do Rio Nilo. Segundo Thompson (2009), é provável que, nos dois casos, o desenvolvimento de textos escritos se relacionava com a tarefa de registrar informações fundamentais para a troca de produtos, efetivação do comércio e exercício do poder político e religioso.

Na segunda metade do terceiro milênio antes de Cristo, a escrita cuneiforme – feita no num estilo triangular com cerca de 600 sinais e que permitia ao usuário fazer uma série de cunhas na argila – começou a aparecer. De acordo com Thompson (2009, p.229), “importantes informações gravadas para fins de comércio e de administração continuaram a ser seu principal interesse, mas a escrita era também usada como meio de gravar ideias religiosas, científicas, jurídicas e literárias”.

Cerca de dois mil anos depois, a escrita cuneiforme começou a cair em desuso até desaparecer. Foi, então, substituída pelo alfabeto escrito, que foi, provavelmente, inventado por volta de 2 mil anos antes de Cristo e se espalhou pelo Oriente Próximo e o Mediterrâneo. Segundo Giovannini (1987), o surgimento do alfabeto pode ser definido como a

“democratização do saber”. Entende-se o alfabeto por um conjunto de 20 a 30 letras que indicam os sons mais simples nos quais uma língua se decompõe e que permitem escrever essa língua. Dessa invenção, não se conhece precisamente os autores e o local onde ocorreu.

À medida que a escrita cuneiforme desaparecia, as tábuas de argila foram sendo substituídas pelo pergaminho e papiro – inventado no Egito por volta de 2600 a.C. – como formas de transmissão. Um dos avanços do novo material para a escrita era o fato de serem muito mais leves que as tábuas de argila ou pedras. Ainda antes de Cristo, de acordo com Melo (1994), os romanos afixavam folhas de notícias, denominadas *Acta Diurna*, em locais públicos. O papiro foi usado como meio de transmissão de informação até 105 depois de Cristo, quando o papel foi criado pelos chineses. No século VIII, a impressão por processos de carimbos e estampagem se popularizou.

Durante a Idade Média, na Europa, a vida intelectual ficava restrita aos mosteiros. A cultura monástica, como aponta Giovannini (1987) foi definida como “cultura da exclusão de massa”. A autora explica que o pergaminho como base para a escrita comportava problemas econômicos, pois os escribas contavam com um número limitado deles. Os que estavam usados com informações sem importância para a época eram reutilizados. Segundo Giovannini (1987, p. 68), “os pergaminhos usados novamente chamavam-se ‘palimpsestos’, como também acontecia com os papiros”.

O monopólio dos mosteiros sobre a vida cultural começou a desaparecer no século XII com o crescimento demográfico e o desenvolvimento econômico do Ocidente. O autor ressalta que “os fatores fundamentais que determinam a progressiva laicização e, conseqüentemente, a ampliação da cultura são o renascer da cidade, a obra dos tradutores, (...), e o despertar do interesse pelo direito” (GIOVANNINI, 1987, p. 70). Surgiram nessa época, então, as condições favoráveis para o surgimento das universidades.

Por volta de 1450, Johann Gutenberg criou a prensa de impressão, um método que podia ser explorado comercialmente e que adaptava a prensa conhecida pela Europa desde o século I d.C.. A técnica possibilitava duplicar letras de metal, de tal forma que grandes quantidades de tipos podiam ser produzidas para compor textos longos. Os princípios da prensa de Gutenberg permaneceram em uso e sem modificações basilares por mais de 300 anos. Na segunda metade do século XV, “as técnicas de impressão se espalharam rapidamente e imprensas foram estabelecidas nos principais centros comerciais da Europa. Esse fato constituiu no alvorecer da era da comunicação de massa” (THOMPSON, 2009, p. 231).

De acordo com Thompson (2009), as primeiras imprensas foram empreendimentos comerciais de pequeno porte que estavam interessados principalmente com a reprodução de

manuscritos religiosos e literário ou com a produção de textos para uso no direito, medicina e comércio. Esses locais se tornaram parte de um “novo e florescente” comércio de livros na Europa ao combinar as atividades de impressão, publicação e venda de livros. Um dos maiores desses estabelecimentos foi a de Anton Koberger, que fundou sua imprensa em Nüremberg, Alemanha, em 1470. De 1473 a 1513, imprimiu cerca de 240 livros, sendo a maioria nas áreas de teologia e filosofia eclesiástica. Para comercializar as obras, estabeleceu uma rede ampliada de venda, com agentes em cidades como Frankfurt, Viena, Budapeste, Florença e Paris. Já na Inglaterra, a imprensa foi introduzida por William Caxton, que imprimiu mais de 90 livros. O autor esclarece que

além de imprimir e publicar livros, as primeiras impressas imprimiam panfletos, periódicos e folhas noticiosas de vários tipos. As primeiras folhas noticiosas apareceram no início do século XVI; elas eram publicações *ad hoc*<sup>28</sup> relacionadas a acontecimentos particulares, tais como encontros militares, e elas não eram seguidas por edições ou séries subsequentes. Folhas noticiosas periódicas começaram a aparecer na segunda metade do século XVI. Mas foi somente no século XVII que revistas de notícias regulares e relativamente frequentes começaram a aparecer. (...) Há alguma evidência que sugere que o jornal semanal deve ter aparecido um pouco antes (1607) em Amsterdã; de qualquer modo, em 1620, Amsterdã se tornou o local de um *centro de notícias* em rápida expansão, através do qual a informação referente às atividades militares, políticas e comerciais foi regularmente difundida para as diversas cidades europeias. Embora estimulado pelo desenvolvimento da Guerra dos Trinta Anos e pela crescente demanda de notícias sobre ela, o comércio inicial de notícias desempenhou, também, um papel importante e crescente na expansão do sistema capitalista de produção e troca e na emergência das primeiras formas de financiamento e crédito capitalista (THOMPSON, 2009, p.232-233).

Conforme Lage (2005), a origem do jornalismo impresso no mundo se deu em um cenário favorável por fatores como a estruturação do serviço de correios; a difusão, ainda que em pequena escala, da alfabetização; o aprimoramento dos serviços de transportes. O autor destaca que “os textos principais, opinativos, seguiam o modelo retórico, reportavam-se à realidade para sugerir ou afirmar que os problemas se deviam aos impostos, barreiras alfandegárias e privilégios dos quais se beneficiava a ‘classe ociosa’, isto é, a aristocracia” (LAGE, 2005, p.30).

Esse desenvolvimento inicial da imprensa e publicações esteve relacionado ainda com o exercício do poder político pelas autoridades responsáveis pelos aparatos administrativos dos estados-nação que emergiam, conforme sublinha Thompson (2009). Segundo o autor, as

---

<sup>28</sup> A expressão latina *ad hoc* é geralmente empregada em contexto jurídico, no sentido de “para um fim específico”.

autoridades dos novos estados usaram ativamente os jornais para comunicar proclamações oficiais de vários tipos. Por outro lado, elas também buscavam reduzir ou extinguir a publicação de material considerado herético ou perigoso. A censura, no entanto, não era um fenômeno novo. Segundo ele, “durante a Idade Média, as autoridades religiosas controlavam o produto de escribas e copistas, com o objetivo de suprimir material herético; mas essa atividade era *ad hoc* e irregular. (...) Com o advento da imprensa, a preocupação com a regulamentação se tornou mais sistemática e mais secular” (THOMPSON, 2009, p.233).

A luta contra o controle estatal da imprensa tornou-se um tema central do pensamento liberal e democrático do século XIX. O desenvolvimento da indústria do jornal nos séculos XIX e XX foi caracterizado por duas principais tendências, enumera Thompson (2009): 1) o crescimento e a consolidação da circulação massiva de jornais e 2) a crescente internacionalização das atividades de coleta das notícias. “No decurso do século XIX, a indústria jornalística tomou um caráter crescentemente comercial, procurando aumentar a circulação como um meio de aumentar a renda gerada através das vendas e anúncios comerciais” (THOMPSON, 2009, p.234).

O jornal como se conhece hoje surgiu apenas no século XIX, começando pelo formato que acompanha a largura da bobina das impressoras rotativas. Por causa desse formato, foi preciso fazer a separação das notícias, a divisão das páginas em colunas, os títulos que dariam origem às manchetes e outros recursos de diagramação. Nessa época, de acordo com Lage (2005), a principal alteração nos fundamentos da prática jornalística se deu com o advento da publicidade que, a partir de 1830, tornou-se a principal receita das empresas, permitindo uma redução no preço dos exemplares vendidos aos leitores. “A publicidade, ao estabelecer o triângulo jornal-leitores-anunciantes (e, junto desses, os financiadores), integrou o jornal ao sistema econômico – razão mais provável para que, nos principais países da Europa, a censura estatal tenha desaparecido na segunda metade do século 19” (LAGE, 2005, p. 34).

É válido ressaltar que a rápida expansão da indústria jornalística se tornou possível graças à melhoria nos métodos de produção e distribuição, pelo crescimento da alfabetização e pela abolição de impostos. Inovações técnicas também foram cruciais para o aumento considerável de capacidade reprodutiva da indústria jornalística. “Isso fez com que a indústria de jornais tivesse de se sujeitar a uma série de processos – incluindo o uso da força da máquina, da divisão social do trabalho dentro de um sistema de produção, etc. – que estavam revolucionando outras esferas da produção de mercadorias” (THOMPSON, 2009, p.235).

A partir desses fatores, a circulação de jornais cresceu regular e significativamente. O desenvolvimento na circulação dos jornais dominicais foi especialmente acentuado. É

importante frisar que a leitura dos periódicos, principalmente os dominicais, era possivelmente maior que sua venda real, uma vez que eram lidos em cafeterias, salas de leitura e clubes. Segundo Melo (1994), o primeiro veículo de massa foi o *Penny Press*, na forma de jornal de um tostão, nos meados da década de 1830, em Nova York. O sucesso do jornal atingiu, inclusive, outros países em poucos anos. Sobre a questão, Thompson (2009, p.236) afirma que

a rápida expansão na circulação foi acompanhada por mudanças significativas na natureza e conteúdo dos jornais. Enquanto que os primeiros jornais dos séculos XVII e XVIII procuravam atingir primariamente um setor restrito da população, relativamente rico e bem educado, a indústria jornalística dos séculos XIX e XX foi se dirigindo sempre mais para um público maior. Desenvolvimentos tecnológicos e a abolição de impostos possibilitaram que preços fossem reduzidos; e os jornais adotaram um estilo mais leve e provocante de jornalismo (...). Seguindo a orientação dos jornais dominicais, os diários deram maior atenção ao crime, à violência sexual, ao esporte e aos jogos de azar. (...) Ao mesmo tempo os anúncios comerciais assumiram um papel sempre mais crescente na organização financeira da indústria. Os jornais se tornaram um mecanismo crucial na facilitação da venda de outros bens e serviços, e sua capacidade de garantir retorno da publicidade estava diretamente ligada ao número e perfil de seus leitores. A exploração do elo entre publicidade e circulação de massa dos jornais (...) tornou-se cada vez mais importante nas primeiras décadas do século XX.

Assim, os jornais se tornaram cada vez mais empreendimentos de grande porte que demandavam grandes quantidades de capital para dar início e se manter diante da concorrência crescente. Dessa forma, os tradicionais proprietários de veículos de comunicação, que possuíam um ou mais jornais, passou a ser substituído por organizações que comandavam vários jornais. De acordo com Sodré (2009), a imprensa do século XX se caracteriza pelo número reduzido de grandes jornais e a oligopolização. Nessa época, o número de revistas aumentou, mas estas se caracterizam pela especialização, na maior parte dos casos.

Outro fenômeno registrado nos séculos XIX e XX foi a internacionalização da coleta de notícias, com a criação e desenvolvimento das agências de notícias. Essas agências se tornaram cada vez mais responsáveis pelo suprimento de informação – principalmente estrangeira – para os clientes (jornais). Ainda hoje, muitos jornais e empresas de comunicação dependem de agências internacionais de notícias, como a francesa Agence France-Presse (AFP), a norte-americana Associated Press (AP) e a britânica Reuters.

Segundo Lage (2001), o trabalho das agências de notícias provocou o surgimento do que hoje se entende por imprensa de massas. Elas facilitavam a abertura de novas vias



comerciais e contribuía para “reduzir as dimensões do mundo”. O autor enfatiza que “a imprensa, tida como quarto poder, passou a ocupar um lugar importante como elemento integrante do Estado constitucional moderno” (LAGE, 2001, p. 37).

Em relação à Europa e até mesmo outras partes da América, o surgimento dos jornais impressos brasileiros se deu de forma tardia. Ao fazer um panorama da imprensa brasileira, as autoras Ellis Araújo e Elizete de Souza (2007) apontam que a imprensa no Brasil foi inaugurada em 1808, quando a família real portuguesa, expulsa da Europa pela ofensiva de Napoleão Bonaparte, imprimiu a *Gazeta do Rio de Janeiro*, órgão oficial que exaltava a aristocracia. Com características de oficialismo, as matérias voltavam-se à defesa das ideologias políticas da época. Segundo as autoras, “o advento da imprensa marca o momento em que o país deixa de ser colônia para ser sede do próprio governo metropolitano, com a instalação da família real no Brasil” (ARAÚJO e SOUZA, 2007, p. 30).

Ao analisar a historiografia da imprensa brasileira, Martins e Luca (2008) afirmam que, na primeira geração da imprensa, surgiram veículos no estilo panfletário, com variadas e até antagônicas posições no espectro político. Eram publicações geradas, inicialmente, em alguns polos geopolíticos e comerciais mais ativos no período colonial, como Pernambuco, Rio de Janeiro, Bahia, Maranhão e Pará.

De acordo com Cruz (2006), os primeiros passos da imprensa em Pernambuco apareceram na Restauração Pernambucana (1644-1649), quando surgiram os primeiros panfletos com propagação de ideias políticas, que levou a imprensa pernambucana a ser caracterizada, até hoje, pelos interesses políticos. “Os clãs nobres utilizavam a política para estabelecer suas disputas particulares e assim as estenderam para a comunicação. Nos primórdios da imprensa pernambucana, a função dos periódicos era exclusivamente para publicidade político-partidária” (CRUZ *et al.*, 2006, p.21).

Em 1706, instala-se no Recife uma pequena tipografia para “impressão de letra de câmbio e orações devotas”, fechada no mesmo ano. No mesmo período, surgiram diversas oficinas tipográficas, que não necessariamente eram usadas para impressão de jornais, mas para produzir cartas de baralho com a reprodução da técnica da xilogravura. Conforme Veloso e Mendonça (2016, p.2), “data, também dessa época, a impressão de alguns poucos jornais voltados aos interesses da corte e folhetos que se colocavam em defesa da independência do Brasil, o que acirrou o clima político na colônia”.

Martins e Luca (2008) destacam que esses jornais circularam por todo o território que se constituía em nacional. Segundo eles, “basta verificar, por exemplo, as constantes citações recíprocas entre os periódicos de diferentes províncias. Eram elos de tipo nacional que se

constituíam, também, pela palavra impressa” (MARTINS e LUCA, 2008, p.40). Uma anotação sumária realizada pelas autoras indica os primeiros passos da imprensa nas então províncias: *Aurora Pernambucana* (1821); *O Conciliador do Maranhão* (1821); *O Paraense* (1822); *O Compilador Mineiro* (1823); *Diário do Governo do Ceará* (1824); *Diário de Pernambuco* (1825); *Gazeta do Governo da Paraíba do Norte* (1826); *Farol Paulistano* (1827) e *Diário de Porto Alegre* (1827).

De acordo com Sodré (1999), o Recife ocupava lugar privilegiado nos primeiros anos da imprensa no Brasil. Em 1706, instalou-se no Recife uma pequena tipografia para impressão de letras de câmbio e orações devotas. Na fase da Imprensa Colonial Brasileira, como o autor classifica, o clero teve participação fundamental na literatura e deu origem a “ardorosos jornalistas”, como frei Caneca, criador da *Tifis Pernambucano*. O autor observa que ele “foi um dos grandes jornalistas brasileiros, com espírito rebelde e indomável. Em 1º de julho de 1824, *Tifis Pernambucano* apresenta as bases do programa elaborado pelos intelectuais da província, um documento político que destacava a liberdade de imprensa e fazia referências ao trabalho escravo” (SODRÉ, 1999, p.52).

Já Ari Cruz *et al.* (2006) apontam que o primeiro periódico em Pernambuco foi a *Aurora Pernambucana*, lançado em 27 de março de 1821 e que desapareceu em setembro do mesmo ano. Sobre o jornal, os autores afirmam que

com o apoio e tutela do governador da província, era, nitidamente, o retrato de uma imprensa oficiosa, tutelada pela coroa para impor uma ordem nos fervores políticos consequentes à Revolução do Porto. O movimento português instigou as inspirações constitucionais dos portugueses da Colônia, e o primeiro periódico a representar esses efeitos foi o *Pernambucano* (CRUZ *et al.*, 2006, p.23).

Outro marco da imprensa pernambucana foi a criação, em 9 de abril de 1822, do periódico *Sentinela da Liberdade*, no Recife. O baiano Cipriano José Barata de Almeida publicava a *Sentinela* de onde estivesse e foi o pioneiro da imprensa libertária do Brasil. Figura marcante dessa primeira geração da imprensa brasileira, Barata escreveu que:

Toda e qualquer Sociedade, onde houver imprensa livre, está em liberdade; que esse Povo vive feliz e deve ter aumentado alegria, segurança e fortuna; se, pelo contrário, aquela Sociedade ou Povo, que tiver imprensa cortada por censura prévia, presa e sem liberdade, seja debaixo de que pretexto for, é povo escravo, que pouco a pouco há de ser desgraçado até se reduzir ao mais brutal cativo<sup>29</sup>.

<sup>29</sup> *Sentinela da Liberdade* na Guarita de Pernambuco, Recife, Typographia Cavalcante e Cia., n.11, 10 mai 1823.

As críticas feitas no jornal o levaram à prisão diversas vezes. Encarcerado ou em liberdade, mantinha-se oposicionista. De acordo com Martins e Luca (2008), a luta de Cipriano Barata criou as condições para a Confederação do Equador (1824). Em 17 de novembro de 1823, o baiano radicado em Pernambuco foi detido na fortaleza de Brum, no Recife. Mesmo preso, continuou se opondo ao governo com a publicação intitulada *Sentinela da Liberdade na Guarita de Pernambuco, atacada e presa na fortaleza de Brum por ordem da força armada reunida*.

Segundo Rosário de Pompéia Barros (2009), a imprensa em Pernambuco surgiu como instrumento de luta dos governantes, senhores de engenhos e de pessoas envolvidas com lutas partidárias ou manifestações sociais da época. Ela afirma que “alguns jornais ganham destaque nacional por estarem ligados a revoltas, como a Confederação do Equador e a Revolução Praieira (...). O uso panfletário da imprensa constituía regra na comunicação pernambucana até o século XX” (BARROS, 2009, p. 40). Cruz *et al.* (2006) afirmam que Pernambuco se consolidou como a mais importante matriz simbólica da região Nordeste e se tornou referência no âmbito nacional. Para eles, a implantação dos veículos de comunicação no estado foi, na sua origem, um instrumento político nas mãos de blocos antagônicos por várias décadas. De acordo com os autores,

a utilização panfletária da imprensa foi fenômeno bastante comum no século XIX. (...) A imprensa em Pernambuco surge para dar vazão ao poderio dos senhores de engenho, que, além da publicidade pessoal simulada num discurso jornalístico, utilizavam o meio (de comunicação) como forma de coerção e imposição de força (CRUZ *et al.*, 2006, p.22).

É nesse contexto que surge o *Jornal do Commercio*, fundado em 3 de abril de 1919. Sob o lema “trabalhar para o Norte”, o empresário Francisco Pessoa de Queiroz e seus irmãos lançaram o *JC* às vésperas da campanha de Epitácio Pessoa à presidência da República. O candidato foi o grande destaque da capa da primeira edição, que trazia a foto dele junto ao programa de governo. O primeiro exemplar – vendido por 100 réis – tinha doze páginas com sete colunas cada.

Segundo Barros (2009), o *Jornal do Commercio* se dizia explicitamente a serviço das classes conservadoras e essa imagem contribuía para que bancos e comerciantes anunciassem no veículo. A autora escreve que “apesar dos anúncios (...), o *Jornal do Commercio* sobrevivia de investimentos próprios dos seus proprietários ou recursos da

família, pois o jornal enchia as páginas com anúncios do automóvel Overland. O representante da fábrica no Recife era (...) irmão de Pessoa de Queiroz” (BARROS, 2009, p.49).

Nas páginas internas da primeira edição do jornal, os leitores encontraram notícias sobre cotações de alimentos, notas políticas nacionais e internacionais, coluna e publicidade dos primeiros anunciantes. A impressão era feita em linotipos numa rotativa francesa Marione. Tanto a redação como a oficina onde as edições eram impressas funcionavam no número 295 da então Rua 25 de Novembro, atual Rua Imperador Dom Pedro II, no bairro de Santo Antônio, área central do Recife.

Antes de completar o primeiro ano, em março de 1920, o *Jornal do Commercio* passou pela primeira modernização. O tamanho do jornal foi reduzido e uma nova rotativa foi comprada para dar maior rapidez e qualidade ao processo industrial. No início da década de 1930, chegou ao fim a República Velha – que tinha como um dos sustentáculos a política do café-com-leite – graças a Getúlio Vargas.

A oposição do *Jornal do Commercio* ao regime que se estabeleceu gerou reação dos novos donos do poder. A sede do jornal foi invadida e teve as dependências da redação e oficina destruídas. O veículo só voltaria a circular quatro anos mais tarde. A residência do proprietário do jornal foi incendiada e os irmãos João, José e Francisco Pessoa de Queiroz tiveram que sair de Pernambuco. Barros (2009) aponta que, nesse período, Francisco Pessoa de Queiroz viveu exilado em Paris e só retornou ao Brasil em outubro de 1932. “Para continuar existindo, o *Jornal do Commercio* voltou com a proposta de ser neutro e recebeu ajuda financeira da elite da Colônia Portuguesa. Assim, o *Jornal do Commercio* se tornou uma Sociedade Anônima” (BARROS, 2009, p.51).

A reabertura do JC aconteceu no dia 30 de setembro de 1934. Na nova fase, o objetivo, segundo o texto da edição de reabertura, era fazer um jornal “independente e noticioso”, cujo lema era “orientar as massas, noticiar, divulgar, incentivar as boas e as sãs ideias, comentar tudo, fomentar o desenvolvimento de todas as atividades lícitas e produtivas”. A edição, que tinha dois cadernos e totalizava quarenta páginas, ainda lembrou o crime cometido contra o jornal e que provocou a pausa na circulação. Um dos textos afirmava que o jornal estava “ressurgindo dos próprios escombros”. Segundo Cruz *et al.* (2006), durante a década de 1960, o *Jornal do Commercio* foi um dos expoentes do jornalismo do Nordeste, juntamente com os periódicos A Tarde, da Bahia, e O Povo, do Ceará. Os autores afirmam que

a cobertura feita pelo jornal abrangia diversas cidades da região e do interior de Pernambuco. Existiam sucursais em seis cidades: Caruaru (PE), Natal (RN), João Pessoa (PB), Maceió (AL), Salvador (BA) e

Aracaju (SE), uma sétima ficava em Brasília. E correspondentes em São Luís (MA), Fortaleza (CE), Terezina (PI), Arcoverde (PE) e Garanhuns (PE) (CRUZ, BARROS e TAVARES, 2006, p.37).

Em 1987, o *Jornal do Commercio* passou por uma crise e seu funcionamento estava ameaçado. Os profissionais, após sete meses sem salários, decidiram entrar em greve como forma de protesto. O jornal deixou de circular durante 36 dias. “A Empresa Jornal do Commercio sentia o impacto de ser ainda uma empresa tradicional e não encontrava saídas para a sua crise, que só vinha piorando” (BARROS, 2009, p. 63).

Após várias intervenções de governantes da época, como os ex-governadores Joaquim Francisco e Marco Maciel, para reerguer a empresa, no 27º dia da greve dos funcionários, foi anunciado que o empresário João Carlos Paes Mendonça, atual proprietário, havia comprado o Sistema JC de Comunicação, que incluía, na época, o *Jornal do Commercio*, a *Rádio* e a *TV Jornal*. Sobre a participação de políticos nas negociações que tentavam salvar o *Jornal do Commercio*, Barros (2009) aponta que “é nesse momento da história (...), que entra em cena o papel do político Joaquim Francisco, que (...) acompanhou e participou de todas as negociações que tentaram ‘salvar’ a empresa, por ser, na época secretário do Trabalho” (BARROS, 2009, p.64). Quanto à intervenção de Marco Maciel, a autora afirma que ele, na época governador de Pernambuco, se envolveu mais diretamente com a situação do *JC*, pois os salários dos funcionários continuavam atrasados, e a empresa corria o risco de ser fechada:

Como governador a gente tem que se interessar para que o Estado vá bem e se antecipar a crises. Num certo momento, os dois jornais (Diário de Pernambuco e *Jornal do Commercio*) estavam em crise. A questão mais grave era o *Jornal do Commercio*. Era muito ruim para Pernambuco não ter um jornal de grande expressão. (MACIEL *apud* BARROS, 2009, p.65).

Atualmente, no formato de Sistema Jornal do Commercio de Comunicação (SJCC), a rede conta com a Editora Jornal do Commercio, a TV Jornal Recife e Caruaru – afiliadas do SBT –, a Rádio Jornal e os portais NE10 e JC Online. O sistema integra o Grupo JCPM, do empresário João Carlos Paes Mendonça.

Segundo o setor comercial do *JC* um levantamento realizado entre 2015 e 2016 revelou que 357 mil pessoas leem o impresso. Desses, 52% são homens e 48% são mulheres. Quanto à classe social, os leitores: 47% são da classe C; 32% da classe AB e 21% da classe DE. Classificados pela faixa etária, 28% dos leitores do *Jornal do Commercio* têm entre 30 e 39 anos; 24% de 20 a 29 anos; 18% de 40 a 49 anos; 13% de 10 a 19 anos; 10% de 50 a 59

anos e 8% têm 60 anos ou mais. Quanto ao grau de instrução, 58% têm ensino médio; 22% ensino fundamental e 21% ensino superior. O dia da semana com o maior número de leitores do jornal é a segunda-feira (133 mil leitores), seguido da quarta-feira (126 mil), terça-feira (116 mil), quinta-feira (111 mil), sexta-feira (106 mil), domingo (95 mil) e sábado (92 mil).<sup>30</sup>

Os dados mostram que o público majoritário do jornal é formado por pessoas das classes AB e C, com idades entre 20 e 39 anos e ensino médio completo. Isto é, o jornal escreve principalmente para jovens e adultos da classe média com grau médio de instrução. Compreender o público do jornal, ou seja, suas condições de consumo – categoria que faz parte da prática discursiva da ACD no modelo tridimensional de Fairclough – é fundamental em uma análise crítica do discurso.



**Figuras 9 e 10:** À esquerda, a primeira edição do *Jornal do Commercio*, em 3 de abril de 1919. À direita, a edição do dia 21 de maio de 2017, quando quando a ocupação do Estelita completou três anos.

Quando o *Jornal do Commercio* já estava estruturado no formato de sistema e sendo comandado por João Carlos Paes Mendonça, surgiu, no fim da década de 1990, a *Folha de Pernambuco*, do Grupo Eduardo Queiroz Monteiro. O impresso incorporou um novo universo

<sup>30</sup> Fonte: Ipsos Connect: EGM multimídia - Out/15 a Set/16 - Grande Recife – Filtro: AS 10 + anos – Jornal - Liquida todos os dias - Impresso + Internet (357.452). Disponível em: <comercialjc.jconline.ne10.uol.com.br>. Acesso em 26 jun 2017.

de leitores, impulsionando o hábito de leitura diária em todas as camadas sociais. Fundada em 3 de abril de 1998, a *Folha* rapidamente se tornou um grande sucesso editorial.

De acordo com dados fornecidos pelo Instituto Verificador de Circulação (IVC), do mês de setembro de 1999, com apenas um ano e cinco meses de existência, o diário ocupava a primeira colocação na região Nordeste em venda avulsa na média dos dias úteis. No estado, o jornal também se encontrava em posição privilegiada, ocupando a segunda posição em circulação paga, ou seja, a soma das assinaturas mais a venda avulsa na média dos dias úteis.

Cruz *et al.* (2006) afirmam que o jornal passou a ser distribuído em toda a Região Metropolitana do Recife (RMR) com tiragem média de 43 mil exemplares. Ainda segundo os pesquisadores, a estimativa de leitores por exemplar é de um jornal para cinco pessoas. Quanto à representatividade do periódico, os autores apontam que a *Folha de Pernambuco* é um jornal de pequena abrangência no âmbito nacional. Sobre o surgimento do periódico, Maria Salett Tauk Santos (2000) informa que

a grande manchete de 1998 em relação ao jornalismo em Pernambuco foi sem dúvida o lançamento de um jornal, da grande imprensa, popular de fato: a Folha de Pernambuco. Popular no sentido antropológico que se define pelo seu uso (...). Em outras palavras, as pessoas de contextos populares leem, consomem, usam enfim a Folha de Pernambuco (SANTOS, 2000, p.21).

Quanto ao conteúdo, Santos (2000) explica que o jornal surgiu tendo como assunto principal as reportagens que retratavam a violência. Segundo ela,

a *Folha de Pernambuco* (...) tem como carro chefe mais visível a reportagem da violência criminal tratada como '*fait divers*', (...), cujo tratamento à informação no lugar de uma abordagem política realça a história em função de um espaço fechado sobre si mesmo, intemporal, mítico. No '*fait divers*', o que se consome são fantasias do real, alucinações da História, pois a informação é sempre construída pelo próprio *mass-medium* e de uma maneira essencialmente mágica. A Folha através do seu '*fait divers*' mostra, explícita, escancara, sem cerimônia imagens e textos de crimes. Em suas edições diárias o trabalho metucioso de uma editoria cujos repórteres varam a madrugada em busca de registro da violência criminal que no dia seguinte aparecerá nas páginas do jornal transformado em hiper-realidade, mais do que o real (SANTOS, 2000, p.22).

Em junho de 2001, a *Folha de Pernambuco* realizou uma modernização gráfica, tornando-se mais colorida. Quatro anos depois, apresentou uma nova identidade gráfica, com uma linha visual mais dinâmica e arejada, novos cadernos e novas seções. Atualmente, além do jornal, o Grupo Eduardo Queiroz Monteiro conta com o portal de notícias FolhaPE e a Rádio Folha. Em abril de 2016, a Folha de Pernambuco lançou novos projetos gráfico e

editorial. O caderno de Polícia, que marcou a trajetória do jornal, foi extinto, revelando um distanciamento do jornalismo popular.

Pesquisa do setor comercial da *Folha de Pernambuco* realizada entre 2013 e 2014 revelou que o jornal tem 283 mil leitores<sup>31</sup>. O levantamento mostrou ainda que o público tem o seguinte perfil<sup>32</sup>: 57% são homens e 43% são mulheres; 52% têm idades entre 20 e 39 anos, 21% têm mais de 50 anos, 17% têm entre 40 e 49 anos e 10% tem até 19 anos; 56% pertencem à classe C, 32% são da classe AB e 12% da classe DE. Uma auditoria da ARC & Associados feita em 2016 apontou que a tiragem do jornal é de 19.695 exemplares nos dias úteis e de 22.130 aos domingos. Os dados mostram que o público da *Folha de Pernambuco* é semelhante ao perfil dos leitores do *Jornal do Commercio*, isto é, formado principalmente por pessoas com idades entre 20 e 39 anos e pertencentes às classes AB e C.



**Figuras 11 e 12:** À esquerda, a primeira edição da *Folha de Pernambuco*, em 3 de abril de 1998. À direita, a edição do dia 21 de maio de 2017, quando a ocupação do Estelita completou três anos.

<sup>31</sup> Fonte: Ipsos: Estudos Marplan/EGM - Grande Recife – Jul/13 - Jun/14 - Filtro: Leitores Folha de Pernambuco líquida todos os dias impresso 13 e + anos (277.000). Disponível em: <<http://ftpi.com.br/jornal/folha-de-pernambuco/>>. Acesso em 05 mai 2016.

<sup>32</sup> Ipsos: Estudos Marplan/EGM - Grande Recife – Jul/13 - Jun/14 - Filtro: Leitores Folha de Pernambuco líquida todos os dias impresso 10 e + anos (283.000). Disponível em: <<http://ftpi.com.br/jornal/folha-de-pernambuco/>>. Acesso em 05 mai 2016.



## 4 METODOLOGIA

### 4.1 Tipo de pesquisa

Em relação aos procedimentos metodológicos, esta pesquisa se enquadra em uma perspectiva qualitativa. Trata-se de uma análise crítica dos discursos do *Jornal do Commercio* e da *Folha de Pernambuco* sobre o Movimento Ocupe Estelita. Apesar de a ACD ser considerada um modelo teórico-metodológico, não há, de acordo com Fairclough (2001), procedimento fixo para fazer análise crítica do discurso.

Este estudo se baseia principalmente nas orientações recomendadas por Fairclough em *Discurso e Mudança Social* e no modelo tridimensional de análise do discurso proposto por ele. No entanto, leva em consideração a liberdade do pesquisador em ACD, que pode escolher as categorias, teorias e procedimentos que mais se adequam ao seu objeto de estudo. Conforme Fairclough (2001, p.275), “as pessoas abordam-na de diferentes maneiras, de acordo com a natureza específica do projeto e conforme suas respectivas visões do discurso”. Em comum, as análises críticas do discurso devem ser “idealmente um empreendimento interdisciplinar”. Por isso, este estudo conta, além da linguística, com contribuições teóricas de áreas diversas, como geografia, comunicação, sociologia, filosofia e história.

Essa perspectiva interdisciplinar da ACD decorre da percepção de Fairclough do discurso que envolve o interesse nas propriedades dos textos, na prática social, no relacionamento da prática social com as relações de poder e nos projetos hegemônicos no nível social. “Essas facetas do discurso coincidem com os interesses de várias ciências sociais e humanistas, incluindo a linguística, a psicologia e a psicologia social, a sociologia, a história e a ciência política” (FAIRCLOUGH, 2001, p.276).

Como já mencionado, a ACD está situada na interface entre a linguística e a ciência social. Assim, procura estabelecer a ligação entre relações de poder e recursos linguísticos selecionados por pessoas ou grupos sociais. É por meio do texto que se dá a análise da prática social. Isto é, é através dele que se exploram as estruturas de dominação, as operações de ideologia e as relações sociais.

### 4.2 Corpus da pesquisa

Esta pesquisa tem como objetivo analisar criticamente o discurso produzido pela mídia pernambucana e suas relações de poder. Para analisar como se deu a cobertura sobre o

Movimento Ocupe Estelita, este estudo tem como corpus 32 textos publicados em dois jornais impressos diários do estado: *Jornal do Commercio* e *Folha de Pernambuco*. O primeiro foi fundado em 1919 e faz parte do grupo JCPM, do empresário João Carlos Paes Mendonça. O veículo faz parte do Sistema Jornal do Commercio de Comunicação, que também conta com a TV Jornal, Rádio Jornal e Portal NE10. Já o segundo jornal surgiu ao fim da década de 1990 e faz parte do grupo EQM, do usineiro Eduardo Queiroz Monteiro. O Portal Folhape e a Rádio Folha também fazem parte do sistema de comunicação do grupo EQM. A escolha dos jornais foi definida porque a autora da pesquisa trabalha na redação do *Diario de Pernambuco* (empresa que também detém o jornal *Aqui PE*). Por estar vinculada a esses veículos, optou-se por excluir os outros dois impressos que circulam no estado da análise.

Dos 32 textos, 24 foram publicados no *Jornal do Commercio* e oito na *Folha de Pernambuco* para a composição da pesquisa. A diferença na quantidade de textos de cada jornal não foi uma escolha da analista, mas se deu pelo fato de a *Folha de Pernambuco* ter dado menos cobertura ao assunto. A disparidade nos números pode ainda estar relacionada aos interesses do grupo JCPM, que já havia apoiado a construção das “Torres Gêmeas”<sup>33</sup> no bairro de São José, área central do Recife, e após a construção de mais um centro de compras do grupo detendor do *JC*, o RioMar Shopping, apoiou o Projeto Novo Recife. Os textos que compõem o corpus da pesquisa estão listados na tabela abaixo.

JORNAL	DATA	EDITORIA	PÁGINA	TÍTULO
Jornal do Commercio	29/02/2012	Cidades	4	Galpões no chão em até 30 dias
Jornal do Commercio	06/04/2012	Opinião	1	O vazio em torno do cais
Folha de Pernambuco	12/04/2012	Programa	1	#OccupyEverything #Ocupetudo
Jornal do Commercio	16/04/2012	Capa Dois	2	Projeto Novo Recife terá áreas públicas
Jornal do Commercio	17/04/2012	Cidades	1	Sinal verde para obra em cais
Jornal do Commercio	29/12/2012	Cidades	5	Projeto para cais é aprovado
Folha de Pernambuco	29/12/2012	Economia	5	Prefeitura aprova Novo

<sup>33</sup> “Torres Gêmeas” se refere às duas torres erguidas em 2010 pela construtora Moura Dubeux. Os edifícios Pier Maurício de Nassau e Pier Duarte Coelho têm 41 andares e 134 metros cada e estão na vizinhança de vários bens históricos tombados pelo Iphan no bairro de São José, área central do Recife.

				Recife
Jornal do Commercio	02/03/2013	Cidades	3	Promotora volta para Jaboatão
Jornal do Commercio	29/04/2013	Cidades	9	Novo protesto contra ações no Cais José Estelita
Jornal do Commercio	20/05/2014	Cidades	2	Conselho para pensar a cidade
Jornal do Commercio	22/05/2014	Capa Dois	2	Começa demolição de armazéns
Jornal do Commercio	23/05/2014	Cidades	3	Demolição é embargada
Folha de Pernambuco	23/05/2014	Cotidiano	2	Mesmo legalizado pela PCR, Novo Recife recebe suspensão
Jornal do Commercio	24/05/2014	Cidades	2	Galpões sob domínio do Iphan intactos
Folha de Pernambuco	04/06/2014	Cotidiano	3	PCR suspende alvará de demolição dos galpões
Jornal do Commercio	04/06/2014	Cidades	3	Abertura para negociação
Jornal do Commercio	04/06/2014	Cidades	2	Um prefeito, três reações
Jornal do Commercio	04/06/2014	Economia	2	Consórcio estranha convocação
Jornal do Commercio	17/06/2014	Cidades	2	PCR define 30 dias para novas regras
Jornal do Commercio	17/06/2014	Cidades	2	Geraldo, o negociador
Folha de Pernambuco	17/06/2014	Cotidiano	2	Redesenho do plano de obras
Jornal do Commercio	18/06/2014	Cidades	3	Tumulto, prisões e feridos
Folha de Pernambuco	18/06/2014	Cotidiano	3	Praça de guerra no Cais José Estelita
Jornal do Commercio	19/06/2014	Cidades	4	Único levado para o Cotel é pobre e negro
Folha de Pernambuco	19/06/2014	Cotidiano	3	Desocupação de área é legal
Jornal do Commercio	18/03/2015	Cidades	1	Na lista dos bens históricos

Jornal do Commercio	05/05/2015	Política	1	Novo Recife tem sinal verde
Jornal do Commercio	06/05/2015	Política	1	PCR sem assumir o Estelita
Jornal do Commercio	08/05/2015	Capa Dois	2	Ocupe Estelita e DU no ataque ao prefeito
Jornal do Commercio	10/05/2015	Capa Dois	2	Acampados saem da rua do prefeito
Jornal do Commercio	01/10/2015	Cidades	1	Novo Recife alvo da PF
Folha de Pernambuco	17/11/2017	Cotidiano	1	Projeto Novo Recife é liberado

**Tabela 1:** Textos que compõem o corpus da pesquisa

**Fonte:** Elaboração própria

### 4.3 Etapas da pesquisa

A primeira etapa desta pesquisa foi o estabelecimento do corpus. De acordo com Fairclough (2001), em *Análise Crítica do Discurso*, a natureza dos dados requeridos varia de acordo com o projeto e as questões da pesquisa, mas certos princípios gerais devem ser considerados pelo analista, como saber o que é útil; ter um modelo mental da ordem do discurso da instituição ou domínio do que se está pesquisando. O autor destaca ainda que o(a) pesquisador(a) em ACD tem a autonomia de selecionar amostras do corpus

Para analisar a cobertura do *Jornal do Commercio* e da *Folha de Pernambuco* sobre o Movimento Ocupe Estelita, foi realizado um levantamento inicial de datas relacionadas a eventos, agendas e ações do movimento e do Consórcio Novo Recife. Assim, foi feita uma busca no blog *Direitos Urbanos*<sup>34</sup>, onde os principais fatos relacionados ao Ocupe Estelita eram publicados. Chegou-se à conclusão de que a análise deveria começar com edições dos jornais de 2012, ano em que aconteceu o primeiro ato do movimento, no Cais José Estelita. Definiu-se ainda que a pesquisa incluiria textos até o ano de 2017, quando o Ocupe Estelita completou cinco anos. A análise foi aplicada tanto à matéria principal como também às matérias vinculadas e aos boxes e infográficos.

Com o recorte temporal definido, foi realizada uma pesquisa no acervo do Arquivo Público de Pernambuco, situado no número 341 da Rua do Imperador Dom Pedro II, no

<sup>34</sup> A página [www.direitosurbanos.wordpress.com](http://www.direitosurbanos.wordpress.com) foi criada pelo grupo Direitos Urbanos para reunir matérias, artigos de opinião, agenda, documentos, pedidos de informações, entrevistas e textos relacionados às mobilizações convocadas pelo grupo, incluindo o Ocupe Estelita.

bairro de Santo Antônio, Recife. O Arquivo Público, porém, só disponibiliza edições dos jornais até o ano de 2015. Assim, foram feitas visitas à hemeroteca do órgão para reunir os textos publicados entre 2012 e 2014. Todas as edições desses anos foram consultadas. As edições de 2015 a 2017 do *JC* e da *Folha* foram consultadas nos arquivos digitais dos jornais<sup>35</sup>.

#### 4.4 Categorias analíticas

As categorias analíticas propostas na obra *Discurso e Mudança Social* foram agrupadas em uma tabela elaborada originalmente por Resende e Ramalho (2014) exposta abaixo. Em negrito, estão as categorias que serão adotadas nesta pesquisa.

TEXTO	PRÁTICA DISCURSIVA	PRÁTICA SOCIAL
<ul style="list-style-type: none"> <li>- <b>Vocabulário</b></li> <li>- Gramática</li> <li>- Coesão</li> <li>- Estrutura textual</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- <b>Produção</b></li> <li>- <b>Distribuição</b></li> <li>- <b>Consumo</b></li> <li>- <b>Contexto</b></li> <li>- Força</li> <li>- Coerência</li> <li>- <b>Intertextualidade</b></li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- <b>Ideologia</b> (sentidos, pressuposições e metáforas)</li> <li>- <b>Hegemonia</b> (orientações econômicas, políticas, culturais e ideológicas)</li> </ul>

**Tabela 2:** Concepção analítica do modelo tridimensional do discurso.

**Fonte:** Quadro original de Resende e Ramalho (2014, p.29)

Os textos selecionados para o corpus da pesquisa foram analisados à luz da ACD. Para isso, adotou-se as indicações feitas por Fairclough (2001) no capítulo “A prática da análise do discurso”, no livro *Discurso e Mudança Social*. Buscou-se, portanto, uma visão do discurso como parte da prática social e a conexão entre a linguística e outras ciências sociais. Assim, além de Fairclough, outros autores foram importantes para a compreensão do objeto de estudo. Os textos foram analisados individualmente e, em seguida, alguns dos resultados foram organizados em formato de gráficos e tabelas elaborados a partir da análise do corpus. As categorias e perguntas que nortearam a análise dos textos estão listadas na tabela abaixo.

<sup>35</sup> O *Jornal do Commercio* disponibiliza edições anteriores pelo link <http://jconlinedigital.ne10.uol.com.br/web>. O acervo digital da *Folha de Pernambuco* está disponível em <http://www.folhape.com.br/folha-digital>.

<b>CATEGORIA</b>	<b>ANÁLISE</b>	<b>PERGUNTAS</b>
<b>Interdiscursividade</b>	Especificar os tipos de discurso que estão delineados na amostra discursiva sob análise e como isso é feito.	- Qual (is) discurso(s) o discurso dos jornais incorpora?
<b>Intertextualidade</b>	Especificar o que os outros textos estão delineando na constituição do texto que está sendo analisado e como isso ocorre	- Outros textos são representados por discurso direto? - O discurso do jornal traduz a voz do discurso representado? - Há pressuposições sugeridas no texto?
<b>Prática discursiva</b>	Identificar as condições de produção, distribuição e consumo dos textos	- Em que contexto o discurso foi produzido?
<b>Modalidade</b>	Determinar padrões, no texto, quanto ao grau de afinidade expressa por proposições, por meio da modalidade	- Qual é o significado relativo da modalidade para as relações sociais no discurso?
<b>Significado das palavras/Vocabulário</b>	Enfatizar o significado potencial de uma palavra como um modo de hegemonia e um foco de luta	- Quais palavras podem ser destacadas como marcas de um discurso hegemônico?
<b>Metáfora</b>	Identificar a perspectiva interpretativa que subjaz à metáfora	- O texto contém itens lexicais novos e, se sim, que significado teórico, cultural e ideológico eles têm?
<b>Matriz social do discurso</b>	Especificar as relações e as estruturas sociais e hegemônicas que constituem a matriz dessa instância particular da prática social e discursiva	- Que efeitos essas relações trazem?
<b>Ordens do discurso</b>	Especificar o relacionamento da	- Que efeitos de reprodução

	instância das práticas social e discursiva com as ordens do discurso que ela delinea	das ordens do discurso os textos contribuem?
<b>Efeitos ideológicos e políticos do discurso</b>	Focalizar os efeitos ideológicos particulares, tais como relações sociais e identidades sociais	- Quais são os efeitos ideológico e político do discurso?

**Tabela 3:** Categorias de análise

**Fonte:** Elaboração própria com base em Fairclough (2001)

#### 4.5 Aspectos éticos

Conforme van Dijk (2003), a Análise Crítica do Discurso é comprometida com as causas sociais, em especial no papel do discurso na produção e na reprodução do abuso de poder ou da dominação. Segundo o autor, a investigação na ACD deve ser colocada a serviço dos grupos dominados na luta contra a desigualdade. A postura crítica, que também é exigida ao pesquisador sobre si, deve ser tomada em uma atitude de oposição contra quem abusa dos textos e das declarações com o fim de estabelecer, confirmar ou legitimar seu poder.

Fairclough (2001) sugere que o analista crítico de discurso reflita criticamente sobre sua própria análise, reconhecendo suas limitações e tendências. Dessa forma, para que limitações e tendências não se tornassem um obstáculo para a transformação social, optou-se por analisar apenas o *Jornal do Commercio e Folha de Pernambuco*.

Como apontam Resende e Ramalho (2004), a ACD reconhece que não há pesquisa ou análise neutras. “Sempre partimos de posições teóricas que refletem interesses particulares e são, portanto, parciais. É preciso, pois, admitir que há sempre outras perspectivas possíveis para o tratamento do problema” (RESENDE; RAMALHO, 2004, p.203). Assim, o primeiro passo para a elaboração deste estudo foi refletir sobre as próprias limitações.

## 5 ANÁLISE: O OCUPE ESTELITA NA IMPRENSA PERNAMBUCANA

*Que tempos são estes, em que uma conversa  
é quase um crime, por incluir o já explícito?*

**Paul Celan**

Em 29 de maio de 2014, o blog *Intervozes*, da revista *Carta Capital*<sup>36</sup>, publicou um artigo denunciando o silêncio da mídia pernambucana em relação ao Movimento Ocupe Estelita, que acontecia no Recife desde 2012. De acordo com a publicação, “grande parte dos veículos estaduais ignora a mobilização social contra o projeto Novo Recife e a ocupação nos armazéns do Cais José Estelita” (CARTA CAPITAL, s/p, 29 mai. 2014).

Quando o texto foi publicado, a ocupação dos galpões por integrantes do movimento estava no sétimo dia. Até ali, segundo a *Carta Capital*, o comportamento da maior parte da mídia local era o de ignorar a mobilização social e o acampamento dos manifestantes. O veículo de circulação nacional informou que “apenas um dos três jornais da capital noticiou linhas descontextualizadas sobre o fato. Nenhuma das matérias passava de seis parágrafos, insuficientes para contextualizar a história que existe desde 2008, e que em 2012 tomou novos rumos e ganhou novos atores” (CARTA CAPITAL, s/p, 29 mai. 2014).

A forma como a mídia impressa pernambucana – mais especificamente os jornais *Jornal do Commercio* e *Folha de Pernambuco* – noticiaram os fatos relacionados à ocupação do Cais José Estelita é o principal objetivo desta pesquisa, especialmente deste capítulo, que será dedicado à análise das matérias veiculadas pelos diários.

### 5.1 Análise individual das matérias

Os textos analisados estão sequenciados neste capítulo em ordem cronológica. O primeiro texto foi encontrado na edição de 29 de fevereiro de 2012, no *Jornal do Commercio*. Com o título “Galpões no chão em até 30 dias”, a matéria foi publicada na página 4 do caderno Cidades, editoria do jornal relativa à cobertura de fatos e eventos no contexto local. Geralmente, são colocadas nos cadernos de cidades as matérias de assuntos que o jornal considera que não seriam de interesse para públicos de outras localidades. Na matéria, o

---

<sup>36</sup> A *CartaCapital* é uma revista semanal brasileira de informações gerais marcada por uma linha editorial assumidamente alinhada à esquerda política. Foi fundada em agosto de 1994.



*Jornal do Commercio* apresenta como decisiva a informação de que os galpões da área do Cais José Estelita serão demolidos.

**Galpões no chão em até 30 dias**

CAIS JOSÉ ESTELITA Demolição de área de 15 mil metros quadrados abrirá espaço para complexo de empresariais, flats e residenciais

Em menos de 30 dias, o Cais José Estelita, na região central do Recife, ganhará uma nova paisagem. Parte dos galpões da Rede Ferroviária Federal (Refesa), que foram arrematados por um consórcio em 2008, vai ser destruída. A demolição acontecerá numa área total de 15 mil metros quadrados e abre espaço para a construção de um complexo formado por empresariais, flats e residenciais. Os galpões que serão derrubados ficam próximo ao Viaduto Capitão Temudo, na área da Cabanga. O demonte teve início no mês passado e praticamente todo o telhado de alumínio já foi retirado. Nos próximos dias, será derrubada a estrutura de madeira que dava suporte às telhas.

De acordo com o consórcio formado pelos construtores Moura Duboux, Queiroz Galvão e Cia, que adquiriu a área para a construção do empreendimento imobiliário, a demolição não exigirá nenhuma técnica especial. "Será feita de paredes, uma a uma", explica o diretor da Moura Duboux, Edmar Moura. A área total arrematada pelo consórcio possui cerca de 150 mil metros quadrados, mas nem todos os galpões serão demolidos. Os que ficam perto do Viaduto Clóvis Pontes permanecerão de pé. Eles serão usados pela Prefeitura do Recife (PCR) para uma destinação pública, que ainda está sendo definida.

O empreendimento, batizado de Novo Recife, prevê a construção de 15 ruas e a abertura de vias, praças e ciclovias. O projeto está sob análise técnica da Prefeitura do Recife e a expectativa dos empreendedores é que seja aprovado nos próximos meses. A proposta poderá sofrer algumas modificações, será submetida à avaliação de outros órgãos, como as secretarias ambiental e municipal de Trânsito e Transporte Urbano do Recife (CTTU).

A área adquirida, 65 mil metros quadrados, serão transformados em lotes onde serão erigidos os edifícios empresariais e residenciais. Os outros 11 mil metros quadrados serão usados por ruas, praças e jardins. A parte verde terá uso público, como determina a legislação. A proposta é oferecer qualidade de vida para quem mora no local, mas que essa convivência esteja conectada com toda a cidade", ressalta Eduardo Moura. Um dos pontos que estão em análise, por exemplo, é o traçado da ciclovia que será aberta na área.

"Temos o compromisso de construir uma via exclusiva para ciclistas, que poderá ser, inclusive, interligada a outros trechos de ciclovia da cidade. Mas ainda estamos estudando como será essa faixa e que contorno ela terá", afirma o diretor da Moura Duboux. Dentro das ações mitigadoras, previstas para minimizar o impacto que a obra causará na área, está prevista também a implantação de um complexo viário e de uma praça com uma grande área verde.

Após a aprovação na PCR, a

**Saiba mais**

**150** mil metros quadrados é a área total do Cais José Estelita, incluindo os galpões arrematados pelo consórcio e a parte da Refesa

**10%** da área destinada ao empreendimento será utilizada para abertura de vias e ruas, que terão uso público

**20%** do terreno comprado será usado para implantação de uma grande área verde, com jardins planejados

Localização do terreno

Com uma área total de 15 mil metros quadrados, os galpões que serão demolidos até o fim do mês ficam localizados no Cais José Estelita, próximo ao Viaduto Capitão Temudo. Eles darão espaço para um complexo formado por prédios empresariais, flats e residenciais

**Figura 13:** Texto 1, “Galpões no chão em até 30 dias”,

*Jornal do Commercio*, 29 de fevereiro de 2012

**Fonte:** Arquivo Público de Pernambuco

No trecho inicial do texto, “em menos de 30 dias, o Cais José Estelita, na região central do Recife, ganhará uma **nova paisagem**. Parte dos galpões da Rede Ferroviária Federal (Refesa), que foram arrematados por um consórcio em 2008, **vai ser destruída**”, o jornal dá como certa a demolição, mesmo que o projeto ainda estivesse sob análise técnica na Prefeitura do Recife, questão exposta no terceiro parágrafo do texto. É como se o jornal adiantasse uma posição que a prefeitura tomaria – ou deveria tomar – posteriormente. Aqui, é possível observar que o jornal incorporou o discurso do Consórcio Novo Recife, de que “o

que é novo é bom” e o que é “velho” precisa ser destruído, superado. É uma marca, portanto, da interdiscursividade.

Em Fairclough (2001), a interdiscursividade é mais ampla que a intertextualidade porque diz respeito não só a textos passados que estão presentes em novos textos de forma manifesta, mas abarca toda a configuração de convenções discursivas que “migram” de um texto para outro e que “nem sempre estão manifestas na superfície textual”. Em comum, tanto a interdiscursividade quanto a intertextualidade são mecanismos que possibilitam a mudança no discurso, bem como a estruturação e reestruturação das ordens do discurso. Esses processos discursivos, propostos por Foucault, são reafirmados por Fairclough em sua teoria do discurso como elementos essenciais da mudança social.

Retomando a discussão sobre intertextualidade do capítulo 2, é possível, a partir da leitura desse texto, identificar a forma como o discurso jornalístico sinaliza posicionamentos a partir da escolha das vozes que aparecem no texto. Conforme Fairclough (2001), a intertextualidade é uma questão de recontextualização, já que o material retratado aparece em um novo contexto. Isto é, a presença de uma voz específica, de maneira específica, em vez de outras, demarca o posicionamento do autor, inserido em determinadas circunstâncias, nas lutas de poder. Segundo Resende e Ramalho (2014, p.101), “a seleção de vozes nessa recontextualização, bem como as maneiras como são apresentadas, diz muito sobre o posicionamento político desse evento discursivo na rede de práticas sociais”. O gênero notícia costuma representar várias vozes das partes envolvidas no fato noticiado. No caso da apresentação do projeto imobiliário voltado para a área do Cais José Estelita, houve uma presença maior da voz do consórcio responsável pelo empreendimento. No texto 1, as únicas vozes representadas por discurso direto foram a do diretor da Moura Dubeux, Eduardo Moura, e a do diretor da Queiroz Galvão de Desenvolvimento Imobiliário, Múcio Souto.

O segundo texto identificado nas edições dos jornais analisados reforça a posição favorável do *JC* em relação ao projeto. Trata-se de um editorial do *Jornal do Commercio*, publicado em 6 de abril de 2012. Com o título “O vazio em torno do cais”, o texto expõe a visão da empresa *Jornal do Commercio* sobre a situação do Cais José Estelita. É importante esclarecer que editorial é um exemplo do gênero opinativo do jornalismo. Conforme Melo (1994), é no editorial que a empresa jornalística expressa sua opinião oficial diante dos fatos de maior repercussão no momento. Como observa Melo (1994, p.95), “é a forma mais eficiente de as empresas se comunicarem com o Estado”. As características de um editorial são a impessoalidade, pois é um texto não-assinado e escrito geralmente na terceira pessoa do singular ou primeira pessoa do plural; a topicalidade, uma vez que trata de um tema bem

delimitado, mesmo que ainda não tenha adquirido conotação pública; a condensalidade, pois apresenta poucas ideias ao dar maior ênfase às afirmações que às demonstrações, e a plastificidade, já que é flexível, maleável e não-dogmático (a empresa pode divulgar outros editoriais mudando de opinião).



**Figura 14:** Texto 2, Editorial *Jornal do Commercio*, 6 de abril de 2012

**Fonte:** Blog Direitos Urbanos ([www.direitosurbanos.wordpress.com](http://www.direitosurbanos.wordpress.com))

No texto, que revela a opinião da empresa, o *Jornal do Commercio* se coloca a favor da construção do empreendimento imobiliário. O vocábulo “vazio” no título do editorial já revela a linha adotada no texto. Vazio significa “ausência de conteúdo”, “que tem falta de algo”. Apesar de usar o termo “vazio”, o *Jornal do Commercio* não explica o que seria esse vazio. Pelo contrário, no texto, afirma que uma “população favelada” ocupa o local, ou seja, o terreno não estava literalmente vazio. O uso do vocábulo serve, assim, como uma forma de convencer o leitor a apoiar o projeto. A escolha da palavra revela a tomada de posição do jornal ao apresentar o empreendimento do Consórcio Novo Recife – que não é mencionado diretamente no texto – como a solução para “preencher”, “trazer conteúdo” ao espaço “vazio”.

O texto inicia com uma comparação entre “grandes” cidades do mundo, como Barcelona, Buenos Aires, Roterdã e Cidade do Cabo, com o Rio de Janeiro, que, na época, estava em processo de construção do Porto Maravilha. A comparação, porém, não leva em consideração as diferentes histórias e contextos dessas cidades e se insere na lógica neoliberal de procurar bons exemplos fora do país, principalmente no “primeiro mundo”. Em seguida, o editorial aponta que o Recife tem a ver com essa comparação, uma vez que um projeto de “revitalização” da área do Cais José Estelita foi apresentado. Ao comparar “grandes” cidades

ao Rio de Janeiro e, posteriormente, ao Recife, o texto induz o leitor a desejar que a cidade onde vive seja “grande”, uma vez que, como aponta o dicionário Aurélio, “grande” significa “o que tem importância, influência”, ao contrário de “pequeno”, vocábulo que tem entre os significados “aquilo que é pouco importante, pouco quantioso”. Ao usar o termo revitalização, substantivo derivado do verbo revitalizar, que significa “nascer de novo”; “renovar-se”; “corrigir-se”, “ressurgir”, o editorial ainda faz entender que a região está “morta” e que a iniciativa privada seria a responsável por fazê-la “nascer de novo”.

O editorial denomina a área do Cais José Estelita como “uma área praticamente abandonada, servindo de abrigo a uma população favelada”. Nota-se que a escolha lexical para representar a população que vive no local, se baseia em um preconceito social, uma vez que morar na favela é uma condição e não uma característica que faz dessa população diferente de “outras”. Na definição do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), favela se refere a um “aglomerado subnormal”. Favelas são comunidades ou bairros pobres, caracterizados por altas densidades e superlotação, inadequação estrutural da habitação e de serviços básicos, geralmente situados em áreas periféricas e/ou insalubres.

No texto, porém, longe de haver uma discussão sobre por que uma favela se estabeleceu no local ou de questionar o déficit habitacional do Recife, o editorial sugere que a “população favelada” é um problema a ser combatido com a construção do empreendimento. Além disso, o jornal demonstra apoio a uma ação higienista, que conforme Edson Teles (2012), ocorre sob o disfarce de um discurso de garantia da segurança pública.

Na sequência, o *Jornal do Commercio* afirma que, ao contrário da “área abandonada” e da “população favelada”, o projeto tem como propósito “construir 12 prédios, criação de praças, ciclovias, bares, restaurantes, quiosques, pista de cooper, abertura e criação de ruas para diminuir o impacto do trânsito na área”. Nesse trecho do texto, o discurso do jornal se aproxima do discurso publicitário, que, segundo Fairclough, consegue “inserir a massa da população no sistema capitalista de mercadoria, atribuindo aos indivíduos o legitimado, e até mesmo desejável, papel de consumidores” (FAIRCLOUGH, 1989, p.36, *tradução livre*).

Seis dias depois da publicação do editorial pelo *Jornal do Commercio*, a *Folha de Pernambuco* veiculou a primeira matéria sobre o assunto. Os textos “#OccupyEverything/#Ocupetudo” e “Recifenses organizam o protesto #OcupeEstelita” foram os únicos analisados por esta pesquisa publicados em uma editoria de jornalismo cultural. Veiculadas no caderno *Programa* na edição do dia 12 de abril de 2012, as matérias possuem tom mais equilibrado do que o adotado no *JC* nos textos analisados anteriormente. Estes são os únicos textos analisados por esta pesquisa que relacionam o Ocupe Estelita com

outros movimentos de ocupação que aconteceram no mundo, como os Ocupas da Tunísia, de Nova York e com a Primavera Árabe.



**Figura 15:** Texto 3, Matérias “#OccupyEverything/#Ocupetudo” e “Recifenses organizam o protesto #OcupeEstelita”, *Folha de Pernambuco*, 12 de abril de 2012

**Fonte:** Arquivo Público de Pernambuco

O texto principal<sup>37</sup> (“#OccupyEverything/#Ocupetudo”) fala sobre o lançamento do livro *Occupy*, da editora Boitempo, com ensaios de vários estudiosos sobre os movimentos de ocupação que aconteceram pelo mundo. O tema da matéria – lançamento de um livro – se alinha aos temas que costumam ser abordados em cadernos de cultura. O jornalismo cultural é a designação dada à especialização em fatos relacionados à cultura local, nacional e

<sup>37</sup> Os termos “texto principal” ou “matéria principal” e “texto vinculado” ou “matéria vinculada” referem-se à exposição hierárquica dos textos na página de um jornal. Chama-se de texto principal aquele que ocupa maior espaço e contém o assunto basilar da matéria. É o texto que se atrela, como adendo, complemento ou apoio ao assunto principal, é chamado de “vinculado”.

internacional, em suas mais variadas manifestações, como literatura, artes plásticas, música, cinema, teatro, televisão, entre outras. Os textos escritos em jornalismo cultural buscam apresentar reflexões e aprofundamentos sobre movimentos culturais e fatos históricos.

Seguindo essa orientação, a matéria vinculada (“Recifenses organizam o protesto #OcupeEstelita”) divulgou o primeiro ato organizado pelo Movimento Ocupe Estelita. Até então, a voz dos integrantes do movimento não havia aparecido nos textos veiculados pela mídia impressa pernambucana. O texto informa que:

dispostos a repensar a forma como o projeto de desenvolvimento urbano do Recife vem sendo conduzido e propor alternativas aos empreendimentos encampados por grandes construtoras na Cidade, o coletivo Direitos Urbanos (<http://www.direitosurbanos.wordpress.com>), atualmente com quase 3,5 mil integrantes está organizando no próximo domingo, dia 15, durante todo o dia, o primeiro movimento estilo ‘occupy’ no Cais José Estelita (FOLHA DE PERNAMBUCO, Programa, p. 1, 12 abr. 2012).

A única voz representada por discurso direto no texto é do professor da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Tomás Lapa, integrante do Movimento Ocupe Estelita. Pela primeira vez, foram usados termos como “segregar”, “lógica de verticalização”, “construção desumanizada”. A matéria ainda menciona os efeitos das construções na vida coletiva, a falta de investimentos do poder público em transporte público e o não apoio aos meios alternativos, como bicicletas e transporte fluvial.

O título usa *hashtags*, em uma alusão ao uso das redes sociais nos protestos organizados no mundo e no Recife. De acordo com Regina Silva (2014, p.13), “as hashtags têm o poder de articular diferentes temporalidades (cumprem funções diferentes e complementares antes, durante e depois dos protestos). Permitem a articulação de indivíduos que não se conhecem e que muitas vezes têm interesses diversos”.

A matéria “Projeto Novo Recife terá áreas públicas”, publicada no *Jornal do Commercio* no dia 16 de abril de 2017, volta a enumerar os “benefícios” do projeto para o Recife. Depois de ter publicado um editorial (seis dias antes da veiculação desta matéria) em que enfatiza que o Novo Recife vai criar ciclovias e áreas verdes, o jornal novamente enfatiza que a “obra de revitalização do Cais José Estelita, área central da capital, não terá apenas edifícios”, como destaca no subtítulo. Desta vez, o discurso do jornal não mais se dá dentro do gênero opinativo (editorial), mas em uma notícia, gênero jornalístico que se apresenta ao leitor como seguindo características como clareza, objetividade e imparcialidade.

**Saiba mais**

12	prédios de 20 a 40 pavimentos foram propostos pelos empresários
36	mil metros quadrados destinados à área pública
5	polos estão previstos para o lugar

101,7 mil metros quadrados é a área adquirida para o empreendimento

1,3 quilômetro é a extensão do terreno

## Projeto Novo Recife terá áreas públicas

**URBANISMO** Obra de revitalização do Cais José Estelita, área central da capital, não terá apenas edifícios. Consórcio assegura que haverá áreas verdes, ciclovia e um espaço cultural

O Projeto Novo Recife, que prevê construção de um empreendimento imobiliário no Cais José Estelita, área central da capital, terá espaço público e acesso aos moradores. É o que garante o Consórcio formado pela Moura Dubeux, Queiroz Galvão, Ara Empreendimentos e GL Empreendimentos, responsável pelo futuro bairro. Diante das críticas feitas por parcela da sociedade, o grupo lembra que a meta é realizar a urbanização da área, hoje totalmente degradada e abandonada, implantando áreas verdes, ciclovia e um espaço cultural.

Eduardo Moura, diretor de Desenvolvimento Imobiliário da Moura Dubeux, pondera que as pessoas que criticam o Novo Recife consideram apenas a verticalização proposta, esquecendo os benefícios. Ele rebate o argumento de que o futuro bairro complicará ainda mais a mobilidade da cidade, lançando mais carros no Cais José Estelita.

"Ao contrário. Hoje, um médico que trabalha no polo da Ilha do Leite, por exemplo, vai morar em Boa Viagem ou Casa Forte e, todos os dias, sofre para se deslocar de casa para o trabalho. Se for dada a ele a opção de moradia perto do trabalho, num lugar agradável, é provável que aceite. Sendo assim, o deslocamento será menor e estaremos evitando que seja mais um veículo nos corredores da cidade", argumenta.

Moura pondera também que o projeto trará outros benefícios para a cidade, resultado das ações mitigadoras exigidas pela prefeitura. "Nós vamos construir uma via ligando o Bairro de São José à Ilha do Leite, além de abrir diversas ruas de acesso na área. Também iremos restaurar a Igreja Matriz de São José, localizada na Rua Imperial, que hoje sofre com a degradação, e a recuperação do Iphan, preservaremos os antigos galpões da Rede Ferroviária Federal", garante.

Eduardo Moura diz que, de tudo que foi pensado, o Projeto Novo Recife está em discussão junto à Prefeitura do Recife, aos órgãos de preservação histórica, como o Iphan.

## Um dia de atividades e protesto

Uma manifestação reuniu, ontem, no Cais José Estelita, área central do Recife, centenas de pessoas contrárias ao Projeto Novo Recife. O movimento OcupaEstelita começou nas redes sociais. Com o objetivo de discutir o modelo urbano do Recife, os manifestantes realizaram atividades artísticas para pedir a preservação de armazéns, hoje abandonados na área.

Muitos pais levaram os filhos para o ato que se estendeu durante todo o dia de ontem. Palcos improvisados foram montados no trecho e artistas se reve-

zavam nas apresentações. De acordo com Leonardo Cruz, integrante do Grupo de Estudos Urbanos, um dos organizadores do ato, ninguém está contra o desenvolvimento da cidade, mas acredita que o modelo que está sendo implantado precisa ser revisto.

O grupo está cobrindo as estruturas para um abaixo-assinado que será entregue a órgãos como Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (Fundarpe) e Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

**OCUPAÇÃO** Manifestantes defendem preservação de armazéns

**Figura 16:** Texto 4, Matérias “Projeto Novo Recife terá áreas públicas” e “Um dia de atividades e protesto”, *Jornal do Commercio*, 16 de abril de 2012

**Fonte:** Arquivo Público de Pernambuco

Uma visão mais crítica sobre a forma como o projeto Novo Recife foi apresentado na mídia impressa pernambucana não pode deixar de lado uma discussão sobre o neoliberalismo como discurso. O capitalismo é caracterizado por um modelo econômico em que os meios de produção e distribuição são de propriedades privadas e têm fins lucrativos, baseados em ações de oferta, demanda e preço. Na cidade neoliberal, os interesses do mercado se sobrepõem ao

público, e o discurso jornalístico, que constrói a realidade a partir de uma visão de mundo submetida às pressões do mercado, opera como aliado da ideologia dominante.

Segundo Resende e Ramalho (2014), no contexto do novo capitalismo, a importância do discurso para o alcance do consenso é redobrada, com ênfase no discurso neoliberal, que “classifica as reestruturações recentes do capitalismo como evolução ‘natural’, isenta da ação humana e inescapável” (RR, 2014, p.118). A transformação é, de acordo com Fairclough (2003) denominada de “globalização”, representada como uma entidade dotada de ação e como um fenômeno universal e inevitável. O autor enfatiza que os anseios hegemônicos do neoliberalismo são, parcialmente, uma questão de generalização dessa perspectiva particular, isto é, desse discurso sobre o novo capitalismo. Nesse sentido, o sucesso dessa representação é medido em relação à sua repetição, ou seja, quanto mais circula em variados tipos de textos e discursos, mais eficiente se torna.

No texto 4, o *Jornal do Commercio* reforça a lógica de naturalizar o discurso neoliberal, vendendo a ideia de modernidade e desenvolvimento como únicos caminhos possíveis. A matéria, que traz apenas uma voz representada por discurso direto – a do diretor de desenvolvimento imobiliário da Moura Dubeux, Eduardo Moura –, diz que “diante das críticas feitas por parcela da sociedade, o grupo (Consórcio Novo Recife) lembra que a meta é realizar a **urbanização** da área, hoje totalmente degradada e abandonada, implantando áreas verdes, ciclovia e um espaço cultural”. Aqui, o termo “urbanização” é apresentado como algo indiscutível, uma vez que é carregado de significado positivo.

Apesar de mencionar as “críticas feitas por parcela da sociedade”, o jornal não especifica quem são essas pessoas, o que elas pensam, nem dá voz a elas. A menção ao Movimento Ocupe Estelita é feita em uma matéria vinculada, em que são descritas as atividades realizadas no primeiro ato do movimento. Porém, nenhum integrante é citado em discurso direto na matéria. A única voz, representada em discurso indireto, é a do integrante Leonardo Cisneiros.

Em um texto publicado no dia 17 de abril de 2012, intitulada “Sinal verde para obra em cais”, o *Jornal do Commercio* utiliza a metáfora como recurso linguístico. Segundo Fairclough (2001), as metáforas penetram em todos os tipos de linguagem e de discurso. Para o autor, quando significamos algo por meio de uma metáfora e não de outra, estamos construindo a realidade de uma maneira e não de outra. Isto é, ao usar uma metáfora representamos de maneira particular aspectos do mundo. Fairclough (2001) afirma ainda que algumas metáforas são tão intensamente naturalizadas no interior de uma cultura particular que as pessoas deixam de percebê-la na maior parte do tempo.



Recife 17 de abril de 2012 | terça-feira

# Sinal verde para obra em cais

**JOSÉ ESTELITA** Prefeito afirmou que deve aprovar projeto do Novo Recife e ressaltou que cidade ganhará com o plano de compensação

**O Recife vai contar com investimentos de R\$ 20 milhões**

Diante da polémica em torno do projeto urbanístico que o consórcio formado pela Moura Dias, Queiroz Galvão, Ara Empreendimentos e GL Empreendimentos deseja construir no terreno ao lado do Cais José Estelita, o prefeito João da Costa fez sinalizar que a prefeitura aprovará o projeto para a construção. O argumento levantado pelo chefe do Executivo municipal é que as empresas envolvidas vão investir R\$ 20 milhões em ações compensatórias para a área.

O plano diretor e a lei de uso do solo urbano existentes na cidade, o prefeito tem que se adequar a essa lei. Mas a gerência tem empreendimento de impacto exige compensação. Os empreendedores já esboçaram em ações que chegam a R\$ 20 milhões e fez uma condição que nós chamamos de "assegurou o prefeito", durante entrevista na sede do PT municipal João da Costa fez questão de deixar claro que as prioridades para investimentos foram dadas diante das necessidades do Centro do Recife.

As viárias estão no topo da lista. Uma alça, partindo do antigo Capitão Temudo, centro do Novo Recife, de partirá uma via para o lado da filha do Leite. Atualmente, destaca o representante municipal, Eduardo Moura, em uma entrada para o bairro, pela pista local da Avenida Agamenon Magalhães. O acesso extra facilitará o acesso ao centro médico, afirma que ligarão a Avenida dos Cais fazem parte do acordo está incluídas no valor do empreendimento, tratado pelo consórcio, e uma ciclovia de 1,5 quilômetro de extensão entre a Dantas Barreto e o Caldeirão. A prefeitura fará a administração de um centro cultural

abrigo nos galpões próximos ao Forte das Cinco Pontas. Restaurado pelo consórcio, o espaço vai disponibilizar cafés, livrarias, lojas de artesanato e um memorial, selecionado pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico (Iphan) para destacar a importância das ferrovias. Os empreendedores também se comprometeram em reformar a Igreja de São José. Fechada há mais de um ano, a obra não poderia ser realizada com recursos federais uma vez que a matriz não está incluída na lista dos imóveis sob responsabilidade do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Em conversa com o arcebispo de Olinda e Recife, dom Fernando Saburido, o prefeito decidiu incluir a reforma no leque de compensações. Dos 101,7 quilômetros quadrados que compõem a área total do Novo Recife, 36 mil metros quadrados serão de área verde pública.

Uma obra extra, não incluída no valor total das compensações, também poderá ser assumida pelo consórcio. Equipe formada por representantes da prefeitura, do Iphan e da Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (Fundarpe) analisa a necessidade da demolição do viaduto das Cinco Pontas.

"Nós pagaremos a uma empresa para fazer a demolição do viaduto, caso a equipe técnica julgue necessário. Há uma enorme discussão sobre o viaduto porque ele encobre a vista do Forte", registra Eduardo Moura.

**EMPREENDIMENTO** Plano prevê edifício, espaço de lazer, ciclovia e centro cultural no local onde hoje estão armazéns abandonados



www.facebook.com/autorfinances | www.autorfinances.com.br

## IPVA TOTAL GRÁTIS E JUROS COM TAXA 0,99% ANUAL. VENHA APROVEITAR!

Modelo	Taxa	Bônus	Preço
CELTA 1.0 LT 4P 2012	0,99%	R\$ 2.000	R\$ 28.980
CLASSIC 1.0 LS 2012	0,99%	R\$ 2.243	R\$ 28.980
PRISMA 1.4 LT 2012	0,99%	R\$ 2.884	R\$ 28.980
ACILE 1.4 LT 2012	0,99%	R\$ 4.111	R\$ 28.980

Financiamento: 48x R\$ 588, Total a prazo R\$ 27.204

**Figura 17:** Texto 5, Matéria “Sinal verde para obra em cais”, *Jornal do Commercio*, 17 de abril de 2012  
**Fonte:** Arquivo Público de Pernambuco

No caso do texto 5, o *JC* usa como metáfora o sinal verde do trânsito. Trata-se de uma forma metaforizada de dizer que o projeto Novo Recife recebeu da Prefeitura do Recife permissão para prosseguir. Além de fazer referência ao semáforo de trânsito livre para passagem, o termo “verde” remete ainda à ideia de sustentabilidade ambiental. Na bandeira do Brasil, o verde simboliza as matas e a “rica floresta nacional”. Expressões como “trabalho verde”, “bairro verde”, “carros verdes” e “tecnologia verde” têm sido usadas para se referir a produtos e serviços com o rótulo de “100% ecológico”. Essa ideia é reforçada no texto, quando o jornal informa que “dos 101,7 quilômetros [mil metros] quadrados que compõem a área total do Novo Recife, 36 mil metros quadrados serão de área verde pública”. No trecho, o jornal usa duas medidas (quilômetros e mil metros) para se referir ao mesmo espaço.

# Projeto para cais é aprovado

**NOVO RECIFE** Com 18 votos dos 20 possíveis, CDU autorizou, ontem, urbanização e construção de prédios na área do Cais José Estelita

Depois de quatro anos de análises, divergências jurídicas, polémicas, rixas e brigas com movimentos populares, o Projeto Novo Recife, que prevê grande alteração urbana na área do Cais José Estelita, foi aprovado pelo Conselho de Desenvolvimento Urbano (CDU), em reunião realizada ontem, na Prefeitura do Recife. "O projeto agora vai retornar à Diretoria de Controle Urbano (DirCU) para os últimos acertos. Faltam os termos de compromisso das ações que vão amenizar o impacto do empreendimento", afirmou a presidente da CDU e secretária de Controle e Desenvolvimento Urbano e Obras, Maria José de Biase.

A aprovação teve larga vantagem. Foram 18 conselheiros aptos a votar, dos quais 18 foram favoráveis ao projeto, um se absteve e um retirou em protesto no decorrer da reunião. Foi Cristiano Borba do Nascimento, representante do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB). "Não existe estudo do impacto. É preciso estudar o projeto", alegou o arquiteto. O projeto é um empreendimento imobiliário elaborado por um grupo de construtoras que vão atuar na área que vai do Calate Clube, passa pelos armazéns e chega até o Cais de San-

nal de Justiça de Pernambuco (TJPE). A liminar citada pelo grupo contrário ao projeto, informa a prefeitura, não teria validade, pois uma decisão de primeira instância não poderia se sobrepor a uma decisão superior. A reunião, assegurou o município, foi legal, pois a decisão do desembargador José Ivo de Paula Guimarães prevaleceria sobre a decisão da juíza Edna de Barros Correia.

Segundo Liane, o argumento da PCR não é legítimo. "A liminar do desembargador se limitava a chamar a liminar proferida nos autos da ação popular do dia 21 deste mês, mas não atingia a última, de 27 de dezembro. A prova de que essa tese está errada é que eles vão recorrer de nossa decisão. Se eles estivessem dentro da lei, porque recorreriam?"

O prefeito João da Costa (PT) defendeu, na sua última coletiva, que a análise do projeto deve seguir o princípio da objetividade. "A votação não foi feita no apagar das luzes. Ela só aconteceu porque vários pareceres jurídicos permitiram que ela acontecesse. Nós fizemos nossa parte. Diminuimos o impacto do projeto. As negociações geraram uma contrapartida das construtoras de quase R\$ 30 milhões. Mais de 20% do empreendimento serão destinados a obras públicas."

Segundo a advogada do grupo Direitos Urbanos, Liane Cirne Lins, contrária ao projeto, uma ação popular impetrada no dia anterior suspendeu todos os atos da CDU. "Vamos entrar com um recurso para anular a decisão e acionar o Ministério Público para verificar crimes de desobediência, prevaricação e improbidade administrativa", afirmou.

A assessoria de imprensa da PCR declarou que a votação aconteceu com autorização do Tribu-

**Será preciso definir ações para amenizar os impactos do empreendimento**

Rita. Será um complexo com hotéis, flats, empresariais e residenciais.

A reunião aconteceu sob um forte esquema de segurança, em virtude de tumultos anteriores, e acusações de descumprimento de ordem judicial. A imprensa só teve acesso permitido para fazer imagens em um espaço de tempo previamente acordado.

Segundo a advogada do grupo Direitos Urbanos, Liane Cirne Lins, contrária ao projeto, uma ação popular impetrada no dia anterior suspendeu todos os atos da CDU. "Vamos entrar com um recurso para anular a decisão e acionar o Ministério Público para verificar crimes de desobediência, prevaricação e improbidade administrativa", afirmou.

A assessoria de imprensa da PCR declarou que a votação aconteceu com autorização do Tribu-

**Conheça o projeto**

8 torres residenciais, entre 21 a 41 andares

2 empresariais

2 flats

5 edifícios-garagem

**Ações mitigadoras exigidas das construtoras**

- Demolir o Viaduto das Cinco Pontas e fazer as adequações necessárias posteriormente
- Construir ciclovia marginal à Baía de Pina, interligando a Avenida Norte à Via Mangue
- Atender todas as medidas solicitadas pelo Iphan (Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional)
- Atender todas as medidas solicitadas pela Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco
- Prolongar a Avenida Sul no trecho entre a Rua General Estillac e a Rua Dilermano Reis
- Demolir o Viaduto das Cinco Pontas e fazer as adequações necessárias posteriormente
- Construir ciclovia marginal à Baía de Pina, interligando a Avenida Norte à Via Mangue
- Fazer a transposição da linha férrea, interligando Avenida Engenheiro José Estelita à Avenida Sul, nos trechos entre as quadras A e B e D e E
- Restaurar a Igreja Matriz de São José
- Construir passarela de pedestres no Cais José Estelita
- Construir passarela de pedestres no Cais José Estelita

**Figura 18:** Texto 6, Matéria “Projeto para cais é aprovado”,

*Jornal do Commercio*, 29 de dezembro de 2012

**Fonte:** Arquivo Público de Pernambuco

Depois de mais de oito meses sem publicar matérias relacionadas ao projeto Novo Recife, os jornais pernambucanos voltaram a tratar do assunto na edição de 29 de dezembro de 2012, um dia depois da aprovação do projeto pelo Conselho de Desenvolvimento Urbano (CDU), órgão ligado à Prefeitura do Recife. Os jornais publicaram matérias relatando a reunião do conselho que deliberou sobre a obra de grande impacto para a cidade. No entanto, nenhum dos jornais trouxe à tona o fato de que a reunião foi realizada às pressas e no último dia útil de gestão do prefeito João da Costa (PT-PE). O então chefe do executivo municipal conseguiu cassar a liminar que proibia a votação no Conselho de Desenvolvimento Urbano sobre o Projeto Novo Recife, e, às pressas, reuniu os conselheiros, comandados pela secretária municipal de Controle e Desenvolvimento Urbano e Obras, Maria José de Biase, e fez uma reunião relâmpago do CDU, que terminou com a aprovação do projeto.

A contextualização de que a aprovação do projeto era o último ato de João da Costa – que não havia sido reeleito – à frente da prefeitura não foi feita pelos jornais. Neste trecho da matéria do *Jornal do Commercio*, apesar de não haver esclarecimentos no texto sobre o fato de a decisão ser a última tomada pela gestão do prefeito João da Costa, houve espaço para a defesa dele em relação a acusações que não foram esclarecidas na matéria:

O prefeito João da Costa (PT) defendeu, na sua última coletiva, que a análise do projeto deve seguir o princípio da objetividade. “A votação não foi feita no apagar das luzes. Ela só aconteceu porque vários pareceres jurídicos permitiram que ela acontecesse. Nós fizemos nossa parte. Diminuímos o impacto do projeto. As negociações geraram uma contrapartida das construtoras de quase R\$ 30 milhões. Mais de 20% do empreendimento serão destinados a obras públicas” (JORNAL DO COMMERCIO, Cidades, p. 5, 29 dez. 2012).

No subtítulo da matéria, que aparece em destaque na página, o jornal relaciona em um fato consumado (“autorizou ontem”) urbanização e construção de prédios, como se urbanizar significasse necessariamente construir edifícios. Em outro espaço de destaque na página, o *JC* apresenta um box listando as “ações mitigadoras exigidas das construtoras”, onde lista, entre outros tópicos, que o Projeto Novo Recife irá “construir ciclovia, atender a todas às exigências do Iphan, prolongar a Avenida Sul, restaurar a Igreja Matriz de São José”. Com isso, o jornal busca mostrar que o empreendimento será “bom para toda a cidade” e não apenas para os que adquirirem uma unidade residencial ou comercial do empreendimento.



**Figura 19:** Texto 7, Matéria “Prefeitura aprova Novo Recife”,

*Folha de Pernambuco*, 29 de dezembro de 2012

**Fonte:** Arquivo Público de Pernambuco

Enquanto o *Jornal do Commercio* publicou a matéria sobre a aprovação do projeto Novo Recife na editoria de cidades, a *Folha de Pernambuco* optou por abordar o assunto no caderno de economia com uma matéria assinada. O jornalismo econômico é a especialização da profissão jornalística sobre fatos relacionados à economia do mundo, do país, do estado e da cidade. Geralmente, cobre temas relacionados a emprego, macroeconomia, infraestrutura, tecnologia, negócios e mercado imobiliário.

O caderno onde uma matéria vai ser publicada é uma decisão editorial. Ao publicar a matéria na editoria de cidades, o jornal passa a ideia de que vê o projeto como uma questão da cidade, com implicações no urbanismo, na mobilidade, entre outros temas abordados nesse espaço. Ao veicular no caderno de economia, transmite a informação como uma questão econômica, ligada ao mundo dos negócios e do mercado imobiliário. No título, é possível perceber ainda o uso do termo “Novo Recife” e não “Projeto Novo Recife”, chamando a atenção para um “novo modelo de cidade”, um “novo Recife” e não apenas um projeto imobiliário.



**Figura 20:** Texto 8, Matéria “Promotora volta para Jaboatão”,

*Jornal do Commercio*, 2 de março de 2013

**Fonte:** Arquivo Público de Pernambuco

O oitavo exemplo é uma matéria do *Jornal do Commercio*, em 2 de março de 2013. É uma notícia sobre a saída da promotora Belize Câmara, que foi afastada da Promotoria de Defesa do Meio Ambiente da Capital pela Procuradoria-Geral do Ministério Público de Pernambuco (MPPE) e transferida para a Promotoria da Infância e Juventude de Jaboatão dos Guararapes, na Região Metropolitana do Recife. A decisão de afastar Belize Câmara do cargo que ocupava na comarca da Capital, autorizada pelo então procurador-geral de Justiça, Agnaldo Fenelon, aconteceu uma semana depois de a Justiça suspender, por meio de liminar, o processo de aprovação do projeto Novo Recife pela Prefeitura do Recife, atendendo a uma ação civil pública impetrada pela promotora.

O *Jornal do Commercio* noticiou a transferência da promotora, enquanto a *Folha de Pernambuco* não publicou matéria sobre o assunto. No título “Promotora **volta** para Jaboatão”, o verbo volta serve para amenizar a retirada de Belize Câmara da promotoria na capital. A matéria relaciona a saída da promotora ao fato de ela ter identificado e questionado falhas no projeto Novo Recife, entre elas a não intervenção nos processos de órgãos públicos, como Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (Fundarpe); Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), para se posicionarem sobre a destinação dos imóveis e sobre os problemas na composição do Conselho de Desenvolvimento Urbano, da Prefeitura do Recife.

Na semana em que foi afastada da Promotoria de Defesa do Meio Ambiente da Capital, Belize Câmara também havia conseguido embargar a obra de um edifício no bairro de Apipucos, Zona Norte do Recife, da construtora Moura Dubeux, que faz parte do Consórcio Novo Recife. Na matéria do *JC*, a promotora Belize Câmara não foi ouvida. “Belize não foi encontrada durante todo o dia de ontem para comentar a transferência” (JORNAL DO COMMERCIO, Cidades, p. 3, 2 mar. 2013). O jornal não deixa claro no texto quais foram as tentativas de contato com a promotora.

Na matéria, o único discurso direto representado é o do MPPE, que divulgou nota oficial sobre a transferência da promotora e teve trechos reproduzidos pelo jornal. Por ser a única voz representada no texto, a voz do Ministério Público de Pernambuco acaba se confundindo com a voz do jornal. De acordo com Fairclough (2001, p. 138), a representação do discurso é uma forma de intertextualidade na qual parte de outros textos são incorporados a um texto e claramente marcados como tal, com recursos como aspas e orações relatadas. Segundo o autor, “a representação do discurso é obviamente uma parte importante das notícias: representações do que as pessoas disseram e que merece ser notícia” (FAIRCLOUGH, 2001, p.139).

A representação do discurso não é apenas um recurso linguístico, mas uma dimensão da prática social. Nesta matéria, ao misturar a voz do documento do MPPE e a própria voz quando retrata a nota em discurso indireto, o JC explica a primeira com palavras da última, como pode ser observado no seguinte trecho:

Em nota oficial, o MPPE explicou que a decisão de dispensar a promotora, a quem define como ilustre e competente, da acumulação temporária foi motivada pela carência de promotores da Infância e Juventude em Jaboatão, desde o mês passado. Belize Câmara é titular da 3ª Promotoria de Justiça Cível de Jaboatão e agora irá acumular a função da Promotoria da Infância e da Juventude do município. ‘O Conselho Superior e a Corregedoria do MPPE têm alertado que em Jaboatão, Olinda e Caruaru há promotores de justiça acumulando promotorias em outras cidades, mesmo faltando efetivo nas cidades de sua titularidade. Jaboatão tem grande demanda na área da infância e juventude, que detém prioridade constitucional’, diz a nota. O documento também desassocia a decisão de transferência com as últimas conquistas judiciais alcançadas por Belize Câmara na promotoria de Meio Ambiente da Capital (JORNAL DO COMMERCIO, Cidades, p. 3, 2 mar. 2013).



**Figuras 21, 22 e 23:** Anúncios da Moura Dubeux no *Jornal do Commercio*, março de 2013  
**Fonte:** Arquivo Público de Pernambuco

Como mencionado, os jornais deixaram, entre o fim do século XIX e o começo do século XX, de ser veículos de ideias e passaram a adotar a lógica capitalista com o objetivo de obter lucro. Jornais dependem financeiramente dos anunciantes. A caracterização da imprensa

como uma atividade capitalista fica clara, por exemplo, no *Manual de Redação da Folha de S. Paulo*, o jornal com maior tiragem do Brasil, ao se referir aos leitores como “consumidores”:

A proliferação da oferta acirra a disputa pelo tempo do consumidor. Como o leque de opções é amplo na televisão paga e praticamente inesgotável na internet, a tendência é que as inclinações pessoais, especialidades e hobbies encontrem seus nichos, levando o usuário a dedicar parte crescente do tempo a eles (FOLHA DE S. PAULO, 2008, p.12).

### TABELA POR SEGMENTO DE MERCADO

NOTICIÁRIO		
SEGMENTO	PREÇO CM/COL (R\$) DIAS ÚTEIS	PREÇO CM/COL (R\$) DOMINGO
Indústria e Serviços	288,00	375,00
Varejo	84,00	106,00
Educação e Entretenimento	72,00	95,00
Página Social	120,00	157,00
Religiosos e Fúnebres	95,00	120,00
Outros Segmentos	125,00	162,00
Publicidade Legal	280,00	359,00
Expressão de Opinião	477,00	648,00
COLOCAÇÃO	PREÇO CM/COL (R\$) DIAS ÚTEIS	PREÇO CM/COL (R\$) DOMINGO
1ª página	2.716,00	3.530,00
3ª página	691,00	898,00
5ª página	456,00	592,00

SUPLEMENTOS		
FORMATO	COLOCAÇÃO	PREÇO CM/COL (R\$)
Standard	Posição Indeterminada	73,00
Tabloide	Posição Indeterminada	62,00

ENCARTES		
PREÇO / MIL (R\$)	VAREJO	INSTITUCIONAL
Até 08 páginas (tabloide)	518,00	1.026,00

IMPORTANTE: Acréscimo de 20% a cada 02 páginas adicionais. Formato: mínimo 21 cm x 15 cm / máximo 25 cm x 30 cm. Reserva: 03 dias úteis antes da data de veiculação. Entrega do Material: o material deverá ser entregue com 48 horas de antecedência, identificado com a quantidade e o nome do cliente, acompanhado de nota fiscal de simples remessa.

### PADRÕES DE INCREMENTO

• Anúncios em Cores	30% de Acréscimo
• Colocação em Capa de Caderno	40% de Acréscimo
• Colocação Determinada	30% de Acréscimo
• Publicidade Eleitoral / Informe Publicitário	100% de Acréscimo

### FORMATOS COMERCIAIS

EXEMPLOS DE FORMATOS PARA NOTICIÁRIO E SUPLEMENTOS			
FORMATOS STANDARD			FORMATO TABLOIDE

OBSERVAÇÃO: Formato mínimo para Publicidade Legal: Noticiário 2col x 5cm | Classificados 3col x 5cm.

Figura 24: Tabela de preços de anúncios no *Jornal do Commercio*

Fonte: Comercial JC

Por dependerem financeiramente dos anunciantes e verem os leitores como consumidores, os jornais adequam os conteúdos a esse público-alvo sem desagradar seus financiadores. Enquanto publicava reportagens favoráveis ao Novo Recife, o *JC* veiculava em março de 2013, anúncios coloridos – portanto, mais caros – de empreendimentos de construtoras ligadas ao Consórcio Novo Recife. Em 10 de março de 2013, por exemplo, o jornal veiculou seis páginas de encarte<sup>38</sup> intitulado “Classe MD” sobre o Evolution Shopping Park, condomínio de luxo em Boa Viagem, Zona Sul do Recife, da Moura Dubeux.

Conforme Falircough (2001), na *Análise Crítica do Discurso*, as condições da prática discursiva devem ser observadas. A publicação de anúncios das empresas do Consórcio Novo Recife nos jornais evidencia a relação de dependência financeira dos veículos de comunicação com empresas do setor imobiliário e, portanto, define as condições de produção dos textos. O dia 10 de março de 2013 foi um domingo, dia considerado nobre para a publicação de anúncios em jornais, pois o valor do centímetro é mais caro, uma vez que a edição do domingo é a mais lida dos diários, como pode ser observado na Figura 24<sup>39</sup>.



**Figura 25:** Texto 9, Matéria “Novo protesto contra ação no Cais Estelita”,

*Jornal do Commercio*, 29 de abril de 2013

**Fonte:** Arquivo Público de Pernambuco

<sup>38</sup> Como pode ser visto na figura 25, encartes do tipo Informe Publicitário custam o dobro do valor de um anúncio regular no *Jornal do Commercio*.

<sup>39</sup> Disponível em: < <http://comercialjc.jconline.ne10.uol.com.br/>>. Acesso em 20 dez. 2017.



Em abril de 2013, o *Jornal do Commercio* publicou matéria informando sobre um novo protesto que aconteceu no dia 28 de abril contra o projeto Novo Recife. No texto, nenhum integrante do Movimento Ocupe Estelita ou do grupo Direitos Urbanos, que organizou o ato, tem o discurso direto reportado. No último parágrafo da notícia, o *JC* retoma o discurso de que o objetivo do Novo Recife é “revitalizar a área, atualmente abandonada, implantando áreas verdes, ciclovias e um espaço cultural”. Ao fazer isso, o discurso jornalístico reforça o discurso favorável ao projeto imobiliário e deixa de dar espaço às pautas e sugestões dos integrantes do Movimento Ocupe Estelita para o Cais José Estelita.



**Figura 26:** Texto 10, Matéria “Conselho para pensar a cidade”,

*Jornal do Commercio*, 20 de maio de 2014

**Fonte:** Arquivo Público de Pernambuco

Em 20 de maio de 2014, o *Jornal do Commercio* noticiou, na Capa Dois – editoria dedicada aos últimos assuntos que entraram na edição – a criação do Conselho da Cidade do Recife. O texto apresenta ressalvas do arquiteto e urbanista Cristiano Borba sobre a manutenção do Conselho de Desenvolvimento Urbano (CDU), órgão que votou às pressas o projeto Novo Recife em dezembro de 2012. Apesar de apontar a observação do arquiteto, o jornal não relaciona a fala dele ao Movimento Ocupe Estelita. No CDU, Cristiano Borba atuou como representante do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB) em conjunto com o

grupo Direitos Urbanos e o Movimento Ocupe Estelita para questionar a legalidade do projeto Novo Recife. Foi o único conselheiro a deixar a votação em 2012.



**Figura 27:** Texto 11, Matéria “Começa demolição de armazéns”,

*Jornal do Commercio*, 22 de maio de 2014

**Fonte:** Arquivo Público de Pernambuco

Dois dias depois de noticiar a criação do Conselho da Cidade do Recife, que serve como uma forma de desviar a atenção do assunto, uma vez que um conselho já foi criado para “pensar a cidade”, o *Jornal do Commercio* publicou, na Capa Dois, o início da demolição de armazéns no Cais José Estelita. A demolição não foi noticiada pela *Folha de Pernambuco*. No texto, o *JC* não reportou as vozes mencionadas por discurso direto. Por discurso indireto, mencionou os questionamentos feitos pelos integrantes do Movimento Ocupe Estelita na página do Facebook do grupo Direitos Urbanos. A assessoria de comunicação do Consórcio Novo Recife também teve a voz reportada por discurso indireto. A matéria apresenta uma descrição do projeto Novo Recife, enfatizando que 16 intervenções consideradas mitigadoras, como a construção de um parque linear de 90 metros quadrados do bairro do Pina, Zona Sul do Recife, ao Recife Antigo, área central da cidade, seriam tomadas pelo consórcio responsável pela obra. O jornal apresenta o parque como uma “ação mitigadora”, mas não esclarece que a área verde proposta tem o tamanho de apenas um dos apartamentos do empreendimento (menos de 1% da área total do terreno de 101,7 mil metros quadrados). Nenhuma crítica ou proposta dos integrantes do Movimento Ocupe Estelita para a área foi apresentada pelo jornal, que os denomina genericamente como “ativistas” na legenda da foto,

sem explicação sobre quem são eles ou acerca das pautas do movimento e sem uma visão crítica sobre a proposta das construtoras para o Cais José Estelita ou sobre a demolição dos galpões. Apresentá-los como “ativistas” funciona ainda como uma forma de distanciá-los dos leitores, criando uma dicotomia “eles ativistas”, “vocês cidadãos”.

# Demolição é embargada

**NOVO RECIFE** Iphan cobra documentação para liberar o projeto. Liminar da Justiça Federal também suspende destruição dos galpões.

**Demolição de parte** dos galpões de Cais José Estelita, no bairro de Ipanema, em Recife, foi suspensa, depois de uma decisão do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Estético e Histórico Nacional (CONDEPHAAT) da Justiça Federal. O Conselho decidiu que a demolição dos galpões não pode prosseguir sem a apresentação de documentação adequada para garantir a preservação de objetos de valor histórico e artístico.

O Iphan sempre se opôs à demolição dos galpões, alegando que eles possuem valor histórico e arquitetônico. A decisão do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Estético e Histórico Nacional (CONDEPHAAT) da Justiça Federal suspendeu a demolição dos galpões até que a documentação necessária seja apresentada.

Formado por quatro empresas: Obra Habitus, Obra Habitus, Obra Habitus e Obra Habitus, o empreendimento prevê a construção de 12 prédios residenciais, com área total de 20 a 41 andares.

**MOBILIZAÇÃO**

Durante o dia de ontem, dezenas de pessoas compareceram ao empreendimento para apoiar a mobilização. Os participantes pediram a paralisação da demolição dos galpões.

Os participantes pediram a paralisação da demolição dos galpões.

**EMPREENDIMENTO** Parte dos galpões foi demolida na tarde de quarta-feira (15 de maio), no horário determinado pela prefeitura, segundo o contrato. Porém, a Polícia Militar ausente visitou no Cais José Estelita para impedir o acesso ao terreno, onde serão construídos 12 edifícios, entre residenciais e comerciais. Também está previsto que se liguem na área

**Dos 12 prédios, 8 são residenciais**

O projeto Novo Recife contempla cinco polos empresariais, residenciais, hotéis, serviços, mas a área de 10,7 mil metros quadrados são 12 prédios residenciais, com aproximadamente mil unidades habitacionais. Nas extremidades do terreno haverá, em cada lado, um empreendimento de 100 mil metros quadrados.

O Novo Recife será desenvolvido em uma área de 20 a 41 andares, com o eixo de ligação entre a Zona Sul e a Ilha de Leite. Para se ter acesso hoje ao bairro, os moradores que vivem de Boa Viagem têm apenas uma alça de ligação pela Avenida Agamenon Magalhães. Um novo acesso será construído pelo empreendimento.

**Mois na web**

Visite o site [www.joaze.com.br/cidade](http://www.joaze.com.br/cidade) para saber mais sobre o empreendimento.

**O empreendimento em números**

800 milhões	de mais é o investimento estimado
101,7 mil	metros quadrados é a área destinada ao Novo Recife
1,3	quilômetros é a extensão do terreno
12	prédios de 20 a 40 pavimentos são projetados para a área, sendo 8 edifícios residenciais, 2 empresariais e 2 flats
36 mil	metros quadrados vão ser destinados a áreas públicas
5	polos vão compor a área: hotelaria e comercial, residencial, convivência, marítimo e cultura
16	interseções fazem parte das ações mitigadoras que serão assumidas pelo empreendimento
62 milhões	de mais serão gastos na execução das ações mitigadoras
6 mil	empregos diretos e indiretos durante a construção
2 mil	empregos diretos depois da construção de mais por ano em impostos
100 milhões	de mais por ano em arrecadação de IPTU
5 milhões	de mais por ano em arrecadação de IPTU

**R\$ 62 milhões em ações mitigadoras**

A prefeitura vinculou à aprovação do Projeto Novo Recife a execução de 16 intervenções culturais no entorno do empreendimento. Uma delas é a criação de um parque linear com 90 mil metros quadrados de área, margeando o Cais José Estelita. O projeto do parque, divulgado pelo município, prevê ciclovia, biblioteca pública e seis quadras poliesportivas ao redor do Cais José Estelita.

Outra ação proposta pela prefeitura é a construção de um túnel para fazer a ligação da pista da Avenida de São José com o Cais José Estelita. O túnel substituirá o Viaduto das Cruzes, previsto para ser demolido. Termo de compromisso para incorporação das obras ao projeto foi assinado entre o município e o consórcio responsável pelo projeto.

Além do parque e do túnel, o Projeto Novo Recife também teria de fazer a complementação viária da Avenida Central (da Rua Lourenço da Silva até a Travessa do Raposo) e da Rua Nova Cabanga (da Rua General Balthazar Leal até a Rua Silvestre Rios), bem como implantar um sistema de drenagem entre a Rua Palácio e a Travessa do Raposo.

Com a abertura das vias, a prefeitura espera melhorar o acesso do Cais José Estelita com o restante do bairro, uma medida compensatória ligada ao consórcio pela leitura seria a construção das passarelas de pedestres da pista da Avenida de São José e a construção de um túnel para fazer a ligação da pista da Avenida de São José com o Cais José Estelita.

Também integra a obra de recuperação da Praça de São José e a criação de um sistema de drenagem entre o Cais José Estelita e a Praça de São José.

Figura 28: Texto 12, Matéria “Demolição é embargada”, *Jornal do Commercio*, 23 de maio de 2014  
Fonte: Arquivo Público de Pernambuco

Na edição seguinte, em 23 de maio de 2014, o *Jornal do Commercio* publicou matéria de página inteira sobre o embargo da demolição dos galpões. A notícia principal informa que o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e a 21ª Vara da Justiça Federal suspenderam a obra. As vezes representadas por discurso direto no texto são as do

superintendente do Iphan, Frederico Almeida, e do Consórcio Novo Recife. A denúncia de um ativista do Movimento Ocupe Estelita, Sérgio Urt, é representada por discurso indireto.

Na linha 12 do primeiro parágrafo do texto, na frase “de acordo com as duas instituições, o Consórcio Novo Recife, responsável pela obra, não **teria** licença para fazer a derrubada dos armazéns”, o jornal usa o verbo ter conjugado no futuro do pretérito simples (teria) e não no presente (tem). A conjugação no condicional aponta para a manifestação de incerteza sobre a afirmação do Iphan e da Justiça Federal em relação à licença. Sobre as modalizações que manifestam “saber ser” e “não saber ser”, Fiorin (2000) usa o seguinte exemplo: “saber ser: Espero um carro que me **leva** para casa; não saber ser: Espero um carro que me **leve** para casa”. Da mesma forma, quando usa “teria”, o jornal demonstra uma posição de “não saber ser”, enquanto que se tivesse usado “tem”, demonstraria posição de “saber ser”.

Segundo Fiorin (2000), a modalização tem a função de expressar a posição do enunciador em relação àquilo que diz. Os modalizadores de discurso são encarregados de evidenciar o ponto de vista assumido de quem fala e assegurar o modo como ele elabora o discurso. Sobre as modalizações, Koch (1987) observa que a argumentação e a persuasão são elementos que carregam, ainda que implicitamente, a intenção do indivíduo envolvido no processo de comunicação, por isso é importante enfatizar que o ato de argumentar representa a orientação planejada de um discurso, no sentido de conduzir a uma determinada conclusão, já que todo discurso está relacionado à ideologia.

Além disso, o discurso jornalístico se mostra favorável ao projeto Novo Recife nas duas matérias vinculadas e no box publicados na parte inferior da página. Na primeira vinculada, intitulada “Dos 12 prédios, 8 são residenciais”, o jornal descreve o empreendimento imobiliários ressaltando que o projeto beneficiaria a cidade, conforme o seguinte trecho:

Durante a construção dos empreendimentos serão gerados cerca de seis mil empregos diretos e indiretos. Ao término da obra, os espaços empresariais, hoteleiros de serviços e moradias devem empregar um total de duas mil pessoas. A previsão é de geração de cerca de R\$ 100 milhões em impostos por ano. Pelos cálculos dos empreendedores, com o Novo Recife, apenas de IPTU, a Prefeitura do Recife deverá arrecadar cerca de R\$ 5 milhões por ano (JORNAL DO COMMERCIO, Cidades, p. 3, 23 mai. 2014).

No box, o jornal lista números dos “benefícios” do projeto, tendo como fontes a Prefeitura do Recife e o Consórcio Novo Recife. O box é um recurso editorial que apresenta

forma gráfica própria. Geralmente em destaque na página, o texto que aparece sempre em associação com outro texto. Serve para facilitar a leitura, sendo, às vezes, um resumo da notícia. Nesse caso, o box apresenta apenas informações favoráveis ao Novo Recife, como número de empregos gerados, metros quadrados destinados à áreas públicas, em uma clara tentativa de convencer o leitor sobre os benefícios do projeto. Nenhum dos argumentos do Iphan e da Justiça Federal para embargar a obra – como o descumprimento do Termo de Ajuste de Conduta entre o empreendimento e o Iphan e a ausência de documento que garantisse a proteção dos registros referentes à produção de conhecimento sobre a área – aparece no box. O jornal dedica ainda outra matéria vinculada aos “benefícios” do Novo Recife para a cidade, no texto “R\$ 62 milhões em ações mitigadoras”. Nesse sentido, é relevante observar que “mitigar” significa “aliviar”, “suavizar” ou “aplacar a dor e o sofrimento”. Ao usar o verbo, os jornais, mesmo que sem a intensão, deixam em aberto a possibilidade de o Novo Recife causar “dor e sofrimento” à cidade.



**Figura 29:** Texto 13, Matéria “Mesmo legalizado pela PCR, Novo Recife recebe suspensão”, *Folha de Pernambuco*, 23 de maio de 2014

**Fonte:** Arquivo Público de Pernambuco

A *Folha de Pernambuco*, que não veiculou notícia sobre o início da demolição dos galpões – publicou matéria sobre a suspensão da demolição dos galpões. No título, o jornal enfatiza que o projeto é “legalizado pela PCR”. Com isso, põe em dúvida a decisão do Iphan e da Justiça Federal, pois o empreendimento estaria, como destaca no bom “Folha Resume”, “com todas as licenças aprovadas pela Prefeitura do Recife”.

Observando o primeiro parágrafo do texto:

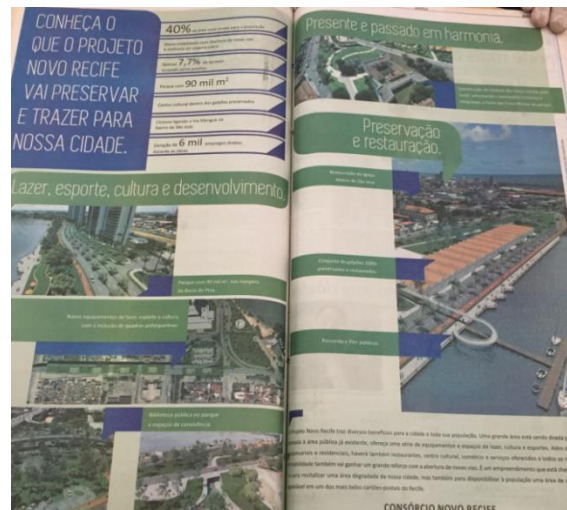
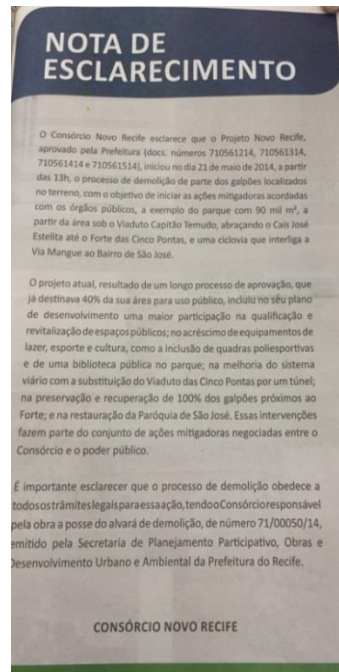
Apesar de estar com todas as licenças aprovadas na Prefeitura do Recife, o projeto Novo Recife, orçado em R\$ 62 milhões, **sofreu** ontem suspensão temporária do processo de demolição – iniciado na última quarta – de galpões do Cais José Estelita, no bairro de São José, e **enfrenta** agora um **embate** entre poderes (FOLHA DE PERNAMBUCO, Cotidiano, p. 2, 23 mai. 2014).

É possível notar que o jornal optou por usar o vocábulo “sofreu” para se referir à decisão do Iphan e da Justiça Federal. Segundo o dicionário *Aurélio*, sofrer significa “sentir dor física ou moral, padecer”; “sofrer de, ter dores, ser atormentado por”; “suportar, tolerar”, ou seja, apresenta o Novo Recife como vítima de um sofrimento, de uma agressão. Além disso, o jornal usa termos como “enfrenta” e “embate”. Na ACD, o sentido literal do dicionário interessa menos que os efeitos de sentido, mas não deve ser menosprezado.

Os vocábulos usados pelo jornal lembram termos militares. Com isso, a *Folha de Pernambuco* recorre a uma metáfora de mobilização para uma disputa, como em uma guerra. De acordo com Fairclough (2001), algumas metáforas estão tão profundamente naturalizadas no interior de uma cultura que a maioria das pessoas deixa de percebê-las. É o caso da militarização do discurso. Muito do que é dito nos discursos são parcialmente estruturadas por conceitos de guerra, como em “demoli seu argumento” ou “ele atacou meu ponto fraco”. Fairclough cita Chilton (1988), para quem a militarização do discurso é também a militarização do pensamento e da prática social. A mídia, a partir da forma como os fatos são retratados, pode reforçar essa visão, dando a ideia de que as diferentes visões sobre o Cais José Estelita são como um “ataque” e “contra-ataque”, em uma “guerra”.

Outra questão observada na matéria da *Folha* é a forma como as vozes são incorporadas no texto. Nesse caso, as únicas vozes representadas por discurso direto são a do presidente do Iphan, que explica os motivos da suspensão da demolição, e de um engenheiro ouvido pela reportagem. O engenheiro tem posição favorável ao Novo Recife. Nenhum profissional com opinião contrária ao empreendimento foi ouvido. Assim, percebe-se que, o jornal ancorou-se na respeitabilidade e na autoridade de um especialista com o objetivo de

fortalecer seu argumento. No texto, o jornal cria um efeito de distanciamento pelo uso das aspas, atribuindo a responsabilidade da afirmação de que “trata-se de um projeto disposto a trazer uma nova cara para o Recife, estando aliado ao progresso e à geração de empregos” ao engenheiro, incluído como uma autoridade que possui conhecimento do assunto. Ao usar a voz ao especialista, a *Folha* busca trazer legitimidade ao argumento defendido pelo jornal.



**Figura 30:** Anúncio de três páginas publicado no *Jornal do Commercio* e na *Folha de Pernambuco*, 23 de maio de 2014

**Fonte:** Arquivo Público de Pernambuco

No mesmo dia em que publicaram matérias favoráveis ao Consórcio Novo Recife, mesmo noticiando o embargo da demolição dos galpões, os dois jornais – *JC* e *Folha* –

publicaram três páginas coloridas de anúncio com uma “Nota de Esclarecimento” das construtoras. Levando em consideração a tabela de preços de anúncios do *Jornal do Commercio*, as três páginas, em dia útil e cada uma com 312 centímetros de anúncio (seis colunas com 52 centímetros cada) com impressão coloridas (30% de acréscimo no valor final), custariam R\$ 350.438,40. Ou seja, o Consórcio Novo Recife pode ter pago, para a veiculação dos anúncios nos dois jornais, cerca de R\$ 700.800,00.



**Figura 31:** Texto 14, Matéria “Galpões sob domínio do Iphan intactos”, *Jornal do Commercio*, 24 de maio de 2014  
**Fonte:** Arquivo Público de Pernambuco

Desde o dia do início da demolição dos galpões, em 21 de maio de 2014, integrantes do Movimento Ocupe Estelita passaram a ocupar o Cais. Aulas gratuitas foram ministradas para moradores de comunidades dos arredores do terreno, uma cozinha foi montada no local e preparava comidas para os ocupantes e pessoas que passavam pela área. Um grupo de fotógrafos realizou a oficina “Imaginação Coletiva”. Quem participou foi convidado a registrar o local e as pessoas, além de promover discussões sobre teoria das cores. O projeto



Som na Rural levou artistas locais e nacionais para a mobilização a favor da ocupação<sup>40</sup>. As atividades, porém, não foram noticiadas pelos jornais analisados, isto é, houve uma negação de fatos e o impedimento de acesso a informações importantes.

Na edição do dia 24 de maio de 2014, o *Jornal do Commercio* menciona, na matéria “Galpões sob domínio do Iphan intactos”, que “manifestantes ocupam o local desde quarta-feira”. Nenhum ocupante foi ouvido pela reportagem, que nos seis parágrafos, informa que os galpões que estão sobre a proteção do Iphan não foram demolidos na noite do dia 21 de maio de 2014. A matéria é acompanhada por um mapa da área protegida para justificar que o Consórcio Novo Recife não estaria destruindo bens listados pelo órgão federal. Um box com os números destacando os “benefícios” do Novo Recife voltou a ser publicado nesta edição.



**Figura 32:** Texto 15, Matéria “PCR suspende alvará de demolição dos galpões”, *Folha de Pernambuco*, 4 de junho de 2014

**Fonte:** Arquivo Público de Pernambuco

<sup>40</sup> “Atividades movimentam a ocupação do Cais José Estelita” (TVPE). Disponível em: <<http://tvpe.tv.br/noticias/atividades-movimentam-a-ocupacao-do-cais-jose-estelita/>>. Acesso em 21 dez 2017.

Enquanto a ocupação no Cais José Estelita entrava no 14º dia sem nenhuma matéria sobre o ato nos jornais analisados, a *Folha de Pernambuco* noticiou que a Prefeitura do Recife suspendeu o alvará de demolição dos galpões. O texto menciona a ocupação do Cais José Estelita, sem detalhar as atividades que ocorreram no local ou esclarecer as motivações e pautas do grupo. Sobre a ocupação, o texto informa que “através da mobilização feita via rede social, o movimento Ocupe Estelita conseguiu reunir, no último domingo, quase dez mil pessoas, que também discordam do projeto Novo Recife”. As divergências do movimento em relação ao projeto, as ações propostas para o local e o que aconteceu na “noite do domingo com quase dez mil pessoas” não foram esclarecidos pela notícia.



**Figura 33:** Texto 16, Matéria “Abertura para negociação”, *Jornal do Commercio*, 4 de junho de 2014  
**Fonte:** Arquivo Público de Pernambuco

Assim como a *Folha*, o *JC* também publicou matéria no dia 4 de junho de 2014 sobre a suspensão da Prefeitura do Recife em relação ao alvará de demolição de galpões do Cais José Estelita. Três matérias, sendo uma principal e duas vinculadas, foram destinadas ao assunto. Intitulado de “Abertura para negociação”, o texto principal destaca que a Prefeitura do Recife abriu diálogo com integrantes do Movimento Ocupe Estelita (MOE) e com instituições como a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) para discutir o projeto.

Apesar de não ter feito cobertura da ocupação do cais, o jornal deu voz a integrantes do movimento na matéria. Foram representadas por discurso direto as vozes do prefeito do Recife, Geraldo Julio; da advogada do grupo Direitos Urbanos, Liana Cirne Lins; da arquiteta e integrante do MOE Cristina Gouveia; do reitor da UFPE, Anísio Brasileiro e do presidente do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Pernambuco (CAU-PE), Roberto Montezuma. Os dois últimos apresentaram falas neutras em relação ao projeto, não ficando clara se as posições do reitor da UFPE e do presidente do CAU-PE eram favoráveis ou contrárias ao projeto.

Em uma matéria vinculada, o *JC* recorre à voz de especialistas para reforçar o discurso de que “o melhor para a Prefeitura do Recife em relação do projeto Novo Recife é negociar uma saída política”. O jornal inicia o texto informando que “especialistas em direito ouvidos pelo *Jornal do Commercio* avaliaram a melhor estratégia de ação da prefeitura diante do impasse criado em torno do projeto Novo Recife”. No discurso do jornal a questão era mais difícil de ser resolvida juridicamente. Os dois especialistas ouvidos pela reportagem – um “professor que não quis ter o nome divulgado” e um “advogado que também pediu anonimato” – não têm as identificações dadas pela reportagem.

No jornalismo, a citação anônima deve ser evitada, pois as falas perdem a consistência e ficam com aspecto de rumor, exceto quando a fonte sofre algum tipo de ameaça ou é protegida pela lei. A identificação da fonte reforça a credibilidade da informação. De acordo com o artigo 5º da Constituição Federal de 1988, “é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato”. Assim, no discurso jornalístico, o anonimato deve ser uma exceção e só deveria ser aplicado para proteger a integridade da fonte ou para relatar fatos que não sejam acessíveis de outro modo.

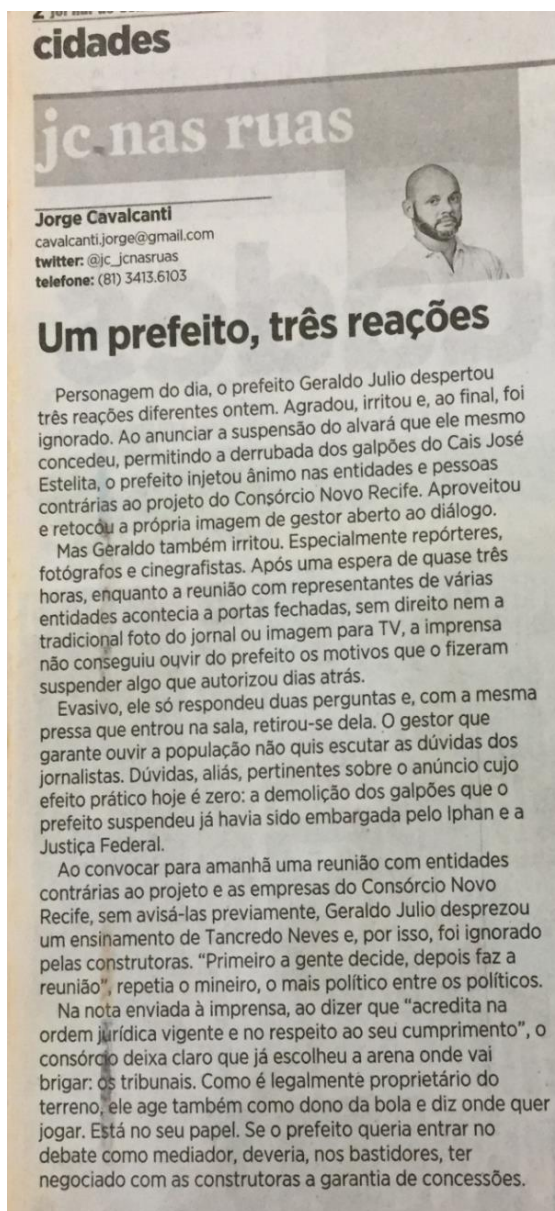
O *Manual de Jornalismo da Empresa Brasil de Comunicação* (EBC), por exemplo, diz que “em situações excepcionais, pode utilizar o recurso do *off the record* (informação divulgada sem identificação da fonte), em casos que se justifiquem pela relevância, pela impossibilidade de se publicar a informação por outros meios e por razões de segurança”. Assim, ao publicar opiniões sem identificação sobre que postura a Prefeitura do Recife

deveria tomar em relação ao projeto Novo Recife, o *Jornal do Commercio* passa a ideia de que as fontes podem estar sendo ameaçadas.

Na segunda matéria vinculada, intitulada “Comunidades pedem voz”, o *JC* ouve apenas pessoas favoráveis ao projeto Novo Recife. Tiveram os discursos reproduzidos pelo jornal o morador do Coque Aldemar Severino Carneiro e o líder comunitário do Pina José Fernando Ferreira da Silva. Ambos apresentaram posições favoráveis ao empreendimento imobiliário, como pode ser observado nestes trechos “Para Aldemar Severino Carneiro, 49 anos, o Novo Recife vai melhorar o saneamento básico e revitalizar a região do Coque” e “José Fernando Ferreira da Silva, 53 anos, líder comunitário do Pina, argumenta que a área do Cais José Estelita está abandonado (*sic*) há anos e que é contra a ociosidade do local”. Como foi exposto anteriormente, a seleção de vozes retratadas indica posicionamentos ideológicos.

Ao se referir às pessoas ouvidas como “lideranças comunitárias dos bairros do Pina, da Ilha Joana Bezerra (Coque) e da (*sic*) Cabanga”, o jornal generaliza as opiniões como se fossem de todos os moradores desses bairros, além de conferir autoridade aos que foram entrevistados por se tratarem de lideranças comunitárias. Na matéria, os moradores do Pina, da Ilha Joana Bezerra e do Cabanga são representados por coletivização. Essa prática linguística permite que atores sociais sejam representados através da pluralidade. Thompson (1995) enquadra essa realização linguística como um modo de operação da “dissimulação por sinédoque”, em que a ligação semântica entre a parte (“algumas lideranças comunitárias”) e o todo (“as lideranças comunitárias” e “os moradores” em geral) pode dissimular relações sociais por meio da confusão ou inversão das relações entre grupos particulares e formações sociais e políticas mais abrangentes. Neste caso, o termo “lideranças comunitárias” sugere um consenso dos moradores desses bairros em relação aos benefícios do projeto Novo Recife.

Ainda na edição do dia 4 de junho de 2014 do *JC*, o comentário principal da coluna *JC nas Ruas*, publicada no caderno Cidades, voltou a tocar no assunto. Colunas são espaços opinativos dos jornais com comentários e notas redigidas e assinadas por um colunista. Geralmente, os textos são acompanhados de fotografia, e-mail e telefone para contato do autor da coluna, pois é um espaço personalizado. De acordo com Melo (1994), colunas têm caráter informativo, mas emitem juízos de valor de forma sutil ou extensiva. São caracterizadas também por serem publicadas regularmente e estarem vinculadas à personalidade do colunista. Além disso, são diagramadas em uma posição fixa, sempre na mesma página. O autor observa que “em muitas ocasiões, funciona para as fontes como ‘balão de ensaio’, ou seja, as fontes lançam notícias para verificar a repercussão” (MELO, 1994, p.75).



**Figura 34:** Texto 17, Coluna JC nas Ruas  
*Jornal do Commercio*, 4 de junho de 2014  
**Fonte:** Arquivo Público de Pernambuco

O texto opinativo “Um prefeito, três reações”, assinado pelo colunista Jorge Cavalcanti, descreveu os bastidores e reações ao anúncio de suspensão do alvará de demolição dos galpões. De acordo com o colunista, jornalistas ficaram irritados com o fato de o prefeito não ter respondido às perguntas feitas. Além disso, o texto destaca que o Consórcio Novo Recife estava no papel de dizer como “quer jogar”, pois como “é legalmente proprietário do terreno, (...) age como o dono da bola”.



**Figura 35:** Texto 18, Coluna JC Negócios  
*Jornal do Commercio*, 4 de junho de 2014  
**Fonte:** Arquivo Público de Pernambuco

Nesta mesma edição, o *Jornal do Commercio* publicou, na coluna *JC Negócios* do caderno Economia, assinada pelo jornalista Fernando Castilho, a nota “Consórcio estranha convocação”. Por se tratar de um espaço opinativo em que o jornalista responsável tem mais liberdade, o texto traz informações de bastidores. Neste texto, o colunista informa que “os integrantes do consórcio Novo Recife não gostaram da ideia de serem convocados pela imprensa para nova reunião a fim de rediscutir o que já haviam acordado com o próprio prefeito no ano passado”.

Em outra nota sobre o assunto, o autor recorre à rima e à ironia (“É malvado, mas muito engraçado”/ “O prefeito está se especializando em emitir e depois suspender ordens de demolição”). De acordo com Fairclough (2001), a ironia depende de os intérpretes serem capazes de reconhecer que um texto ecoado não é o significado do produtor do texto. Neste caso, o prefeito Geraldo Julio não estava literalmente se especializando em emitir e suspender ordens de demolição. O enunciado é irônico em relação às decisões do prefeito, que, ao ser pressionado, mudou de decisão sobre projetos imobiliários da cidade. O recurso linguístico cabe nesse espaço editorial é caracterizado por apresentar textos com o estilo próprio do

colunista – para comentar a reação do mercado imobiliário em relação à decisão de suspensão do alvará de demolição pelo prefeito Geraldo Julio.



**Figura 36:** Texto 19, Matéria “PCR define 30 dias para novas regras”

*Jornal do Commercio*, 17 de junho de 2014

**Fonte:** Arquivo Público de Pernambuco

Após informar que o prefeito Geraldo Julio havia convocado uma reunião para debater a situação do Cais José Estelita, o *Jornal do Commercio* publicou matéria, em 17 de junho de 2014, com o resultado da quarta rodada de negociação. De acordo com o jornal, a Prefeitura do Recife fixou um prazo de 30 dias para que o Consórcio Novo Recife redesenhasse o projeto para a área. Na matéria, o jornal não ouviu representantes do Consórcio Novo Recife ou do Movimento Ocupe Estelita. O presidente do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Pernambuco (CAU-PE), Roberto Montezuma, uma voz que busca dar um tom de neutralidade

do texto, tem a fala reportada diretamente no discurso do jornal. Também é usada uma citação direta de fala do prefeito Geraldo Julio. No trecho “aprovado na gestão municipal anterior”, é possível perceber que o texto busca afastar a responsabilidade do prefeito Geraldo Julio em relação à aprovação do projeto imobiliário.



**Figura 37:** Texto 20, Coluna JC nas Ruas  
*Jornal do Commercio*, 17 de junho de 2014  
**Fonte:** Arquivo Público de Pernambuco

O tom de amenização em relação à reponsabilidade da Prefeitura do Recife, em especial do prefeito Geraldo Julio, sobre a aprovação do projeto Novo Recife, se repete no texto “Geraldo, o negociador”, veiculada também no dia 17 de junho de 2014 no *Jornal do Commercio*, ao lado da matéria “PCR define 30 dias para novas regras”. De acordo com o colunista Jorge Cavalcanti, que assinava a coluna, “Geraldo Julio parece ter agido certo, mesmo que tardiamente”.

O colunista ainda considera que a ocupação do terreno por integrantes do Movimento Ocupe Estelita – cujas pautas levantadas e atividades ocorridas nos dias de ocupação



permaneciam sem aparecer nos jornais – representava o “ápice da polêmica”. De acordo com Maingueneau (2005), polêmica é algo que se instala no discurso quando há coexistência, em um mesmo espaço discursivo, de dois polos em torno dos quais se estruturam formações discursivas oponentes. Assim, polemizar é tentar falsear a fala do outro, desqualificando o discurso do adversário em uma situação onde duas posições antagônicas se confrontam. Apesar de usar a noção discursiva de polêmica, o colunista – ou a cobertura feita pelo jornal sobre o assunto – não esclarece em quais pontos os discursos divergem ou quais são os argumentos usados pelos “polos oponentes”.

Além disso, ao se referir à “polêmica” e à “ocupação” sem esclarecer ou dar cobertura à ela, o jornal recorre à pressuposição. Como não fez ele próprio a cobertura da ocupação no Cais José Estelita, o jornal pressupõe que o leitor sabe do que se tratam e que ele se informou ou tem conhecimento sobre a ocupação por outros meios. Segundo Fairclough (2001), pressuposições são proposições que são tomadas pelo(a) produtor(a) do texto como já estabelecidas ou “dadas”. Assim, quando afirma “ápice da polêmica”, o produtor do texto pressupõe que o leitor sabe que existiu um desenrolar de um conflito entre dois polos, cujo “ápice” foi a ocupação do terreno. No texto, há ainda a expressão “contornos radicais”. O colunista também não deixa claro de qual ou quais partes do “conflito” haveria uma postura “radical”, ou seja, há uma pressuposição de que o leitor saiba que a divergência apresentou “contornos radicais”. Fairclough (2001, p.156) observa que a pressuposição deve ser observada pelo analista crítico:

Dentro de uma perspectiva intertextual da pressuposição, o caso em que a proposição pressuposta constitui realmente algo tomado como tácito pelo(a) produtor(a) do texto pode ser interpretado em termos de relações intertextuais com textos prévios do(a) próprio(a) produtor(a) do texto pode ser interpretado em termos de relações intertextuais com textos prévios do(a) produtor(a) do texto. (...) Deve ser observado que as pressuposições, quer sejam baseadas em textos anteriores do(a) produtor(a) do texto, quer em textos de outros, podem ser manipulativas assim como sinceras. (...) As pressuposições são formas efetivas de manipular as pessoas porque elas são frequentemente difíceis de desafiar. Um entrevistado, em uma entrevista da mídia, que desafia uma pressuposição em uma pergunta do(a) entrevistador(a), pode parecer facilmente como quem está se esquivando do problema. As pressuposições manipulativas também requerem sujeitos interpretantes com experiências e suposições particulares em textos anteriores e, assim fazendo, elas contribuem para a constituição ideológica dos sujeitos.

Assim, por afirmar que o “ápice da polêmica” foi a ocupação do terreno e, no mesmo texto, deixar a informação de que houve “contornos radicais”, o texto apresenta pressuposição manipulativa, pois leva o leitor(a) a entender que os ocupantes eram os “radicais”.



**Figura 38:** Texto 21, Matéria “Redesenho do plano de obras”

*Folha de Pernambuco*, 17 de junho de 2014

**Fonte:** Arquivo Público de Pernambuco

Apesar de não ter feito cobertura da ocupação do Cais José Estelita, a *Folha de Pernambuco* também só mencionou o ato em matéria sobre a reunião convocada pela Prefeitura do Recife. Na matéria “Redesenho do plano de obras”, o jornal foi pautado por uma agenda governamental. A partir da análise dos textos publicados nos jornais analisados, é possível perceber que a cobertura jornalística sobre o Cais José Estelita se baseou em pautas da Prefeitura do Recife e do Consórcio Novo Recife. Raras foram as ocasiões em que a agenda do Movimento Ocupe Estelita pautou os jornais. Mesmo quando pautou, os porta-vozes do movimento são menos citados, citados com menos credibilidade e, se são citados, suas opiniões são contrabalanceadas com falas “neutros” de especialistas ou de um representante da prefeitura.

Neste texto, a *Folha* não apresenta uma citação direta de integrantes do Ocupe Estelita, mas afirma que “está fora de acordo a saída dos deles do local, que temem pelo início das obras na surdina (*sic*)”. Ao mesmo tempo em que afirma que alguns pontos da discussão são inconciliáveis e “fora de acordo” no parágrafo em que cita “os manifestantes”, o texto informa que “a assessoria do consórcio Novo Recife informou que está aberta a novas ideias

para obras no local, e que aguardará as sugestões”. Ao apresentar o Consórcio Novo Recife como “aberto a novas ideias” e que os integrantes do Movimento Ocupe Estelita não discutem determinados pontos, o jornal apresenta os empresários como democráticos e abertos ao diálogo, enquanto que os manifestantes seriam contrários à conversa.



Figura 39: Texto 22, Matéria “Tumulto, prisões e feridos”

Jornal do Commercio, 18 de junho de 2014

Fonte: Arquivo Público de Pernambuco

Um dia depois de publicar que a Prefeitura do Recife fixou um prazo de 30 dias para que o Consórcio Novo Recife redesenhasse o projeto para a área do Cais José Estelita, o *Jornal do Commercio* veiculou, em 18 de junho de 2014, a ação da Polícia Militar de desocupação do terreno, ocupado por integrantes do Movimento Ocupe Estelita desde 21 de

maio daquele ano. No título, o *JC* resumiu o evento noticiado com os substantivos “Tumulto, prisões e feridos”.

Em linhas gerais, os títulos sintetizam as principais informações e tema central da matéria jornalística. Hierarquicamente, os títulos aparecem em posição superior e com letras maiores em relação ao texto. De acordo com van Dijk (1998), o título de uma reportagem noticiosa está no topo da macroestrutura do texto e tende a ser expresso primeiro. Segundo ele, os títulos são priorizados e evidenciados na estrutura do texto. Na análise do autor, a estrutura textual é dividida em “resumo” (título, *lead* e conclusão) e “corpo principal” (citações, contextualização e acontecimentos relacionados).

De acordo com Medina (1988), o título é uma forma de motivar o leitor. Ele afirma que esse recurso textual “anuncia a notícia e resume seu conteúdo, além de dar aspecto atraente à página do jornal e ter valor editorial, pois indica a importância relativa da notícia. Os títulos e manchetes emitem opinião, uma vez que a notícia atribui um sentido ao fato. E o título, ao refleti-lo indica uma tendência” (MEDINA, 1998, p. 35). Ao resumir a desocupação do terreno com as palavras “tumulto”, “prisões” e “feridos”, o *JC* usa um vocabulário que remete à guerra.

Ao retratar o fato como um embate entre integrantes do Movimento Ocupe Estelita e a Polícia Militar e não ouvir o Consórcio Novo Recife na matéria, o jornal usa uma estratégia discursiva que envolve os integrantes do MOE e o governo do estado no “tumulto”, mas, ao mesmo tempo, isenta as empresas do consórcio imobiliário, que sequer são citadas.

No texto, que ocupou uma página inteira e colorida do jornal, são retratadas oito vozes, sendo cinco favoráveis ao Movimento Ocupe Estelita e duas de representantes de órgãos do governo do estado. Nenhum representante do Consórcio Novo Recife foi ouvido. O *JC* recorreu ainda ao “povo fala”, onde duas integrantes do movimento, feridas após a ação da polícia, têm suas falas incluídas com destaque pelo jornal. Em jornalismo, o povo fala, também chamado de fala-povo, é um recurso em que entrevistas feitas com mais de uma pessoa – uma de cada vez –, que repercutem determinado assunto, aparecem em espaço fisicamente separados do texto na página.

A polifonia é uma estratégia discursiva que o jornalista pode utilizar como uma forma de se redimir de uma eventual culpabilidade frente a um tema polêmico e ainda para dar maior credibilidade ao texto, usando o argumento de autoridade e outras estratégias polifônicas. De acordo com o *Manual de Redação da Folha de S. Paulo*, reproduzir declarações textuais “confere credibilidade à informação, dá vivacidade ao texto e ajuda o

leitor a conhecer melhor o personagem da notícia” (2008, p.39). Nesta pesquisa, porém, buscamos estabelecer uma relação entre as vozes que aparecem no texto e a questão do poder.

Em linhas gerais, a polifonia traz para um texto diversas vozes. Para Bakhtin (2006), todo discurso é polifônico, pois se tece em um jogo de várias vozes que se cruzam, se complementam, concorrem entre si ou se contradizem. Nessa perspectiva, todo discurso é dialógico e polifônico porque, mesmo sendo um “eu” que tece esse discurso, ele está ligado a discursos anteriores ou antecipa discursos posteriores, estabelecendo uma relação de intertextualidade com esses enunciadores e com o público a que se destina (“tu”/“o outro”), também presente na construção textual. Dessa forma, é possível notar que a polifonia na matéria jornalística não é apenas a inclusão de uma voz no texto, mas está ligada a um processo no qual a escolha de um determinado trecho de uma fala, de uma determinada fonte ou de um determinado discurso implica uma prática social, ou seja, como já foi frisado neste trabalho, revela posições ideológicas.



Figura 40: Texto 23, Matéria “Praça de guerra no Cais Estelita”

Folha de Pernambuco, 18 de junho de 2014

Fonte: Arquivo Público de Pernambuco

Também no dia 18 de junho de 2014, a *Folha de Pernambuco* noticiou o fato. Com o título “Praça de guerra no Cais Estelita”, veiculada em uma página inteira colorida do caderno Cotidiano, o jornal adotou postura mais incisiva contrária aos integrantes do Movimento Ocupe Estelita. Isso pode ser observado no subtítulo do texto, em que o veículo escreve que “manifestantes **enfrentaram** policiais e **deflagraram caos** no entorno”. Ao usar o verbo enfrentar, que significa “desafiar”, “afrontar”, o jornal coloca nos manifestantes a culpa pelas consequências da ação da polícia.

Os ativistas são ainda culpabilizados pelo jornal pela criação do “caos” no entorno. A *Folha de Pernambuco* afirma que “**exaltados**, grupos contrários ao projeto imobiliário bloquearam o trânsito”. Com isso, os integrantes do Movimento Ocupe Estelita passam a ser entendidos como inimigos; culpados pelos contratempos no trânsito e como usurpadores do direito de ir e vir. A ênfase no direito de “ir e vir” como mais importante que outros direitos fundamentais, como o de livre-expressão, de manifestação e de acesso à terra, por exemplo, pode ser observada no box “Folha Resume”, em que o jornal resume, em um espaço destacado na página, a notícia:

Ontem, às 5h, oficiais de justiça cumpriram a reintegração de posse de um terreno do Cais José Estelita. A **resistência** dos ocupantes **gerou embates** com a polícia. O **trânsito** no local **engarrafado** durante todo o dia. Várias entidades se manifestaram sobre o episódio, que abriu discussão sobre a ocupação do solo na Capital (FOLHA DE PERNAMBUCO, Cotidiano, p. 3, 18 jun. 2014, *sic*).

É como se outras garantias legais, como o direito à greve ou mesmo o direito à moradia (um direito humano fundamental e um dos pontos da pauta do Movimento Ocupe Estelita), ficassem relegadas a segundo plano sob o viés neoliberal do jornal. Com foco no trânsito que ficou congestionado, no “caos” instalado na cidade, a *Folha de Pernambuco* reforça os interesses oportunos à defesa da “ordem pública”. Apesar de ter representado por discurso direto falas de um integrante, de uma advogada do MOE e de ter mencionado que a Anistia Internacional e outros órgãos, como Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e Ministério Público Federal (MPF), reprovaram a forma como a Polícia Militar agiu na desocupação, o jornal mantém o discurso favorável ao Consórcio Novo Recife e contrário ao Movimento Ocupe Estelita, como pode ser observado nos seguintes trechos:

- (1) Segundo a assessoria da PM, **teria ocorrido uma negociação** e foi dado um prazo para que todos os integrantes do Movimento Ocupe Estelita saíssem do espaço.

Devido à **resistência dos ocupantes**, houve **confronto** e, pela manhã, o saldo foi de quatro pessoas detidas e três feridas, entre elas uma grávida.

- (2) O **confronto**, que causou **transtornos na área de mobilidade** em toda a região do entorno e na saída de Boa Viagem só terminou por volta das 18h, quando as cerca de 200 pessoas que estavam no Estelita para dar apoio ao protesto, foram dispersadas.
- (3) A situação **voltou a ficar tensa** quando um caminhão carregado de banheiros químicos entrou na área por volta das 10h. Além do veículo com os objetos, cerca de 100 trabalhadores entraram no espaço, entre eles, seguranças particulares. Alguns operários da construção civil também tentaram iniciar os trabalhos, mas foram **impedidos pelos manifestantes**. A polícia pediu reforço para **conter os ânimos**.
- (4) À tarde, **os manifestantes se concentraram na parte inferior do viaduto**, bem diante do portão lateral do terreno do Estelita. Nesse momento, **eles se irritaram** com um grupo de funcionários que trabalhavam para colocar tapumes na área. **Os manifestantes tentaram impedir, gerando um novo confronto**. Em seguida, **tiveram a ideia de dar “um abraço” simbólico** nos prédios e, com toda essa movimentação, **o tráfego na via ficou interrompido**. **Foi quando a Tropa de Choque entrou em ação**: disparou tiros de borracha e bombas de efeito moral e gás, deixando algumas pessoas feridas, inclusive jornalistas que faziam a cobertura do evento.

Pela forma como o texto foi construído, fica clara a tentativa de criminalizar e deslegitimar os integrantes e a culpá-los pelo transtorno no trânsito, pela forma como a Polícia Militar agiu e, portanto, pelas consequências da ação policiais, como o fato de algumas pessoas, “inclusive jornalistas que faziam a cobertura do evento”, terem ficado feridas. Trata-se de uma forma de enquadrar o movimento como “criminoso” e “inimigo público” pelo potencial de contravenção ou pelas consequências à ordem que trazem.

Um dia depois da publicação da ação de desocupação do terreno no Cais José Estelita, os jornais pernambucanos voltaram a publicar textos sobre o assunto, repercutindo desdobramentos do fato. No caso do *Jornal do Commercio*, a edição do dia 19 de junho de 2014 trouxe uma matéria de página inteira e colorida publicada na página 4 do caderno Cidades sobre uma denúncia feita por integrantes do Movimento Ocupe Estelita de racismo da

Polícia Militar. Com o título “Único levado para o Cotel é pobre e negro”, o jornal, pela primeira vez, publicou uma matéria principal em que a voz de representantes do Movimento Ocupe Estelita ganhou mais destaque que outras. No entanto, como nos textos publicados no dia anterior, o discurso do jornal não é desfavorável ao Consórcio Novo Recife, mas à Polícia Militar. Enquanto nas edições anteriores à desocupação do terreno, os jornais reportavam o antagonismo Consórcio Novo Recife x Movimento Ocupe Estelita, depois, essa “rivalidade” se tornou Movimento Ocupe Estelita x Polícia Militar.



Figura 41: Texto 24, Matéria “Único levado para o Cotel é pobre e negro”

Jornal do Commercio, 19 de junho de 2014

Fonte: Arquivo Público de Pernambuco



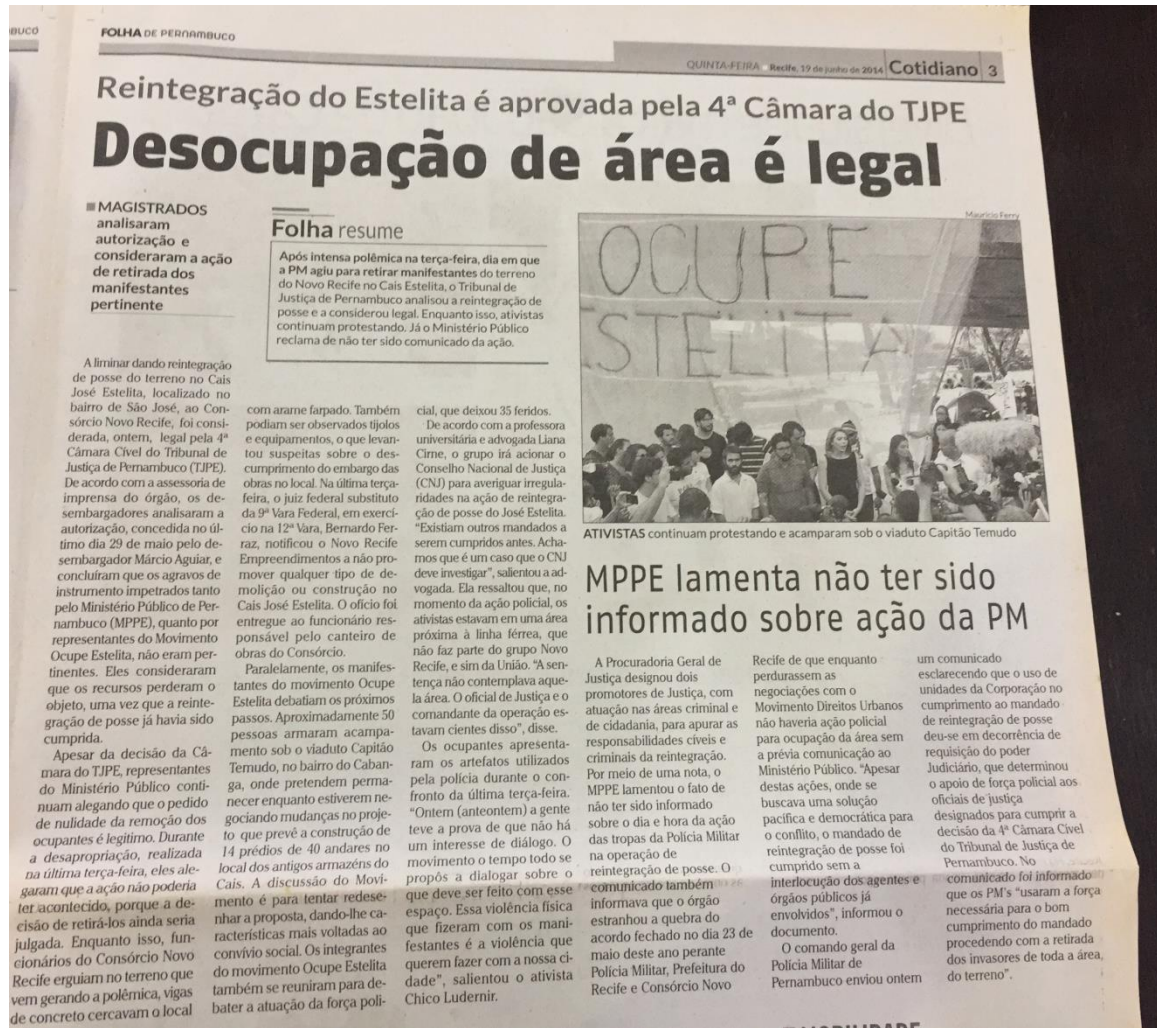
Apesar de representar por discurso direto as vozes de integrantes do Movimento Ocupe Estelita no texto e de ter usado a fala de uma delas como título da matéria, o jornal se distancia da voz do movimento e se coloca apenas como reprodutor de falas dos ativistas, como pode ser observado no seguinte trecho:

Militantes do movimento Ocupe Estelita denunciaram arbitrariedade e **suposto racismo** da Polícia Militar na prisão do desempregado Deivson Pereira da Silva, 19 anos, ocorrida na operação de reintegração de posse do Cais José Estelita, área central do Recife, na manhã da última terça-feira. Em coletiva ontem à tarde, na sede do acampamento, embaixo do Viaduto Capitão Temudo, próximo ao cais, os manifestantes alegaram que das seis pessoas detidas durante a remoção, cinco teriam sido imediatamente soltas e vão responder apenas por termo circunstanciado de ocorrência (TCO). **'As cinco eram brancas. Como é negro e pobre, Deivson foi encaminhado ao Cotel (Centro de Triagem Professor Everardo Luna)'**, denunciou a arquiteta Cristina Lino Gouvêa, uma das pessoas detidas no confronto de terça. A juíza Sandra Beltrão, da 9ª Vara Criminal do Recife, concedeu Liberdade Provisória a Deivson no fim da tarde de ontem. Até as 20h, ele não havia sido liberado (JORNAL DO COMMERCIO, Cidades, p. 4, 19 jun. 2014).

Outro trecho da matéria reforça o distanciamento do discurso do jornal do Movimento Ocupe Estelita é quando o jornal escreve que “durante a entrevista, integrantes do Ocupe Estelita gritaram palavras de ordem pela soltura de Deivson e garantiram que não havia coquetel molotov no acampamento, porque o movimento é de **'não violência'**”. Ao colocar o termo “não violência” entre aspas, o jornal se distancia dessa voz, demarcando que aquela fala não é da publicação, mas externa.

De acordo com Maingueneau (1997), o uso de aspas em um discurso como marca da polifonia só pode ser determinado fazendo-se referência ao seu modo de funcionamento e de contextualização do discurso representador, podendo funcionar como uma forma de se afastar da voz externa, de usar a autoridade de outra voz para confirmar sua posição ou para apresentar uma nova palavra. No caso deste texto do *Jornal do Commercio*, o uso da aspa serviu para distanciar a voz do jornal da do Movimento Ocupe Estelita, como se o jornal não concordasse que o movimento é pacífico.

Apesar de manter certo distanciamento do discurso do Ocupe Estelita, é possível observar que, após o episódio da reintegração de posse do terreno, o *Jornal do Commercio* se aproxima da fala dos integrantes do movimento, o que corrobora a posição dialética da Análise Crítica do Discurso sobre o discurso de que os sujeitos são moldados pelas práticas discursivas, mas também pode moldá-las.



**Figura 42:** Texto 25, Matéria “Desocupação de área é legal”

*Folha de Pernambuco*, 19 de junho de 2014

**Fonte:** Arquivo Público de Pernambuco

Enquanto o *Jornal do Commercio* publicou uma matéria com falas e denúncias feitas pelo Movimento Ocupe Estelita, a *Folha de Pernambuco* veiculou a matéria “Desocupação de área é legal”, representando mais vozes do meio jurídico para confirmar a tese de que a reintegração do terreno no Cais José Estelita aconteceu dentro da legalidade. O jornal se vale do discurso jurídico, que se reveste de uma aura de neutralidade para confirmar a posição de que não houve arbitrariedade na desocupação da área.

Segundo Brito (2008), o discurso jurídico é autoritário e tem uma tipologia própria, que é a do poder e da persuasão. A autora observa ainda que o discurso jurídico é monofônico, pois as vozes que naturalmente se mostram nos textos polifônicos são abafadas ou ocultadas sob a aparência de uma única voz:

O arquivo jurídico, por meio da circularidade imposta às leis em geral, busca criar uma ilusão de completude que vai se fortalecer no funcionamento desse discurso, procurando apagar o que lhe é exterior, tentando controlar a significação. É necessário, que se busquem outros textos que recuperem, na esfera externa, ou seja, nos intertextos, a polêmica disfarçada, o confronto, os choques sociais, para que se possa reconstruir o diálogo desaparecido no discurso autoritário (BRITO, 2008, p.11).

Assim, ao recorrer ao discurso jurídico, a *Folha de Pernambuco* remete a ele como neutro e verdadeiro, abafando outras vozes. Isso fica claro nos seguintes trechos da matéria:

- (1) “**A liminar** dando reintegração de posse do terreno no Cais José Estelita, localizado no bairro de São José, ao Consórcio Novo Recife, **foi considerada, ontem, legal** pela 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco.”
  
- (2) “**Os desembargadores analisaram** a autorização, concedida no último dia 29 de maio pelo desembargador Márcio Aguiar, **e concluíram que os agravos de instrumento** impetrados tanto pelo Ministério Público de Pernambuco (MPPE), quanto pelos representantes **do Movimento Ocupe Estelita, não eram pertinentes.**”

Dessa forma, o jornal invalida, a partir do argumento jurídico usado pelos desembargadores do Tribunal de Justiça de Pernambuco, os questionamentos feitos pelo Ministério Público de Pernambuco e do Movimento Ocupe Estelita, se colocando, então, ao lado “da Justiça” e, portanto, do Consórcio Novo Recife.

Depois das matérias sobre a desocupação do terreno no Cais José Estelita, os jornais passaram quase um ano sem publicar matérias sobre o impasse em relação à área. Em 18 de março de 2015, porém, o *Jornal do Commercio* veiculou um texto, intitulado “Na lista dos bens históricos”, sobre o fato de o Pátio Ferroviário do Cais José Estelita ter se tornado oficialmente um imóvel de valor artístico e cultural. De acordo com o jornal,

A área operacional do Pátio Ferroviário das Cinco Pontas, no Cais José Estelita, Centro do Recife, agora é oficialmente um imóvel de valor histórico, artístico e cultural. A decisão tomada pela Comissão de Avaliação do Patrimônio Cultural Ferroviário durante reunião no dia 28 de fevereiro foi homologada pela presidência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e publicada ontem no Diário Oficial da União. Com isso, a área, que é pública, não pode mais ser vendida nem alienada (JORNAL DO COMMERCIO, Cidades, p. 1, 18 mar. 2015).



# Na lista dos bens históricos

TRIMÔNIO Páio Ferroviário no Cabo José Estrelita, Centro do Recife, agora é oficialmente um imóvel de valor artístico e cultural

A área operacional do Páio Ferroviário das Cinco Pontas, no Cabo José Estrelita, Centro do Recife, agora é oficialmente um imóvel de valor histórico, artístico e cultural. A decisão foi tomada pelo Conselho de Atuação do Patrimônio Cultural em sessão realizada no dia 26 de fevereiro na sede da Prefeitura Municipal de Recife, em um ato público, onde mais de 100 pessoas estiveram presentes.

"A Comissão de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural da Prefeitura Municipal de Recife, em reunião realizada no dia 26 de fevereiro, decidiu declarar o Páio Ferroviário das Cinco Pontas, no Cabo José Estrelita, Centro do Recife, como bem de valor histórico, artístico e cultural. A decisão foi tomada pelo Conselho de Atuação do Patrimônio Cultural em sessão realizada no dia 26 de fevereiro na sede da Prefeitura Municipal de Recife, em um ato público, onde mais de 100 pessoas estiveram presentes.

O MPF quer incluir a área privada, onde está prevista a construção do projeto Novo Recife, com suas 12 torres. Em nota, o órgão informou que o plano urbano e público e está em fase de aprovação.

O Páio Ferroviário das Cinco Pontas faz parte de um conjunto de 400 imóveis pertencentes à antiga Rede Ferroviária Federal (RFFSA), agora em Função Social, a Companhia de Atuação do Patrimônio Cultural Ferroviário, responsável por manter o patrimônio ferroviário. Foi criada juntamente para defender que tenha a competência de manter a memória para garantir a qualidade do transporte urbano.

Atualmente, o Páio Ferroviário está sob o regime de Intervenção Nacional de Interesse de Transporte Público, que não o expõe a loteamento público.

**SUPER DESCONTOS**

**\* CHEVROLET TAMBAÍ \***

FINANCIAMENTO SEM IOF ANÁLISE DO BEM DE PELA TABELA FIPE TAXA 0%

ENTRADA 2X R\$ 2.990, +48 PARCELAS DE R\$ 599,00

WWW.TAMBAI.COM.BR

UNISAE I Av. Mal Mascarenhas de Moraes, 2224 - Imbuí (Recife) PE UNISAE II Av. Recife, 4000 - Est. Fátima (Mauá)

UNISAE I (81) 3797.8200 UNISAE II (81) 3797.8222

Figura 43: Texto 26, Matéria “Na lista dos bens históricos”

Jornal do Commercio, 18 de março de 2015

Fonte: Acervo Digital Jornal do Commercio

O jornal esclarece ainda que a área protegida não integra o terreno que pertencia ao Consórcio Novo Recife e afirma que “o MPF [Ministério Público Federal] quer incluir a área privada, onde está prevista a construção do **polêmico** projeto Novo Recife, com suas 12 torres”. Apesar de classificar o projeto como “polêmico”, o *JC* não contextualiza os fatos anteriores e, assim, recorre à pressuposição de que os leitores sabem por que o projeto recebeu o adjetivo.

política

# Novo Recife tem sinal verde

URBANISMO No mesmo dia, vereadores aprovam e prefeito sanciona projeto que libera o plano urbanístico para o Cais José Estelita

Karina Mesquita

Em uma votação tumultuada, que culminou com a aprovação do projeto de lei que libera o plano urbanístico para o Cais José Estelita, a Câmara de Vereadores do Recife aprovou, nesta terça-feira, o plano urbanístico para o Cais José Estelita, que inclui a construção de 22 prédios residenciais e comerciais de 12 a 28 andares, um sinal e ciclovias, entre outras obras para a área.

Após a aprovação, o prefeito foi regulamentar o projeto para o prefeito Geraldo Julio (PSB) que, apesar de se recusar em São Paulo, sancionou o documento e o projeto foi enviado ao Diário Oficial, e que pode ocorrer na edição de hoje. A votação aconteceu às 19h, com a presença de todos os vereadores. O projeto de lei foi aprovado por 22 votos a favor e nenhum contra, porque a oposição abandonou o plenário.

de 2014 (PPL), que dispõe sobre a gestão do urbanismo, que "o plano" e que ele vai dar "sinal verde" para o projeto. O plano urbanístico para o Cais José Estelita, que inclui a construção de 22 prédios residenciais e comerciais de 12 a 28 andares, um sinal e ciclovias, entre outras obras para a área.

Foram 22 votos a favor e nenhum contra, porque a oposição abandonou o plenário.

O presidente da Câmara também foi criticado porque foi o primeiro a votar em favor do projeto. Isso não impediu a aprovação do plano urbanístico para o Cais José Estelita, que inclui a construção de 22 prédios residenciais e comerciais de 12 a 28 andares, um sinal e ciclovias, entre outras obras para a área.



CÂMARA Membros do Grupo Urbanismo protestaram no estacionamento, um deles foi detido.

## Protesto e detenção após a votação

Mariana Araújo

Após a votação no plenário, os manifestantes continuaram a protestar no estacionamento da Câmara. Muitos deles chegaram de moto e também usaram capacetes. Eles chegaram a fazer o encerramento entre as ruas de Princesa e do Município em frente à Câmara, por 15 minutos, mas em seguida liberaram a via. O Instituto de Choque foi acionado pelo presidente da Câmara, Vicente Volante Gomes (PSB).

O clima ficou tenso depois que um manifestante, identificado como Daniel Vitor, foi detido durante a sessão de votação. O grupo não interrompeu a votação, mas se recusou a sair do estacionamento. O grupo não interrompeu a votação, mas se recusou a sair do estacionamento.

## Aprovaram o plano urbanístico

- Adriano Brito (PSB)
- Arlete Lima (PPS)
- Antônio Cavalcanti (PSB)
- Armando Santana (PSB)
- Amorim Veríssimo (PCB)
- Américo Carneiro (PPS)
- Augusto Carneiro (PV)
- Edmar de Oliveira (OD)
- Edson Roberto (PTC)
- Edson Pereira (PSB)
- Felipe Frazonier (PSB)
- Galvão Silva (PSB)
- João de Lima (PTN)
- Henrique Costa (OD)
- Marcelo de Brito (PSB)
- Marcos Marinho (DEM)
- Moisés Gomes (PSB)
- Companheiro Antônio (PTC)
- Vitor Lopes (PPS)
- Vitor André Gomes (PSB)
- Washington Figueiredo (PSB)
- Wladimir Brito (PSB)

## Se retiraram do plenário:

- Antônio Braga (PSB)
- André Luiz Nêto (PPS)
- Henrique João (PT)
- Roberto de Freitas (PT)
- João Brito (PT)
- Luiz Furtado (PT)
- Marcelo Araújo (PSB)
- Osmar Ricardo (PT)



## Assentos na votação

- Edson Roberto (PTC)
- Arlete Lima (PPS)
- Carlos Gomes (PTB)
- Steve Murray (PPS)
- Roberto de Freitas (PT)
- Roberto de Freitas (PT)

## Governistas negam atropelo na votação

Apesar das críticas de parlamentares oposicionistas e de manifestantes no plenário, o presidente da Câmara, Vicente Volante Gomes (PSB), procura rebaixar as críticas de que teria havido atropelo na votação da matéria. Ele afirma que não tem como reter o processo de votação do projeto e não se quer discutir o plano de governo, apenas o plano de governo, apenas o plano de governo.

Vicente Volante Gomes também nega ter sido um documento entregue pelo PSB afirmando que o projeto não foi aprovado. "Não chegou na minha mão. Quando chegou a votação, eu não estava ali. Chegamos no plenário com documentos, mas não sabia o conteúdo. Não podia usar do plenário. Representação do PSB não interfere no Legislativo. Diferença de opinião", afirmou.

COMISSÃO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE PERNAMBUCO - CREMER

Publicação em Diário Oficial

Ata de 12 de maio de 2015

Resolução de 12 de maio de 2015

12 de maio de 2015

UM PLANO QUE PENSA EM TUDO TAMBÉM PENSA EM UM MUNDO DIGITAL PARA FACILITAR A SUA VIDA.

Ative seu plano Amil através do aplicativo Amil. O Amil também tem a melhor rede especializada de hospitais, laboratórios e de médicos de todo o Brasil disponível no plano Amil Saúde e sua rede própria.

Amil, o plano mais completo do país. Escolha o seu.

Planos Amil em:

- Amil Saúde R\$ 126,75 por beneficiário por mês (preço médio)
- Amil Saúde R\$ 107,91 por beneficiário por mês (preço médio)
- Amil Saúde R\$ 17,00 por beneficiário por mês (preço médio)

Preços válidos até 31/5/2015

Plantão 24 horas: 2125-1000

Amil

Figura 44: Texto 27, Matéria “Novo Recife tem sinal verde”

Jornal do Commercio, 05 de maio de 2015

Fonte: Acervo Digital Jornal do Commercio

O destino do Cais José Estelita voltou a pautar os jornais em maio de 2015. Sem qualquer sinalização anterior nos veículos de comunicação ou na agenda política, o projeto Novo Recife foi aprovado pelos vereadores da cidade em uma sessão marcada às pressas na

Câmara Municipal do Recife. Com o título “Novo Recife tem sinal verde”, o texto veiculado em 5 de maio de 2015 pelo *Jornal do Commercio* informou que, “em uma votação tumultuada, que culminou com a saída dos nove integrantes da oposição do plenário, a Câmara de Vereadores do Recife aprovou, ontem à tarde, com 22 votos a favor e nenhum contra, um novo plano urbanístico para o Cais José Estelita”.

Depois de publicar matéria com o título “Sinal verde para obra em cais”, de 17 de abril de 2012, analisada anteriormente, o jornal voltou a usar a metáfora do semáforo de trânsito no verde, isto é, aberto, liberado para o Consórcio Novo Recife prosseguir. No texto de 2015, o *JC* ressalta a “pressa” dos políticos para aprovarem o projeto, como pode ser notado no seguinte trecho: “após a aprovação, o projeto foi rapidamente enviado para o prefeito Geraldo Julio (PSB) que, apesar de se encontrar em São Paulo, sancionou o documento a distância. A decisão foi enviada, ontem à noite, para publicação no Diário Oficial, o que pode ocorrer na edição de hoje”.

A arbitrariedade como a votação aconteceu também foi noticiada pelo jornal, que destacou que a voz de uma vereadora, contrária a votação, foi silenciada durante a sessão e que a imprensa não teve acesso à votação. De acordo com o *Jornal do Commercio*, “Vicente [o presidente da Câmara, Vicente André Gomes, PSB, do mesmo partido político do prefeito Geraldo Julio] vetou a fala de Isabella de Roldão (PDT), que alegava uma questão de ordem, declarando que 'já sabia' o que ela iria dizer. Isabella denunciou que a pressa em aprovar o projeto poderia estar ligada a um ofício que chegou ontem ao gabinete da presidência” e “todos os acessos ao prédio foram interditados pela guarda municipal, impedindo até a entrada da imprensa no recinto”.

Em uma matéria vinculada, intitulada “Governistas negam atropelo na votação”, o jornal deu voz ao presidente da Câmara dos Vereadores, Vicente André Gomes, e ao líder do governo, Gilberto Alves (PTN), que negaram ter havido “atropelo na tramitação da matéria”. Na segunda matéria vinculada, com o título, “Protesto e detenção após a votação”, o *JC* escreveu sobre a reação do Movimento Ocupe Estelita à sessão. Os argumentos dos integrantes, porém, não aparecem na matéria, que só apresenta uma voz ligada ao movimento. A fala, porém, não reflete as críticas feitas pelo Ocupe Estelita à votação, mas está relacionada à defesa de um integrante detido por racismo durante o protesto: “ele falou basicamente que a mulher negra é muito oprimida e que como mulher negra, ela também era oprimida diariamente. Foi basicamente isso, uma frase bem tranquila, Foi filmado. Foi uma manifestação de opinião”, informou o advogado Danilo Miranda, que acompanhava o grupo”.

# PCR sem assumir o Estelita

CAIS Vice-prefeito Luciano Siqueira cita 'herança' e diz que gestão não defende o projeto: "Nós não aprovamos, nós não apoiamos"

Paulo Viana  
jornalista

Pressionado por uma plateia que o xingou de 'covarde' e 'capacho de empreiteira', o vice-prefeito do Recife, Luciano Siqueira (PCdoB), deu uma declaração dúbia ao se referir à aprovação e sanção do plano urbanístico para o Cais José Estelita, após participar da abertura da 3ª Semana de Comunicação Pública de Pernambuco na UFPE. "Nós não aprovamos, nós não apoiamos. Eu não conheço ninguém na Prefeitura do Recife que tenha se recusado para defender esse projeto", disse, em referência ao projeto imobiliário Novo Recife, que prevê a construção de 11 torres residenciais e comerciais na área do Cais José Estelita, e que foi viabilizado pela aprovação pela bancada governista na Câmara Municipal dos novos parâmetros de construção para a área.

O vice foi alvo de um dos grandes acontecimentos ocorridos na aprovação do plano. No final da tarde, ativistas do Ocupa Recife estiveram em passeata do Parque II de Matão até o shopping Rêvele (até a maré alta). No início da manhã, a bancada governista da Câmara aprovou o plano em uma votação que foi vencida por 20 votos e, minutos depois, o prefeito Geraldo Julio (PSB) sancionou a nova lei ainda em São Paulo, onde compareceu.



ESTELITA Manifestantes saíram do Centro de Finanças protestando prefeito foi principal alvo

A declaração de Luciano ocorreu depois que ele classificou o Novo Recife como um "projeto" herdado pela gestão atual. No final de tarde, o vice-prefeito divulgou uma nota reclamando à lei. "Em nenhum momento em nossa gestão defendemos e construímos o projeto Novo Recife da forma como o encontramos", disse a texto, que não negou a lei anterior.

Luciano também disse que a rápida votação do projeto era um assunto interno da Câmara, sem interferência do Executivo e sugeriu que o questionamento fosse feito ao presidente da Casa, Vicente André Gomes (PSB). Ele também disse que a limitação sancionada pelo projeto é normal. "Qualquer projeto que é votado na Câmara e é aprovado, ele é sancionado. Não, a lei obriga que o prefeito sancione dentro de um prazo curtosíssimo", justificou.

Em nota, a prefeitura informou que a aprovação do plano urbanístico ocorreu em processo de amplo debate. Após a ocupação do terreno no Cais José Estelita, a PCR construiu um projeto de revitalização do Novo Recife que resultou na mudança do governo de alguns prédios e no uso misto dos edifícios.

A Rádior Jornal, o secretário de Planejamento Urbano, Arquitetura e Obras, disse que o conselho precisava apresentar as alegações ao representamento para que ele não se tornasse uma lei. A assessoria do Novo Recife afirmou que não há previsão para quando o redimensionamento será enviado para análise. Ele foi apresentado em setembro à imprensa.

## Passeata da Câmara até o shopping

Marilena Maranhão  
reportagem

Manifestantes ligados ao movimento Ocupa Recife compareceram ontem à Câmara do Recife para protestar contra a aprovação do projeto com um novo plano urbanístico para a região. Inicialmente, o Cais José Estelita, Cais de Santa Rita e Coburg, na área central da cidade. A passeata seguiu até o shopping Rêvele onde, há pouco, cerca de 200 manifestantes ocuparam o estacionamento.

A tarde enquanto no plenário da Câmara transcorria uma sessão normal, com as atividades do presidente Vicente André Gomes (PSB) e de vários membros da mesa diretora, em frente à Casa aconteciam dois movimentos concomitantes. Além da concentração da passeata pro-Recife, realizada pelas 103 professoras de nível municipal, profissionais civis e propôs de aderir à quantidade prevista de alunos por turma nos creches e escolas municipais de nível fundamental. Os dois grupos protestaram não ocupar as galerias da Casa, que estão vazias.

Os dois movimentos sentaram frente ao prédio da Câmara, quando os guardas municipais e policiais militares fecharam as portas, impedindo o acesso dos manifestantes à área do estacionamento da Câmara. Houve um meio de comunicação, sem maiores consequências, e em seguida os manifestantes saíram em passeata, em direção ao Cais José Estelita.

A PFI não divulgou estimativa do número de presentes. Pelos cálculos de alguns membros do Ocupa Recife, seriam cerca de três mil pessoas. Já uma vistoria policial que aconteceu há alguns minutos, identificou, aproximadamente, que seriam cerca de mil manifestantes, no início, e pouco mais de metade disso ao final da caminhada.

Apesar de causar transtornos - uma vez que a sessão ocorreu por volta das 10h, interrompendo o trânsito em vários pontos movimentados como Rua Francisco Imbeli, Avenida Conde de São Vito e Guararapes, viaduto do Chico Pinheiro e no próprio Cais José Estelita -, o clima durante o processo foi pacífico. Tentando pacificar os ânimos contra o projeto, Geraldo Julio, na abertura finalizou o ato prometendo que não permitiria a construção de mais torres residenciais.

Figura 45: Texto 28, Matéria “PCR sem assumir o Estelita”

Jornal do Commercio, 06 de maio de 2015

Fonte: Acervo Digital Jornal do Commercio

Um dia após a publicação da notícia sobre a aprovação do projeto Novo Recife na Câmara Municipal, o *Jornal do Commercio* veiculou, na editoria Política, uma matéria com a versão de representantes da Prefeitura do Recife sobre a sessão. Como resumido no subtítulo do texto, “o vice-prefeito Luciano Siqueira cita ‘herança’ e diz que gestão não defende o projeto: ‘Nós não aprovamos, nós não apoiamos’”. O próprio jornal classifica como “dúbia” a declaração do vice-prefeito, conforme trecho abaixo:

Pressionado por uma plateia que o xingou de 'covarde' e 'capacho de empreiteira', o vice-prefeito do Recife, Luciano Siqueira (PCdoB), deu uma **declaração dúbia** ao se referir à aprovação e sanção do plano urbanístico para o Cais José Estelita, após participar da abertura da 3ª Semana de Comunicação Pública de Pernambuco na UFPE. (JORNAL DO COMMERCIO, Política, p. 1, 6 mai. 2015).

Apesar de reportar à fala do vice-prefeito, cujas declarações sustentam todo o texto principal, o jornal não esclarece o motivo de ter classificado a fala como dúbia nem menciona episódios anteriores que responsabilizam a gestão municipal sobre a aprovação do projeto e

confrontam a declaração de Siqueira. O fato de o discurso jornalístico levantar suspeita sobre a fala do político, mas não esclarecer por que a afirmação dele é dúbia remete a Foucault, quando ele afirma que “sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar qualquer coisa (FOUCAULT, 1996, p. 8-9)”.



**Figura 46:** Foto do ato do Ocupe Estelita no RioMar

**Fonte:** G1 Portal de Notícias

A posição do Movimento Ocupe Estelita sobre a aprovação do projeto na Câmara aparece em uma matéria vinculada sobre uma passeata feita por integrantes do movimento até o shopping RioMar. De acordo com o *JC*, “a passeata seguiu até o shopping RioMar onde, já à noite, cerca de 200 manifestantes ocuparam o estacionamento”. No entanto, a passeata não foi encerrada no estacionamento do shopping, mas dentro do centro de compras, como mostra a figura 45; fato omitido pelo *JC*. Algumas lojas do shopping fecharam as portas<sup>41</sup>.

<sup>41</sup> De acordo com o portal de notícias G1 Pernambuco, do grupo Globo, que também noticiou o fato, “em assembleia, os manifestantes decidiram seguir para o Pina, na Zona Sul do Recife, e acabaram entrando no RioMar. Dentro do shopping, exibiram faixas contra o projeto e dançaram uma ciranda. Algumas lojas decidiram fechar as portas. ‘Escolhemos o RioMar porque o shopping representa uma exclusão social e defendemos a cidade para todos’, afirmou Leon Sampaio, membro do movimento Ocupe Estelita. ‘Isso é democracia, não



Vale ressaltar que o centro de compras pertence ao mesmo grupo empresarial do *Jornal do Commercio*, o JCPM, do empresário João Carlos Paes Mendonça, o que pode explicar o fato de a passeata até o shopping ocupar um espaço menor na página. Essa relação corrobora ainda com o pensamento de van Dijk (2015), quando ele afirma mais do que um simples porta-voz das elites, a mídia também é parte intrínseca da estrutura de poder social, cuja dimensão simbólica administra.

No texto, o jornal resalta ainda que o protesto causou “transtornos” na cidade. Assim, o *JC* deu mais espaço ao impacto da passeata no trânsito do que à pauta e às falas de integrantes do Movimento Ocupe Estelita, que não são reportadas no texto. O jornal, no entanto, reconhece que a manifestação foi pacífica:

**Apesar de causar transtornos** - uma vez que o ato aconteceu por volta das 18h, **atrapalhando o trânsito** em corredores movimentados como rua Princesa Isabel, Avenidas Conde da Boa Vista e Guararapes, viaduto das Cinco Pontas e no próprio Cais José Estelita -, o clima durante **o percurso foi pacífico**. Gritando palavras de ordem contra o prefeito Geraldo Julio, os ativistas finalizaram o ato prometendo que vão continuar buscando maneiras de prosseguir com suas reivindicações (JORNAL DO COMMERCIO, Política, p. 1, 6 mai. 2015).

Na edição do dia 8 de maio de 2015, o *Jornal do Commercio* publicou a matéria “Ocupe Estelita e DU no ataque ao prefeito”. Na matéria, o jornal coloca os integrantes do Movimento Ocupe Estelita e grupo Direitos Urbanos como agressores e o prefeito Geraldo Julio como vítima. Além disso, o *JC* recorre a uma metáfora derivada do discurso militarizado, ao afirmar que o prefeito “voltou a mira”, como se os ativistas fossem os “atiradores” e Geraldo Julio o “alvo”, conforme trecho abaixo:

O manifesto contra o Plano Específico do Cais José Estelita, SantaRita e Cabanga – aprovado e sancionado no dia 4 passado – **voltou a mira** para o prefeito do Recife, Geraldo Julio (PSB). Ontem, ativistas do Movimento Ocupe Estelita e do Grupo Direitos Urbanos organizaram passeata pelas ruas da cidade até a residência do prefeito, na Rua Neto Campelo, na Torre, Zona Oeste, onde **soltaram fogos, gritaram “Fora Geraldo”, picharam muros e montaram acampamento**. [...] O muro do edifício onde o prefeito mora foi **pichado** com a frase Ocupe Estelita. **Ovos e um spray de tinta foram arremessados** para a parte interna do prédio. **Tapumes** de um terreno em frente também **foram pichados, inclusive com palavrão** (JORNAL DO COMMERCIO, Capa Dois, p. 2, 8 mai. 2015).

---

registramos nenhum problema. Depois de eles saírem, as lojas tão reabrindo normalmente. A PM está acompanhando’, disse Tenório Maranhão, chefe de segurança do RioMar. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2015/05/ato-contra-plano-para-o-estelita-dura-5h-e-acaba-em-shopping-do-recife.html>>. Acesso em 10 jan. 2018.

# Ocupe Estelita e DU no ataque ao prefeito

**ATO** Integrantes de movimentos contrários ao projeto Novo Recife fazem passeata, picham muros com palavras de ordem e acampam em frente à casa do prefeito

O manifesto contra o Plano Específico do Cais José Estelita, Santa Rita e Cabanga – aprovado e sancionado no dia 4 passado – voltou a mira para o prefeito do Recife, Geraldo Julio (PSB). Ontem, ativistas do Movimento Ocupe Estelita e do Grupo Direitos Urbanos organizaram passeata pelas ruas da cidade até a residência do prefeito, na Rua Neto Campele, na Torre, Zona Oeste, onde soltaram fogos, gritaram “Fora Geraldo”, picharam muros e montaram acampamento.

No momento do manifesto, Geraldo Julio participava de solenidade no Tribunal de Contas do Estado (TCE), mas informou, por meio de sua assessoria, que iria voltar para casa normalmente.

“Nós participamos de reuniões e audiências públicas para rediscutir o projeto e no final vimos que era apenas uma simulação de democracia, o redesenho é fictício, continua desagregador”, argumentou Chico Ludemir, um dos membros do Ocupe Estelita. “Como sua aprovação já foi consumada pelo prefeito, entendemos que ele deve sair do cargo, pois não governa para os recifenses e não deve ser reeleito.”

O muro do edifício onde o prefeito mora foi pichado com a frase Ocupe Estelita. Ovos e um spray de tinta foram arremessados para a parte interna do prédio. Tapumes de um terreno em frente também foram pichados, inclusive com palavra.

A concentração começou às 16h, na Praça do Derby, onde os manifestantes cantaram, dançaram e customizaram camisas. Por volta das 17h30, policiais militares conversaram com líderes para se informar



**MANIFESTAÇÃO** Ativistas foram para a frente da casa do prefeito do Recife, Geraldo Julio. Muros foram pichados

sobre o percurso (não revelado) e pedir que se mantivessem pacíficos. “A intenção não é repreender, estamos aqui para fazer a segurança inclusive dos manifestantes, mas sempre é possível a infiltração de bademeiros”, salientou a subtenente Eneide Montes. Oito viaturas, sendo dois micro-ônibus, acompanharam o protesto.

Pouco depois das 18h, em pleno pico do trânsito, cerca de mil manifestantes, conforme a PM, saíram sem anunciar o destino, alegando “questão de segurança”. Ao fechar o cruzamento Agamenon Magalhães e Conde da Boa Vista, houve xingamentos dos motoristas e conflitos com manifestantes. Motociclistas subiram pela calçada. “Estavam tentando nos agredir, ameaçando se a gente avançasse. Tenho que chegar ao trabalho”, criticou o vigilante Carlos Augusto, 43. “Esse pessoal quer que aqueles galpões continuem abandonados, servindo para drogas? O projeto Novo Recife vai gerar empregos, recuperar a área”, acrescentou.

O grupo seguiu pelas Ruas Joaquim Nabuco, Visconde de Albuquerque e Conde de Irajá até chegar ao prédio do prefeito. No percurso, mascarados picharam muros e pregaram cartazes com #ForaGeraldo. Batedores de trânsito acompanharam, fechando as ruas para que o grupo seguisse em segurança. No fim da noite, moradores do prédio do prefeito jogaram ovos nos manifestantes. No fechamento desta edição, às 23h, cerca de 70 pessoas ainda estavam no local.

O projeto prevê a construção de 13 torres no Cais José Estelita, remodelação do sistema viário e implantação de equipamentos de lazer.

**Figura 47:** Texto 29, Matéria “Ocupe Estelita e DU no ataque ao prefeito”

*Jornal do Commercio*, 08 de maio de 2015

**Fonte:** Acervo Digital *Jornal do Commercio*

Além disso, o jornal criminaliza os integrantes do movimento, destacando frases como “o muro foi pichado” e “ovos e um spray de tinta foram arremessados”. Com isso, o *JC* condena o protesto, caracterizando os manifestantes como vândalos que atacam o patrimônio privado. A postura do *Jornal do Commercio* em relação à ocupação na rua do prefeito confirma a visão de Volanin (2008), para quem os veículos de comunicação, dominados pelas

classes dominantes, imprimem, com sua força de opressão ideológica, que as organizações sociais desagregam os sistemas social; político e econômico. Segundo o autor, em muitos casos o objetivo dos meios de comunicação é “criminalizar os movimentos sociais ou manifestações populares que vão aquém dos interesses de grupos que detém a concentração do poder e dos veículos de comunicação” (VOLANIN, 2008, p. 2).

O autor observa ainda que a criminalização dos movimentos de enfrentamento é histórica na mídia brasileira. Manchetes como “Pernambuco e Rio Grande do Norte agitados por um movimento subversivo de caráter extremista” (Folha da Manhã de 26 de novembro de 1935, sobre a Intentona Comunista) e “Férias ameaçadas – a supergreve nas escolas altera calendário” (Veja de 26 de junho de 1985, sobre uma greve de professores) indicam um processo de lutas sociais entre organizações de grupos sociais oprimidos e os sistemas dominantes, detentores dos meios de comunicação.

No sexto parágrafo do texto, o jornal apresenta a voz de um personagem<sup>42</sup> pego de surpresa pelo protesto para se posicionar sobre o fato. O *JC* enfatiza ainda que a passeata começou pouco depois das 18h, “em pleno pico do trânsito”, insinuando que o movimento foi planejado para atrapalhar o trânsito e criar caos na cidade. O personagem ouvido ainda é vitimizado, uma vez que é destacado que ele estava indo ao trabalho e teve o direito de ir e vir tolhido. O jornal usa ainda uma fala do personagem em que ele afirma que a área do Cais José Estelita está abandonada e “servindo para drogados”. Ao reproduzir o questionamento feito pelo motociclista, incentiva os leitores a apoiá-lo. O único personagem da matéria tem posicionamento contrário ao movimento, corroborando os argumentos desfavoráveis ao Ocupe Estelita e com a posição do jornal de criminalização do protesto e de defesa do projeto Novo Recife, como pode ser percebido neste trecho:

Pouco depois das 18h, **em pleno pico do trânsito**, cerca de mil manifestantes, conforme a PM, saíram sem anunciar o destino, alegando “questão de segurança”. Ao fechar o cruzamento Agamenon Magalhães e Conde da Boa Vista, **houve xingamentos dos motoristas e conflitos com manifestantes**. Motociclistas subiram pela calçada. **“Estavam tentando nos agredir, ameaçando se agente avançasse. Tenho que chegar ao trabalho”**, criticou o vigilante Carlos Augusto, 43. **“Esse pessoal quer que aqueles galpões continuem abandonados, servindo para drogados? O projeto Novo Recife vai gerar empregos, recuperar a área”**, acrescentou (JORNAL DO COMMERCIO, Capa Dois, p. 2, 8 mai. 2015).

---

<sup>42</sup> De maneira semelhante à literatura, o personagem de uma notícia ou reportagem ocupa papel fundamental no texto jornalístico. Como nos livros, trata-se de um componente da construção narrativa que altera e modifica os rumos de uma história. Geralmente são pessoas que de alguma forma se envolvem no fato. Considera-se que suas falas “humanizam” o texto, aproximando o acontecimento do leitor através do testemunho.

# Acampados saem da rua do prefeito

**DECISÃO JUDICIAL** De forma pacífica, integrantes do Ocupe Estelita deixaram ontem o jardim do prédio do prefeito Geraldo Júlio onde estavam desde a última quinta-feira

**A** pós conversar com um oficial de Justiça e um representante da Ordem dos Advogados (OAB/PE), os ativistas do movimento Ocupe Estelita decidiram, ontem pela manhã, encerrar a ocupação em frente ao prédio onde mora o prefeito do Recife, Geraldo Julio, na Torre, Zona Oeste do Recife. Os manifestantes estavam acampados no local desde a última quinta-feira em protesto contra a aprovação do plano urbanístico para o Cais José Estelita, na área central da cidade. Na sexta-feira à noite, a Justiça determinou a “imediata desocupação da rua Neto Campelo, seu entorno e passeios públicos (...), incluindo todas as calçadas e faixas de rolamento”. O despacho foi assinado pelo juiz Djalma Andreilino Nogueira Júnior. Depois de sair da rua, os manifestantes saíram cantando, em caminhada pelas ruas do bairro.

Toda a movimentação dos participantes do Ocupe Estelita na manhã de ontem ocorreu de forma pacífica. De acordo com informações repassadas pelo oficial de Justiça, a conversa com os acampados foi tranquila. Os ativistas tinham até o meio-dia para deixar o local, mas as barra-



Ricardo B. Labastier/JC Imagem

**DESMONTANDO ACAMPAMENTO** Manifestantes deixam local obedecendo decisão da Justiça

cas foram desmontadas antes do prazo.

O único incidente registrado até o meio-dia (hora de fechamento do jornal) foi a discussão entre um homem não identificado e um dos manifestantes. O rapaz passou de bicicleta e agrediu verbalmente os manifestantes. O homem se desentendeu com um dos ativistas e os dois entraram em luta corporal. O

conflito foi rapidamente solucionado pela Polícia Militar e o homem foi conduzido para a Central de Flagrantes por resistência policial.

Na manhã de ontem, pouco depois das 8h, o secretário de Assuntos Jurídicos da Prefeitura do Recife, Ricardo Correia, concedeu entrevista coletiva sobre o processo de desocupação que viria a acontecer em segui-

da. A ordem de desocupação foi solicitada pela Prefeitura do Recife. A Justiça acatou o pedido e expediu a determinação na noite de sexta-feira. “A pedido do prefeito, a ação foi deixada para ocorrer hoje (ontem) de manhã”, afirmou o secretário. Embora estivesse no edifício sede da Prefeitura do Recife, no Cais do Apolo, o prefeito Geraldo Julio não participou da coletiva.

**Figura 48:** Texto 30, Matéria “Acampados saem da rua do prefeito”

*Jornal do Commercio*, 10 de maio de 2015

**Fonte:** Acervo Digital *Jornal do Commercio*

A saída dos integrantes do Movimento Ocupe Estelita da rua onde mora o prefeito Geraldo Julio foi noticiada pelo *Jornal do Commercio* dois dias depois, em 10 de maio de 2015. O texto intitulado “Acampados saem da rua do prefeito”, veiculado na editoria Cidades,

informou que “de forma pacífica, integrantes do Ocupe Estelita deixaram ontem o jardim do prédio do prefeito Geraldo Julio onde estavam desde a última quinta-feira”.

O grupo acampou em frente ao edifício onde morava o prefeito do Recife até que ele aceitasse se reunir com representantes do movimento. Os integrantes do Ocupe Estelita pediam ainda o cumprimento das pautas propostas pela sociedade civil organizada. As reivindicações feitas pelo movimento, porém, não foram citadas pelo jornal. De acordo com o Direitos Urbanos, foram solicitadas a incorporação ao projeto de lei medidas como (a) determinação de uma cota de habitação de interesse social como contrapartida obrigatória de grandes empreendimentos na área; (b) ampliação da área do plano para incluir toda a Ilha de Antônio Vaz ou, pelo menos, o território que vai do Cais José Estelita até as margens do Capibaribe; (c) proteção como Imóvel Especial de Preservação dos imóveis na área do Estelita; (d) redução significativa do gabarito dos novos empreendimentos na área com a finalidade de preservar a paisagem e a harmonia do *skyline* (horizonte) do bairro de São José; (e) previsão de comércio popular na área, inclusive com a implementação de novos mercados públicos; (f) redução drástica das vagas de estacionamento obrigatórias ou permitidas com desconto no coeficiente de utilização.

Uma carta aberta, dividida em cinco pontos e veiculada pelas redes sociais em 2015, explicava as críticas do grupo ao projeto e as motivações dos atos contrários a aprovação do Novo Recife<sup>43</sup>:

1. Ausência de estudos preliminares obrigatórios, como um estudo aprofundado da mobilidade na área, incluindo a análise dos impactos no sistema de transporte público da região; um levantamento detalhado sobre o patrimônio histórico existente na área; um estudo sobre os efeitos dos empreendimentos previstos sobre o preço do solo e o risco de expulsão da população de baixa renda, dentre outros.
2. O projeto de lei não levou em consideração precauções quanto ao patrimônio histórico-cultural já reconhecido na área e uma das principais motivações para as manifestações que aconteceram. Não houve escuta do Iphan, que inscreveu a área operacional do Pátio Ferroviário no registro da Memória Ferroviária Brasileira. Não se levou em consideração a candidatura do Forte das Cinco Pontas a Patrimônio da Humanidade e o impacto que empreendimentos na área poderiam ter sobre ela. Não houve o reconhecimento do significado cultural inequívoco das edificações remanescentes na área do Cais, significado

---

<sup>43</sup> Disponível em <<https://direitosurbanos.wordpress.com/category/documentos/>> Acesso em 11 jan 2018.

que se tornou ainda mais forte e arraigado na memória da cidade depois dos #OcupeEstelitas e da ocupação do interior do Cais, chegando a juntar mais de dez mil pessoas.

3. O projeto de lei passou por cima do Plano Diretor, permitindo na área do Estelita uma área construída quase três vezes maior do que a do Plano Diretor e reduzindo a taxa de solo natural de 50% para 10%. Pior do que isso: o Plano se choca com as diretrizes que decorrem da definição daquela área como uma Zona de Ambiente Natural e também com os objetivos previstos pelo Plano Diretor para esse tipo de plano específico, que incluem “promover a inclusão sócio-espacial” (art. 194, II) e “reabilitar e conservar o patrimônio histórico da cidade” (art. 194, IV). Todo esse desacordo com a lei que a Constituição Federal prevê como o instrumento básico da política urbana (art.182, §1º) torna inconstitucional o projeto de lei apresentado.
4. O artigo 22 do projeto de lei em questão, ao permitir a construção de empreendimentos aprovados antes desta lei conforme os parâmetros da lei vigente à época, concede ilegitimamente ao empreendedor um direito adquirido de construir não reconhecido no ordenamento jurídico nacional, conforme reiterado pronunciamento do STF. Mas, de forma mais grave, dá ao empreendedor a capacidade de implodir unilateralmente um longo processo de participação e de planejamento da cidade, tornando o presente projeto de lei um pedaço de papel sem valor.
5. O processo de discussão no Conselho da Cidade foi feito de forma irregular, descumprindo diversas previsões regimentais, como a necessidade de discussão do plano e das contribuições da audiência pública em uma Câmara Técnica, ocasião na qual as propostas da sociedade poderiam ser de fato incorporadas ao plano. Mas isso não aconteceu e o plano foi aprovado às pressas, da forma como a Prefeitura e o mercado imobiliário queriam, tratando a participação popular na gestão urbana, que deve se fazer presente desde o momento de diagnóstico e elaboração do plano, apenas como uma formalidade incômoda.

Nenhum desses pontos foi esclarecido pelas matérias de cobertura do protesto em frente ao prédio onde morava o prefeito Geraldo Julio. Com isso, o jornal dava a entender que se tratava de “rebeldes sem causa”, já que as motivações do movimento não eram esclarecidas. Na matéria sobre a saída da rua, nenhum dos integrantes do Movimento Ocupe Estelita foi ouvido. São citados por meio do uso de aspas uma fala do secretário de Assuntos

Jurídicos do Recife, Ricardo Correia, e um trecho da decisão judicial assinada pelo juiz Djalma Andreino Nogueira Junior, que ordenou o encerramento da ocupação.

**Jornal do Commercio** inclui esportes

**Editorial**  
 Assessor: Mariana Galvão Galvão (mariagalvao@jornal.com.br)  
 Redação: Mariana Galvão Galvão (mariagalvao@jornal.com.br)  
 Foto: Roberto Soares (robertos@jornal.com.br)  
 www.jornal.com.br/contato  
 Telefone: (51) 3411-1111

**Recife | 1º de outubro de 2015 | quinta-feira**

# Novo Recife alvo da PF

**OPERAÇÃO** Consórcio é acusado pela Polícia Federal de participação em fraude no leilão que arrematou terreno no Cais José Estelita

**Roberto Soares**  
 robertos@jornal.com.br

**Paulo Vieira**  
 paulov@jornal.com.br

**TERRENO** Alvo da investigação da Polícia Federal, o terreno no Cais José Estelita, em Recife, foi arrematado em um leilão realizado em 2008. A Prefeitura de Recife alega que o terreno foi vendido para a Caixa Econômica Federal (CEF) por meio de uma fraude. A Prefeitura também alega que a CEF não realizou a obra prometida e que o terreno está sendo ocupado por moradores de rua.

**CEF vai ser investigada pela polícia**

De alvo da investigação da Polícia Federal, pelo crime por equívoco, são o Consórcio Novo Recife e a Milan Latiões. Mas a Caixa Econômica Federal (CEF) também será investigada, segundo garantiram as delegadas responsáveis pelo inquérito. Foi a instituição financeira quem contratou o paulista Milton para mediar o leilão do terreno de 255 mil metros quadrados no Cais José Estelita, em Recife. "Essa situação é muito delicada e precisa ser investigada", afirmou a delegada Anderson Pinheiro.

Por isso, a CEF declarou que não se enquadra no conceito de instituição financeira legal da União no Brasil e que o processo licitatório realizado pelo banco não ocorreu dentro da legislação. De acordo com a legislação da época, a instituição financeira tem o direito de vender por meio de leilão os terrenos que o banco não consegue vender. O terreno em questão foi arrematado pela Prefeitura de Recife e a Prefeitura alega que a Caixa Econômica Federal não realizou a obra prometida e que o terreno está sendo ocupado por moradores de rua.

O Consórcio Novo Recife também está sendo investigado porque o leilão foi realizado em várias instâncias judiciais, sem que a Prefeitura tivesse sido notificada. O terreno em questão foi arrematado por meio de um leilão realizado em 2008. A Prefeitura alega que o terreno foi vendido para a Caixa Econômica Federal (CEF) por meio de uma fraude. A Prefeitura também alega que a CEF não realizou a obra prometida e que o terreno está sendo ocupado por moradores de rua.

Segundo as delegadas federais Carla Patrícia e Anaclara Pinheiro, que estão à frente do caso, os indicícios de fraude são evidentes. "O terreno, o loteamento do terreno, que deveria ter sido de 83 mil metros, segundo a Prefeitura de Recife, foi de 255 mil metros, ou seja, 300 por cento a mais. Além disso, todas as peças que foram produzidas durante o processo licitatório foram desvirtuadas. Devemos levar 30 dias e levantar oito dias. O terreno para o qual a Prefeitura de Recife fez o leilão não tinha mais nenhuma obra, mas a Prefeitura alega que o terreno foi vendido para a Caixa Econômica Federal (CEF) por meio de uma fraude. A Prefeitura também alega que a CEF não realizou a obra prometida e que o terreno está sendo ocupado por moradores de rua.

**A Investigação da Polícia Federal**

**Os envolvidos**

- Consórcio Novo Recife**  
 É o grupo que realizou o leilão de 2008. Não se habilitou ao leilão e comprou o terreno por R\$ 15 milhões.
- Milan Latiões**  
 Empresa sediada em São Paulo foi contratada pela Caixa Econômica Federal (CEF) para realizar o leilão do terreno que pertence à RFFSA, de 255 mil metros quadrados.
- Caixa Econômica Federal**  
 A CEF atua sob os auspícios de investigação da PF e da Operação Lava Jato. Foi a delegada Anderson Pinheiro que realizou o caso questionando que ela também será investigada porque foi responsável pelo contrato da Milan Latiões.
- Operação Lava Jato**  
 A CEF atua sob os auspícios de investigação da PF e da Operação Lava Jato. Foi a delegada Anderson Pinheiro que realizou o caso questionando que ela também será investigada porque foi responsável pelo contrato da Milan Latiões.
- Arquivos digitais**  
 Foram encontrados no site do Consórcio Novo Recife, em São Paulo, no endereço do Cais José Estelita, em Recife, e no site da Milan, em São Paulo.

**O que a PF busca**

- Provas, incluindo que comprovem o dolo (intenção) de envolvimento em fraude no leilão de 2008.
- Indícios de corrupção ativa (quem paga para obter o terreno).
- Indícios de corrupção passiva (quem recebe para dar o terreno).
- Indícios de tráfico de influência, inclusive pública, para beneficiar os envolvidos na investigação.
- Lista de documentos físicos.

**A Polícia Federal vai investigar a Justiça Federal e o conjunto de leilões promovidos no Rio de Janeiro, para garantir o recebimento do processo de R\$ 15 milhões do leilão.**

Figura 49: Texto 31, Matéria “Novo Recife alvo da PF”

Jornal do Commercio, 1º de outubro de 2015

Fonte: Acervo Digital Jornal do Commercio

Em outubro de 2015, após cinco meses sem publicar matérias relacionadas ao projeto Novo Recife, o *Jornal do Commercio* veiculou a matéria “Novo Recife alvo da PF”. Novamente, o jornal faz uso do termo “alvo” – depois de ter veiculado que o prefeito Geraldo Julio tinha se tornado “alvo” dos integrantes do Movimento Ocupe Estelita – para se referir à Operação Lance Final da Polícia Federal. No texto principal, assinado por dois jornalistas, informa que “o Projeto Novo Recife, que prevê a construção de um empreendimento imobiliário no Cais José Estelita, às margens da bacia do Rio Pina, no Centro do Recife, volta a ser alvo de polêmica. E, dessa vez, por suspeitas de prática criminal”. O assunto ocupou uma página inteira e colorida do jornal, sendo veiculados também uma matéria vinculada e um infográfico que resumia a operação da Polícia Federal.

Os integrantes do Movimento Ocupe Estelita já haviam denunciado a suspeita de fraude no leilão em que o terreno foi adquirido pelo Consórcio Novo Recife. Em 2014, o Ministério Público Federal (MPF) se posicionou contrário ao leilão, afirmando que a venda da área nunca poderia ter sido feita, uma vez que sempre que a União vai vender uma propriedade pública é necessário consultar outros órgãos que eventualmente tenham interesse na área. O jornal, porém, só noticiou a fraude no leilão quando a Polícia Federal deflagrou a operação. Na matéria, o *JC* não cita o fato de o Movimento Ocupe Estelita ter questionado, anos antes, a legalidade do leilão.

Em 2014, por exemplo, o blog *Direitos Urbanos* já havia publicado que o projeto Novo Recife “visa à construção de 12 torres empresarias e residenciais em uma área antes pública e – propositalmente – abandonada durante anos (da União e que foi arrematada por este consórcio, leilão, inclusive, questionado judicialmente, tanto pelo Ministério Público de Pernambuco quanto pelo Ministério Público Federal)<sup>44</sup>”. Além de não citar ou ouvir integrantes do Ocupe Estelita, o jornal informa que a Polícia Federal descobriu a fraude “por acaso”.

Os federais explicaram que descobriram a fraude no leilão **meio que por acaso**. Apuravam outro inquérito que investigava a legalidade da posse do terreno. Uma pessoa acionou o Ministério Público Federal alegando ser proprietária de parte do terreno leiloado e um inquérito foi instaurado. Na apuração, os policiais comprovaram que a área realmente pertencia à Rede Ferroviária Federal S.A (RFFSA), mas identificaram irregularidades no processo do leilão, gerando a abertura de um segundo inquérito, em março deste ano. Um laudo pericial foi elaborado pelos peritos da PF e é

---

<sup>44</sup> Disponível em: <<https://direitosurbanos.wordpress.com/2014/05/27/o-que-a-luta-pelo-direito-a-cidade-tem-a-ver-com-o-ocupe-estelita/>> Acesso em 11 jan 2018.



considerado a principal fundamentação da investigação (JORNAL DO COMMERCIO, Cidades, p. 1, 1º out. 2015).

JUSTIÇA

## Projeto Novo Recife é liberado

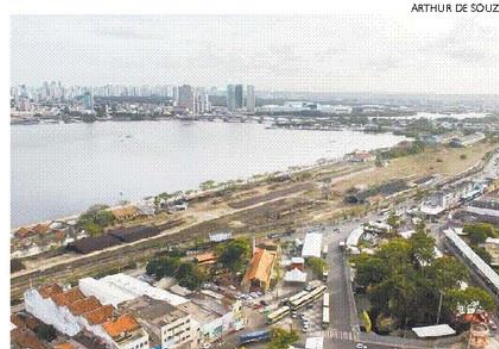
A Quarta Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF 5) atendeu, por unanimidade, às apelações do Consórcio Novo Recife, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e da União e revogou a sentença da 12ª Vara Federal da Seção Judiciária de Pernambuco, que declarou a nulidade do leilão do Pátio Ferroviário das Cinco Pontas, no Recife, impedindo o prosseguimento do licen-

ciamento da obra.

Para o relator da apelação, o juiz federal auxiliar da Quarta Turma, Ivan Lira, o Judiciário não pode ingressar no mérito do ato de tombamento, pois o Iphan não vislumbrou sua relevância histórica.

A Prefeitura afirmou que não lhe cabe tratar do assunto, por se tratar de um empreendimento privado. O Consórcio disse que reconhece a decisão favorável ao Novo Recife “com

a segurança de que sempre agiu dentro da legalidade em todas as etapas que circunscrevem o projeto”. Já o Iphan confirmou que o processo de tombamento foi arquivado no 1º Semestre de 2016 “de modo que a região não é tombada em nível federal”. “No âmbito do licenciamento ambiental”, ressaltou, “o Consórcio ainda tem que apresentar documentos ao Iphan referentes à pesquisa arqueológica na área”.



ARTHUR DE SOUZA

O Consórcio garante que agiu dentro da legalidade

**Figura 50:** Texto 32, Matéria “Projeto Novo Recife é liberado”

*Folha de Pernambuco*, 17 de novembro de 2017

**Fonte:** Acervo Digital Folha de Pernambuco

Anos após ter publicado a última matéria sobre o projeto Novo Recife, a *Folha de Pernambuco* veiculou, em 17 de novembro de 2017, notícia, na parte inferior da primeira página do caderno *Cotidiano*, sobre a decisão do Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF 5) de liberar o Consórcio Novo Recife para a construção das torres na área do Cais José Estelita. A matéria de três parágrafos não contextualiza os cinco anos de luta do Movimento Ocupe Estelita contra o empreendimento. A existência e as ações do grupo da sociedade civil sequer são citadas na matéria de aparência descritiva. Apenas o Iphan e o Consórcio Novo Recife têm as vozes representadas no texto.

Na legenda da foto, recurso que aparece em destaque na página, o jornal frisa que “o Consórcio garante que agiu dentro da legalidade”. Outras vozes que se contraponham à fala do consórcio – como o Movimento Ocupe Estelita, o Ministério Público de Pernambuco, o Ministério Público Federal, por exemplo – não foram usadas para compor o texto. O *Jornal do Commercio* não publicou matéria sobre a decisão do TRF5.

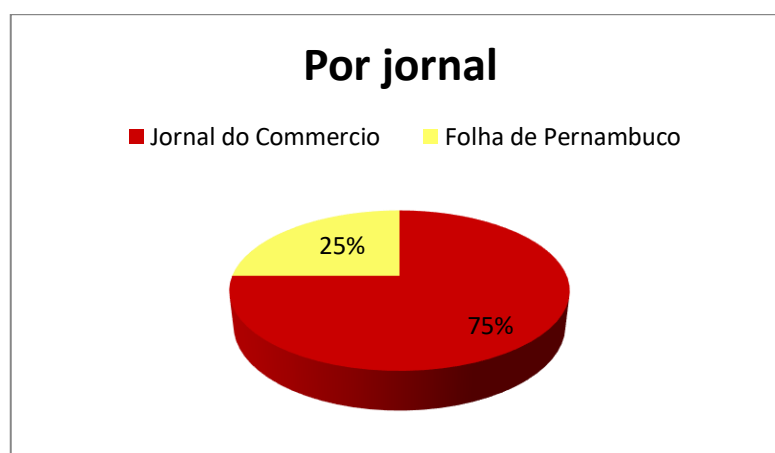
### 5.2 Análise da cobertura do *JC* e da *Folha* sobre o Movimento Ocupe Estelita

A cobertura sobre os desdobramentos do projeto Novo Recife ocupou dezenas de páginas dos jornais pernambucanos. Em cinco anos, a mídia local informou desde o lançamento do projeto, passando pelo seu impedimento, até a autorização dada pelo Tribunal

Regional Federal da 5ª Região (TRF 5), de novembro de 2017. O tema esteve mais presente nos jornais nos anos de 2012, quando foi anunciado; 2014, ano da demolição dos galpões, ocupação do terreno e ação de reintegração de posse, e 2015, quando o projeto foi aprovado na Câmara Municipal do Recife. Em 2016, nenhuma notícia foi publicada nos jornais analisados.

A maioria (75%) dos textos analisados, como pode ser visto no Gráfico 1, foi veiculada no *JC*. A diferença marcante entre o número de textos analisados de cada um dos jornais encontra explicação no fato de que a *Folha de Pernambuco* deixou de cobrir vários fatos relacionados ao assunto. Enquanto o *JC* cobriu o assunto desde que o projeto Novo Recife foi anunciado, como na matéria “Galpões no chão em até 30 dias”, de 29 de fevereiro de 2012, a *Folha* deu início a cobertura mais tardiamente. A primeira matéria, “#OccupyEverything #OcupeTudo”, foi veiculada em 12 de abril de 2012. Depois disso, o jornal só publicou outro texto, “Prefeitura aprova Novo Recife”, em 29 de dezembro de 2012.

A *Folha* deixou de cobrir, por exemplo, a saída da promotora Belize Câmara da Vara de Meio Ambiente do Ministério Público de Pernambuco; o início da demolição dos galpões; a inclusão da área operacional do Pátio Ferroviário das Cinco Pontas – no terreno do Cais José Estelita, vizinho ao local previsto para o projeto Novo Recife – na Lista do Patrimônio Cultural Ferroviário Brasileiro e o acampamento dos integrantes do Movimento Ocupe Estelita em frente ao prédio onde morava o prefeito Geraldo Julio.



**Gráfico 1:** Matérias analisadas por jornal

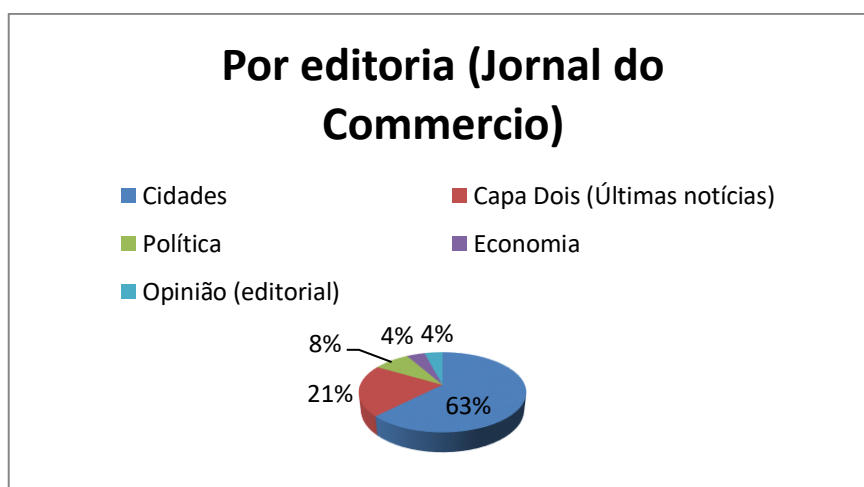
**Fonte:** Elaboração própria

Em relação à localização das matérias nos jornais, é possível perceber que a maioria foi veiculada nos cadernos Cidades e Cotidiano no *Jornal do Commercio* e *Folha de*

*Pernambuco*, respectivamente. Essas são as editorias destinadas aos assuntos locais, isto é, consideradas de interesse dos pernambucanos pelo critério jornalístico de proximidade. A maior parte das notícias veiculadas nesses cadernos é factual. De acordo com Silva (1996), as notícias factuais ganharam maior consistência e profundidade nos jornais no contexto posterior à Segunda Guerra Mundial. Foi no período posterior ao conflito que mudanças até hoje presentes no jornalismo impresso e passaram a impor uma forma diferente de fazer jornalismo, com a criação de três categorias básicas para as matérias: a informativa, a interpretativa e a opinativa. Assim, foram adotadas estratégias como a segmentação da informação. Foi ainda nessa conjuntura que aconteceu o processo de “cadernização” dos jornais, isto é, na segmentação de assuntos e, portanto, do público, em editorias.

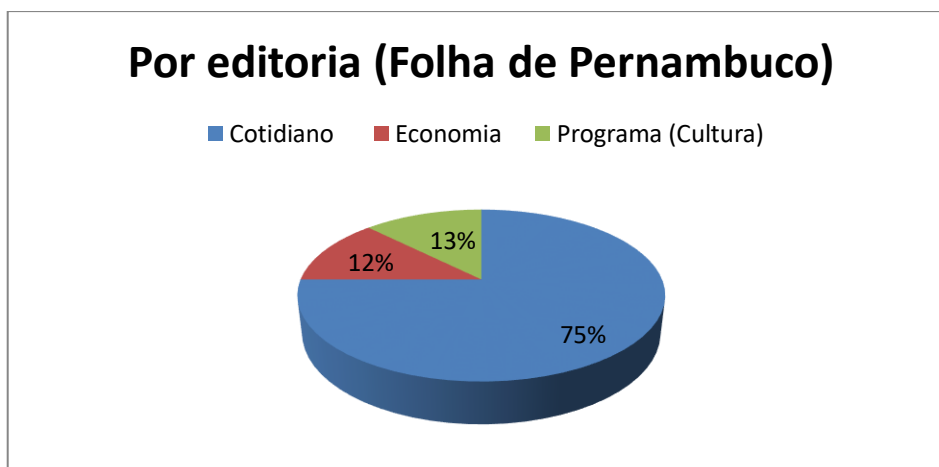
No *Jornal do Commercio*, como pode ser visto no Gráfico 2, os textos relacionados ao assunto ocuparam páginas dos cadernos de Cidades (63%), Capa Dois (21%), Política (8%), Economia (4%) e Opinião (4%). Já na *Folha de Pernambuco*, conforme o Gráfico 3, 75% das matérias foram publicadas no caderno Cotidiano (equivalente ao de cidades do *JC*). Foram localizadas ainda matérias nos cadernos Programa (cultura) e Economia.

A publicação da maioria das matérias no caderno de Cidades ou Capa Dois – onde são veiculadas as últimas notícias que chegam à redação, geralmente relacionadas a fatos ocorridos à noite e que, inicialmente, poderiam ter sido publicadas em qualquer editoria do jornal – denota que os jornais fizeram prevalecer o critério de localização geográfica para a veiculação dos textos nesses espaços. A baixa presença – ou ausência no caso da *Folha* – de matérias no caderno de política revela o distanciamento imposto pelos jornais do debate proposto pelo Movimento Ocupe Estelita da esfera política.



**Gráfico 2:** Matérias analisadas por editoria (JC)

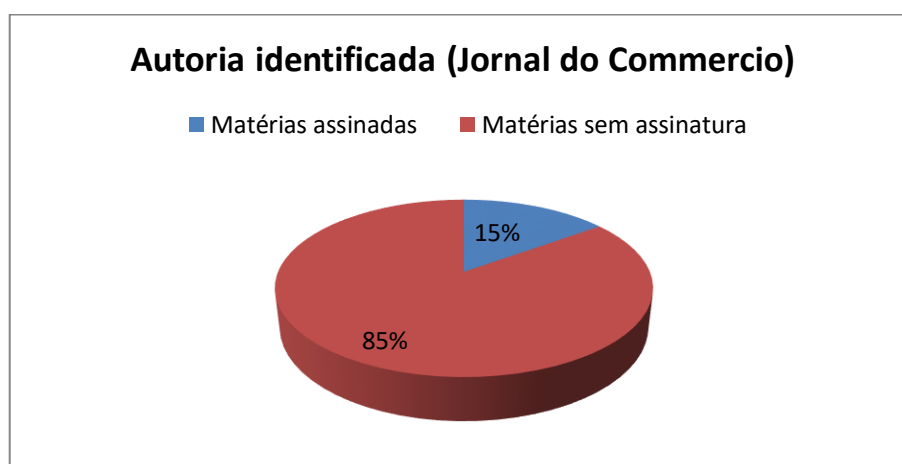
**Fonte:** Elaboração própria



**Gráfico 3:** Matérias analisadas por editoria (Folha)

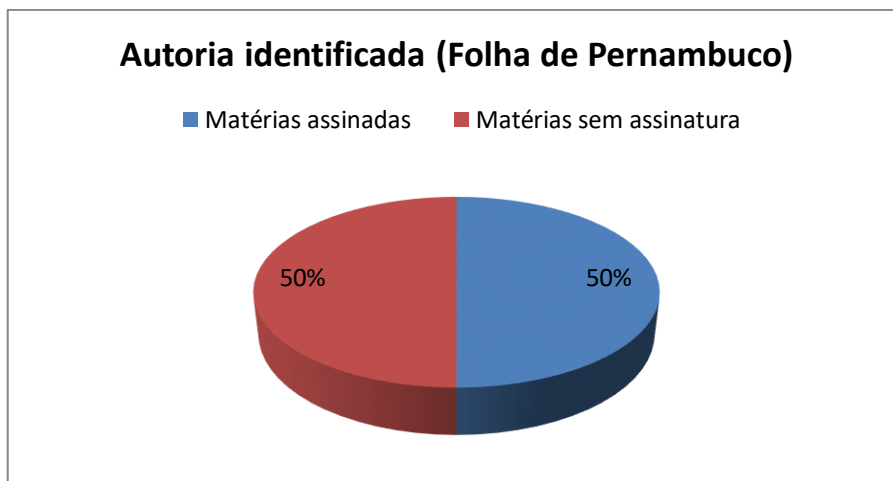
**Fonte:** Elaboração própria

No *Jornal do Commercio*, a maioria (85%) das matérias analisadas tem como característica não serem assinadas por repórteres, conforme Gráfico 4. Como afirma Marroquim (2012), a renúncia à autoria em matérias publicadas sobre movimentos sociais pode representar, primeiramente, “uma estratégia de segurança dos veículos em relação a eventuais represálias contra os jornalistas”. Em segundo plano, isso pode denotar que, “em situações de conflito e de necessidade de sobreposição da objetividade jornalística, as organizações preferem incorporar o discurso a uma posição editorial, assegurando uma suposta credibilidade à cobertura dos acontecimentos”. No caso da *Folha de Pernambuco*, metade das matérias analisadas foram assinadas por jornalistas.



**Gráfico 4:** Matérias com autoria identificada (JC)

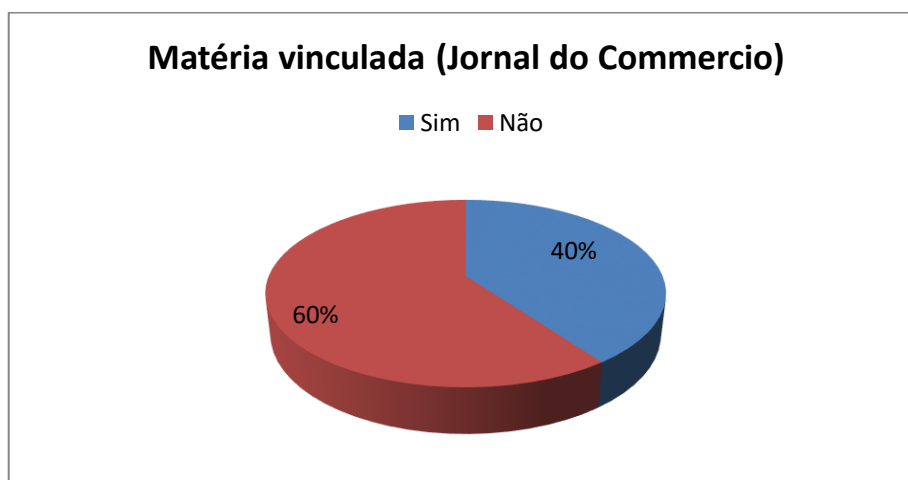
**Fonte:** Elaboração própria



**Gráfico 5:** Matérias com autoria identificada (Folha)

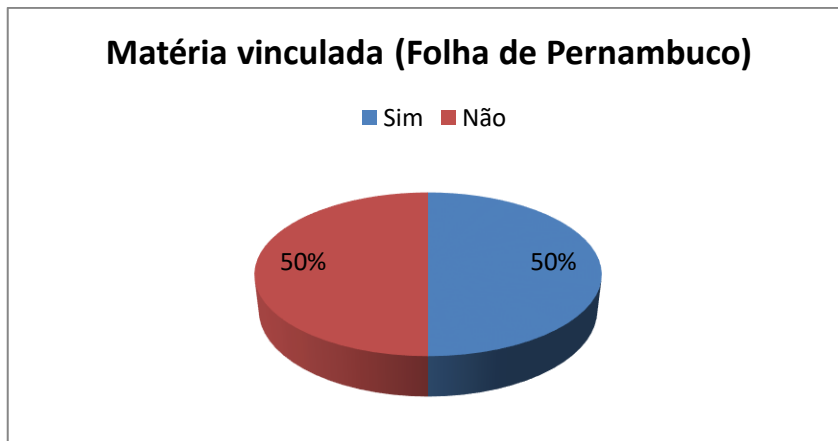
**Fonte:** Elaboração própria

A presença de matérias vinculadas – textos menores vinculados a um texto principal na página – e infográficos – caracterizados pela junção de textos breves com representações figurativas e esquemáticas, cujo objetivo é a explicação de algum conteúdo para o leitor – representa o interesse do jornal em veicular o assunto com desdobramentos. No *Jornal do Commercio*, 60% dos textos analisados tinham matérias vinculadas, conforme Gráfico 6, e 40% estavam acompanhados de infográficos, como pode ser observado no Gráfico 7. A maioria deles era de explicação do projeto Novo Recife, com imagens de projeções de como ficaria a área do Cais José Estelita com a construção das torres acompanhadas de números relacionados ao projeto. Já na *Folha de Pernambuco*, metade das matérias tinha uma vinculada (Gráfico 8) e nenhum texto foi acompanhado de infográfico (Gráfico 9).



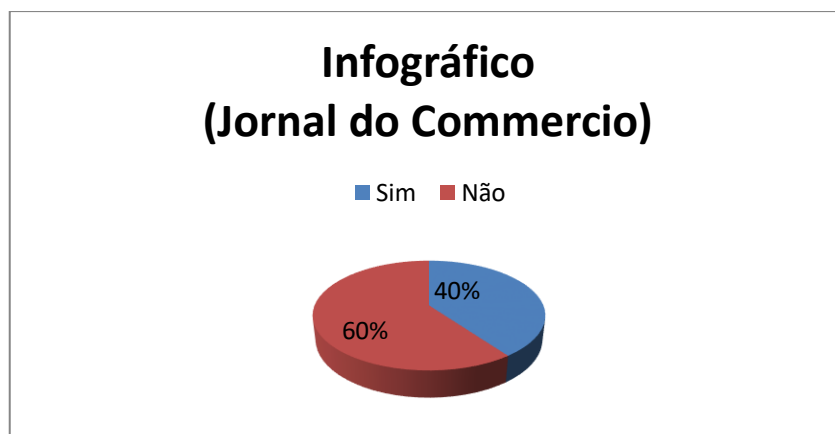
**Gráfico 6:** Matérias com vinculada (JC)

**Fonte:** Elaboração própria



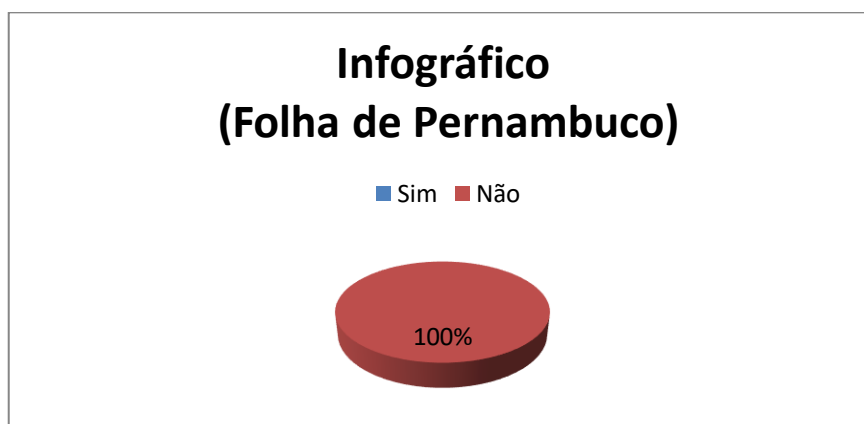
**Gráfico 7:** Matérias com vinculada (Folha)

Fonte: Elaboração própria



**Gráfico 8:** Matérias com infográfico (JC)

Fonte: Elaboração própria



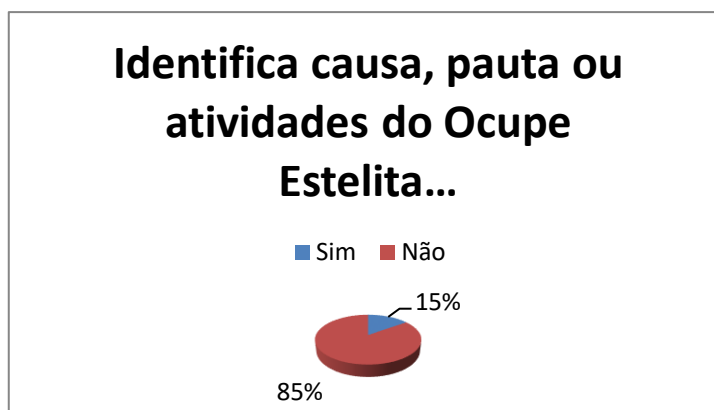
**Gráfico 9:** Matérias com infográfico (Folha)

Fonte: Elaboração própria

Em relação à intertextualidade, isto é, à presença de outras vozes no texto, é válido ressaltar que trazer vozes diversas para o texto é uma questão de recontextualização. Assim, a inserção de uma voz na notícia acarreta em transformações da fala, uma vez que ela figura em um novo contexto. Representar uma voz no texto não necessariamente significa que essa fala favorece quem a pronunciou. Como já foi frisado anteriormente, a inclusão de uma voz pode ser feita para aproximar ou distanciar do discurso de quem detém a voz alheia. Conforme RR (2014, p.106), “as vozes selecionadas e as maneiras como são representadas permitem o mapeamento das representações particulares do evento”.

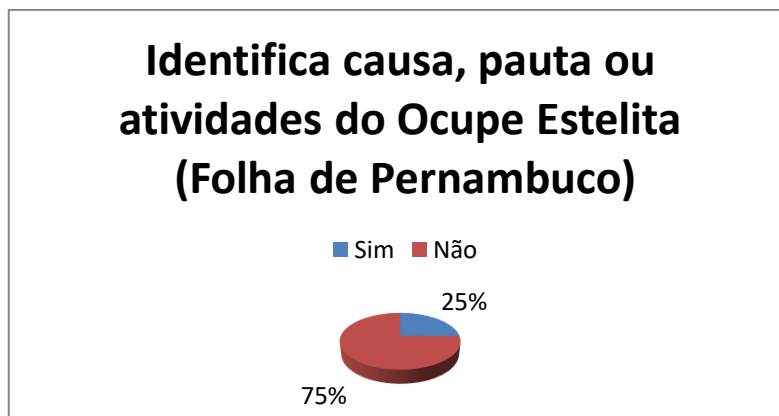
Da mesma forma, a ausência de uma voz no texto também não significa que o dono dela está sendo desfavorecido. No caso das matérias analisadas, por exemplo, nota-se a ausência total, nos dois jornais, da voz do Consórcio Novo Recife nas matérias que noticiam sobre a reintegração de posse do terreno, quando a violência policial chamou a atenção até de entidades internacionais. A omissão da fala do consórcio nessas pautas, na verdade, o beneficia e não o prejudica, pois o jornal deixa de responsabilizá-lo ou de relacioná-lo a um acontecimento “negativo”.

Outra questão que corrobora com o argumento de que a inclusão de uma voz no texto não necessariamente é favorável ao discurso de quem detém a voz é o fato de que, apesar de ter ouvido um ou mais integrantes do Movimento Ocupe Estelita nas matérias, os jornais, na maioria das vezes, não identificaram a causa, a pauta ou as atividades dos movimentos, distanciando o discurso do jornal do discurso do Ocupe Estelita. Como pode ser observado no Gráfico 10, 85% das matérias do *Jornal do Commercio* não citavam ou explicavam as reivindicações e ações do movimento. Na *Folha de Pernambuco*, a causa, pauta ou atividades do Ocupe Estelita foram ignoradas em 75% dos textos, conforme o Gráfico 11.



**Gráfico 10:** Matérias que identificam causa, pauta ou atividades do Ocupe Estelita (JC)

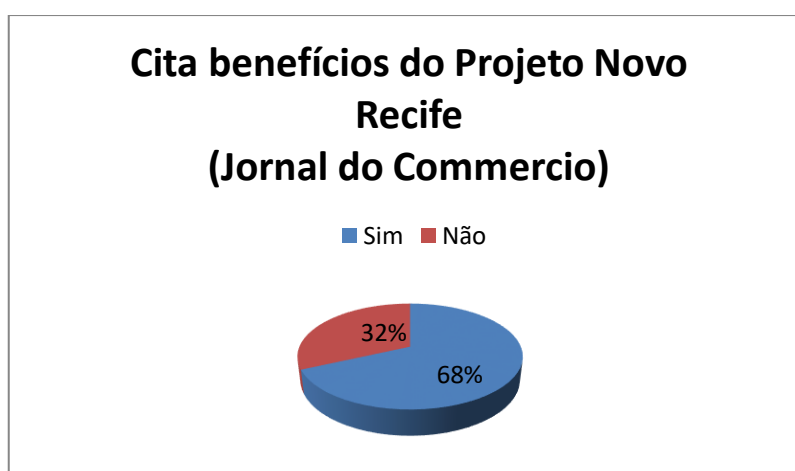
**Fonte:** Elaboração própria



**Gráfico 11:** Matérias que identificam causa, pauta ou atividades do Ocupe Estelita (Folha)

**Fonte:** Elaboração própria

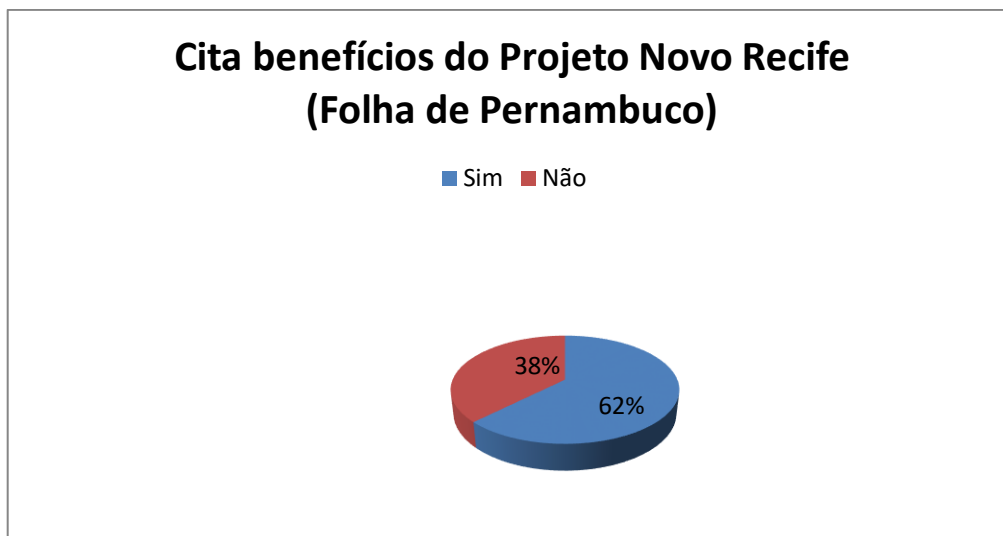
Por outro lado, apesar de ter representado por discurso direto em menor escala a voz do Consórcio Novo Recife, os jornais, por meio do próprio discurso, favoreceram as empresas do setor imobiliário ao citarem na maioria das matérias os “benefícios” do projeto Novo Recife para a cidade. Na maior parte dos casos, o *Jornal do Commercio* e a *Folha de Pernambuco* ressaltaram que o empreendimento iria criar espaços públicos de lazer, áreas verdes, além de melhorar a mobilidade do Recife. A defesa do projeto Novo Recife por meio do destaque dos benefícios para a cidade foi feita pelo *JC* em 68% das matérias analisadas, conforme o Gráfico 12. Já na *Folha* isso aconteceu em 62% dos textos, como aparece no Gráfico 13.



**Gráfico 12:** Matérias que citam os benefícios do Projeto Novo Recife (JC)

**Fonte:** Elaboração própria



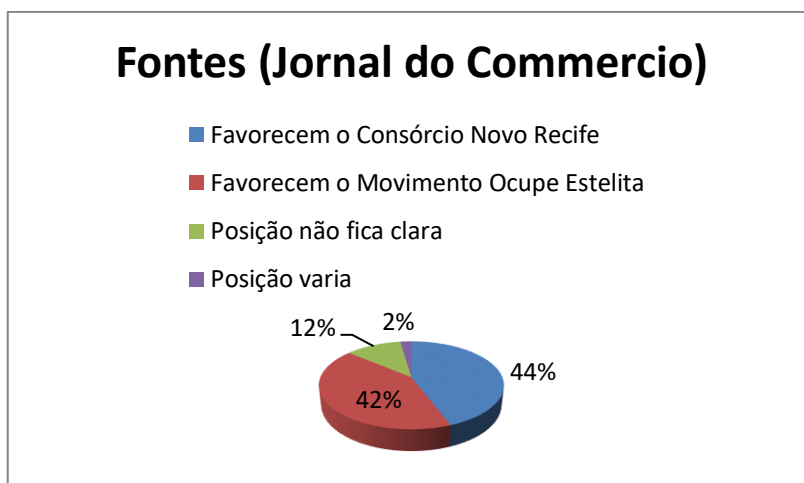


**Gráfico 13:** Matérias que citam os benefícios do Projeto Novo Recife (Folha)

**Fonte:** Elaboração própria

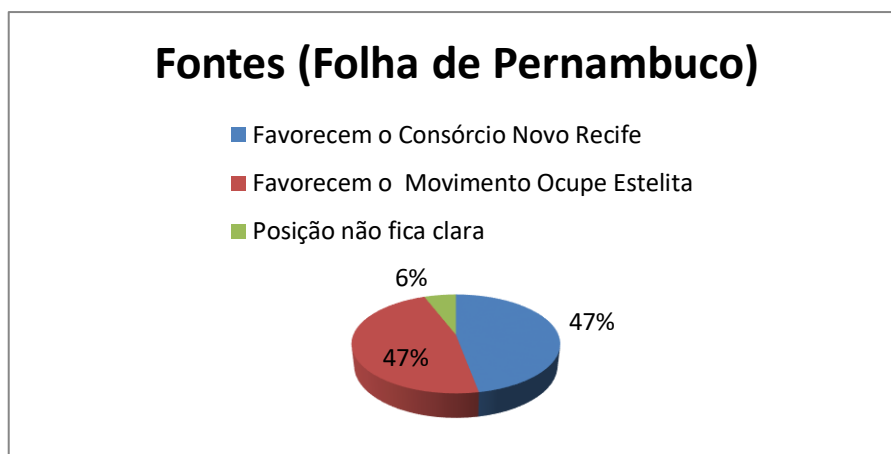
Como ressalta Marroquim (2012), “em situações de conflito, os textos jornalísticos lançam mão de disputas entre fontes, contribuindo, mesmo de modo imperceptível, nos embates por posicionamento e visões de mundo”. Assim, segundo o pesquisador, os grupos sociais não atuam livremente no universo midiático. Ele afirma que os profissionais da mídia agenciam essa visibilidade, “tornando público atributos determinados na barganha por ‘compra’ e ‘venda’ de histórias. Em princípio, o produto final do jornalismo nos tempos da concorrência, se torna também elemento de disputa, arena não só entre os ouvidos na reportagem, mas também entre os próprios jornalistas” (MARROQUIM, 2012, p.114).

Isso fica evidente na análise das matérias do *Jornal do Commercio* e *Folha de Pernambuco* sobre o Consórcio Novo Recife e o Movimento Ocupe Estelita. Essa disputa pelo espaço midiático pautou os jornais, que, como mostram os gráficos 14 e 15, apresentaram resultados equilibrados em relação ao discurso das fontes: se favoreciam o Consórcio Novo Recife ou o Movimento Ocupe Estelita. Todas as fontes citadas pelos jornais nas 32 matérias analisadas estão listadas nas tabelas 2 e 3 abaixo.



**Gráfico 14:** Fontes das matérias (JC)

**Fonte:** Elaboração própria



**Gráfico 15:** Fontes das matérias (Folha)

**Fonte:** Elaboração própria

<b>VOZES REPRESENTADAS (JC)</b>	<b>DISCURSO FAVORÁVEL AO</b>
Eduardo Moura (diretor da Moura Dubeux)	Consórcio Novo Recife
Múcio Souto (diretor da Queiroz Galvão)	Consórcio Novo Recife
Voz do jornal (editorial)	Consórcio Novo Recife
João da Costa (prefeito do Recife)	Consórcio Novo Recife
Maria José de Biase (secretária de Controle e Desenvolvimento Urbano e de Obras do Recife)	Consórcio Novo Recife
Cristiano Felipe Borba do Nascimento (representante do IAB)	Movimento Ocupe Estelita
Liana Cirne Lins (advogada)	Movimento Ocupe Estelita

Ministério Público de Pernambuco (MPPE)	Posição não fica clara
Frederico Almeida, superintendente do Iphan	Movimento Ocupe Estelita
Assessoria de imprensa do Consórcio Novo Recife	Consórcio Novo Recife
Geraldo Julio (prefeito do Recife)	Posição varia nas matérias
Cristiana Lino (arquiteta)	Movimento Ocupe Estelita
Anísio Brasileiro (reitor da UFPE)	Posição não fica clara
Roberto Montezuma (presidente do CAU-PE)	Posição não fica clara
Aldemar Severino Carneiro (morador do Coque)	Consórcio Novo Recife
José Fernando Ferreira da Silva (líder comunitário)	Consórcio Novo Recife
Chico Ludermir (ativista do MOE)	Movimento Ocupe Estelita
José Augusto Dias (ativista do MOE)	Movimento Ocupe Estelita
Capitão Júlio Aragão (Polícia Militar)	Consórcio Novo Recife
Mariana Senhorino (gerente de marketing)	Movimento Ocupe Estelita
Ivana Adrielle (estudante de história)	Movimento Ocupe Estelita
Érica Babini (advogada)	Movimento Ocupe Estelita
Igor Calado (funcionário público)	Movimento Ocupe Estelita
Renato Fonseca (funcionário público)	Movimento Ocupe Estelita
Ivan Moraes Filho (jornalista)	Movimento Ocupe Estelita
Assessoria de imprensa da Secretaria de Defesa Social (SDS-PE)	Consórcio Novo Recife
Nota do Consórcio Novo Recife	Consórcio Novo Recife
Rodrigo Coutinho (jornalista)	Movimento Ocupe Estelita
Ivan Lira de Carvalho (desembargador federal)	Consórcio Novo Recife
Luciano Vasquez (secretário da Casa Civil)	Consórcio Novo Recife
Vicente André Gomes (presidente da Câmara Municipal do Recife)	Consórcio Novo Recife
Isabella de Roldão (vereadora)	Movimento Ocupe Estelita
Gilberto Alves (vereador/líder do governo)	Consórcio Novo Recife
Danilo Miranda (advogado)	Movimento Ocupe Estelita
Luciano Siqueira (vice-prefeito do Recife)	Posição não fica clara
Eneide Montes (subtenente da PM)	Posição não fica clara
Carlos Augusto (vigilante)	Consórcio Novo Recife
Djalma Adrelino Nogueira Júnior (juiz)	Consórcio Novo Recife

Ricardo Correia (secretário de Assuntos Jurídicos do Recife)	Consórcio Novo Recife
Marcello Diniz Carneiro (delegado da PF)	Movimento Ocupe Estelita
Andrea Pinho (delegada da PF)	Movimento Ocupe Estelita
Carla Patrícia (delegada da PF)	Movimento Ocupe Estelita
Nota da Caixa Econômica Federal	Consórcio Novo Recife

**Tabela 4:** Vozes representadas no *Jornal do Commercio*

**Fonte:** Elaboração própria

<b>VOZES REPRESENTADAS (FOLHA)</b>	<b>DISCURSO FAVORÁVEL AO</b>
Eduardo Moura (diretor da Moura Dubeux)	Consórcio Novo Recife
Maria José de Biase (secretária de Controle e Desenvolvimento Urbano e de Obras do Recife)	Consórcio Novo Recife
Liana Cirne Lins (advogada)	Movimento Ocupe Estelita
Marcílio Leão (engenheiro)	Consórcio Novo Recife
Frederico Almeida (superintendente do Iphan)	Movimento Ocupe Estelita
Geraldo Julio (prefeito do Recife)	Posição não fica clara
Milton Petrucok (estudante de ciências econômicas)	Movimento Ocupe Estelita
Capitão Júlio Aragão (Polícia Militar)	Consórcio Novo Recife
Nota conjunta OAB, CAU, UFPE, Crea, Unicap e MDU	Movimento Ocupe Estelita
Maurício Bezerra (comissão de prerrogativas da OAB-PE)	Movimento Ocupe Estelita
Nota da Anistia Internacional	Movimento Ocupe Estelita
Chico Ludermir (ativista do MOE)	Movimento Ocupe Estelita
Nota do Ministério Público de Pernambuco	Movimento Ocupe Estelita
Márcio Aguiar (desembargador)	Consórcio Novo Recife
Nota do Comando Geral da Polícia Militar	Consórcio Novo Recife
Nota do Consórcio Novo Recife	Consórcio Novo Recife
Assessoria de imprensa do Consórcio Novo Recife	Consórcio Novo Recife

**Tabela 5:** Vozes representadas na *Folha de Pernambuco*

**Fonte:** Elaboração própria

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa analisou, à luz da Análise Crítica do Discurso (ACD), 32 textos, sendo 24 publicados no *Jornal do Commercio* e oito na *Folha de Pernambuco* veiculados de 29 de fevereiro de 2012 a 17 de novembro de 2017 sobre o Movimento Ocupe Estelita. Confirmando a hipótese levantada antes da leitura dos textos, a análise mostrou que os jornais – dois dos três com maior circulação em Pernambuco – têm discursos favoráveis e que legitimam as ações do Consórcio Novo Recife e, portanto, contrário às propostas do Movimento Ocupe Estelita.

Isso fica claro ao perceber, por exemplo, que, apesar de o *Jornal do Commercio* usar a fala de integrantes do movimento demarcadas com aspas em metade dos textos analisados, essa voz não foi contextualizada com explicações sobre as pautas, reivindicações e propostas do Ocupe Estelita para a cidade, uma vez que em 85% das matérias do *JC* não há menção às ações e proposições do grupo contrário à construção das 12 torres no Cais José Estelita. O mesmo fenômeno é observado na cobertura da *Folha de Pernambuco* sobre o assunto. Apesar de recorrer a citações demarcadas de integrantes do movimento, 75% dos textos não explicam o contexto, as atividades realizadas e as sugestões de uso do terreno feitas pelo Ocupe.

Essa ausência de explicação das pautas do movimento reforça o pensamento de Resende e Ramalho (2014), quando as autoras afirmam que a intertextualidade é uma questão de recontextualização. Considerando a linguagem como uma prática social, percebe-se que a presença de uma voz, da maneira como ela é representada, não significa necessariamente que o discurso que a toma será alinhado a ela. Uma voz pode ser inserida no texto apenas para ser contestada por outras vozes ou pelo próprio discurso jornalístico.

O gênero textual notícias e os demais gêneros jornalísticos são caracterizados por serem marcados por várias vozes. “Ouvir os dois lados do fato” é quase um mantra repetido nos manuais de redação dos jornais. Essa escuta, porém, como já foi afirmado, não necessariamente será equilibrada e nem todos os interesses dos grupos relacionados ao fato serão apresentados com o mesmo peso nas matérias, como aconteceu nas matérias analisadas, que apresentaram tendência favorável ao Consórcio Novo Recife apesar de ouvir os integrantes do Movimento Ocupe Estelita.

Os jornais pernambucanos apresentaram discursos favoráveis ao Projeto Novo Recife, ao qual se referiram como responsável pelo “desenvolvimento”, pela “urbanização”, pela “melhoria” de uma área “abandonada”, “morta”, ocupada por uma “população favelada” e “perigosa” da cidade. No *Jornal do Commercio*, a postura em favor da construção das 12

torres na área central do Recife foi confirmada pelo editorial “O vazio em torno do cais”, publicado em 6 de abril de 2012. O editorial, por ser um texto opinativo que apresenta a postura do veículo de comunicação sobre determinado(s) assunto(s), publicado na semana que antecedeu o primeiro ato organizado pelo Movimento Ocupe Estelita é bastante representativo. O jornal defende que “a cidade precisa ser repensada e isso exige grandes empreendimentos, como esse que é oferecido para o Cais José Estelita”.

No texto em que a visão da empresa é esclarecida, o *JC* ressalta que o Projeto Novo Recife terá “repercussão imediata no mercado de trabalho, na qualidade de vida para muitas pessoas que terão oportunidade de se beneficiar com os equipamentos sociais ali instalados, e para toda a cidade, pelo processo de renovação do que está degradado”. Além disso, o editorial conclui que “honestamente, não dá para entender essa posição contrária à melhoria do Centro da cidade do Recife”. Isto é, o jornal deixa claro que “não dá para entender” a posição do Movimento Ocupe Estelita.

No caso da *Folha de Pernambuco*, é possível perceber com clareza o discurso contrário ao Ocupe Estelita, apesar de a empresa de comunicação não ter se posicionado oficialmente em um editorial. O jornal recorre a vozes de “especialistas”, apresentadas como neutras ao leitor, para listar os supostos benefícios do Projeto Novo Recife e, na maioria dos textos, relaciona os atos do MOE a caos no trânsito, baderna, vandalismo e conflito com a Polícia Militar. Ilustrativo e sintomático é o texto “Praça de Guerra no Cais José Estelita”, de 18 de junho de 2014. Ao noticiar a desocupação do terreno pela PM, que teve a ação criticada por órgãos nacionais e internacionais de direitos humanos, o jornal culpou os manifestantes pela violenta postura policial. “Os manifestantes tentaram impedir [o trabalho de um grupo de funcionários do Consórcio Novo Recife que colocavam tapumes na área], gerando um novo confronto”, publicou o jornal.

O objetivo da *Folha* é claro: construir a imagem do Movimento Ocupe Estelita como radical e imaturo. Percebe-se ainda a tentativa de isolar o movimento, condenar seus métodos de luta e ignorar seu programa político, que inclui tópicos como acesso à moradia; solicitação de estudos preliminares obrigatórios, como um estudo aprofundado da mobilidade na área, incluindo a análise dos impactos no sistema de transporte público da região; defesa do patrimônio histórico existente na área, entre outros.

O quadro encontrado nos jornais de grande circulação do estado após a análise não é esperançoso para o MOE, mas não significa que não haja resistência. O Movimento Ocupe Estelita continua atuante na cidade e usa principalmente as mídias digitais para se comunicar com os pernambucanos e com o mundo. Apesar da tentativa de criminalização das ações pelo

discurso midiático, o movimento ainda angaria simpatizantes, que se somam à luta pelo direito à cidade, e rejeitam as “receitas” prontas do neoliberalismo.

Os veículos de comunicação são uma ferramenta importante por ser o principal palco dos debates públicos. Embora a mídia seja cúmplice das narrativas que interessam ao setor imobiliário, é importante que os movimentos sociais continuem buscando espaço e lutando contra a falta de representatividade nos jornais, uma vez que a mídia dá visibilidade aos temas levantados pelos movimentos e porque a opinião pública não é “massa de argila que pode ser sempre moldada ao gosto dos donos dos veículos de comunicação”, usando a definição de Abex Jr. (2003, p. 190).

Há espaço para luta, pressão, vozes de denúncia e indignação. Levando isso em consideração, esta pesquisa, depois de defendida publicamente, será entregue a integrantes do Movimento Ocupe Estelita e apresentada ao INCITI – Pesquisa e Inovação para as Cidades, uma rede de pesquisadores que tem como objetivo incitar, junto a diversos setores da sociedade, novos conhecimentos capazes de transformar a vida nas cidades, situado no número 191 da Rua do Bom Jesus, área central do Recife. Este retorno leva em conta a luta pela mudança social, objetivo último da Análise Crítica do Discurso.

## REFERÊNCIAS

- ACIOLI, Moab e AZEVEDO, Karina Falcone de. Análise Crítica do Discurso: uma contribuição ao estudo do modelo tridimensional de Fairclough. In.: BARROS, Isabela do Rêgo (*et. al.*) (org.). **Ensino, texto e discurso**. Curitiba: CRV, 2014.
- ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos do estado**: notas sobre os aparelhos ideológicos do Estado (AIE). Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.
- ALVES, Ana Rodrigues Cavalcanti. O conceito de hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe. **Revista Lua Nova**, São Paulo, v.80, p.71-96, 2010.
- ALVES, Giovanni. Ocupar Wall Street... e depois? In.: HARVEY, David *et al.* **Occupy**: movimentos de protesto que tomaram as ruas. São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2012, pp. 31-38.
- ANDERSON, Perry. **Considerações sobre o marxismo ocidental**. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- ARAÚJO, Ellis e SOUZA, Elizete de. **Obras jornalísticas**: uma síntese. Brasília: Vestcon, 2007.
- ARBEX JR., José; **O jornalismo canalha**: a promíscua relação entre a mídia e o poder. São Paulo: Casa Amarela, 2003.
- BAKHTIN, Mikhail. (VOLOSHINOV, V. N.). **Marxismo e Filosofia da Linguagem**: problemas fundamentais do Método Sociológico na Ciência da Linguagem [1929]. 7ª ed. São Paulo: Hucitec, 1995.
- \_\_\_\_\_. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- BARROS, Dulce Elena. **Análise do Discurso Crítica**: pesquisa social e linguística. 1ª Jornada Internacional de Estudos do Discurso. Março de 2008. Disponível em: <<http://www.dle.uem.br/jied/pdf/AN%20LISE%20DO%20DISCURSO%20CR%20DTICA%20barros.pdf>>. Acesso em 15 ago 2016.
- BARROS, Rosário Pompéia. **Das relações políticas à racionalização das indústrias culturais**: a trajetória do Sistema Jornal do Comercio de Comunicação. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CAC. Comunicação, 2009.
- BAUMAN, Zygmunt. **Globalização**: as consequências humanas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.
- BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. Petrópolis: Vozes, 1985.
- BRAIT, Beth. Língua e literatura: saber com sabor. **Estudos Linguísticos**. São Paulo, 39(3): p.724-735, mai-ago 2010.



BRITO, Diná Tereza de. **O discurso jurídico**: uma análise das vozes num processo-crime. Rio de Janeiro: CIFEFIL, 2008.

CABRAL, Bruno Fontenele e CANGUSSU, Débora Dadiani Dantas. Primavera árabe: reflexões sobre a existência do direito à democracia. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 16, n. 2795, 25 fev. 2011. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/18576>>. Acesso em 13 jul. 2017.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A prática espacial urbana como segregação e o “direito à cidade” como horizonte utópico. In.: VASCONCELOS, Pedro de Almeida *et al.* **A cidade contemporânea**: segregação espacial. São Paulo: Contexto, 2016, pp.95-110.

CARNEIRO, Henrique Soares. Rebeliões e ocupações de 2011. In.: HARVEY, David *et al.* **Occupy**: movimentos de protesto que tomaram as ruas. São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2012, pp.7-14.

CARTA CAPITAL. O que a imprensa do Recife não conta sobre o Estelita. **Blog Intervozes**. São Paulo, 29 mai. 2014. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/blogs/intervozes/cronica-de-uma-morte-anunciada-a-cobertura-do-ocupeestelita-em-pe-3964.html>>. Acesso em 05 dez 2017.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2013.

COSTA, Débora Alves da e SOUZA, Rogério Martins de. A revolta digital: impacto das redes sociais da internet nos protestos de rua dos países árabes em 2011. In.: **Cadernos UniFOA**. Edição n. 19, agosto/2012. Disponível em: <[web.unifoa.edu.br/cadernos/edicao/19/37.pdf](http://web.unifoa.edu.br/cadernos/edicao/19/37.pdf)>. Acesso em 07 jul. 2017.

COSTA, Luiz Rosalvo. **Divulgação científica e embates ideológicos no discurso da revista Ciência Hoje nas décadas de 1990 e 2000**. 2014. 313f. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

COSTA FILHO, Severino Dias da. **Racionalidade comunicativa e ética do discurso na teoria comunicativa de Jürgen Habermas**. Cadernos CTCH, Recife, nº 5, pp.101-124, jan.1997.

CRUZ, Ari Luiz; BARROS, Darcier e TAVARES, Dirceu. **Razão e comunicação**: elementos de uma identidade nacional. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2006.

EFKEN, Karl-Heinz. Razão comunicativa e integração social em Jürgen Habermas. **Revista Symposium**. Ano 8, nº1, janeiro-junho 2004.

ERBOLATO, Mario. **Técnicas de codificação em jornalismo**: redação, captação e edição no jornal diário. São Paulo: Ática, 1991.

FAIRCLOUGH, Norman. **Language and power**. Londres: Longman, 1989.

\_\_\_\_\_. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

\_\_\_\_\_. **Analysing discourse**: textual analysis for social research. Londres: Routledge, 2003.

FIORIN, José Luiz. Modalização: da língua ao discurso. **Revista Alfa**. São Paulo, 44: 171-192, 2000.

FOLHA DE PERNAMBUCO. **#OccupyEverything #OcupeTudo**. Recife, 12 abr. 2012. Programa, p. 1.

\_\_\_\_\_. **Prefeitura aprova Novo Recife**. Recife, 29 dez. 2012. Economia, p. 5.

\_\_\_\_\_. **Mesmo legalizado pela PCR, Novo Recife recebe suspensão**. Recife, 23 mai. 2014. Cotidiano, p. 2.

\_\_\_\_\_. **PCR suspende alvará de demolição dos galpões**. Recife, 4 jun. 2014. Cotidiano, p. 3.

\_\_\_\_\_. **Redesenho do plano de obras**. Recife, 17 jun. 2014. Cotidiano, p. 2.

\_\_\_\_\_. **Praça de guerra no Cais José Estelita**. Recife, 18 jun. 2014. Cotidiano, p. 3.

\_\_\_\_\_. **Desocupação de área é legal**. Recife, 19 jun. 2014. Cotidiano, p. 3.

\_\_\_\_\_. **Projeto Novo Recife é liberado**. Recife, 17 nov. 2017. Cotidiano, p. 1.

FOLHA DE S. PAULO. **Manual da redação**. São Paulo: Publifolha, 2008.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

GIOVANNINI, Barbara. Assim o homem inventou a comunicação. In.: GIOVANNINI, Giovanni. **Evolução da comunicação**: do Sílex ao Silício. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987.

GOMES, Isaltina Maria de Azevedo Mello *et al.* **“Desejo de cidade”**: o papel das redes sociais no movimento Ocupe Estelita. Disponível em <[portalintercom.org.br/anais/nacional2015/resumos/R10-1666-1.pdf](http://portalintercom.org.br/anais/nacional2015/resumos/R10-1666-1.pdf)>. Acesso em 19 jul 2017.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere, volume 1**: introdução ao estudo da filosofia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

GUARESCHI, Pedrinho A. (org.). **Comunicação e controle social**. Petrópolis: Vozes, 2004

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

\_\_\_\_\_. **Direito e democracia**: entre facticidade e validade, vol. 2. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

\_\_\_\_\_. **Teoria do agir comunicativo**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012, vol.1.

\_\_\_\_\_. **Teoria do agir comunicativo**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012, vol.2.

HERMAN, Edward e CHOMSKY, Noam. **Manufacturing consent**: the political economy of the mass media. Nova York: Pantheon Books, 1993. Disponível em: <<https://archive.org/details/pdfy-NekqfnoWIEuYgdZl>>. Acesso em 17 ago 2017.

JORNAL DO COMMERCIO. **Galpões no chão em até 30 dias**. Recife, 29 fev. 2012. Cidades, p. 4.

\_\_\_\_\_. **O vazio em torno do cais**. Recife, 6 abr. 2012. Opinião, p.1.

\_\_\_\_\_. **Projeto Novo Recife terá áreas públicas**. Recife, 16 abr. 2012. Capa Dois, p. 2.

\_\_\_\_\_. **Sinal verde para obra em cais**. Recife, 17 abr. 2012. Cidades, p. 1.

\_\_\_\_\_. **Projeto para cais é aprovado**. Recife, 29 dez. 2012. Cidades, p. 5.

\_\_\_\_\_. **Promotora volta para Jaboatão**. Recife, 2 mar. 2013. Cidades, p. 3.

\_\_\_\_\_. **Novo protesto contra ações no Cais José Estelita**. Recife, 29 abr. 2013. Cidades, p. 9.

\_\_\_\_\_. **Conselho para pensar a cidade**. Recife, 20 mai. 2014. Capa Dois, p. 2.

\_\_\_\_\_. **Começa demolição de armazéns**. Recife, 22 mai. 2014. Capa Dois, p. 2.

\_\_\_\_\_. **Demolição é embargada**. Recife, 23 mai. 2014. Cidades, p. 3.

\_\_\_\_\_. **Galpões sob domínio do Iphan intactos**. Recife, 24 mai. 2014. Cidades, p. 2.

\_\_\_\_\_. **Um prefeito, três reações**. Recife, 4 jun. 2014. Cidades, p. 2.

\_\_\_\_\_. **Abertura para negociação**. Recife, 4 jun. 2014. Cidades, p. 3.

\_\_\_\_\_. **Consórcio estranha convocação**. Recife, 4 jun. 2014. Economia, p. 2.

\_\_\_\_\_. **PCR define 30 dias para novas regras**. Recife, 17 jun. 2014. Cidades, p. 2.

\_\_\_\_\_. **Geraldo, o negociador**. Recife, 17 jun. 2014. Cidades, p. 2.

\_\_\_\_\_. **Tumulto, prisões e feridos**. Recife, 18 jun. 2014. Cidades, p. 3.

\_\_\_\_\_. **Único levado para o Cotel é pobre e negro**. Recife, 19 jun. 2014. Cidades, p. 4.

\_\_\_\_\_. **Na lista de bens históricos**. Recife, 18 mar. 2015. Cidades, p. 1.

\_\_\_\_\_. **Novo Recife tem sinal verde**. Recife, 5 mai. 2015. Política, p. 1.

\_\_\_\_\_. **PCR sem assumir o Estelita**. Recife, 6 mai. 2015. Política, p. 1.

\_\_\_\_\_. **Ocupe Estelita e DU no ataque ao prefeito.** Recife, 8 mai. 2015. Capa Dois, p. 2.

\_\_\_\_\_. **Acampados saem da rua do prefeito.** Recife, 10 mai. 2015. Capa Dois, p. 2.

\_\_\_\_\_. **Novo Recife alvo da PF.** Recife, 1º out. 2015. Cidades, p. 1.

KOCH, Ingedore Villaça. **Argumentação e linguagem.** São Paulo: Cortez, 1987.

LAGE, Nilson. **A reportagem: teoria e técnica de entrevista.** Rio de Janeiro: Record, 2001.

\_\_\_\_\_. **Teoria e técnica do texto jornalístico.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade.** São Paulo: Centauro, 2001.

LIMA, Hélio Pereira. O conceito de razão em Habermas. **Revista Symposium.** Ano 4, número especial, dezembro 2000.

LIMA, Venício A. de. Mídia, rebeldia urbana e crise de representação. In.: MARICATO, Ermínia *et al.* **Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil.** São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2013, pp. 86-97.

LOPES, Silvia Regina Pontes. **Vida humana e esfera pública: contribuições de Hannah Arendt e Jürgen Habermas para a questão da anencefalia fetal no Brasil.** Belo Horizonte: Argvmentvm, 2008.

LUSTOSA, Élcias. **O texto da notícia.** Brasília: UnB, 1996.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em análise do discurso.** Campinas: Unicamp, 1997.

\_\_\_\_\_. **Gênese dos discursos.** Curitiba: Criar Edições, 2005.

MARTIN, J. R. Close reading: functional linguistics as a tool for critical discourse analysis. In: UNSWORTH, L. (ed.). **Researching language in schools and communities: functional linguistics perspectives.** London: Cassell, 2000, p.275-302.

MARTINS, Ana Luiza e LUCA, Tania Regina de (orgs.). **História da imprensa no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2008.

MEDINA, Cremilda. **Notícia: um produto à venda.** São Paulo: Summus, 1988.

MELO, José Marques de. **A opinião no jornalismo brasileiro.** Petrópolis: Vozes, 1994.

NARZETTI, Claudiana. A filosofia da linguagem de V. Voloshinov e o conceito de ideologia. **Alfa.** São Paulo, 57(2), 367-388, 2013.

PEDRO, Emília Ribeiro (org.). **Análise Crítica do Discurso: uma perspectiva sociopolítica e funcional.** Lisboa: Caminho, 1997.

PERLATTO, Fernando. Habermas, a esfera pública e o Brasil. *Revista Estudos Políticos*, 2012/02, 2012. **Revista Cult**: Habermas, 80 anos, nº. 136, Jun./2009.

PESCHANSKI, João Alexandre. Os “ocupas” e a desigualdade econômica. In.: HARVEY, David *et. al.* **Occupy**: movimentos de protesto que tomaram as ruas. São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2012, pp.27-30.

POENER, Artur José. **O poder jovem**: história da participação política dos estudantes brasileiros. São Paulo: Centro de Memória da Juventude, 1995.

RABHA, Nina. **Cristalização e resistência no Centro do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 1984. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

RESENDE, Viviane de Melo; RAMALHO, Viviane. Análise de discurso crítica, do modelo tridimensional à articulação entre práticas: implicações teórico-metodológicas. **Linguagem em (Dis)curso** – LemD, Tubarão, v.5, n.1, p.185-207, jul./dez. 2004.

\_\_\_\_\_. **Análise do Discurso Crítica**. São Paulo: Contexto, 2014.

RODRIGUES, Adriano Duarte; BRAGA, Adriana Andrade. **Análises do discurso e abordagem etnometodológica do discurso**. Disponível em <compos.org.br/.../anais/.../compos2014-rodriguesbraga-template\_2269.pdf>. Acesso em 21 nov 2017.

RODRIGUES, Arlete Moysés. Loteamentos murados e condomínios fechados: propriedade fundiária urbana e segregação socioespacial. In.: VASCONCELOS, Pedro de Almeida *et al.* **A cidade contemporânea**: segregação espacial. São Paulo: Contexto, 2016, pp.147-168.

SANTOS, Clemilton Pereira; MAIA, Leticia Pereira (orgs.). **Do latim ao português**: identidade, linguagem e ensino. Curitiba: Appris, 2016.

SANTOS, Maria Salett Tauk. **Muito além da estética da violência**: estudo de recepção do jornal Folha de Pernambuco (2000). Disponível em: <<http://www.eca.usp.br/alaic/chile2000/5%20GT%202000Recepci%C3%B3n/TaukSantos.DOC>>. Acesso em 02 out. 2016.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

SERAFIM, Ana Regina Marinho. **Transformações do espaço urbano da cidade do Recife-PE como produto e condição de reprodução de intervenções urbanas**: análise dos projetos de requalificação. Tese (doutorado) - Universidade de São Paulo (USP). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de Geografia, 2012.

SERPA, Angelo. Segregação, território e espaço público na cidade contemporânea. In.: VASCONCELOS, Pedro de Almeida *et al.* **A cidade contemporânea**: segregação espacial. São Paulo: Contexto, 2016, pp.169-188.

SILVA, Rafael Souza. **O zapping jornalístico**: da sedução visual ao mito da velocidade. Tese (doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Departamento de Comunicação, 1996.

SILVA, Regina Helena Alves da (org.). **Ruas e redes**: dinâmicas dos protestosBR. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

SILVERSTONE, Roger. **Por que estudar a mídia?** São Paulo: Loyola, 2002.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Semântica urbana e segregação: disputa simbólica e embates políticos na cidade “empresarialista”. In.: VASCONCELOS, Pedro de Almeida *et al.* **A cidade contemporânea**: segregação espacial. São Paulo: Contexto, 2016, pp. 127-146.

TELES, Edson. Democracia, segurança pública e coragem para agir na polícia. In.: HARVEY, David *et. al.* **Occupy**: movimentos de protesto que tomaram as ruas. São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2012, pp.77-82.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna**. Petrópolis: Vozes, 2009.

TILIO, Rogério. Revisitando a Análise Crítica do Discurso: um instrumento teórico-metodológico. **Revista do Curso de Letras da UNIABEU**, Nilópolis, v.1, número 2, maio-ago. 2010.

TOGNOZZI, Marcelo. A força das redes sociais. In.: FIGUEIREDO, Rubens (org.). **Junho de 2013**: a sociedade enfrenta o estado. São Paulo: Summus, 2014, pp.73-86.

TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo**: questões e teorias, estórias. Lisboa: Veja, 1993.

\_\_\_\_\_. **Teorias do jornalismo volume 1**: porque as notícias são como são. Florianópolis: Insular, 2005.

TRAVANCAS, Izabel Siqueira. **O mundo dos jornalistas**. São Paulo: Summus, 1993.

TUCHMAN, Gaye. **Making News**: a study in the construction of reality. Nova York: The Free Press, 1978.

VAN DIJK, Teun A. **News Analysis**: Case Studies of International and National News in the Press. Mahwah: Lawrence Erlbaum Associates, 1988.

\_\_\_\_\_. Discourse, power and access. In.: CALDAS-COULTHARD, C.R. & COULTHARD, M. (eds.) **Texts and practices**: readings in Critical Discourse Analysis. London: Routledge, 1996, pp.32-70.

\_\_\_\_\_. **Cognição, discurso e interação**. São Paulo: Contexto, 2002.

\_\_\_\_\_. La multidisciplinaridad del análisis crítico del discurso: un alegato en favor de la diversidad. In: WODAK, Ruth & MEYER, Michael. **Métodos de análisis crítico del discurso**. Barcelona: Gedisa, 2003, pp. 143-177.

\_\_\_\_\_. **Discurso e poder**. São Paulo: Contexto, 2015.

VELOSO, Ana Maria da Conceição e MENDONÇA, Fabíola. **A evolução das indústrias culturais em Pernambuco**. Disponível em: <[www.seer.ufal.br/index.php/historiadamidia/article/download/3298/249](http://www.seer.ufal.br/index.php/historiadamidia/article/download/3298/249)> Acesso em 10 fev 2018.

VOLANIN, Leopoldo. **Poder e mídia: a criminalização dos movimentos sociais no Brasil nas últimas trinta décadas**. Disponível em: <[www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/760-4.pdf](http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/760-4.pdf)> Acesso em 10 jan 2018.

ZIZEK, Slavoj. **O ano em que sonhamos perigosamente**. São Paulo: Boitempo, 2012.